

**MARLENE GRADE**

**MST: LUZ E ESPERANÇA DE UMA SOCIEDADE  
IGUALITÁRIA E SOCIALISTA**

**Orientador: Professor Doutor Idaleto Malvezzi Aued**

**Florianópolis, dezembro de 1999.**

**Marlene Grade**

**MST: LUZ E ESPERANÇA DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA E  
SOCIALISTA**

*Dissertação apresentada como exigência  
parcial para obtenção do título de Mestre em  
Economia da Universidade Federal de Santa  
Catarina, sob orientação do Professor Doutor  
Idaleto Malvezzi Aued.*

**Florianópolis, dezembro de 1999.**

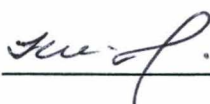
*Ofereço este trabalho ao meu pai, à minha mãe e aos meus oito irmãos, pelo aprendizado do que fizemos ao compartilhar a vida, no espaço de terra que se faz sangue, tão forte sua presença em nossos caminhos. Ao Cezar pela relação apaixonada e ao Idaeto pelas leves revoluções na reinvenção contínua da vida.*

**Comissão julgadora:**



---

Professor Doutor Idaleto Malvezzi Aued  
Orientador



---

Professora Doutora Ivete Simionatto  
Membro



---

Professor Doutor Silvio Antonio Feraz Cário  
Membro

---

Professor Doutor Laércio Barbosa Pereira  
Suplente

## AGRADECIMENTOS

Acreditar na possibilidade de construção de uma nova forma de ser social do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra, fortalece e recria a minha vida.

Aprendi com as pessoas do MST, mulheres, homens e crianças, a linguagem secreta que permeia e se manifesta na sua luta, e que nos faz sonhar e perceber uma nova dimensão da vida, solidária e partilhada.

Agradeço, de modo particular, a todas as pessoas dos assentamentos e dos acampamentos que nos ofereceram suas casas, onde partilhamos a mesa e dividimos esperanças, na simplicidade das relações construídas pela dimensão da reciprocidade. Que ao serem privados dos meios de produção e de subsistência abriram novas fendas no tempo. Agradeço a oportunidade de ter compartilhado de suas histórias, matéria-prima do desejo de transformação.

Agradeço ao MST e as meninas da Secretaria Estadual, em Chapecó, pelo atendimento sempre atencioso, pela amizade, as cuias de chimarrão, as informações, a relação de confiança no empréstimo do material com a certeza do que retornaríamos.

Ao Santim, a Irma, a Luci, ao Pe. Genuíno de Abelardo Luz, ao Idelfonso, ao Bispo Dom José Gomes, ao Francisco Dalchiavon, ao Valdevino, ao Ornildo, ao Nelson Foss, ao Marcos, ao Remídio, ao Roberto, ao Dirceu e a tantas outras pessoas, que pararam por um momento com as suas atividades para nos dar atenção especial, que possibilitou a concretização deste trabalho. Com todas essas pessoas, companheiros e companheiras,

vindos de tantas trilhas grávidas de esperanças, tecemos uma relação própria, criando um espaço de solidariedade.

Agradeço ao Idaleto pela disponibilidade na orientação e a confiança que depositou em meu trabalho. De seu olhar artístico e político nasceu o brilho desta dissertação.

Agradeço ao Cezar que possibilitou, com a venda de sua força de trabalho, realizar este estudo.

Agradeço ao Vilson pelo incentivo, pela esperança e mediações com o MST.

Agradeço aos colegas do Mestrado, principalmente a Liane, a Jane e ao Coninck pela troca de conhecimentos e pelo florescimento da amizade.

À Gabriela, pelas correções iniciais da dissertação e por compartilhar de ideais nobres de uma sociedade mais justa.

Ao Gustavo, pela amizade humilde e dignidade, valores especiais nos dias atuais e pelo preciso auxílio nos momentos de tensão.

Aos professores do mestrado pelo incentivo no decorrer do curso.

Agradeço a Evelize, funcionária da secretaria da pós-graduação sempre disponível, sorridente e carinhosa, orientando-nos na melhor forma de encaminhar nossas dúvidas e resolver os problemas com horários e disciplinas.

Agradeço à Coordenação da Pós-Graduação, à CAPES e ao CNPQ pela oportunidade da bolsa de estudos, que ajudou a subsidiar a pesquisa;

## RESUMO

O estudo que pretendemos realizar dispõem-se a analisar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem por objetivo a construção de uma sociedade igualitária e socialista. Paradoxalmente as relações sociais estabelecidas nos assentamentos, a partir da organização de sua base produtiva, produz homens que repetem as relações sociais burguesas. O MST, com o objetivo de avançar historicamente na organização de uma nova sociedade, enfrenta contradições internas quando cria relações de produção que refletem uma lógica negadora do seu projeto. Essa forma de organizar sua base produtiva pode estar corroendo internamente o próprio Movimento. Entretanto, o Movimento, enquanto acampamento, parece engendrar homens que refletem outras relações sociais, a partir de uma base produtiva diferenciada, possibilitada pela solidariedade. Neste espaço o Movimento se materializa. Entretanto, na passagem para o assentamento essa possibilidade parece diluir-se, evaporando-se. Colocamos também a tentativa angustiante do Movimento procurar firmar-se enquanto Movimento através de sua organização da produção nos assentamentos, com a utilização da cooperação e como esta vai adquirindo características burguesas, fragilizando o Movimento, sendo substituído pelas Cooperativas. Elas utilizando-se de racionalidades econômicas próprias de empresas capitalistas entram em crise, daí busca-se reestruturá-las e novos problemas são gerados. É o movimento do capital se manifestando em seu interior. O MST busca sair desse emaranhado, fragilizando-se, sem perceber a utilização capitalista da cooperação. Assim sendo, nosso objetivo é o de explicitar a contradição no interior do próprio MST, com o intuito de evidenciar os elementos da sociedade que o criaram, de tal forma que se busca demonstrar o que é o novo no MST e o que é o velho capitalismo na forma de MST.

## ABSTRACT

The study that is intended to realize tries to analyze the Landless Rural Workers Movement (MST), that has the objective the construction of an equal and socialist society. Paradoxically, the social relations established on the settlement, from the organization of its productive base, produces men that repeat the burgess social relationships. The MST, with the objective to advance historically in the organization of a new society, faces internal contradictions when it creates production relations that reflect a denied logic of its project. This way to organize its productive base can be eroding internally the Movement itself. However, the Movement, while encampment, seems to engender men that reflect other social relations, from a differentiated productive base, made possible by solidarity. In this space, the Movement materializes itself. Although, on the way to the settlement this possibility seems to dilute itself, evaporating. It is also put the anguished attempt of the Movement to try to settle as a Movement through its production organization in the settlements, with the cooperation, and how this has been acquiring burgess features and making the Movement fragile, which has been substituted by Cooperatives. They have been using economical rationality from capitalist enterprises and they get into crisis, then it is sought to re-structure them and new problems are generated, it is the capital movement manifesting in its interior. The MST seeks to get out from this tangled, it becomes fragile in itself, without realizing the capitalist utilization of the cooperation. Thus, the objective is to explicit the contradiction in the interior of MST itself, with the aim to show the society elements that created, in such a way that it is sought to demonstrate what is new in the MST and what is old capitalism in MST way.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ANCA –	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CCA –	Cooperativa Central dos Assentados
CEBs –	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI –	Comissão Indiginista Missionária
CONCRAB –	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG –	Congresso dos Trabalhadores da Agricultura
CPA –	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPPS –	Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços
CPRS –	Cooperativas Regionais de Comercialização
CPS –	Cooperativa de Comercialização ou Prestação de Serviços
CPSR –	Cooperativa de Prestação de Serviços Regionais
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
FETAESC –	Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Santa Catarina
FIP –	Cursos de Formação Integrada
IBAMA –	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA –	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LOC –	Laboratórios Organizacionais do Campo
MASTER –	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
SCA –	Sistema Cooperativista dos Assentados
TAC –	Curso Técnico em Administração de Cooperativas
UDR –	União Democrática Ruralista
ULTAB –	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## **LISTA DE FOTOS**

Figura 1 – Acampamento Oziel Alves Pereira

Figura 2 – Acampamento em Araquari

Figura 3 – Agrovila em Dionísio Cerqueira

Figura 4 – Agrovila em Abelardo Luz

**OCUPAR,**



Foto: Paulo de Araújo

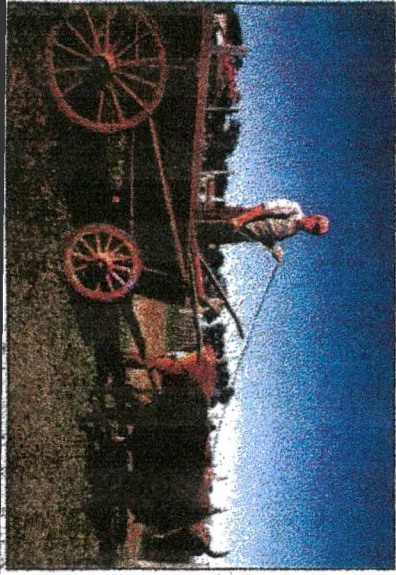
**RESISTIR,**



Foto: Paulo de Araújo

# PRODUZIR!

PRODUZIR!



Campos Gerais, município de Jataí



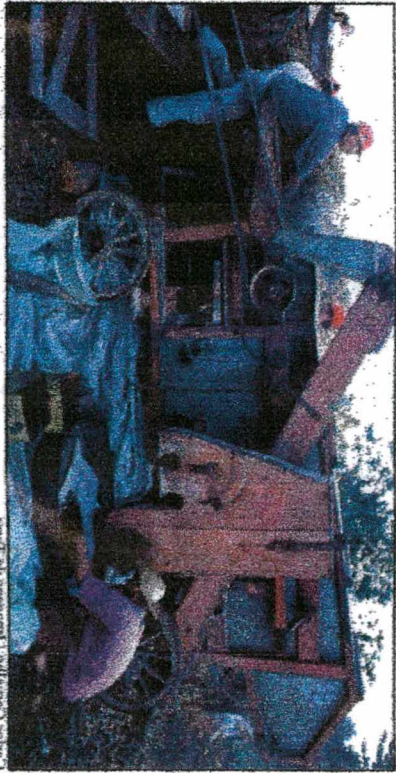
Campos Gerais, município de Jataí



Campos Gerais, município de Jataí



Campos Gerais, município de Jataí



Campos Gerais, município de Jataí

*A nova sociedade em formação tem de competir muito duramente com o passado. Isso se faz sentir não somente na consciência individual, sobre a qual pesam os resíduos de uma educação sistematicamente orientada para o isolamento do indivíduo, mas também pelo próprio caráter deste período de transição, com a persistência das relações mercantis. A mercadoria é a cédula econômica da sociedade capitalista. Enquanto existir, seus efeitos se farão sentir na organização da produção e, portanto, na consciência. (Che Guevara).*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 – MST EM SANTA CATARINA: FAZENDO-SE HISTÓRIA.....</b>	<b>27</b>
1.1- ORIGEM DO MST.....	27
1.1.1- <i>Objetivos Gerais do MST</i> .....	32
1.1.2- <i>Forma de Organização do MST</i> .....	32
1.1.3- <i>Estrutura do MST</i> .....	33
1.2- MST EM SANTA CATARINA.....	37
<b>2 – ACAMPAMENTOS.....</b>	<b>53</b>
<b>3 – ASSENTAMENTOS.....</b>	<b>81</b>
3.1- ASSENTAMENTO CONQUISTA DA FRONTEIRA.....	81
3.2- ASSENTAMENTO 25 DE MAIO.....	122
<b>4 – SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS: UMA NOVA FORMA DE PRODUÇÃO DA VIDA DOS HOMENS?.....</b>	<b>145</b>
4.1- COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO MST.....	148
4.2- SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS.....	159
4.3- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB).....	170
4.4- CRIAÇÃO DE UM COOPERATIVISMO ALTERNATIVO.....	179
4.4.1- <i>Princípios para um Cooperativismo Alternativo</i> .....	182

4.5- A PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS.....	183
4.5.1- Aspectos comuns a todas as formas de cooperação adotadas pelo MST.....	205
4.6- CRÉDITOS CONCEDIDOS AOS ASSENTADOS.....	207
4.7- ESTRATÉGIAS DO SCA PARA O AVANÇO DAS COOPERATIVAS ALTERNATIVAS .	209
4.8- NOVOS VALORES: HUMANISTAS E SOCIALISTAS.....	214
4.9- DESAFIOS PARA AVANÇAR.....	217
<b>5 – COOPERAÇÃO E CAPITALISMO: CONEXÕES INCONSISTENTES.....</b>	<b>224</b>
5.1- COOPERAÇÃO EM GERAL.....	224
5.2- COOPERAÇÃO NO CAPITALISMO.....	228
5.3- COOPERAÇÃO COMO MÁQUINA.....	237
5.4- REPRODUÇÃO NA SOCIEDADE BURGUESA.....	243
<b>MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: FABRICANDO UMA NOVA SOCIEDADE.....</b>	<b>257</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>308</b>



## INTRODUÇÃO

No Brasil o desenvolvimento do capitalismo, no pós Segunda Guerra, é a própria industrialização da agricultura, ou seja:

*o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. A subordinação da terra representa, pois, a sua reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo. (MST, 1997:5. Caderno de Formação n. 25).*

O capital industrial,<sup>1</sup> deslança o processo de modernização da agricultura brasileira. Através do processo da expansão do capitalismo a agricultura torna-se gradativamente subordinada à indústria. Esse processo acontece num duplo sentido: o de elevação da composição técnica nas unidades de produção e de subordinação aos interesses do capital industrial (Graziano da Silva, 1982:46).

*No final dos anos 50 e início da década de 60 o desempenho da agricultura brasileira passou a ser um dos temas centrais em discussão no País.<sup>2</sup> Os vários diagnósticos - entre os mais progressistas e respeitados (...) como (...) aqueles inspirados no arcabouço teórico da comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) - convergiam na tentativa de mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente*

---

<sup>1</sup> O capital industrial é o capital produtor de mais-valia, os capitais comerciais e usurário se apropriam da mais-valia.

<sup>2</sup> O autor sugere que se confira em IANNI, O., Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio, Civilização Brasileira, 1971 pp.141-90. Segundo esse autor "pode-se mesmo dizer que durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo (a primeira foi em 1930, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial (...)) A partir dos anos 1956-1960, já não era mais possível reviver a não ser como anacronismo - a ideologia da vocação agrária no Brasil".

*concentrada era limitante ao processo de industrialização do País.*  
(Graziano da Silva, 1982:46-47).

Assim ela representava um “estrangulamento” na oferta de alimentos no sentido de que a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços, em linguagem econômica, a oferta era inelástica e resultava em uma não-ampliação do mercado interno para a indústria nascente (Graziano da Silva, 1982:47).

Mas a estrutura agrária continuou concentrada, ocorrendo uma transformação interna no âmbito das relações de produção permitindo que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização (Graziano da Silva, 1982).

O processo de “caificação” do agro nacional<sup>3</sup> aponta a forte presença do Estado na indução do caráter modernizatório do campo. Isso se deu através da formulação e implantação de políticas públicas destinadas ao setor.

*Essas políticas públicas explicam em maior ou menor grau, a “eficiência” dos projetos empresariais agropecuários beneficiados com o conjunto de medidas voltadas para a adequação do setor agrícola às exigências do paradigma industrializante.* (Leite, 1993:23).

O caráter excludente da modernização conservadora da agricultura produz um contingente de marginalizados, na sua maior parte produtores familiares que deixaram o campo entre 60 e 80 atestando uma brutal concentração da renda no campo. As conseqüências sociais desse modelo fizeram-se sentir, sobretudo, durante a década de 80, agravada pela redução do dinamismo das pequenas propriedades (Akcelrud, 1987).

Esses pequenos agricultores marginalizados, não suportando a pressão econômica, sem condições de investir na terra, vendem-na. Estima-se que só nos estados sulinos meio milhão de pequenos proprietários perderam suas terras. Atualmente, em torno de cem mil famílias de pequenos agricultores por ano perdem suas terras (Akcelrud, 1987).

Essa multidão de sem terra tornam-se bóia-frias, favelados e desempregados nas cidades, excluídos socialmente, milhares de trabalhadores rurais rumaram para as

---

<sup>3</sup> esse termo refere-se ao crescimento do número, tamanho, importância, poder e interação dos complexos agroindustriais.

regiões de colonização recente como o Pará, Mato Grosso, Rondônia, expostos a doenças e sem nenhuma estrutura.<sup>4</sup>

A expansão capitalista também se manifestou na construção de grandes reservatórios de água expulsando os proprietários agrícolas de suas terras. A impossibilidade desses agricultores se reproduzirem os conduziu a luta pela reconquista da terra. Excluídos de um lado e de outro organizam-se em movimento de resistência. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é um dos seus resultados.

A luta pela terra cria sua própria forma de organização e luta, investindo em métodos e táticas nascidos da experiência dos próprios trabalhadores rurais, em busca de uma perspectiva. Este é um fato novo na vida social e política do país.

Assim, o estudo que realizamos analisa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem por objetivo a construção de uma sociedade igualitária e socialista. Paradoxalmente as relações sociais estabelecidas nos assentamentos, a partir da organização de sua base produtiva, produz homens que repetem as relações sociais capitalistas. Há então, uma questão essencial a ser estudada: a existência de incompatibilidade entre o projeto do MST e a sua forma de organizar-se produtiva e comercialmente.

O MST, com o objetivo de avançar historicamente na organização de uma nova sociedade, enfrenta contradições internas quando cria relações de produção que refletem uma lógica negadora do seu projeto. Essa forma de organizar sua base produtiva pode estar corroendo internamente o próprio Movimento, na destruição desse projeto.

Nosso objetivo é o de explicitar a contradição no interior do próprio MST, com o intuito de evidenciar os elementos da sociedade que o criou de tal forma que se busca demonstrar o que é o novo no MST e o que é o velho capitalismo na forma dele na

---

<sup>4</sup> No período 1972-76 que coincide com a expansão da fronteira agrícola, as pequenas propriedades multiplicam-se, embora haja também um crescimento ainda maior das grandes. A possibilidade de multiplicação da pequena propriedade só se materializa por ocasião da expansão da fronteira agrícola, sendo posteriormente engolida quando da consolidação da estrutura agrária nessas regiões. (Cfe. Graziano da Silva: 1982).

tentativa de fortalecê-lo, através do desenvolvimento das forças produtivas, para que o MST possa produzir mais riqueza em menos tempo.

Nosso objeto de pesquisa, portanto, será estudar o movimento de construção de uma sociedade igualitária e socialista proposta pelo MST. Ao estudá-lo busca verificar-se como essa questão vem sendo construída em seu interior. Uma vez que ao engendrá-la o MST se contradiz, elementos do modo de produção capitalista são recriados impedindo a germinação do novo.

O MST está emergindo a partir do modo de produção capitalista, não é filho do mercado, mas nasce a partir da sua exclusão e traz dentro de si elementos novos e elementos do próprio mercado. É o novo homem querendo emergir a partir das possibilidades apresentadas pelo Movimento em sua constituição nos acampamentos. É neste espaço temporário que o MST parece engendrar outras relações sociais, embora permeadas pelo sistema do capital que o impedem. O MST em se voltando para esse mercado reproduz o mesmo sistema que o criou.

As experiências de produção geridas pelo MST, geralmente em forma de Cooperativas de produção e de comercialização, têm sido cerceadas pela dinâmica do capital originada em sua base produtiva, exigindo um comportamento que reflita suas leis, elemento contraditório ao seu projeto.

O Movimento, enquanto acampamento, parece engendrar homens que refletem outras relações sociais, a partir de uma base produtiva diferenciada, possibilitada pela solidariedade. Neste espaço o Movimento se materializa. Entretanto, na passagem para o assentamento essa possibilidade parece diluir-se, se evaporando.

A metodologia deste estudo consiste numa pesquisa documental, em fontes bibliográficas, teses, dissertações, artigos de revistas, jornais, entrevistas com os membros do MST e em observações nos acampamentos e assentamentos, enfatizando-se as questões delimitadas no objeto de pesquisa. Buscou-se apreender a história e constituição do Movimento desde seu surgimento até a atualidade, destacando a compreensão de sua forma de organização da produção, a partir de elementos teóricos, em fontes bibliográficas do próprio Movimento. Para tanto, nossa aproximação ao MST

tem sido essencial, participando de suas reuniões, encontros, manifestações públicas, criamos a possibilidade de observá-lo em seu interior.

A pesquisa de campo que faz parte desta dissertação foi efetuada nos assentamentos Conquista da Fronteira em Dionísio Cerqueira, e 25 de Maio em Abelardo Luz, ambos em Santa Catarina. Optamos por efetuar seu relato devido ao primeiro organizar o seu trabalho coletivamente e o segundo através das unidades familiares, sendo que a produção excedente, bem como a compra de insumos para o plantio efetua-se através de uma Cooperativa. O número de assentamentos pesquisados foi maior, entretanto, devido ao curto espaço de tempo para fazer-se uma dissertação optamos por, neste momento, discorrer somente sobre os dois, os demais serão trabalhados posteriormente, buscando principalmente efetuar o retorno da pesquisa. Esses assentamentos pesquisados, embora não constantes nesta dissertação, estão localizados nos municípios de Campos Novos, Garuva e Araquari, no estado de Santa Catarina.

A visita aos assentamentos e acampamentos foi iniciada efetivamente em janeiro de 1999 estendendo-se até meados de julho do mesmo ano. Já tínhamos conhecimento e participação no Movimento em fases anteriores à pesquisa propriamente dita. Utilizamos conversar com as pessoas envolvidas na pesquisa de forma informal, nos orientando através de um roteiro, e destacando nas entrevistas os aspectos relacionados a organicidade do Movimento, nos assentamentos e nos acampamentos, bem como as formas de reprodução da vida pertinente aos homens, buscando perceber a manifestação do Movimento, a sua força e fragilidade.

Optou-se por deixar que os membros e o próprio MST indicassem as virtudes e as vicissitudes de sua saga. Por isto o texto está recheado de citações que nada mais são do que relatos de suas vidas de luta. A entrevista foi o principal meio que se adotou para se obter informações. O texto procura refletir a contraditoriedade da produção de uma vida porque só dispõe de sua vontade de viver, pois todos os outros meios de produção e de subsistência lhes foram subtraídos.

As entrevistas de acampados no município de Garuva (SC), acampamento recém formado pelo MST, foram colhidas por ocasião de uma manifestação em Florianópolis. Esse acampamento encontrava-se instalado em Araquari (SC), local visitado por nós por

ocasião da pesquisa de campo. Outros acampamentos visitados foram o Oziel Alves Pereira, antigo Dissenha, Irmãos Rodrigues e o Florestam Fernandes, todos em Abelardo Luz (SC).

Optamos por não destacar o nome das pessoas com as quais conversamos dado o caráter de conflito social, buscando resguardá-las. Entretanto, caso haja necessidade de averiguações os nomes constam nas fitas e nos relatórios da pesquisa de campo.

O MST, em sua essência, e daí outra motivação ao trabalho, não está atrelado a estratégia de um partido político, apesar da fundamentação teórica de alguns líderes, é um Movimento que emerge das contradições da sociedade brasileira.

Quanto ao tema que permeia o trabalho e a divisão dos capítulos, colocamos a tentativa do MST em constituir novos homens nos assentamentos e nos acampamentos, através da cooperação e como ela se movimenta no interior da base produtiva da sua vida e adquire características burguesas. Observamos que no acampamento, o Movimento cria a possibilidade de sua materialidade e como o assentamento a perde, em virtude da reprodução e do fortalecimento do capital na organização da produção nesses locais.

O Movimento procurar firmar-se enquanto tal através da organização da produção nos assentamentos, utilizando-se da junção dos homens. A cooperação na medida em que se desenvolve incorpora características burguesas e fragiliza o Movimento, que vai sendo substituído pelas Cooperativas. Estas utilizando-se de racionalidades econômicas, próprias de empresas capitalistas, entram em crise, e busca-se reestruturá-las e novos problemas são gerados. É o movimento do capital se manifestando em seu interior. O MST procura sair desse emaranhado, fragilizando-se, sem perceber a utilização capitalista da cooperação.

Dessa forma, no Capítulo I apresentamos resumidamente a origem do MST nacionalmente, uma vez que esta temática já foi devidamente trabalhada por outros estudos, sua estrutura, forma de organização e objetivos gerais, como uma introdução à história do Movimento no Estado de Santa Catarina. Mostramos a estratégia do Movimento e como ele vai se organizando pelo estado em suas tentativas de engendrar novos homens.

No Capítulo II, demonstramos como o Movimento se organiza e se faz presente nos acampamentos e sua materialização aparece como possibilidade, contribuindo na gênese de novas relações de produção, e como novos homens, emergem dessa base, refletindo-a. Demonstramos também, como a velha ordem econômica capitalista se mostra e como esses homens, envolvidos por este sistema, encontram dificuldades de se perceberem como outros homens e buscam a produção da vida, da forma como lhes é colocada pelo capital, impedindo, inconscientemente, os homens de fazerem a história como a desejam.

No capítulo III, tratamos dos assentamentos, um que organiza o trabalho coletivamente, em forma de uma Cooperativa de Produção Agropecuária, e outro, que o organiza a partir de sua unidade familiar, tendo um órgão coletivo, uma Cooperativa de Prestação de Serviços, que comercializa a produção excedente e a compra dos insumos para o plantio. Buscamos mostrar como o MST vai se enfraquecendo nesses locais e, como as Cooperativas não são o Movimento, embora busquem sê-lo. Como o uso da cooperação, sob o caráter capitalista, vai se impondo aos homens e dita as suas regras, impedindo assim o Movimento de manifestar-se, enquanto tal.

No capítulo IV estudamos a organização da produção nos assentamentos, conforme compreendida pelo Movimento, e verificamos como ela é contraditória em relação ao seu ideário de propor uma nova sociedade, igualitária e socialista. O MST propõe o novo a partir da cooperação na forma de produzir a vida dos homens. É isso o que de mais avançado o MST busca implantar nos assentamentos. Essa cooperação, entretanto, não poderá refletir o caráter capitalista, para não destruir a possibilidade criada nos acampamentos de outras relações sociais.

Apresentamos, neste capítulo, a estrutura montada pelo MST para estimular o uso da cooperação agrícola entre os homens, objetivando manter os trabalhadores rurais no campo, em vista do desenvolvimento da produção e progresso econômico dos assentados, acesso à tecnologias, aumento da produtividade do trabalho e criar condições para implantar as agroindústrias; o desenvolvimento social dos assentados; cultivar a política do MST e os valores do novo homem: humanistas e socialistas; desenvolver a consciência dos assentados. Essa estrutura deverá proteger e salvaguardar o Movimento, bem como ampliar a resistência ao capitalismo.

A formulação teórica, propriamente dita, será tratada no capítulo V. Optamos por fundamentar-nos em Karl Marx, entendendo que atualmente há um retorno à sua obra “O Capital” na busca de repostas para as condições apresentadas na produção da existência humana. Estudar Marx para entender o movimento da história e os condicionamentos das forças produtivas que não permitem que os homens façam a história que desejam.

Diferenciamos a cooperação em geral na produção da vida dos homens do seu caráter capitalista, sob as formas de manufatura e fábrica. Colocamos como o fazer com as mãos e o fazer com máquinas representam desenvolvimento das forças produtivas, maior produção de riqueza em menor tempo, e como o capital apropria-se dessas formas e impõe a sua dinâmica, resultando em relações sociais próprias de sua base, as burguesas.

Com o estudo de Marx percebemos o desenvolvimento da potencialidade das forças produtivas postas em movimento pelo sistema capitalista. Este é um sistema superior de produção material da vida, uma vez que se produz mais riqueza em um tempo cada vez menor e eleva-se a potência dessa produção. Essa forma de produzir a vida tem como base o trabalhador coletivo. A riqueza, nessa sociedade é produzida socialmente, e a apropriação ocorre de forma privada, pelo salário e pelo lucro, revelando a sua contradição. O duplo caráter apresentado por este sistema, revela-se, de um lado progresso histórico, e de outro, meio refinado de exploração da força de trabalho.

Uma nova sociedade não poderá apresentar essa contradição. Produção social de riqueza deverá conduzir a uma apropriação também social, cujo controle da produção coletiva será efetuado pela sociedade.

O MST, portanto, ao evidenciar em seu interior, a busca por uma nova sociedade, não poderá refletir em sua base as relações capitalistas, e sim aproveitar-se da potencialidade da produção sob a égide do capital, sem ser o “meio refinado de exploração” da força de trabalho.

Nesse sentido, se dá a motivação deste trabalho, a busca da construção desse pressuposto, em que o MST, para reproduzir sua existência, ser coerente com a sua



proposta, e permanecer enquanto Movimento, deverá refletir outras relações sociais, a não ser que deseje construir-se em uma grande cooperativa capitalista, cuja marca é MST.

A conclusão, portanto, deverá apontar a problemática, de que o MST para se materializar enquanto Movimento que se propõe a seguir uma lógica diferente da determinada pelo capital, deverá refletir na produção dos homens elementos que critiquem o modo de produção capitalista. Assim, a crítica a uma forma de produção da vida não está na cabeça dos homens está na base produtiva. E não buscar a inserção dos homens através de processos burgueses de inclusão como a mercantil e a capitalista.

Na conclusão buscou-se a reprodução dos pontos significativos dos capítulos da dissertação. Assim foi feito para transformá-la em um todo coeso, permitindo que o seu conteúdo possa ser apreendido independente das outras partes. Longe de ser mera repetição de partes desconexas é uma ordenação lógica dos vários tempos de se fazer MST.

Para a realização deste trabalho, gastamos inúmeras horas, além da pesquisa de campo, a gravação das conversas, a transcrição das fitas a seleção das falas e as pesquisas efetuadas na Secretaria do Movimento em Chapecó e São Paulo, e no Inkra de Santa Catarina e ainda a consulta a fontes bibliográficas, jornais e revistas.

Esclarecemos que o uso da terminologia Movimento, neste trabalho, significa MST.

Sabemos da dificuldade de nosso propósito, principalmente porque não buscamos a fila fácil dos elogios e nem o posicionamento de negação do Movimento. Mas sim levantar elementos, que sabemos polêmicos, para a contribuição ao desenvolvimento de uma nova forma do ser social.

Por certos os erros e imprecisões são muitas, as virtudes no entanto passam a nossa vontade de acertar e o estímulo para não nós abatermos.



## 1 - MST EM SANTA CATARINA: FAZENDO-SE HISTÓRIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, nasceu de um processo de enfrentamento e resistência à reprodução capitalista no campo, instaurada nos governos brasileiros, desde o período colonial. Esse processo de luta é entendido no seu caráter mais geral, contra a expropriação e contra a reprodução do capitalismo no campo, com o objetivo de formar uma sociedade igualitária onde o "trabalho tenha supremacia sobre o capital".

### 1.1- ORIGEM DO MST

A formação do MST acontece no período compreendido entre 1978 e 1985, que coincide com a luta pela democracia, movimentos como a 'Diretas-Já', final da ditadura militar, abertura e transição política.

*Nesse período da luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais. (Fernandes, 1966:66).*

Esses desafios representavam um avanço em relação aos partidos políticos, nas rupturas com as formas tradicionais de lutas e também com os esquemas populistas do passado.

*Rompendo com estruturas, desafiando-se e criando novas formas de organização, os trabalhadores rurais, iniciam um novo processo de conquistas na luta pela terra. (Fernandes, 1966:66).*

O MST foi gestado a partir das diversas lutas pela terra, que aconteceram nas diferentes regiões do país. As lutas que compreendem o período 1900 à 1934 como a de Canudos, 1870 à 1897, a do Contestado, 1912 à 1916, o Cangaço, 1917 à 1938, a de Juazeiro no Ceará, 1900 a 1934, entre outros. As lutas que compreendem o período entre o final do século passado até 1940 ficaram conhecidas como de estilo “Messiânico” e de “Cangaço”. Messiânico porque seguiam um líder religioso como um novo Messias e de Cangaço porque, no nordeste, muitos lavradores se transformaram em cangaceiros formando bandos armados contra o poder dos coronéis e do Estado.

As lutas dos agricultores podem ser divididas em duas formas: a primeira, em lutas “violentas” pela terra, a partir de 1945 até 1964, e a segunda, em lutas pela organização dos trabalhadores rurais que se dão durante os anos de 1954 à 1964. As lutas mais importantes caracterizadas como violentas, foram: Luta dos Posseiros de Teófilo Otoni em Minas Gerais de 1945 à 1948; Revolta de Porecatu, no estado do Paraná, de 1946 à 1950; Revolta de Dona “Nhoca”, no estado do Maranhão em 1951; Revolta de Trombas e Formoso em Goiás, 1952 à 1958; Revolta no Sudoeste do estado do Paraná, em 1957 e a Luta dos Arrendatários de Santa Fé do Sul em São Paulo, entre 1959-60.

As lutas por organização desse período foram: as Ligas Camponesas,<sup>5</sup> criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), lutavam pela terra mas dependiam do Partido e em 1947 quando o governo Dutra declara o PCB ilegal as ligas não sobrevivem. Ressurgem em 1954 no estado de Pernambuco e se expandem por vários outros estados, são dissolvidas pelo golpe militar de 1964; em 1955, no estado de São Paulo, também pelo PCB, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB),

---

<sup>5</sup> Ligas Camponesas: Em 1945 com o fim do Governo de Getúlio Vargas, ressurgem alguns movimentos populares. O Partido Comunista Brasileiro criou as Ligas Camponesas, que era uma organização de trabalhadores que lutavam pela terra, mas muito dependentes do partido, em 1947 quando o Governo Dutra declara o PCB ilegal, as Ligas não sobrevivem. Ressurgem em 1954, no interior de Pernambuco e expandem-se por treze estados. Em 1963, reúnem-se em Recife, na “Conferência das Ligas Camponesas do Brasil” e criam duas organizações internas a Organização Política (OP) e a Organização de Massas (OM) e promovem diversos cursos para capacitar as pessoas a dirigir a organização. Havia planejado para junho de 1964 realizar um congresso para definir o Plano das Ligas, mas em abril acontece o golpe militar e acabam com a organização (MST:1986:26-27. Construindo o Caminho).

- defendia a sindicalização dos trabalhadores. Organizou-se mais na periferia das cidades e reivindicavam, também, melhores salários e melhores condições de vidas; e no período de 1959-1962 foi criado o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, do Rio Grande do Sul (MASTER), por influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a principal motivação era a ocupação de terras.

No ano de 1979 acontecem as lutas nas fazendas Macali e Brilhante, relacionadas com a reserva indígena de Nonoai, no estado do Rio Grande do Sul, já se delineando em lutas que se estruturariam na organização do MST. No estado do Paraná, a luta dos agricultores que perderam a terra com a construção da barragem de Itaipu. No estado de Santa Catarina famílias ocupavam uma fazenda no município de Campo Êre; no estado de São Paulo, em Andradina, a fazenda Primavera; no Mato Grosso do Sul desenvolvia-se uma intensa luta pela resistência na terra, em fazendas nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados; em 1981 no estado do Rio Grande do Sul no município de Ronda Alta, acontece o acampamento<sup>6</sup> da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul com repercussão nacional motivando os trabalhadores Sem-Terra a lutarem pela terra. Outras lutas também ocorriam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás.

---

<sup>6</sup>Acampamento: forma de mobilização para se ter acesso ao recurso básico, a terra. Trata-se de uma ação organizada com a finalidade de efetivar a ocupação de imóveis rurais que não cumprem a função social, ou seja, de grandes áreas agricultáveis mantidas improdutivas e também, em alguns casos, de pressionar a tramitação de processos de desapropriação por interesse social. Uma forma segundo a qual os trabalhadores Sem-Terra manifestam publicamente suas reivindicações, demonstrando concomitantemente o peso relativo das relações sociais e das forças políticas que amparam seu movimento e que intermediam suas modalidades de comunicação com os demais segmentos da sociedade civil e com o poder político. Em suma trata-se de uma modalidade de ação política segundo a qual estabelecem sua relação com o próprio Estado, investidos de direitos de cidadania, que ao seu ver estariam sendo negados numa conjuntura política favorável ao reconhecimento de suas formas legais de acesso à terra. Acampamento também se apresenta como uma forma de solicitar medidas de redistribuição de terra. E também o resultado de sucessivos despejos de formas contratuais de arrendamento e de trabalho eventual a que tem sido submetidas diferentes categorias de trabalhadores rurais, como posseiros, meeiros, arrendatários, entre outros. Podem ser entendidos ainda como uma forma de mobilização visando um retorno à terra, ou seja, às condições elementares que permitem manter sua condição de pequenos produtores agrícolas. São passíveis de grande mobilidade (Relatório dos Principais Acontecimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1986. São Paulo:MST, janeiro de 1987 p. 08 à 14. Mimeo). O tempo de acampamento é também um período de troca de experiências de discussões sobre a questão agrária, sobre a forma de organização da produção, e um momento intenso de solidariedade interna e externa, onde havia uma distribuição de todas as coisas entre todos. “*Onde o típico dos acampamentos era a roda de chimarrão, a cantoria e o bolo frito*” (MST, s/l, s/d. Terra os Meios de Produção e o Mercado. Mimeo).

Essas lutas ainda isoladas tinham que desembocar em algum tipo de organização. “*Era preciso juntar experiências, trocar idéias e passar adiante para que outros também se organizassem e lutassem*” (Akcelrud, 1987:49).

Dessas múltiplas experiências, em diversos lugares ao mesmo tempo, nasce a necessidade de trocá-las e assim delinea-se e estrutura-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), tendo como matriz o acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS.

*Os lavradores começaram a organizar-se em numerosos municípios. Contavam com a ajuda de muitos sindicatos. Eram animados pelo trabalho da Pastoral da Terra e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Por ocasião da visita do Papa ao Brasil, em 1980, tentaram ocupar a fazenda Anoni. Não deu certo. Mais uma vez, ainda, em seus primórdios, o Movimento já revelava sensibilidade política. Não esmoreceu e partiu para um acampamento que se tornou o símbolo nacional da luta pela terra. Na estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta, mais de 700 famílias acamparam na Encruzilhada Natalino. (Akcelrud, 1987:47-48).*

*Foi com a troca de experiências que a articulação nacional desses Movimentos começou a ser constituída na perspectiva de superação dos isolamentos e em busca da autonomia política (...). As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas sobretudo na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortalecia esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta. (Fernandes, 1996:77).*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que já possuía uma organização em âmbito nacional e estava presente em quase todos as lutas, promovia os encontros do nascente MST. Em julho de 1982 foi realizado um encontro no município de Medianeira (PR). No plano nacional a CPT promoveu outro encontro em setembro do mesmo ano, em Goiânia (GO), onde participaram representantes de dezesseis estados.

*Aí foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande do Sul (...). Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiência: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi para se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais*

*contato. Tinha umas idéias assim: não, a CPT vai fazer isso pra nós. Como nós se conhecemos nessa reunião, nós dos estados do Sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar se reunindo, nós vamos continuar se encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos se reunindo periodicamente nestes cinco estados do Sul. (Fernandes, 1996:78, apud João Pedro Stédile – MST).*

Em janeiro de 1983 acontece um encontro no município de Chapecó (SC), onde foi criada uma coordenação regional provisória que reunia representantes de cinco estados do Centro-Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. No mesmo ano foram realizados outros encontros nas cidades de Naviraí e Glória de Dourados (MS), em Araçatuba (SP) e em Ronda Alta (RS).

*Aí essa Coordenação Regional resolveu o seguinte: por que nós não organizamos um negócio maior? Só estamos nós aqui do Sul. Vamos fazer um encontro nacional de conflitos pela terra. E convocamos um encontro nacional para janeiro de 1984 em Cascavel. Ai vieram, eu não me lembro se foram doze ou dezesseis estados. Todo mundo tinha luta pela terra. Essa era a marca para poder participar. Em todos esses encontros e também nesse encontro nacional, era um negócio integrado com a CPT que apoiava as lutas fazendo contatos e conseguindo infraestrutura. Bom aí fizemos esse encontro nacional em Cascavel (PR) e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, esse já foi das próprias lutas. (Fernandes, 1996:78-79, apud João Pedro Stédile – MST).*

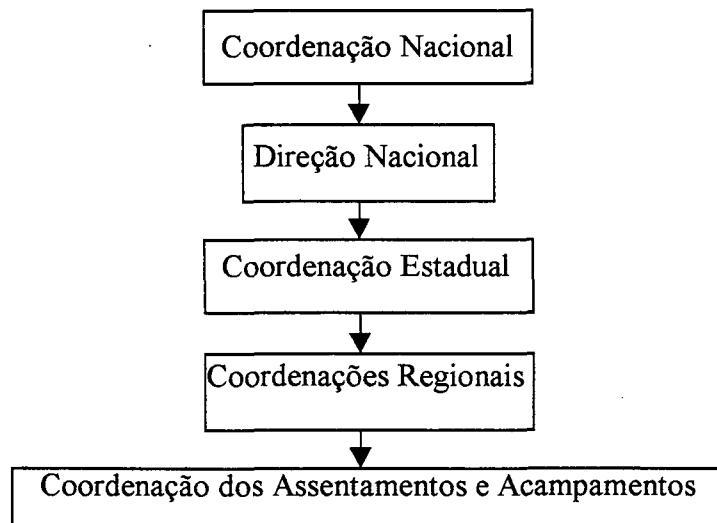
Desse encontro nacional, no município de Cascavel (PR) em 1984, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), representando a sua fundação e a organização de um movimento de agricultores Sem-Terra.

Tanto os objetivos gerais como os da reforma agrária e a própria estrutura e forma de organização do MST foram sendo elaborados e modificados em cada encontro, frutos de mais de quinze anos de luta. Dessa forma, uma das características do MST é o movimento constante, dos objetivos, da estrutura e da própria organização que se transformam no dia-a-dia da luta.

### 1.1.1- Objetivos gerais do MST

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; e
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 1996. Caderno de Formação n. 23).

### 1.1.2- Forma de Organização do MST



A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente noventa pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos Encontros Estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e vinte e um membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos Setores Estaduais.



A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das Coordenações dos Assentamentos<sup>7</sup> ou dos Acampamentos e são eleitos em Assembléias.

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo; produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa e finanças. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores. Os dois graus de hierarquia são coordenadores e membros.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA).

Esta forma de organização é a base de sustentação da estrutura do MST.

### 1.1.3- Estrutura do MST



1. Relações internacionais, 2. Secretaria Nacional, 3. Sistema Cooperativista dos Assentados, 4. Frente de massa, 5. Educação, 6. Formação, 7. Comunicação, 8. Finanças, 9. Projetos. Nacionais: a. Setor de Relações Internacionais. b. Direitos Humanos.

<sup>7</sup>Assentamento: definido pelo MST como a área de terra conquistada pelos agricultores Sem-Terra e desapropriada ou comprada pelo governo, neste espaço a situação é regularizada para o trabalho definitivo da terra visando a subsistência e a produção de alimentos.

Nestes anos, estas lutas dimensionaram-se para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico, tais como: educação, saúde e políticas agrícola.

Assim o MST ao longo de sua constituição tem desenvolvido diferentes formas de luta pela terra que podem ser resumidas em três fases:

1) Ocupações pacíficas, no período de 1979 à 1985 – aconteceram em vários estados do país e vinham no sentido de resolver problemas concretos de um determinado número de famílias que não tinham terra. Na maioria dos casos a mediação era feita pela Igreja Católica. Não houveram articulações Estaduais ou Nacionais. Ficaram também conhecidas como lutas espontâneas.

Aqui as ações repressivas se dão de forma individualizada com ações do próprio fazendeiro pressionando pessoalmente ou usando pistoleiros para amedrontar, se esta ação não apresentasse resultados, pressionava o Governo para garantir a indenização (MST, s/d, s/l. Problemas da Luta pela Terra na Perspectiva Revolucionária).

2) Ocupação, negociação e acampamentos de 1986 à 1988 – essa fase se caracterizou por ocupações massivas, com um número maior de famílias. Havia articulação entre os vários estados. Aparecem lideranças mais permanentes e expressivas. A igreja deixa de ser mediadora. Em quase todas as ocupações houveram processos judiciais de despejo, que se realizavam de forma pacífica onde os ocupantes aceitavam a saída, mediante a indicação de outra área, onde acampavam provisoriamente até que uma área definitiva surgisse, a partir de negociações com o Incra. Nesse período não haviam repressões, nem dos fazendeiros, nem da polícia.

Embora, nesta fase, os fazendeiros já se utilizavam de pistoleiros de forma mais ostensiva. Passam a exigir reintegração de posse e através de atos judiciais a polícia militar realizava os despejos. Essa ação da polícia também não se dava de forma ostensiva e o despejo era na maioria das vezes negociado, sem utilização de armas ou de força física (MST, s/d, s/l. Problemas da Luta pela Terra na Perspectiva Revolucionária).

3) Ocupação, resistência de massa,<sup>8</sup> de 1988 à 1989 até a fase atual – manter-se na área ocupada passa a ser cada vez mais difícil. Necessita-se organizar uma resistência de massa porque os despejos são realizados de forma violenta. Não há mais abertura para negociações. Dificuldades em montar-se acampamentos provisórios devido a essa ação de violência seja da polícia, seja dos fazendeiros.

Na década de noventa a polícia militar passa a agir com maior rigor e violência utilizando-se de todo tipo de arbitrariedade como queimas dos barracos, roubos, destruição de documentos e prisões. Surgem também grupos de pára-militares contratados por fazendeiros organizados. A repressão passa a ser violenta, generalizada, independente da legalidade dos atos.

O Governo passa a agir de forma mais direta com o objetivo de desarticular o Movimento, utilizando-se de medidas políticas e uma tentativa de criminalização do Movimento. Alguns órgãos da imprensa também tem contribuído para essa desarticulação (MST, s/d, s/l. Problemas da Luta pela Terra na Perspectiva Revolucionária).

---

<sup>8</sup> Resistência de massa é ação em que todas as pessoas que estão ocupando a terra, desde crianças, idosos, mulheres atuam de forma conjunta para resistir na terra ocupada (Problemas da Luta pela Terra na Perspectiva Revolucionária. MST, s/d, s/l. Mimeo).

**Resumo:**

<b>Período: 1979 à 1984: "Terra para quem nela trabalha"</b>	
<b>Conjuntura Nacional</b>	<b>Processo Organizativo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Crise econômica, abertura política, greves do ABC, trabalho das pastorais sociais (CPT, PO, CIMI e PPL), Anistia.</li> <li>. O governo procura resolver os conflitos agrários como problemas sociais.</li> <li>Campanhas pelas Eleições Diretas.</li> <li>. Principal inimigo: A pistolagem.</li> <li>. Lutas isoladas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Lutas isoladas</li> <li>. 1º Encontro Nacional de Fundação do Movimento (Jan/84).</li> <li>. Resolução de problemas concretos e mobilização contra o regime militar e ocupações locais.</li> </ul>
<b>Período: 1985 à 1988: "Sem Reforma Agrária não há democracia"</b>	
<b>1986: "Ocupação é a única solução".</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. "Nova República" e o PNRA.</li> <li>. Articulação dos setores da agricultura contrários à reforma agrária na UDR</li> <li>. Principal inimigo: UDR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Ocupações articuladas e massivas, de terras e órgãos públicos, greves de fome.</li> <li>. I Congresso Nacional do MST (Jan/85).</li> </ul>
<b>Período: 1988 à 1990. "Ocupar, Resistir, Produzir".</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Assembléia Nacional Constituinte e Eleição Presidencial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Expansão do MST. Implantação no Nordeste com pequenas ocupações. Desenvolve-se a resistência de massas.</li> <li>. II Congresso Nacional do MST (maio/90)</li> </ul>
<b>Período: 1990 à 1992: "Ocupar, Resistir e Produzir".</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Repressão contra os movimentos populares e sindicais.</li> <li>. Luta pelo "Impeachment".</li> <li>. Principal inimigo: do estado através da repressão policial e ações do Poder judiciário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Levam a luta pela terra para a cidade, através de jornadas nacionais conjuntas e a continuidade das ocupações de terras e órgãos públicos.</li> <li>. Principal forma de luta: as caminhadas.</li> </ul>
<b>Período: 1993 e 1994: "Ocupar, Resistir e Produzir".</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Governo Itamar Franco</li> <li>. Articulação da sociedade civil na "Campanha contra a fome e a miséria, pela vida".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Jornadas massivas e construção do "Fórum dos Trabalhadores Rurais" com ações nas capitais e principais centros urbanos.</li> <li>. Grito da Terra Brasil I.</li> </ul>
<b>Período: 1995 até 1999: "Reforma Agrária: uma luta de todos"</b>	
<b>"Ocupar, Resistir e Produzir"</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Reforço à consolidação do Plano Neoliberal.</li> <li>. Reforma constitucional.</li> <li>. O governo trata a reforma agrária como conflito social.</li> <li>. Conflitos entre Sem-Terras e as policiais estaduais deixam mortos e feridos.</li> <li>. Novos programas elaborados pelo Governo: Novo Mundo Rural e Banco da Terra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. III Congresso Nacional do MST (jul/95).</li> <li>. Marcha nacional pela reforma agrária e pelo emprego (abr/96).</li> <li>. Aumentam as ocupações, duplicando a base social dos que luta pela terra.</li> <li>. Multiplicam-se as experiências de cooperação agrícola e de agroindústrias nos assentamentos.</li> <li>. Marcha nacional em 1999.</li> <li>. Reestruturação do sistema cooperativista dos assentados</li> <li>. Massificação das Cooperativas de Prestação de Serviços.</li> </ul>

Fonte: <http://www.mst.org.br> em 23.06.99 às 20:20 hs.

## 1.2- MST EM SANTA CATARINA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, em Santa Catarina, inicia-se a partir de 1980 com a ocupação da fazenda “Burro Branco” no município de Campo Erê. Foram mais de 300 famílias organizadas que ocuparam a fazenda. A desapropriação da área ocorre no dia 12 de dezembro do mesmo ano e os agricultores optam pelo sistema coletivo de trabalho. Essa desapropriação feita pelo Governo, como resultado da ocupação, desperta a opinião pública para a questão dos Sem-Terra do estado.

*Famílias entraram na fazenda ‘Burro Branco’ e acamparam na fazenda. Falaram com os capatazes da fazenda. Fizeram um papel junto ao Incra que deu licença para eles entrarem. Quando os donos da terra ficaram sabendo da invasão, começou a perseguição. Os militares começaram a fazer visita para os acampados. A polícia visitava seguidamente. Os acampados não se assustaram das pressões e se organizaram. Fizeram uma comissão, fizeram um documento às autoridades. Depois disso, sem processo, os acampados foram pressionados. Os líderes foram pressionados a saírem da área. Após isto, o Incra fez uma reunião com os acampados e com os líderes e a situação mudou. (Relatório do MST de Santa Catarina, 15 e 16 de maio de 1984).*

A ocupação da fazenda “Burro Branco” no estado e o acampamento de Ronda Alta no Rio Grande do Sul aparecem como estopim da organização do Movimento no estado. É a partir desses acontecimentos que as articulações ganham força e começam a se ramificar em vários municípios de Santa Catarina. No relato do Acampamento de Ronda Alta e a ocupação da fazenda Burro Branco pode-se observar a motivação dos líderes “Os colonos acampados em Ronda Alta, depois de três anos de luta, ganharam a sua terra. Foi uma luta contra a fome, miséria, doenças e contra as organizações do Governo. Mas eles conseguiram a sua terra porque ficaram unidos na luta” (Relatório do MST de Santa Catarina, 15 e 16 de maio de 1984:10).

Em junho de 1983, acontece a primeira Assembléia do Movimento com a participação de sindicatos. Nesta Assembléia foi eleita a Comissão Regional do Movimento que passa a articulá-lo em todo o estado e no ano seguinte convoca um Encontro Estadual.

O I Congresso do Movimento Sem-Terra de Santa Catarina aconteceu nos dias 5 e 6 de dezembro de 1984 em Chapecó, sob o lema “Terra para quem nela Trabalha”. O objetivo desse Encontro era para preparação do I Congresso Nacional dos Sem-Terra, em Curitiba, em janeiro de 1985.

*Ainda em 1984, o Movimento faz sua primeira manifestação pública no dia 26 de julho em frente à sede do Incra, em Florianópolis. Em Chapecó, na mesma ocasião, representantes do Movimento mantêm audiência com o Governador Esperidião Amim e o coordenador regional do Incra, quando apresentam um levantamento dos latifúndios improdutivos passíveis de desapropriação. (Lisboa, Tereza Kleba. 1988:71).*

O estado de Santa Catarina, em 1985, tinha em torno de 186.000 famílias Sem-Terra ou com insuficiência de terra para a sobrevivência. A Região Oeste, zona de minifúndios, participou com 40 mil famílias Sem-Terra. É nesta região, que a Igreja com a presença do Bispo de Chapecó, Dom José Gomes,<sup>9</sup> Presidente Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT, apoiava todas as lutas do MST, “no sentido de levar a libertação a um povo que nunca conheceu a dignidade de viver” (Relatório do MST de Santa Catarina, as ocupações de terras em cinco municípios do oeste do estado de 26 à 31 de maio de 1985). No Oeste, devido a bacia do rio Uruguai, divisa de Santa Catarina com Rio Grande do Sul, e a grande quantidade de água, várias barragens que estavam sendo instaladas, o que levou a desapropriações de terras. Também aí encontram-se as grandes agroindústrias, como a Sadia, nos municípios de Concórdia e Chapecó, a Perdigão em Videira e a Ceval em Tapiranga.

No I Congresso Nacional do MST, em 1985 em Curitiba (PR), em que participaram líderes do Movimento do estado de Santa Catarina, tiraram-se orientações para os estados, que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- ocupação imediata de terras ociosas e públicas;
- uso das terras de forma coletiva, mas não como obrigatoriedade;
- organização de formas alternativas de produção e comercialização;

---

<sup>9</sup> Dom José Gomes, durante 30 anos foi Bispo da Diocese de Chapecó, atualmente aposentado e vivendo ainda em Chapecó, convive com os problemas envolvendo questões da terra desde 1975, quando assumiu a presidência do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, depois assume a presidência da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Em fevereiro de 1999 recebeu o troféu 15 anos do MST como uma homenagem de agradecimento pela importância da contribuição à luta do Movimento (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 187, março de 1999, p. 18).

- quando da posse coletiva da terra, se caso alguém deixar a terra, esta deverá ser repassada ao grupo com todas as benfeitorias;
- estudos em grupos, reunindo todos os militantes, do Estatuto da Terra, dessas propostas do I Congresso e levantar sugestões para a formulação de uma nova lei com novas reivindicações; e
- denunciar todas as formas de violência utilizadas contra os Sem-Terra (MST. Orientações tiradas no desse I Congresso do MST, Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985).

Assim, esses líderes voltaram com essas propostas e o compromisso de reiniciarem as ocupações. Nesse sentido envolveram-se a CPT e alguns sindicatos rurais e urbanos.

Nessa região, entre os dias 26 a 31 de maio de 1985, o MST ocupou terras improdutivas de seis municípios: São Miguel D'Oeste, Quilombo, Descanso, Maravilha, Mondaí e Abelardo Luz, num total de mais de quatorze ocupações, movimentando perto de 2.000 famílias. Entre estas ocupações está a que aconteceu em 25 de maio na fazenda Sandra, em Abelardo Luz, uma das maiores ocorridas no estado, hoje assentamento 25 de Maio (Relatório do MST de Santa Catarina, as ocupações de terras em cinco municípios do oeste do estado de 26 à 31 de maio de 1985). Abelardo Luz, por ser uma região com vários latifúndios, tem sido não só palco das primeiras lutas, como o é das mais recentes. Hoje há mais de mil famílias assentadas no Município. No município de São Miguel do Oeste foram duas ocupações, uma de 100 famílias e outra de 40, em áreas de latifúndio improdutivo; no município de Mondaí, cerca de 100 famílias ocuparam 1.630 ha. de terras da família Bragnollo, também se caracterizando como uma área improdutiva.

*A partir de maio de 85, estabeleceu-se grande conflito no estado quando cerca de 2.000 famílias Sem-Terra ocuparam imóveis ociosos na região oeste catarinense. Eram famílias de posseiros, arrendatários, agregados, peões ou bóias-frias cujos contratos de trabalho tinham terminado e não sabiam para onde ir. (Lisboa, Tereza Kleba, 1988:56).*

Essa ocupações acontecem, principalmente devido a:

- lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária;
- congresso dos trabalhadores na agricultura – CONTAG, em Brasília;
- transferência do Governo do estado para Chapecó;

- lançamento da aliança política do Senador Jaison Barreto – PMDB com o Governador Esperidião Amim – PDS; e
- precária situação dos acampamentos. Em Abelardo Luz haviam cerca de 1.000 famílias acampadas com pouquíssima reserva de alimentos (Relatório do MST de Santa Catarina, as ocupações de terras em cinco municípios do oeste do estado de 26 à 31 de maio de 1985).

Uma semana após essas ocupações, o MST e o Governo do estado de Santa Catarina, na época o Governador era Esperidião Amim e Vilson Pedro Kleinubing era o Secretário da Agricultura e Abastecimento, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura no estado de Santa Catarina (FETAESC) firmam um acordo para que o MST não ocupe mais áreas, *“os signatários deste documento expressam seu desejo de que a paz social no campo seja preservada, cômnicos de que a execução da reforma agrária se efetivará de acordo com os parâmetros legais”* (Termo de acordo entre o Governo do estado de Santa Catarina, o Incra e o MST, 03 de junho de 1985).

Nesse acordo o Governo do estado compromete-se a:

- providenciar mil hectares de terra, em caráter emergencial, situados nos municípios de Abelardo Luz e São Miguel D’Oeste para assentar provisoriamente as famílias que ocuparam áreas até a data desse acordo, 03 de junho de 1985, em conformidade com o cadastramento do Incra; e
- dotar as áreas de infra-estrutura mínima.

O MIRAD – INCRA comprometeu-se a:

- agilizar os processos de desapropriação já existentes. Num prazo de 90 dias, providenciar a desapropriação de áreas para o assentamento de duas mil famílias. O prazo de assentamento dessas famílias será de 120 dias.
- dimensionar o processo desapropriatório para atingir as condições técnicas, usualmente adotadas para elaboração de projeto de acordo com o critério modular e implementá-lo; e
- efetivar avaliação quinzenal das etapas de desenvolvimento do processo.

O MST comprometeu-se a:



- promover a transferência das famílias para os locais de assentamento provisório;
- parar por um prazo de 90 dias as ocupações de terras e se posicionar contrário a elas se ocorrerem nesse período; e
- apoiar e acompanhar o cadastramento a ser realizado pelo Incra (Termo de acordo entre o Governo do estado de Santa Catarina, o Incra e o MST, 03 de junho de 1985).

Também em 03 de junho, mesma data da assinatura do acordo, a coordenação do MST e representantes do acampamentos reuniram-se em Chapecó para avaliá-lo. O MST concluiu que a ocupação de terras demonstrou ser a arma mais poderosa de pressão junto ao Governo (Relatório da Reunião da Coordenação do MST (SC) em 03 de junho de 1985).

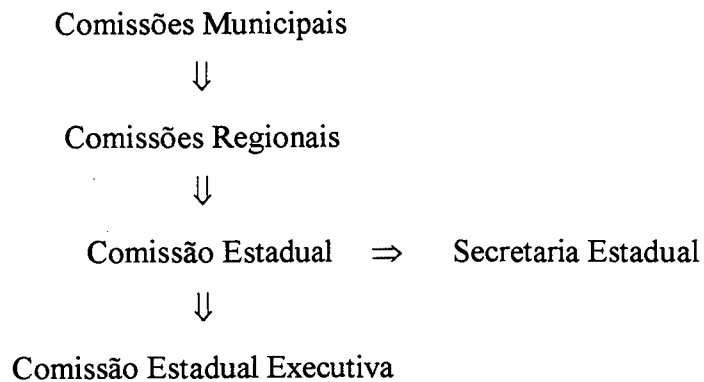
Nos dias 26 a 28 de outubro de 1985, no Município de Chapecó, lideranças do MST reúnem-se para avaliação do Movimento e estudo da reforma agrária e do socialismo (Relatório do estudo e avaliação do MST (SC) nos dias 26 a 28 de outubro de 1985, Chapecó).

Também em 1985, em 02 de setembro, pela primeira vez na história de Santa Catarina ocupava-se a Superintendência Estadual do Incra. E em 03 de setembro são feitas as primeiras desapropriações nas vilas Entre Rios, Putinga, Rabo de Galo no município de São Miguel D'Oeste, Barra Escondida em São José do Cedro, Derrubada em Ponte Serrada, Papuan I e fazenda Sandra em Abelardo Luz.

O primeiro encontro regional do MST, ocorreu em Itajaí, nos dias 18 e 19 de janeiro de 1986, reunindo as regiões de Florianópolis e Joinville, com o objetivo de ampliar o Movimento para outros Municípios. Nele discutiu-se o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e a realidade dos Municípios (Encontro Regional dos Sem-Terra, Itajaí (SC), 18 e 19 de janeiro de 1986).

O MST, em 1986, estava organizado em comissões municipais, regionais e estaduais. A comissão municipal era formada por pessoas de um mesmo município, com o objetivo de divulgar o Movimento nas suas comunidades. A comissão regional estava formada por alguns membros das comissões municipais. O estado de Santa Catarina foi dividido em três regiões: 1º. Região de Florianópolis e Joinville; 2º. Região de Curitibaanos,

Caçador e Rio do Sul; 3º. Região de todo o Oeste Catarinense. A Comissão Estadual tem a função de coordenar o trabalho no estado; organizar o Movimento em municípios onde ainda não havia organização; promover manifestações e encontros estaduais e manter-se em contato com outros estados. Existe ainda uma comissão estadual executiva que é formada por alguns membros da comissão estadual. O organograma estava assim estruturado (Relatório do Encontro Regional dos Sem-Terra, Itajaí (SC), 18 e 19 de janeiro de 1986):



O II Congresso Estadual do MST, no estado, aconteceu em Chapecó nos dias 8 e 9 de abril de 1986. Lideranças do Movimento e de entidades apoiadoras falaram nesse Congresso (Relatório dos discursos do II Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Catarina. 08 e 09 de abril de 1986). Encaminhou-se diversas denúncias do não cumprimento dos acordos feitos entre o MST, o MIRAD e o Governo do estado (Documento do II Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Catarina. 08 e 09 de abril de 1986). E assumiram-se os seguintes compromissos:

- lutar pela verdadeira reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- continuar a organização na base, fazendo ocupações, “Terra não se ganha, terra se conquista”;
- fortalecer a organização dos trabalhadores da roça e da cidade, através da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- garantir a participação da mulher e do jovem Sem-Terra, na estrutura do Movimento;
- não se deixar envolver pelas promessas do Incra e pelo projeto dos grandes (latifundiários, comerciantes, banqueiros, industriais);
- não entregar os companheiros para as grandes autoridades;

- eleger companheiros trabalhadores, comprometidos com a luta, nas eleições de 15 de novembro de 1986; e
- continuar na luta após a conquista da terra (Relatório do encontro de estudos nos municípios com as comissões municipais do MST, abril de 1986).

Em Chapecó, nos dias 12 e 13 de junho de 1986, reuniram-se as comissões regionais do Movimento. Nesse período, o MST estava organizado nos municípios de São Domingos, Galvão, São Lourenço, Quilombo, Campo Erê, São Miguel do Oeste, Pinhalzinho, Descanso, Mondai, São Carlos, Águas de Chapecó, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Chapecó, Xaxim, Coronel, Xanxere, Concórdia, Xavantina, Irani e Modelo. Nesse encontro discutiu-se o que fazer a curto, médio e longo prazo.

A curto prazo: organizar e fortalecer o Movimento e a conscientização das pessoas; a médio prazo melhorar a organização em sua base e conquistar espaço político, e no longo prazo: a conquista da terra, do poder a começar pelos sindicatos até a construção de uma nova sociedade (Relatório da reunião das comissões regionais do MST (SC) 12 3 13 de junho de 1986).

No mesmo ano (1986) também em Chapecó, nos dias 19, 20 e 21 de dezembro, o MST divulga uma nota à população em que faz uma avaliação de sua atuação.

*Em Santa Catarina, há cerca de 140 mil famílias Sem-Terra, e a meta é de assentar, neste ano 2.900 famílias. Dessas foram assentadas, sem nenhuma infra-estrutura, em torno de 1.200 famílias. Esses assentamentos foram possíveis em função da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, através das ocupações ocorridas em maio de 1985, que possibilitou a assinatura de um acordo entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e os Governos Estadual e Federal. Neste acordo, assinado em 03 de junho de 1985, foi previsto o assentamento das 2.000 famílias em 120 dias, que até hoje não foi cumprido. (Nota à imprensa, 21 de dezembro de 1986, Chapecó (SC)).*

Nessa avaliação está presente a construção de uma nova sociedade:

*A burguesia está interessada na exploração do trabalho, em ficar com tudo aquilo que o trabalhador produz a mais, com seu trabalho, que chamamos de mais-valia. Os trabalhadores, por sua vez, estão*

*interessados na Socialização dos meios de produção, isto é, em repartir os enormes lucros das fábricas, das terras, dos bancos e comércio.*

*(...) Não se trata só de levar adiante as lutas. É preciso superarmos o amadorismo e fazermos uma luta “profissional”. Só venceremos a Burguesia com atitudes corretas, firmes, decididas, com planejamento a curto, médio e longo prazo. Além disso, precisamos também aprender a avaliar e retomar nossa caminhada, nossas lutas, de acordo com a conjuntura concreta de cada momento da realidade. (Relatório da avaliação do MST (SC), 19, 20 e 21 de dezembro de 1986).*

Em março de 1987, nos dias 11 e 12, a executiva nacional reúne-se para analisar os problemas conjunturais e o andamento do Movimento nas cidades do estado (Relatório do encontro da executiva estadual nos dias 11 e 12 de março de 1987). E nos dias 21 e 22 de maio de 1987 em Chapecó reúne-se a Coordenação Estadual avaliando o Movimento em suas regionais e esclarecendo qual a sua concepção de sindicato e de partido. Existem três concepções de sindicato, estabelecidas pelo Movimento, os “pelegos”; os “autênticos” – classistas instrumentos de propaganda do Partido e a que o Movimento aposta, cuja função é a de organizar os trabalhadores, e que seja reivindicatório, de massa e autônomo. *“A nossa concepção é para chegar ao Socialismo. Por isso precisamos organizar núcleos da CUT”* (Relatório da reunião da Coordenação Estadual, dias 21 e 22 de maio de 1987, Chapecó).

Em outubro de 1987, no dia 30, acontece a segunda ocupação em Campo Erê, como uma retomada da organização no estado, que havia parado com as ocupações. Foram mais de mil famílias que acamparam na fazenda Campo Grande, e após três dias policiais fizeram um despejo violento.

A então Deputada Estadual Luci Choinaski, do PT (SC), hoje Deputada Federal, em um discurso feito na Câmara dos Deputados em 09.11.87 denuncia a gravidade da situação vivida pelos Sem-Terra de Santa Catarina:

*O Movimento dos Sem-Terra desde o início assumiu sua luta, sua autonomia absoluta pela terra. A cada dia cresce mais e se fortalece, não tendo outra posição a tomar senão a de fazer uma ocupação organizada, a qual assume integralmente.*

*Em Campo Erê houve uma ocupação de mais de duas mil famílias de trabalhadores Sem-Terra. Em Irani mais de quinhentas famílias fizeram*

*ocupação de terras e em Ibirama mais de duzentas famílias, o que dá em torno de mais de dez mil trabalhadores rurais Sem-Terra que fizeram ocupação de terras. Mais de quatro mil crianças estão participando de tudo isso.*

*É uma questão social muito grande. É uma massa de trabalhadores que estão se conscientizando e que querem lutar pelo seu pedaço de terra.* (Diário da Assembléia Legislativa – SC – N. 3.072 de 09.11.1987).

Também em 1987, nos dias 29 e 30 de novembro de 01 de dezembro, em Chapecó, o Movimento reuniu-se para fazer uma avaliação e “*avançar na construção do Projeto Político da Classe Trabalhadora*” (Carta aos Sem-Terra, 29 de outubro de 1987).

A Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Catarina volta a reunir-se em Chapecó nos dias 03 e 04 de maio de 1988. Aqui o Movimento já mostra claros sinais de organização mais consistente, como pode-se perceber no relatório desse encontro (Relatório da reunião da Coordenação Estadual, dias 21 e 22 de maio de 1987, Chapecó). Discutem-se a educação, as finanças, organização de mulheres e jovens, formação, saúde, jornal, cursos de administração para assentados, e também deixa clara, que já nos seus primórdios, a necessidade de buscar uma nova forma de organização da produção da vida das pessoas, ou seja, uma sociedade cuja base de organização deveria romper com o capitalismo, apontando o socialismo como alternativa (Relatório da reunião da Coordenação Estadual, dias 21 e 22 de maio de 1987, Chapecó). Nos dias 12 à 16 de dezembro de 1988 no Centro Diocesano de Formação em Chapecó, o MST organizou o seu Encontro Estadual.

A 25 de maio de 1988, ocupava-se a área da fazenda Volta Grande em Abelardo Luz. E em 1989, em 11 de junho ocupou-se a fazenda Caudato em Palma Sola com 700 famílias presentes, deixando um marco na história do MST deste estado. Em 16 de setembro aconteceu um violento confronto com policiais, resultando na morte de um dos líderes do Movimento, vários feridos e outros presos. As famílias foram despejadas. Neste mesmo ano a fazenda Santa Rosa III em Abelardo Luz foi ocupada.

A fazenda Carrapatinho em Garuva e do Contestado em Fraiburgo foram ocupadas em 1990. Também neste ano aconteceu o II Congresso Nacional do MST em Brasília sob o lema Ocupar, Resistir, Produzir.

Foi fundada, em 26 de outubro de 1991, a Central de Cooperativas de Reforma Agrária deste estado, e junto com ela três Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Tem como objetivo articular as cooperativas e associações do Movimento no estado e os assentamentos, estimulando a cooperação. Preocupa-se também com o conjunto dos problemas dos assentamentos; negocia a parte econômica como projetos e infraestrutura; auxilia na criação de cooperativas de produção e comercialização e estimula a capacitação de dirigentes e militantes; presta assistência contábil às Cooperativas e associações (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n. 125, maio de 1993).

No município de Campos Novos, em 28 de abril de 1992, 150 famílias ocuparam uma área de 300 hectares. Esta área está localizada junto ao assentamento 30 de outubro, um dos primeiros do estado (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n.115, maio de 1992:6). Em julho deste mesmo ano, policiais invadiram esse assentamento, destruíram barracos e espancaram pessoas. Alguns ficaram feridos e oito foram presos. Também em 1992, 160 famílias reocuparam a fazenda Santa Rosa III, em Abelardo Luz, na última semana de julho (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, n.118, julho-agosto de 1992:10).

Neste ano (1992), reforça-se o trabalho de acompanhamento aos assentamentos e investe-se na capacitação técnica dos militantes.

Com o objetivo de reafirmar a luta pela reforma agrária, em 1993, acontece um novo Encontro Estadual do Movimento.

Nova ocupação da Secretaria da Agricultura do estado, acontece em julho de 1993, onde reivindicava-se assistência técnica, instalação de energia elétrica e material para a construção de casas nos assentamentos, liberação do Procera, e assentamento de cerca de 400 famílias acampadas no estado. Em torno de 200 membros do MST junto com o então Deputado Wilson Santin, PT (SC), conversaram com o presidente da Companhia de Eletrificação do estado de Santa Catarina (CELESC), com o Secretário da Habitação e o Diretor de Assuntos Fundiários da Secretaria da Agricultura e o Superintendente do Incra, todos prometeram os encaminhamentos para que as reivindicações fossem atendidas (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 128, agosto de 1993:6).

Em entrevista ao jornal Sem-Terra, Dilson Barcelos, um dos líderes do Movimento no estado faz avaliação da situação dos assentamentos:

*Durante estes oito anos de lutas, conquistamos 53 assentamentos. São 2.088 famílias assentadas oficialmente e 200 em áreas ainda não regularizadas. Neles, nós enfrentamos os reflexos da falta de decisão política do governo de fazer reforma agrária, pois há falta de recursos para a produção e, em muitas áreas, o solo tem baixa qualidade para a agricultura. Existem famílias assentadas há três anos que ainda não receberam um centavo para a produção.*

*Mesmo com todos esses problemas e, apesar das dificuldades de articulação e da falta de estrutura, conseguimos mobilizar a grande maioria dos assentados. Com nossas lutas deste ano, nós conseguimos a melhoria das estradas de vários assentamentos e, até novembro, a CELESC terminará a instalação de energia elétrica em 10 áreas. Também estamos concluindo um projeto estratégico para as três CPAs (Cooperativas de Produção dos Assentamentos), que irá estimular algumas produções de produtos e estamos discutindo a criação de uma cooperativa regional no município de Abelardo Luz (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 129, setembro de 1993:4).*

Dilson Barcelos comenta ainda sobre a situação da educação nos assentamentos e acampamentos no estado.

*Em nosso estado, a educação tem avançado muito do ponto de vista organizativo. Hoje temos uma coordenação estadual composta por doze professores, o que possibilita um melhor trabalho de nossas propostas (...). Desde o ano passado, estamos trabalhando a capacitação técnica e a formação política deles. Temos dificuldades. Alguns professores não vestem nossa camisa e não têm posição de classe. Porém, estas oficinas tem crescido em número e qualidade, dando um bom resultado no trabalho com alunos. Enfrentamos, em algumas áreas, dificuldades na relação escola/assentamento. Para superá-las, estamos planejando trabalhar a proposta com todo o assentamento. Vamos dar início a esta experiência em Abelardo Luz, no mês de outubro. Temos algumas escolas que já funcionam com a proposta da escola cooperativa, o que vem dando bons resultados no campo organizativo e na formulação de um novo conhecimento. A partir deste trabalho em educação, já dá para perceber o avanço na qualificação dos alunos, pois com o envolvimento da família e do conjunto do assentamento nesta nova forma de educar, penso que destas escolas sairão várias lideranças para a luta da classe trabalhadora. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 128, agosto de 1993:6).*

Desde 1989, famílias estavam acampadas no município de Matos Costa na fazenda São Roque, a área da fazenda ocupada é de 1.007 ha. Em 22 de janeiro de 1994 o assentamento foi legalizado pelo então Presidente da República, Itamar Franco, antes disso porém, como sempre vem acontecendo, policiais invadiram o local e as famílias retiraram-se para evitar problemas maiores. As famílias já haviam plantado milho e feijão com semente doadas pela prefeitura e foram impedidos de fazer a colheita pelos policiais, as plantações foram perdidas. Também em 1994, no mês de fevereiro, o assentamento Contestado, município de Fraiburgo, foi regularizado, recebeu este nome por que sua sede foi palco de uma batalha da Guerra do Contestado. Também neste ano a Caravana da Cidadania que Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT), vinha conduzindo pelo país, visitou o assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 134, março 1994:6). Ainda em março deste mesmo ano, o Movimento ocupou a sede do Incra, reivindicando desapropriações e recursos (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 135, abril 1994:6). No município de Catanduvas em 21 de junho de 1994, estavam acampadas na fazenda São João do Irani, em uma terra abandonada, 49 pessoas. Policiais invadiram a área feriram várias pessoas e prenderam outras.

*Quem lutava para ver a 'terra livre', foi algemado e torturado, como querendo dizer que o 'sonho' acabou. Não ele não acabou e ninguém conseguirá arrancar dos acampados a honra. Teimosamente o prefeito de Catanduvas, juntamente com a burguesia e a UDR local, pensam estarem certos de que foram vitoriosos. Enganam-se, pois subestimam a força dos que lutam. Quem não estava preso foi levado para o pavilhão da igreja da cidade (...) a tardinha foram soltos. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 138, julho 1994:6).*

O Grito da Terra que acontecia em todo o país, nesse período, reuniu em Florianópolis, nos dias 10, 11 e 12 de maio de 1994, em torno de 1.000 pessoas. Várias entidades organizadas e sindicatos participaram das mobilizações, foram vários atos em frente a órgãos do governo e várias reivindicações dos trabalhadores no que se refere a assentamentos, a eletrificação e outros recursos (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 137, junho 1994:3).

Fundada em Abelardo Luz, em 30 de julho de 1994, a Cooperativa de Comercialização do município, as suas atividades atingiram oito assentamentos, onde vivem mais de



quinhentas famílias. Os assentados, através da Cooperativa, esperam evitar os intermediários e receber um melhor preço para os seus produtos (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 140, setembro 1994:7).

A Fazenda Parolim no município de Santa Terezinha é reocupada pelo Movimento pela terceira vez, em 5 de setembro de 1994. A área da fazenda é de 1.600 ha, improdutiva. O Incra libera a área mas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) não, alegando que a vegetação da área é de Mata Atlântica e deve ser preservada. Essa ocupação foi feita em conjunto com sindicatos e entidades urbanas de vários municípios do estado (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 141, outubro de 1994:5).

Nas eleições de outubro de 1994, o Deputado Estadual Idelvino Luís Furlaneto, pequeno agricultor, foi reeleito. E José Fritsch, um dos fundadores do MST no estado, foi eleito Deputado Federal. Ambos pelo Partido dos Trabalhadores (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 142, novembro de 1994:7).

Em junho de 1995, no dia 5, o Movimento, sindicatos e outras entidades, fecham a ponte Pedro Ivo Campos que liga o Continente a Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, durante meia hora e em seguida ocupam a Secretaria da Agricultura fazendo reivindicações. É o Grito da Terra que acontece novamente com mobilizações em todo o país (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 148, junho de 1995:7). Também neste ano, nos dias 26, 27 e 28 de maio, o MST comemora seus dez anos, A comemoração acontece em Abelardo Luz, no assentamento Santa Rosa I. Estavam presentes em torno de 4.500 pessoas. Egídio Bruneto, um dos fundadores do MST no estado coloca:

*éramos uma tropa de miseráveis, coitados, chamados de vagabundos, hoje nós somos gente que organiza a educação, a produção. Vamos a qualquer lugar de cabeça erguida. Temos proposta e somos capazes de fazer a reforma agrária. Esta terra para nós é como um seio para uma criança que está sendo amamentado. É o que alimenta a nossa vida. Ela é nossa mãe e nós fazemos parte dela. É sagrado.* (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 148, junho de 1995:10).

João Pedro Stédile, líder nacional do Movimento presente na comemoração, colocou a importância dos valores na luta. O valor da indignação para lutar contra injustiças; a

solidariedade que deve ser ampliada a qualquer companheiro; o valor do ato de derrubar uma cerca de um latifúndio (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 148, junho de 1995:7).

Em novembro de 1995, cerca de 800 famílias ocupam uma fazenda em Passos Maia. Neste mesmo ano realizou-se o I Congresso Infantil do estado, e também participou-se do III Congresso Nacional do Movimento.

Iniciam-se, em 1993, as primeiras discussões referentes às Cooperativas Regionais de Comercialização, que abrangeriam diversos assentamentos, ao invés de criar-se uma CPA em cada assentamento. Entretanto, somente em 1996, começa-se a implementar de forma efetiva as propostas do SCA nos assentamentos com a instalação de várias indústrias de beneficiamento e industrialização dos produtos.

Em abril de 1996, acontece a marcha do MST em todo o estado e em todo o país pela reforma agrária e pelo emprego.

Com o lema “MST com educação, terra e dignidade”, crianças e adolescentes, em outubro, na semana da criança, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, fazem manifestações e discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a situação da educação no Brasil, e intercâmbio com crianças urbanas (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 173, outubro de 1997:6).

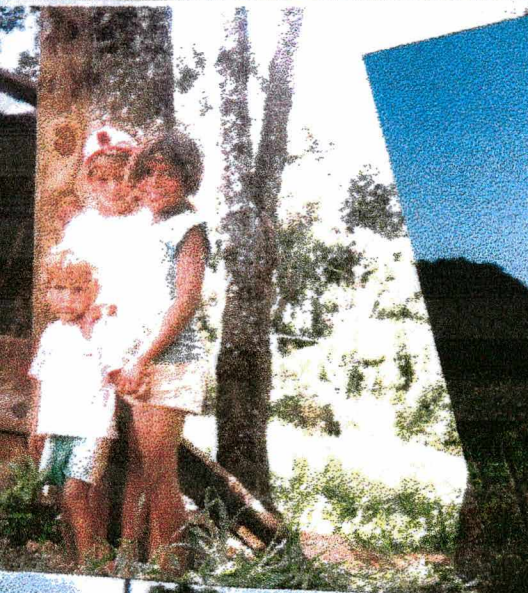
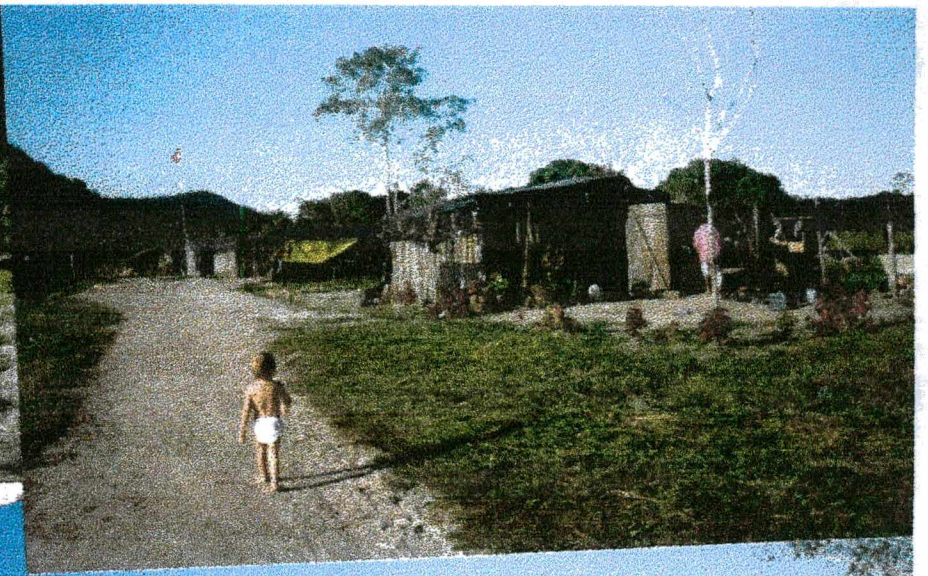
Em março de 1999, em Chapecó, o Movimento realiza manifestações contra a implementação do Banco da Terra e permanece acampado em frente ao Incra da cidade. No final de abril vem a Florianópolis, onde acampa por duas semanas em frente ao palácio do Governo protestando contra essas políticas, e solicitando a intervenção do Governador para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso receba a Coordenação Nacional do MST em audiência pública (Jornada nacional de luta em defesa da reforma agrária, MST (SC), 18 a 23 de abril de 1999).

Na Ponte Alta do Rio Chapecó, comunidade de Santa Rita, no município de Abelardo Luz, todo 25 de maio é relembrado. Esta data ficou marcada na história do MST deste

estado pelo episódio do fogo na ponte,<sup>10</sup> é nela que se comemora ao longo dos anos a história do surgimento do MST. Neste local, agora em 1999, será feito um mural com desenhos que contam a história da ocupação. Também nesta data os assentados puderam comemorar a reabertura da Rádio Comunitária Terra Livre do Movimento que está no ar desde 1996 e por problemas técnicos esteve alguns meses fora do ar (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra n. 190, junho de 1999:8).

---

<sup>10</sup> Fogo na ponte: ficou assim conhecido na história o MST, a ocupação de uma área no município de Abelardo Luz quando pistoleiros a mando dos fazendeiros, para impedirem a entrada das famílias colocaram fogo em uma ponte de madeira que dava acesso a área. Somente as mulheres e crianças desceram dos caminhões e com lenços e galhos verdes apagaram o fogo.



## 2- ACAMPAMENTOS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra origina-se como uma forma de mobilização para conquistar o direito sobre a terra, como recurso básico à reprodução da vida. O acampamento, uma de suas principais formas de luta,<sup>11</sup> tem se mostrado como um poderoso instrumento de aquisição de terras. Constitui-se como forma de pressão política, visando à desapropriação de áreas para a formação dos assentamentos. O tempo de acampamento possibilita aos trabalhadores rurais sem terra construir o Movimento, compreender a sociedade em que vivem e a si próprios, desalienando-se, percebendo-se como sujeitos da luta e da sua própria história.

Nos acampamentos, os sem-terra adquirem uma experiência ímpar de aprendizado das novas formas de organização da produção da vida, seja através do cooperativismo e do associativismo ou da solidariedade. Esse período temporário possibilita aos acampados a tomada de consciência de sua realidade e de seus problemas. É o momento da formação, do aprendizado, do estudo, da reprodução, da sociedade em geral e da afirmação do Movimento. Eles são submetidos a um processo de desalienação, constituindo-se como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Nesta etapa da luta e, posteriormente nos assentamentos, o MST busca constituir novos homens, tendo como linha norteadora a instituição de valores comportamentais, como negação ao individualismo, ao consumismo e a afirmação de valores humanistas. Propondo-se, dessa forma, à construção de uma sociedade igualitária e socialista.

---

<sup>11</sup> Formas de luta do MST, entre as quais estão o acampamentos, ocupações, passeatas, marchas e ocupações de prédios públicos.

Este período é, para o Movimento, tempo de preparação dos trabalhadores rurais Sem-Terra, para conquistar o direito sobre a terra. É um período de aprendizado para as massas, onde se busca compreender as relações entre o local e o nacional, a fim de superar as reivindicações corporativas, elevando a consciência dos seus militantes e aumentando a correlação de forças na sociedade, para transformá-la.

Uma malha de fios invisíveis de relações sociais, negadoras do capital, vão se tecendo e forjam novos homens nos acampamentos, a partir de uma outra base material de reprodução da vida. Através da base produtiva de sua existência as relações sociais vão sendo engendradas. Essas relações sociais pressupõem a existência de novos homens e rompem com as formas anteriores de produção da vida. A conexão entre esses homens no espaço e no tempo do acampamento está determinado por sua própria base produtiva, regida por outras leis superando as do capital.

O MST entende por acampamento uma ação organizada com a finalidade de efetivar a ocupação de áreas de terra passíveis de desapropriação, que não cumprem a função social da propriedade. Enquanto forma de luta, acampamento pode também designar, para o Movimento uma ocupação como designar as caminhadas, romarias, vigílias, jejuns, acampamentos em frente à prédios públicos como o Incra, Assembléias Legislativas e Bancos. De inspiração nitidamente religiosa, compreendem atos reivindicatórios que implicam em desgastes físicos como elementos alicerçadores dos propósitos, sejam eles a desapropriação de áreas, como liberação de verbas e clamação por justiça. Essas formas de luta possuem uma temporalidade própria, pressupõem o atendimento da reivindicação num curto espaço de tempo (MST, janeiro de 1987, Relatório dos Principais Acontecimentos em 1986).

Nesses atos, os trabalhadores Sem-Terra manifestam publicamente suas reivindicações, apresentando-se visíveis a toda sociedade, chamando a atenção para tensões latentes e que se tornam manifestas a partir da força dos movimentos de mobilização.

Tanto o acampamento, como a ocupação, aparecem na literatura do Movimento como uma forma de luta eficaz para a conquista da terra e tempo de aprendizagem para os acampados. O retrato dos acampamentos vem como um momento doloroso, cujo enfoque está na precariedade da infra-estrutura e da reprodução da vida.

Observa-se que o ato da ocupação de terras pelo MST é produto de decisões estratégicas e condições objetivas que facilitam ou impedem o processo. A organização e, principalmente o grau de apoio de outros setores da sociedade civil, como sindicalistas, professores, funcionários públicos, religiosos, políticos, e o número de ocupantes, são freqüentemente importantes para a prevenção dos despejos e da ação violenta dos fazendeiros e do próprio Estado. O isolamento do Movimento, particularmente quando ocorre o ato de ocupação e se for feito com um número pouco significativo de famílias, permite que os próprios Governos enviem unidades militares para evitar esta ação. Portanto, a experiência dos líderes do Movimento tornam-se imprescindível nesses momentos, bem como o planejamento e organização da ocupação. Assim que esta ação termina, os organizadores começam a influenciar os municípios adjacentes, e os agricultores vizinhos para o seu fortalecimento, reforçando a resistência para ocupações futuras. É a partir desse dinamismo que líderes de um estado mudam-se para outras regiões, e mobilizações políticas são feitas nas cidades para protestar contra a repressão ou massacres de sem-terras em outros locais. Táticas bem sucedidas em uma região são aplicadas em outras. Ocupações de terras conectadas com uma rede de relações urbanas difundem-se em todas as regiões do país (Petras, James. Revista Sem-Terra, ano I n. 3 jan/fev/mar 98. Publicação: ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola).

A decisão de onde acampar está subordinada à estrutura organizacional do Movimento, apesar da diversidade de áreas de acampamentos, a direção do Movimento é quem centraliza a responsabilidade de decidir os seus rumos. Quem e onde ocupar passa por um planejamento, não é qualquer área e também não participam, necessariamente, todas as famílias. Percebe-se que os novos imóveis que são ocupados estavam em processo de negociação com o Incra. Isso também assegura que o imóvel não seja objeto de ocupação por famílias de agricultores sem terra mediados por outras forças políticas, como sindicatos ou a própria prefeitura municipal, onde se localizam as terras a serem ocupadas.

São entendidos, de forma geral, como uma mobilização visando o retorno à terra, ou seja, à reprodução da condição material de sua existência como pequenos produtores agrícolas.

Várias áreas, com acampamentos provisórios, aguardando a desapropriação, merecem atenção especial do Movimento, por estarem enquadradas dentro das estratégicas.<sup>12</sup> Nelas o Movimento adota critérios de exclusão e inclusão das famílias acampadas para a instalação em possíveis assentamentos. A escolha da família acampada para ser assentada, nesses locais estratégicos, não passa por opções dos indivíduos, nem por sorteio, e muito menos pelos critérios do Incra, que considera o tamanho da família e a idade dos seus membros, mas, sim, por aspectos que refletem a estratégia da organização. Em última análise, nessas áreas, são priorizados os que estão organizados em “grupos de trabalho”, que assumem a cooperação agrícola como forma de organização dos assentamentos. São compostos, em sua maioria, por lideranças sintonizadas com a estrutura do MST. As demais famílias permanecem acampadas aguardando a desapropriação ou aquisição de novas áreas pelo Estado (Cazella, 1992).

Desse modo, nas áreas consideradas estratégicas para o Movimento, geralmente próximas das cidades, ou uma terra avaliada como boa, há uma priorização de pessoas que optam pelo coletivo, e as que durante o período de acampamento mostraram-se disciplinadas e dispostas a seguir as estratégias do Movimento.

Assim, a passagem dos acampamentos para os assentamentos, com o MST como mediador, estabelece critérios de priorização, exclui ou hierarquiza os acampados que compõem a sua base. Na maioria das vezes, o critério de avaliação passa a ser o próprio discurso e o posicionamento do acampado, enquanto forma associativa de trabalho, coletivo, semicoletivo ou individual.

Esse fator poderá futuramente criar inúmeros impasses no interior de assentamentos onde grupos foram priorizados, e que venham a desestruturar-se por diversas razões. Em geral, demonstram que a proposta de cooperação agrícola não se sustenta somente com o ideal político dos assentados (Cazella, 1992).

A dificuldade em estudos e estatísticas dessa forma de luta, dá-se em virtude da extrema mobilidade dos acampamentos, bem como à flutuações das famílias que os integram.

---

<sup>12</sup> Áreas estratégicas para o Movimento são as próximas as cidades, ou terras caracterizadas como boas para o plantio.



No início da estruturação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em 1986, estatísticas demonstram que existiam cerca de 82 (oitenta e dois) acampamentos, envolvendo cerca de 16.348 (dezesesseis mil trezentos e quarenta e oito) famílias distribuídas desigualmente pelas várias Unidades da Federação. Foram registrados três acampamentos na Região Norte, um no estado do Acre e dois no estado de Rondônia. Na Região Nordeste haviam oito acampamentos, quatro em Pernambuco, dois em Sergipe, um na Paraíba e um no Maranhão. Na Região Centro-Oeste haviam treze, sendo dez em Mato Grosso do Sul e três em Goiás. Na Região Sudeste foram registrados dezoito, dez em São Paulo, quatro no Rio de Janeiro, dois no Espírito Santo e dois no estado de Minas Gerais. Na Região Sul foram registrados quarenta, sendo trinta no estado do Paraná, cinco em Santa Catarina e cinco no Rio Grande do Sul (Relatório dos Principais Acontecimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1986).

O número de acampamentos existentes no país, 119 (cento e dezenove), e respectivo número de famílias, 12.805 (doze mil, oitocentos e cinco), envolvidas a partir de 1990 sugere uma escala crescente em números de acampamentos e famílias envolvidas. Até o mês de julho de 1999 esse número totalizava, 505 (quinhentos e cinco) acampamentos e 72.861 (setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e uma) famílias envolvidas. Da sua constituição aos anos atuais verifica-se uma ramificação do Movimento por todos os estados do país, assegurando seu caráter nacional e confirmando suas táticas de luta, tendo nas ocupações e acampamentos a sua estratégia mais eficaz.

<b>Ano</b>	<b>Número de Acampamentos</b>	<b>Número de famílias</b>
1990	119	12.805
1991	78	9.203
1992	149	20.596
1993	214	40.109
1994	125	24.590
1995	101	31.619
1996	250	42.682
1997	281	52.276
1998	388	62.864
1999 até julho	505	72.861
<b>Total</b>	<b>2.210</b>	<b>369.605</b>

Fonte: <http://www.mst.org.br> dados atualizados em 26.07.99, pesquisa efetuada em 08.09.99 às 23:58 hs.

Os acampamentos do MST existentes por Unidade da Federação e as famílias envolvidas, no período atual são:

Estados	Número de acampamentos	Número de famílias
Alagoas	31	7.868
Bahia	39	4.113
Ceará	5	570
Brasília (DF)	1	40
Espírito Santo	5	700
Goiás	4	900
Maranhão	13	1.924
Minas Gerais	5	760
Mato Grosso do Sul	6	3.200
Mato Grosso	5	3.400
Pará	10	3.321
Paraíba	14	2.016
Pernambuco	133	18.048
Piauí	7	611
Paraná	103	6.194
Tocantins	7	720
Rio de Janeiro	7	1.390
Rio Grande do Norte	13	953
Rondônia	8	909
Rio Grande do Sul	5	4.050
Santa Catarina	20	2.000
Sergipe	34	3.471
São Paulo	30	5.703
<b>Total</b>	<b>505</b>	<b>72.861</b>

Fonte: <http://www.mst.org.br> dados atualizados em 26.07.99, pesquisa efetuada em 08.09.99 às 23:58 hs.

Os acampamentos registrados em Santa Catarina entre março de 1985 e maio de 1986 foram (Relatório dos Principais Acontecimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1986):

Município	Localização ou área a que se referem	Número de famílias
Padanduva	Área do Exército	200
Faxinal dos Guedes	Sede Ribeiro	550
S. Miguel do Oeste	Bandeirantes	470
Abelardo Luz	Araça	130
Benedito Novo	Alto Liberdade	20

No estado de Santa Catarina os acampamentos iniciaram-se em maio de 1985, e estavam distribuídos nos municípios de São Miguel D'Oeste, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz, Mondai. Reduziram-se mais tarde a três acampamentos provisórios localizados em São Miguel D'Oeste, Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes (Relatório dos Principais Acontecimentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1986).

Os acampamentos de Santa Catarina foram os considerados pelo MST como os de melhor situação em comparação com outros assentamentos do país, em vista do acordo celebrado entre o MST, o Incra e o Governo do estado, onde estes últimos se comprometeram em desapropriar cerca de 20.000 ha. de terra com a condição de que o MST cessaria as ocupações de terras. Esse acordo garantiu também a alimentação e a assistência médica para todas as famílias acampadas.<sup>13</sup>

As ocupações que redundaram no acordo foram:

<b>Data Ocupação</b>	<b>Localização</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Proprietário</b>	<b>N.º de ocupantes</b>
19.05.85	Quilombo	100 ha.	Desidério Gaspar	21
25.05.85	Quilombo	200 ha.	Olívio Conti	98
25.05.85	Abelardo Luz	2.000 ha.	Anair Mota e Aires Pereira	2.500
25.05.85	Mondai	500 ha.	Henrique Guilherme Bragagnolo	300
25.05.85	S. Miguel D'Oeste (Linha 3 Irmãos)	100 ha.	Gáúcho	100
25.05.85	S. Miguel D'Oeste (Linha Entre Rios)	1.200 ha.	Baldissera, Albino Moser e Ernesto Gill	500

Fonte: Gov. do estado de Santa Catarina (of. GG 430/85 de 31/05.85) apud MST, janeiro de 1987.

Seguido dessas ocupações somaram-se mais quatro acampamentos: Papanduva em setembro de 1985; Benedito Novo em janeiro de 1986; Abelardo Luz em agosto de 1986 e Romelândia em agosto de 1986. Totalizando sete acampamentos no estado, envolvendo um contingente de 989 (novecentos e oitenta e nove) famílias acampadas.

Nos acampamentos de Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz e São Miguel do Oeste foram documentadas no decorrer do ano de 1985, a morte de cinco crianças por falta de assistência médica e alimentação. No país, neste mesmo período, em acampamentos

<sup>13</sup> Esse acordo está explicitado no capítulo referente a história do Movimento no estado de Santa Catarina.

houveram cerca de 74 mortes naturais, somente na Fazenda Anoni estado do Rio Grande do Sul, local originário do Movimento, entre outubro de 1985 e julho de 1986 morreram 14 pessoas, e cerca de 80 nesse período estavam com cachumba e muitas outras com problemas respiratórios. A maioria das mortes em acampamentos são de crianças. Esses casos de mortes distinguem-se daquelas verificadas em conflitos de terra, que não estão aqui computadas, embora evidenciam uma estatística igualmente trágica (MST, janeiro de 1987).

Atualmente, agosto de 1999, no estado de Santa Catarina tem-se cerca de vinte acampamentos, envolvendo aproximadamente duas mil famílias (<http://www.mst.org.br>, dados atualizados em 26.07.99, pesquisa efetuada em 08.09.99 às 23:58 hs.).

A idéia de ocupar terras, inicialmente, entre os sem-terra foi rejeitada. Antes de efetivarem-se as ocupações acontecia um longo processo de discussões e também de pesquisas nos mais diversos espaços sobre a natureza dos impasses e a melhor maneira de solucioná-los, não só pelo medo da repressão mas também, em virtude de associar-se a uma imagem preconceituosa a respeito das ocupações. A partir das primeiras ocupações acontece o rompimento com essa imagem, que, a partir de então, adquire uma conotação inversa, passa a representar um meio legítimo de conquista da terra (Kleba, 1992).

A razão da opção por acampamentos aparece de modo unívoco: a necessidade de reproduzir as condições materiais da própria existência dada pela terra, em quantidade suficiente para garantir tais condições. Uma vez que esta é a forma presente na visão de mundo dos trabalhadores rurais, de produção e reprodução da vida.

As ocupações não acontecem de forma espontânea, mas a partir de um longo processo de discussão e planejamento, e também de pesquisa junto aos órgãos do Governo, para verificação de áreas passíveis de desapropriação. Famílias são reunidas em número suficiente para garantir esse processo. Reúnem-se não só famílias que permanecerão acampadas, mas também outras que já se encontram assentadas, com o objetivo de aumentar a pressão política e criar as possibilidades de resistência em casos de enfrentamento, seja com o proprietário, seja com a polícia, muitas vezes acionada para proteger e preservar o direito de propriedade.

A ocupação seguida do acampamento, tem objetivos definidos, embora coexistam margens de contingência e de liberdade neste processo, conferindo às ações um sentido de construção interativa, e permitindo um alto grau de criatividade e improvisação (Kleba, 1992). O objetivo político dessa mobilização está na forma de pressão e reivindicação sobre as autoridades e a colocação à sociedade de que existem áreas de terra passíveis de reforma agrária, faltando a iniciativa aos órgãos competentes de fazê-lo.

Além dos acampamentos em terras passíveis de serem desapropriadas, há os acampamentos em locais provisórios, como próximos a rodovias, aguardando o surgimento de áreas para a ocupação já indicadas ou negociadas com o Incra, ou mesmo outras áreas que se caracterizam como latifúndios a serem ocupadas para pressionar e reivindicar a formação de assentamentos.

Existe uma organização interna em todos os acampamentos, visando o seu funcionamento e a sua operacionalidade, no sentido de garantir a sobrevivência e uma certa qualidade de vida entre os acampados.

Normalmente acampados montam os barracos por proximidade de parentes, vizinhos e amigos das comunidades de origem, onde posteriormente formarão seu próprio núcleo de discussões e encaminhamentos. Há um forte componente religioso que fortalece os laços de solidariedade e facilita a formação dos núcleos e grupos coletivos de trabalhos. Geralmente as áreas escolhidas para acampar estão próximas a fontes de água ou riachos.

O estreitamento das relações solidárias aparece como um componente para a própria sobrevivência, em vista das condições vigentes nos acampamentos, como a falta de infra-estrutura básica e alimentação. Para subsistir, os acampados dependem de ajuda alimentar de parentes ou de instituições religiosas e governamentais e do conjunto da sociedade. Embora existam acampamentos que se utilizam do recurso de assalariamento temporário, essa fonte não é suficiente para garantir a sobrevivência da unidade familiar. Há poucos acampamentos que permitem que a área seja cultivada, devido a sua própria condição de provisoriedade, os que permitem organizam a produção de forma coletiva, em função desse fator.

Os fatores que explicam a emergência da organização coletiva em acampamentos podem ser justificados: a) O MST teria optado por essa forma visando não apenas reforçar sua coesão política, mas intensificar a percepção das vantagens da gestão coletiva da terra e do trabalho; b) o espaço do acampamento foi considerado muito exíguo para a população existente, inviabilizando formas individuais de cultivo; c) geralmente os insumos são doados (Kleba, 1992). Tanto o controle do trabalho como a sua forma de distribuição são conflitivas, em virtude da constante mutação das famílias acampadas.

A montagem dos barracos nos acampamentos é feita de suporte de madeira ou bambu e cobertos por uma lona de plástico preta, esse material é pouco resistente e sempre é preciso consertá-lo ou substituí-lo.



Figura 1 – Acampamento Oziel Alves Pereira

A maioria dos barracos possuem divisões; quartos para o casal e para os filhos; sala e cozinha, alguns possuem uma área externa onde normalmente as pessoas sentam-se para conversar e tomar chimarrão. Essas divisões também são feitas com lona preta. Há barracos onde o chão foi forrado com a lona preta e outros de chão de terra.

A maioria dos barracos é completamente limpo, os fogões à lenha e alguns casos, chapas sempre estão brilhando, bem como as panelas e chaleiras de alumínio que refletem o rosto dos observadores.

O ambiente do acampamento é organizado e limpo, instalações sanitárias são montadas em diversos locais, escavam-se buracos na terra para o lixo ser enterrado, providenciam-se tanques para a lavagem da roupa e bebedouros de água, constroem-se barracos que funcionam como escola, outros para reuniões, outros para receber visitantes. Diariamente reúnem-se pessoas para verificar a organização e a limpeza do acampamento.



Figura 2 – Acampamento em Araquari

Alguns acampamentos criaram suas escolas itinerantes, assim chamadas por serem escolas que os acompanham em sua trajetória. Essas escolas são tão provisórias quanto os acampamentos. A aprovação das crianças no ano escolar geralmente é feita pela Secretaria de Educação Municipal que vai até o acampamento e aplica uma prova de avaliação, cujo resultado determina a aprovação ou não. Os professores são em sua maioria os próprios acampados, pode porém, ocorrer de serem professores das comunidades próximas ou dos próprios municípios. O MST prefere professores

membros do Movimento, por entender que estão melhor preparados dentro da sua proposta pedagógica. Esse entendimento ocorre em virtude da percepção do Movimento, que é a partir da escola com professores preparados, conhecedores da pedagogia do MST que se estará formando crianças com uma nova forma de entendimento da história e da sociedade e preparando-os para serem os futuros líderes e corpos do Movimento, no sentido de que a organização continue.

Um educador no acampamento Oziel Alves Pereira, em Abelardo Luz, comenta sobre a sua experiência de trabalho:

*O setor que eu trabalhei mais é o setor de educação, eu não tinha experiência, a gente fez um trabalho que desde o começo foi voluntário, as crianças não podiam ficar paradas, a gente lutou muito por uma escola, até o ano passado as crianças fizeram um provão em Abelardo Luz, as crianças da quarta série, e vão entrar para a quinta série, e agora o pessoal da secretaria de educação vem no acampamento fazer esse provão para ver as outras séries.*

*Fiz uma curso preparatório para dar aula. Eu aprendi que foi a Princesa Isabel, através da Lei Áurea, quem libertou os escravos, foi ela quem criou essa Lei, mas ela criou obrigada, porque na época que existia os escravos no Brasil quando a Inglaterra era uma grande potência e começou a industrializar os produtos e necessitava mercado para vender, obrigou os países que tinham escravos, a libertá-los, todo o trabalhador tinha que ter remuneração para comprar o produto industrializado e assim a Inglaterra conseguiria vender os seus produtos. Então a Princesa Isabel, foi pressionada e fez a Lei Áurea e ficou conhecida como uma grande mulher, que libertou os escravos. Na verdade foi diferente, ela libertou porque foi pressionada senão não teria libertado, isso a gente ensina na escola. Outra história que a gente conta nas escolas é a história do Contestado, que nos falam que era um bando de rebeldes, quando na verdade era a luta pela terra, por direito, uma luta que nem essa nossa que a gente tem hoje. (V. acampado).*

A ocupação na fazenda Dissenha de 3.592 ha, no município de Abelardo Luz aconteceu em 8 de junho de 1997. A fazenda estava hipotecada junto ao Banco do Brasil, de Porto União, os proprietários Nelson e Wilson Dissenha extraíam a madeira do local. Quando da ocupação em torno de 90% dos pinheiros já haviam sido extraídos, restando cerca de 300 hectares, que de acordo com o projeto do MST deveria ser preservado e o restante de área desapropriada para o assentamento (Jornal do MST n. 170, julho de 1997). Neste local permaneceram cerca de 1.200 famílias acampadas.



*E era uma manhã fria, com uma chuva fina, era o dia mais frio do ano, acho. Nós embaixo da lona, as coisinhas e nós embaixo, e a gente ficava lá embaixo, enfiado lá, e quando clareou o dia, e aconteceu a primeira Assembléia, era uma novidade um povão - deus me livre! E daí alguém trepou numa árvore, acho que era uma árvore, subiu mais alto, os líderes, e começaram a esclarecer, - não é essa a área que nós vamos ficar, era muito mato, tinha um riacho e fizeram uma ponte, tinha um taquaral, começaram a abrir estrada lá no meio, de facão, foice e fomos subindo e ali começamos a colocar nossas coisas. A tarde aconteceu mais uma assembléia já recebemos a visita do Prefeito da cidade, que prometeu apoio mas na verdade muito pouco ajudou, quase nada, e no dia-a-dia fomos organizando, os que tinham experiência, os líderes foram organizando, formando as lideranças. (M. C. acampada).*

*Na hora da ocupação dá aquele medo, mas aquele pessoalão parece que um dá coragem para o outro e tanto faz, parece que se você morrer não vai fazer diferença, não dá assim tanto medo que nem se você estivesse sozinha, parece que você tem uma força que não sei de onde vem, você encara o quê vier naquela hora.*

*Na hora assim a gente fica tão assim, que se eu morrer vai ser por uma causa justa, agora pra quem tá fora e olha assim, que nem meus irmãos iam lá, pra eles era uma coisa de outro mundo eles diziam para gente ir embora porque achavam que nós íamos acabar morrendo, para gente que estava acostumado viver em acampamento não fazia diferença, era tudo normal, tudo natural. (A. Z. assentados em Dionísio Cerqueira, anteriormente acampados em Abelardo Luz).*

*De início quando a gente veio para o acampamento, a ocupação foi feita dia 08 de junho de 97, dia 14 de junho eu vim para o acampamento, cheguei a noite, tinha alguns amigos e fui procurá-los não sabia o local onde eles estavam era de noite, eram em torno de 1.000 famílias e entre os barracos mal a penas tinha um lugarzinho para passar.*

*Logo de início assumi a liderança do núcleo, haviam reuniões todos os dias, esse acampamento chegou a ter 1.200 famílias, com o passar do tempo foram feitas novas ocupações, por que a área ali não cabia aquela quantidade de famílias, esse acampamento atual, por exemplo tem lugar para 200 famílias. As famílias saíram algumas para a fazenda Régis Speranzo que fica em Abelardo Luz, essa ocupação foi feita em primeiro de janeiro de 1998, o nome de acampamento é Primeiro de Janeiro, aí depois foram mais pessoas e ocuparam a fazenda São Sebastião, acampamento Pacheco, aí alguns foram para o Paraná em assentamentos, outros foram a Campos Novos para assentamentos, Passos Maia e foram saindo pessoas assim. (V. acampado).*

Nos acampamentos há os coordenadores gerais, que são eleitos pelos núcleos que é a forma básica de organização, cada núcleo tem os seus coordenadores, de finanças, saúde, higiene, alimentação, segurança, e outros. O conjunto desses coordenadores

formam a comissão de cada setor, que verifica o andamento geral das tarefas. A fim de dar organicidade a ocupação e todos estarem inseridos num único propósito, o repasse de informações e a própria comunicação fica facilitada.

*Nos acampamentos há o líder da higiene, segurança, finança, alimentação, saúde. Além disso tem as comissões, que faz reunião com os líderes da higiene, por exemplo e ela encaminha, é ela que encaminha com os líderes o quê deve ser feito.*

*Quer dizer tem o núcleo, cada núcleo tem os seus líderes e no acampamento em geral há as comissões. Essa comissão é que revê tudo se tudo está na ordem se está tudo organizado.*

*Por exemplo a comissão de saúde, tem de ver com os agentes de saúde (externos) se está tudo funcionando bem, se eles estão trabalhando se eles estão dando conta da saúde, ela deve se reunir com os agentes de saúde e dar mais informações se necessário, se ela percebe que tem algum agente que não está dando conta que tem alguma dificuldade, ela tem que procurar encaminhar esse agente para fazer cursos, se aperfeiçoar.*

*Há diversos coordenadores gerais do acampamento, é formada por 15 pessoas, que fazem parte das comissões, um faz parte da comissão de segurança, outro da higiene, educação outro, por exemplo o N. é o líder geral é o mais forte de todos, mas não é que ele é que manda, a gente sempre senta e discute junto os problemas e é uma união entre todos, ninguém procura resolver um problema sozinho. Se surge um problema é sempre discutido e resolvido no todo, nunca um sozinho toma uma decisão.*

*De início foram formados os núcleos, nós chamamos de núcleo, cada núcleo é composto de 10, 15 a 20 famílias. Tínhamos 52 núcleos, era muita gente tinha núcleo com 30 famílias daí cada núcleo tinha as suas lideranças, tinha o líder da higiene, coordenador geral do núcleo, tinha o líder da saúde, líder das finanças, da educação, cada núcleo. E antes disso tinha o coordenador geral do acampamento e para a gente trabalhar e organizar todo esse povo, para todo mundo ficar sabendo o que se passava dentro do acampamento eram feitas reuniões todos os dias de segunda a sábado. Primeiro a coordenação se reunia e discutia todos os problemas e todos os encaminhamentos que deveriam ser feitos naquele dia, era uma hora de discussão, daí vinham os líderes os coordenadores dos núcleos onde eram repassados tudo aquilo que a gente tinha discutido, tudo o quê tinha encaminhado para a gente, os trabalhos, a higiene, todos os trabalhos do dia-a-dia, e daí tinha o barraco da alimentação, veio muita gente da beira do asfalto, eles tinham comida pra três dias, depois de três dias não tinham nada para comer e daí fazer o quê, trabalho não tinha ainda daí começamos a fazer campanha nas comunidades com igreja, sindicatos, e até mesmo*

*alguma universidade se envolveu também, vieram bastante doações, assim agasalhos, comida, e daí aquele líder do núcleo ele fazia levantamento lá naquele núcleo dele quais as famílias que estavam necessitando de comida e daí era repartido se tinha uma lata de azeite para dez famílias era ótimo que tinha, se não tinha nada, era repartido se era bastante era mais, se era pouco... era aquilo que tinha, tudo assim, então a nossa organização era sempre assim. Uma vez veio uma equipe da Alemanha, vocês são heróis na organização, eles acharam assim, para organizar um povo assim de tantas diferenças, de culturas diferentes, alguns estudaram outros nunca tinham visto uma escola, alguns viveram a vida inteira dentro de uma favela então para trabalhar com esse povo, manter eles no mesmo nível precisa muita experiência, muito trabalho, muita base. A gente teve muitos poucos problemas, até o acampamento Dissenha foi um acampamento exemplar em organização, em formação, em liderança. (M. C. acampada em Abelardo Luz).*

Esse acampamento durou cerca de um ano e quatro meses, muitas famílias foram sendo assentadas, outras desistiram, outras montaram, na mesma fazenda, embora em outra ponta, um novo acampamento, que ficou denominado de Oziel Alves Pereira, outras ocuparam fazendas vizinhas que resultaram em mais dois acampamentos, Florestan Fernandes e Irmãos Rodrigues, todos em Abelardo Luz.

A lembrança desse acampamento permanece, pela quantidade de famílias envolvidas e pela experiência proporcionada.

*A proposta e o projeto do MST era repassado através da Assembléia, que acontecia diariamente. Era bonito, vinham todas as crianças, todo mundo vinha para receber informação na Assembléia, então eram colocadas as normas, os objetivos do MST porque essa luta e também nas reuniões com os líderes era falado, trabalhado isso para eles passarem para os núcleos, porque alguns nem sabiam o porquê da existência do MST, também não sabiam a sigla, por que Movimento Sem-Terra? por que esse movimento? então era sempre trabalhado isso, hoje está todo mundo por dentro, não é mais necessário trabalhar nestas informações. A fase de reuniões constantes já passou também, agora eles já são educados, já sabem. Por exemplo, se é necessário fazer uma limpeza no acampamento, é só dar um grito para um líder que ele já vai organizando. Normalmente os líderes circulam para ver se é preciso renovar um banheiro, fazer uma limpeza. (M. C. acampada em Abelardo Luz).*

Para uma área ocupada ser vistoriada pelo Incra, dando início ao processo de desapropriação, criou-se uma lei que obriga os acampados a retirarem-se dela, para só então o Incra fazer a vistoria.

No acampamento Oziel Alves Pereira, permaneceram cerca de 200 famílias, nos outros dois o número de famílias acampadas era em um número um pouco menor. Desses três acampamentos, o Oziel é o que estava melhor organizado e estruturado. Montou uma Cooperativa de Trabalho, com o objetivo de buscar trabalho assalariado nas fazendas da região e muitas vezes fora dela para garantir a sobrevivência das famílias acampadas. A maioria das pessoas que saíam para trabalhar eram homens.

*Tem a Cooperativa do Trabalho, isso que nós conseguimos no ano passado formar essa Cooperativa do trabalho e essa Cooperativa vai em busca do trabalho, faz o contrato, ninguém trabalha frio, todo mundo faz contrato do seu trabalho, por exemplo eles contrataram agora com a Agroeste o despendoamento do milho, se a Agroeste precisa de 50 peão é uma equipe de 50 que vai, se precisa de 100 arruma, e daí nessa equipe que vai trabalhar tem alguém que coordena o trabalho, não vai solta assim. Essa equipe é só dos acampados, se faltar peão pode ir assentados, mas a preferência é para os acampados porque eles não produzem, e o assentamento já está produzindo a sua alimentação, e a nossa alimentação vem através desse trabalho, é ali que eles buscam a alimentação, porque os recursos que o pessoal tinha já acabaram, nós já estamos aqui a um ano e oito meses ou nove meses, em junho vai fazer dois anos, 08 de junho de 1999 vai fazer dois anos, eles tem de buscar os recursos trabalhando, sem o trabalho nós não vamos sobreviver. (M. C. acampada em Abelardo Luz).*

A alimentação vem também através de uma cesta básica fornecida pelo Incra, a reclamação geral é que esta cesta é de péssima qualidade. Quando verificamos os alimentos da cesta constatamos a veracidade dessas informações, a farinha de milho é grossa e de uma cor indefinida, o macarrão está com problemas de mofo, e assim todos os produtos. Nessa cesta não há legumes, nem frutas, nem ovos, nem manteiga. Geralmente são feitas campanhas nas cidades próximas para o fornecimento da alimentação, essa campanha conta com o auxílio da igreja, principalmente a católica, e dos sindicatos urbano e rural.

*Os acampamentos novos tem bastante solidariedade da sociedade em geral, há muitas doações de alimentos, de roupas, de remédios, vem bastante doações. E no momento em que o acampamento começa a ficar mais velho, também aí já começa a vir cesta básica, uma cestinha mixuruca, mais vem, e trabalhos, que hoje a gente já está conseguindo sobreviver bem melhor no acampamento, por uma questão do trabalho. O trabalho organizado, a Cooperativa de Trabalho, que inclusive essa Cooperativa de Trabalho foi fundada em nosso acampamento, foi fundada aqui no Oziel, com a finalidade de buscar trabalho, para o*

*pessoal conseguir a sobrevivência. Essa Cooperativa foi fundada aqui, mas ela abrange o estado todo, é uma Cooperativa no estado todo, ela tem os representantes, inclusive o B., é que comanda essa Cooperativa, aí ele sabe, tem uma empresa que necessita de mão-de-obra, ele vai lá acerta o preço, faz contrato, está sempre negociando, de repente ele vai lá, pega um preço e se não estiver bom ele negocia, essa negociação é que ele faz. (V. acampado).*

*Fora desse período de trabalho em que os homens conseguem mais facilmente trabalho porque é época de colheita, tem famílias que tem muita dificuldade, o Governo manda uma cesta básica, mas é muito incompleta, muito pobre e de má qualidade, então elas ficam basicamente com a cesta, e mais um pouquinho que a gente ganha, porque eram pessoas que sempre viveram assim, na falta de coisas um dia tinha, outro dia não tinha. Agora não há mais tanta falta de comida, no primeiro ano tinha, foi difícil, não tinha ainda organizado a Cooperativa de trabalho, durante o ano todo sempre tinha o trabalho, embora pouco. O problema é que muitas vezes essas famílias aplicavam mal esse dinheiro. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

Do rendimento da venda da força de trabalho um percentual permanece no caixa geral do acampamento para que este possa organizar as manifestações para pressionar a desapropriação da área, e outros gastos relativos a organização do acampamento e da Cooperativa. O repasse desse percentual é geralmente conflituoso:

*E essa Cooperativa de frente de trabalho não visa lucro para a Cooperativa, ela só arranja esses trabalhos que é para a subsistência do pessoal que está acampado, aí o pessoal que trabalha recebe e o dinheiro quem faz uso é quem trabalhou. Com exceção de algumas despesas, como tem despesas de notas, de transporte, porque a Cooperativa é legalizada, telefones, então é descontado do acampado a quantia que é a despesa e o restante é de cada trabalhador. O percentual com relação a nota da Cooperativa é em torno de 2% aí tem uma porcentagemzinha que é para o acampamento, daí essa porcentagem que fica no acampamento, que faz parte de um caixa geral do acampamento isso aí é para quando precisa fazer um ato público, uma manifestação, ou coisas assim, aí paga transporte e despesas do pessoal e coisa e tal, aí tem esse dinheiro em caixa, ou se precisar fazer uma reocupação, numa outra área aí tem como pagar, organizar, ônibus e essas coisas para levar o pessoal então esse caixa é para isso. Isso tudo significa em torno de 10% e da nota da Cooperativa 2% só que como ela é legalizada, aí tem de descontar mais, mas isso ainda está em discussão, porque ela não está totalmente legalizada, só que se ela for totalmente legalizada vai ficar em torno de 41% de desconto, que daí tem INSS, e é bastante. (V. acampado).*

A existência da Cooperativa não impede que acampados busquem trabalho por conta própria.

*Aqui, mesmo no inverno sempre tem serviço, mesmo existindo a Cooperativa de trabalho as pessoas podem procurar trabalho sozinhas, não tem problema nenhum, se arranjar um trabalho para 30 dias pode ir, desde que dê a contribuição para o acampamento, até porque é um dever, se eu sair por 30 dias tem os companheiros que vão ficar aqui lutando por mim, fazendo segurança, fazendo todo o trabalho do acampamento, tem o dever de contribuir. (V. acampado).*

Quando estivemos visitando esses acampamentos, em janeiro de 1999, constatamos a precariedade da segurança desses grupos, permanecemos um mês circulando entre eles, e várias vezes ouvimos tiros sobre o acampamento, o deslocamento para locais afastados não era permitido em virtude da presença constante de pistoleiros. Uma jovem assentada conta como foi a ocupação no Oziel:

*A gente ouvia muitos tiros, muitos, muitos. Eu estava com meu pai dentro de um carro velho e a gente ficou a noite toda agachado com medo até de se mexer, por causa dos tiros. (P. acampada em Abelardo Luz).*

*No início quando acampamos, normalmente durante a noite se escutava muitos tiros a gente não dormia de noite, crianças se assustavam, mas eu não ficava com medo, porque eu vim para ficar, eu vim preparada mesmo, até lá na minha comunidade (a de origem) teve um senhor lá que tinha cerraria, eu pedi uns pedaços de tábuas, para eu fazer uma mesa, que no começo eu vim sem nada, só com umas coisinhas assim, diz ele eu vou dar uma mesa para a M. C. por que eu acho que ela vai desistir, eu estou aqui até hoje. Acho que essa luta vale a pena é por aí mesmo que a gente vai conseguir alguma coisa melhor. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

Quem está mais suscetível às doenças, nos acampamentos, são as crianças, devido a precariedade da infra-estrutura, e o convívio diário, quando uma apresenta sintomas de uma doença como sarampo, todas acabam por se contagiar. Entretanto, tudo indica, serem crianças felizes que gostam da vida no acampamento, devido principalmente ao grande número de crianças, que brincam juntas todos os dias, e a proximidade dos barracos, não há um controle rigoroso sobre elas que ficam inteiramente a vontade. Em qualquer casa que estiverem, as pessoas olham por elas independente de ser seu filho ou não. É algo que é natural dentro do acampamento, todos cuidam dos filhos de todos.

*Nosso maior problema aqui não é tanto a saúde assim, antes, no início, era difícil, hoje o maior problema está sendo as feridas das crianças alguma gripezinha, e no mais, agora tem a catapora, mas é menor do que antes. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

*Na saúde foi assim uma coisa que até transformou a vida da gente, que foi onde eu trabalhei, porque a gente não conhecia, achava que não existia tantos problemas assim, tanto que a gente teve que ir muitas vezes lá brigar com o secretário da saúde, até com o prefeito, porque não queria mais atender o pessoal porque era bastante mesmo, então foi assim uma coisa que, a gente aprendeu até o lado mais humano, a gente tinha que ajudar as pessoas, era dia ou noite, você não tinha hora. tinha que levantar e sair do barraco e ir atender alguém que estivesse doente, então assim é uma coisa que a gente não vai mais esquecer. (A.Z. assentados em Dionísio, anteriormente acampados em Abelardo Luz).*

Outra marca entre os acampados é a forte presença da solidariedade, todos se ajudam, e reconhecem no outro um irmão.

*Eu cheguei de noite não conhecia ninguém e todo mundo me recebeu bem, era como se a gente já se conhecia a muito tempo. (V. acampado em Abelardo Luz).*

*Eu estou gostando muito do acampamento, porque o pessoal é unido, todos se ajudam, todos por um, um por todos. As pessoas colaboram uma com as outras, são todas unidas, não é só no núcleo, mas as famílias inteiras. Eu gosto disso. Eu me sinto igual a todo mundo, é como se fosse família de sangue é a mesma coisa. Eu me sinto irmão de todo mundo. O que eu sinto é que pode chegar um estranho, no acampamento a gente vai diz adeus faz amizade, e aquela pessoa tem confiança na gente, a gente tem confiança naquela pessoa, e fica que nem um irmão e as vezes até mais que um irmão. Isso que a gente sente é a união no acampamento. (Si. acampado em Garuva).*

*No acampamento, eu me sinto melhor, porque a gente tem bastante amigas. Tem bastante gente da minha idade. Não sei o que eu espero do assentamento, não sei, só quero que a gente tenha terra. Se tiver escola eu volto a estudar. Nunca li os livrinhos do acampamento, estou gostando mais de estar no acampamento do que ficar na cidade. (Ce. acampada em Garuva).*

*Eu, do meu trabalho, eu dava um pouco, para o pessoal que ficava cuidando do acampamento não tinha um valor fixo, dava o que se quisesse. Se eu ganhava R\$ 100,00 eu tirava assim, dez para o acampamento, mas se eu quisesse dar 20,00 ou 5,00 eu podia dar. No acampamento tem gente com bastante filhos, então as vezes o trabalho não dava para sustentar todo mundo então a gente ajudava também. Eu sinto muita saudade da época do acampamento, a gente conheceu e*

*aprendeu muita coisa, a gente estava em 220 famílias acampadas, era um montão de gente, dá saudade.*

*O acampamento era divertido, hoje no assentamento é mais disperso, é mais longe, embora a gente sempre se reúne mas já não é mais a mesma coisa. Lá no acampamento era melhor a vida, a gente se sentia bem, era divertido. No assentamento é bom também, mas está mais longe, e agora a gente tem a nossa terra, então fica mais tranquilo, mais sossegado. Não que no acampamento a gente não tivesse tranquilo, é que não tinha segurança assim do dia de amanhã, a gente sempre lutou para ir para um assentamento.*

*No acampamento as pessoas se ajudam mais, se reúnem, se ajudam, trabalham em grupo, se ajudam, tem gente que até cozinha junto, alguns fazem sozinho. Se eu precisasse de qualquer coisa sabia que podia ir nas barracas e o pessoal ia me ajudar. O acampamento é alegre. (L. F. acampado por três anos, assentado desde julho de 1999).*

*Eu gosto dos acampamentos, sabe é bom, é um lugar sossegado, dá para a gente sair. Nossa alimentação vem das arrecadações. É bem melhor que estar na cidade, a gente não tem que ficar pagando aluguel, a água a gente tem o rio. Todo mundo se ajuda, e trabalha, eu praticamente cuido mais das crianças e do barraco, eu me sinto bem. Gosto de estar lá. Já faz um ano que a gente está nessa vida. Eu tive um filho no acampamento. (S. acampada em Garuva).*

Quando visitamos os assentamentos e perguntamos às pessoas sobre o tempo de acampamento, foi curioso observar a expressão dos seus rostos, o sorriso se abria e a lembrança tornava-se quase palpável, vêm como um momento de festa, de alegria, uma espécie de carnaval, como um tempo sem responsabilidades, de ousadia e criatividade.

*A intenção da gente era ficar lá em Abelardo Luz, de ficar com aquele pessoal lá, então em partes assim eu acho que foi uma história atorada pelo meio porque a gente não conseguiu realizar, porque na verdade o que a gente queria era ficar lá com aquele povo, lá porque nós não conhecia ninguém era assim um pessoal todo estranho e depois com o passar do tempo a gente foi conhecendo as pessoas e foi fazendo amizade, a gente virou uma família, era muito bom, e então quando a gente veio para cá parecia que não dava mais para deixar aquelas pessoas e só a gente vir para um assentamento, eu queria que tivesse dado certo, eu sinto muitas saudades daquela época, das pessoas, da nossa união. Então um coisa assim que marca bastante. (A. e Z. acampados na Dissenha e no Oziel em Abelardo Luz, atualmente assentados em Dionísio Cerqueira).*

*Quando a gente está no acampamento é um processo que a gente vive mais pertinho um do outro, e assim o sonho da gente é a conquista da*



*terra, então todo mundo se junta pra isso, e como a gente vive pertinho, é mais fácil ficar conversando com as pessoas e tá organizando e tá indo pra frente né, e até porque é uma questão de sobrevivência mesmo, como nós estamos num processo que já conquistamos a terra, conquistamos alguns recursos, estamos produzindo, e aqui em nosso assentamento já são individual, a tendência é meio que as pessoas escamotear quem não tem muito claro a proposta. (M.S. assentada em Abelardo Luz).*

Ao que parece os atuais acampamentos localizados no oeste catarinense, principalmente localizados no município de Abelardo Luz, Campos Novos, e planalto central, reúnem pessoas com origem no campo. Já os acampamentos localizados no norte do estado, próximos a cidades como Blumenau, Joinville, que são os acampamentos em Araquari e Garuva, em seu conjunto de componentes há os originários no campo, mas uma maioria significativa é proveniente da área urbana.

O acampamento revela-se também como o local de estudo, de aprendizado de novas formas de organização da produção e da vida, novas concepções políticas para os acampados, enfim a compreensão de sua própria história e o entendimento da sociedade em geral, a tomada de consciência dos problemas. E também a percepção de si mesmos como seres humanos diferentes do que até então conheciam, descobrem potencialidades que não eram percebidas. Aparece diante de si um outro homem, com novas formas de pensar e agir, certamente mais solidário, capaz de partilhar. É um novo homem que vem a ser constituído a partir dessa nova base produtiva, cujos homens materializam o Movimento, e que se percebem como Movimento, embora num tempo efêmero, transitório e cerceado pelos processos que o impedem de aflorar plenamente, e que por ocasião do assentamento morre, e daí a saudade, a lembrança boa do período de acampamento.

*Eu estou achando muito bom estar no Movimento, só que falta um pouco de experiência ainda para a gente entender o Movimento, tem muita gente que pede para nós explicar mas a gente não sabe direito ainda. Temos que entender ainda o que é o Movimento. (Si., acampado em Garuva).*

*Ficamos desde o dia 08 de junho de 1996 até o dia 02 de novembro de 1998, no acampamento, só que nesse meio tempo, a gente ficou um ano e meio lá então aprendemos, porque a gente não sabia o que era acampamento nada, muito menos um coletivo. (A. Z. acamparam em Abelardo Luz, hoje assentados em Dionísio Cerqueira).*

*O acampamento foi uma coisa boa, foi um momento feliz, eu aprendi muita coisa. No acampamento eu aprendi muito essas coisas políticas, o que é coletivo, o que não é, e um pouco mais de tudo, aprendi e entendo porque eu não tinha terra, porque é que eu tinha que arrendar terra para plantar, agora eu entendo isso tudo, toda essa história da expropriação que o capitalismo faz, eu entendo hoje. Aprendi isso no acampamento. Eu não estudei muito, a gente vai aprendendo assim. Eu de estudo tive pouco, só fiz até a segunda série primária aprendi mais no acampamento com o pessoal. (L. F. ex-acampado, assentado em julho de 1999).*

*No acampamento, eu virei, assim, aprendi a ser escultor e também faço artesanato, e uma coisa que eu antes não tinha pensado em chegar a escultor, em ser um artista, mas eu fui indo, fui indo fui fazendo uma coisa, depois outra, fui fazendo uma imagem, assim imagens de santos e santas, aprendi isso no acampamento, ainda estou aprendendo. Então essas coisas mais criativas, então eu tenho a minha profissõzinha, mas o dia que eu tiver a minha terra, seja em um projeto coletivo, ou seja de forma individual eu quero nas horas de folgas, dias de chuva, que não tiver que trabalhar na roça eu quero assim esculpir que parece que me enche o coração trabalhando com isso. As vezes de noite eu até estou sonhando que estou trabalhando, que estou esculpindo e nessa atividade nós criamos artigos de escultura, e eu fico sonhando. Como nós estamos nessa luta, eu estou conformado, não adianta eu ficar no acampamento só nesse serviço, esperar que o governo, o Incra venha assentar nós temos que pressionar.*

*Eu nunca fiz um curso de escultor, eu aprendi sozinho. Fui cada vez aprendendo as vezes eu até parava e ficava pensando como fazer. (Or. acampado em Abelardo Luz).*

*Os trabalhos de esclarecimento de formação é feito pelo MST, a situação política, vem alguém que reúne o pessoal e vai informando, qual o caminho, o que se deve fazer para mudar. E a reforma agrária, a luta pela terra é apenas uma parte, o início da luta, inicialmente se luta pela terra só que ela vai além, aí você luta por crédito, por educação, por saúde, por todos os setores que os cidadãos brasileiros tem direito, primeiro a terra depois as outras questões sociais que a gente tem direito. Mas nem todos tem essa compreensão.*

*Aqui no acampamento já existe essa divisão entre individuais e coletivos, o coletivo seria uma alternativa, aqui existe o grupo coletivo e existe o grupo individual e também semicoletivos, são idéias, são grupos de pessoas que quando forem assentados vão trabalhar dessa forma. (V. acampado em Abelardo Luz).*

*Depois que eu entrei no acampamento eu compreendo melhor as coisas, entendo melhor a sociedade e até a vida que a gente leva entende melhor. A gente sozinho não faz nada. E no dia-a-dia na luta a gente vai aprendendo coisas novas, então é muito interessante.*

*Semana passada eu fui visitar minhas irmãs na cidade só que elas estão muito bem lá, mas para mim lá não é lugar, eu me sinto melhor aqui, para mim foi uma experiência, nem sei com que palavras eu vou dizer, que eu nunca imaginei que eu teria tantas oportunidades, conhecer tanta coisa, conhecer também os valores que a gente tem, que todos devem ter os valores, lá fora não se valoriza muito assim os outros cada um quer se valorizar a si mesmo, mas aqui não a gente valoriza todo mundo. Porque cada pessoa tem o seu valor e quando ela não é valorizada ela se sente inútil e aqui é valorizada, cada coisa que se faz é valorizado, isso é bom, acho isso muito bom. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

Os sonhos dos acampados são semelhantes, em todos é a terra que vem como solução e perspectiva futura de vida, de ter “suas coisinhas”. Buscam através dos assentamentos a segurança da terra, o revigoramento das tradições familiares, a reintrodução dos valores fundamentais da tradição familiar. Querem o restabelecimento da ordem, rompida pelo processo de empobrecimento a que foram submetidas sob diversas formas e em sendo assentadas procuram restabelecer o que perderam (Martins, José de Sousa. Seminário “Por uma Escola Básica no Campo” em Chapecó, 29 à 31 de julho de 1999). Esse poderia ser o motivo que faz com que os acampados sejam a maioria dos integrantes das mobilizações, trazer o assentado para a “luta” torna-se um complicador.

*Meu sonho no assentamento é ter uma vida tranqüila e com muita paz e não vou precisar trabalhar tanto, eu trabalhava antes pra poder sobreviver, agora vai ser um grupo que trabalha, talvez oito horas de trabalho, e não doze, dezesseis horas como eu trabalhava lá, para melhorar de vida. Eu não quero ficar rica eu quero ter saúde e comida e viver tranqüila, e ter uma casa para morar e ter conforto, não luxo, mas conforto. E mesmo depois de assentado a luta não deve parar, a gente tem que continuar lutando para os outros acampados conseguirem a terra e ir melhorando a sociedade no geral, assistência para quem precisa por isso a gente deve continuar lutando, e se aperfeiçoando cada vez mais, através de leitura, participando de reuniões de curso, onde puder participar tem de participar.*

*Essa compreensão não é clara para todos, quando a gente vai para manifestos, é os acampamentos que mais enfrentam os manifestos, os que são assentados acham que já não é mais para eles irem a luta, só os acampados é que devem ir, mas quando eles é que deveriam dar muito mais força do que nós acampados, porque nós temos menos experiência, tanta coisa menos. Eu sei que tem acampados aqui, que depois que tiverem a terrinha deles eles vão ficar lá eles vão ser os mesmos de antes, porque é muito difícil reeducar a pessoa porque a sociedade que nós temos lá fora, ela quer esse tipo de gente que não vai a luta e para eles perder esse ritmo lá de fora é muito difícil, porque isso estava muito vivo dentro deles. Mas a gente não abandona essas pessoas a gente*

*continua tentando fazer eles entender, para que todos sejam iguais. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

*Eu sonho em ter, permanecer no acampamento aprendendo um pouco, até conseguir a terra para eu trabalhar e ter a minha vida. (Sí. acampado em Garuva).*

É no acampamento que surgem e se solidificam os projetos coletivos ou individuais. Alguns acampados de Abelardo Luz, vinham amadurecendo opções por grupos de trabalho coletivo, e outros semicoletivos. Já em Garuva a opção da maioria permanecia por projetos individuais.

*O coletivo para nós é uma alternativa porque lá fora a gente sempre viveu o individual, a gente nunca teve uma organização então era sempre cada um para si e Deus por todos. Então um dos motivos que estamos aqui no acampamento já é essa forma do cara lutar sozinho é bem mais difícil do que se estiver em cinco ou dez, quinze, então o coletivo é uma força a mais até em termos de organização. No momento o que existe são discussões quando formos para o assentamento aí vamos formar estatutos, regimentos internos para organizar as coisas. A primeira idéia, a única coisa que a gente tem claro é a boa vivência o bem estar de todas as famílias, o principal para nós é a subsistência então o que nós produzirmos aqui se nós conseguindo produzir para a subsistência, se sobrar para comercializar a gente vai fazer, mas o principal é a subsistência, a galinha, o porco, o peixe, a apicultura é mais para a subsistência, até por que se sair essa área aqui, a quantidade de terreno para a produção é pouco, porque é quase todo coberto pela mata sobra muito pouco para se produzir. (V. acampado em Abelardo Luz).*

*Mesmo no acampamento, já é colocada a questão de trabalhar em grupo. No início tinha cento e poucas famílias escritas para o coletivo só que eles não entendiam bem o processo e acabaram saindo para o individual, então hoje nós já temos umas 60 famílias que optaram pelo coletivo. Mas nesse acampamento há o individual, nós estamos aqui com umas 60 famílias que são do coletivo, o restante as outras 100 são do individual, são 160 famílias, não bem do individual, eles vão fazer alguns grupos vão fazer o semicoletivo, que vai ser um grupo menor, ou eles vão ter, por exemplo, o semicoletivo, pode ter só o maquinário no grupo eles não fazem agrovila, eles moram cada um na sua área e cada um tem a sua divisa por que o nosso objetivo é ter os quatro marcos, e eles não, eles vão ter cada um o seu lote em parte eles vão trabalhar junto, e a outro parte vai ser só do proprietário.*

*Mas o pessoal que está aqui, no coletivo, é mais organizado. Eu acredito que com o tempo os individuais vão entender que o coletivo é melhor e dá mais retorno, e que vão tentar criar grupos, porque a gente tem muito*

*mais apoio e consegue muito mais renda com o trabalho coletivo e tem muito mais retorno também, eu acredito que com o tempo eles vão vendo isso, porque o pessoal é muito apegado com as coisinhas deles, no individualismo, no coletivo o individual é só a casa, a roupa, as coisas deles dentro de casa, o resto é tudo coletivo. Por exemplo eu não vou ter a máquina de plantar minha, ela é nossa, e assim é com tudo, é o nosso, nem a horta, nem galinha, nem nada. A gente vai repartindo o pouquinho que tem entre as famílias e assim vai ser tudo, nós vamos repartir o que tem. A horta vai ser enorme onde cada família vai poder ter todo dia a sua verdura na mesa, isso é o essencial, para ter boa saúde é preciso uma boa alimentação e se não tiver boa alimentação não vai ter saúde, e assim vai ser com a galinha, não vai ser criado galinha solta vai ter o porco, o gado, tudo vai ser pro grupo, se carniar por exemplo a carne vai ser dividida entre todas as famílias, o frango vai ser tantos por semana para cada família, por mês. Para cada um que trabalha, por que ali o jovem que nem ela (filha de 16 anos) já é sócia da Cooperativa, que trabalha, ela vai fazer parte da produção, a partir de 14 anos já pode ser sócio. Por exemplo, elas são estudantes vão trabalhar meio-dia e a outra parte é estudo e elas ganham a hora delas estudar. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

*Eu faço parte de um núcleo lá no acampamento, e todos tem idéia assim de trabalhar individual, por enquanto é coletivo no acampamento. Mas lá em Piraberaba a gente quer trabalhar individual, ainda não foi discutido isso. (Ce. acampada em Garuva).*

*Durante o tempo de acampamento a gente faz um xerox de como vai ser no assentamento, que as pessoas que conseguem entender a proposta durante o tempo de acampamento são as pessoas que a gente vai conseguir organizar no assentamento, as pessoas que não conseguirem entender as propostas na época do acampamento essas pessoas também não vão conseguir entender o processo no assentamento, porque é um processo, se ficar de fora de um degrau dessa escada já vai ficar a margem, e assim tem pessoas que a gente pode tratar da forma que for, fazer o tipo de coisas que for, com todo esse sistema capitalista aí, que corrompe com as pessoas desde o do início da vida delas, ainda lá na barriga das mães delas elas já não comem, já não se alimentam direito e tu já tá num clima difícil de viver sempre com dificuldade, não teve oportunidade de ir para a escola aprender, está com um monte de deficiências de saúde e tal, essas pessoas dificilmente a gente recupera, o capitalismo já corrompeu elas, o cérebro delas, então assim a gente tem dificuldades bem sérias nesse sentido. (M. S. assentada em Abelardo Luz).*

A opção por grupos de trabalho coletivo, estritamente consolidada com a priorização do Movimento acabam por determinar a ordem para o assentamento entre as famílias.

*Os acampamentos às vezes vão se desmembrando e na medida que aparecessem áreas, e as que apareceram aqui para nós eram pequenas e*

*dai é feito sorteio, tu não pode chegar assim e dizer é tu é tu e mais tu que vai para tal área dá briga, então é sorteado os números dos núcleos, todos os números dos núcleos são colocados em um copo, e dai uma criança tira um número de lá e é aquele núcleo, se tem 10 famílias e tem vaga pra vinte é sorteado dois núcleos, três núcleos, de acordo com o que for necessário. (M. C. acampada em Abelardo Luz).*

Esse critério, entretanto, é negado pelo processo de assentamento no próprio acampamento Oziel Alves Pereira. Em se liberando a área, nela somente permanecerão as famílias que optarem pelo coletivo, independente de sorteios. Esse acampamento, embora provisório, sem definição de desapropriação pelo Incra, possuía um projeto coletivo. Em grande parte da área há mata nativa, fator impeditivo para a transformação em áreas agricultáveis.

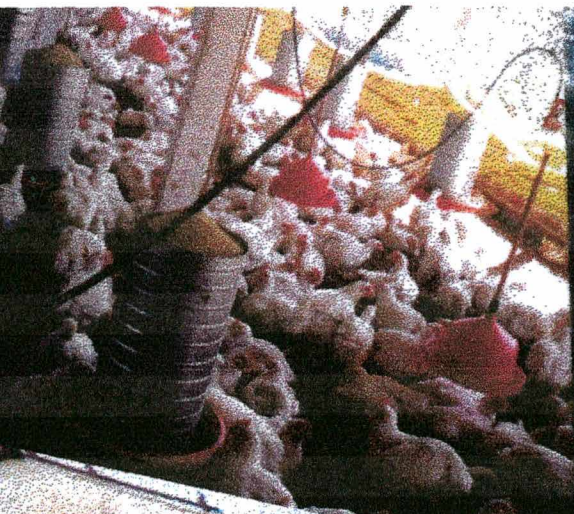
*Então aí que veio a discussão desse projeto é um projeto ambiental um projeto agroecológico, aí a gente tem que criar alternativas para conseguir produzir sem destruir o meio ambiente, sem degradar aí a gente tem alternativas, que seria, por exemplo o setor de apicultura, a produção de mel e coisas desse tipo, aí na mata e excelente, porque necessita de mata, o reflorestamento é uma alternativa que pode visar lucros também, por exemplo a gente vai fazer o reflorestamento já vai começar a plantar árvores que dão flores que já servem para a produção do mel e da lenha a madeira. Aqui é um projeto agroecológico, se a gente quiser derrubar árvores não vai poder primeiro temos que plantar, outro setor que temos pensado discutido é a criação de gado leiteiro, produção de leite a base de pasto a produção de suínos ao ar livre, a produção do peixe, aqui tem bastante água, são coisas que são rentáveis, viveiros de muda, para nós mesmos reflorestar, e pode-se vender também como forma de renda. Existe também discussões de se fazer a criação de animais silvestres, de espécies que se adaptem a cativeiros, de a gente criar, quem sabe conseguir licença para criar ele fechado, fechado na mata, uma porcentagem 'tem de soltar, e a outra parte se pode comercializar por exemplo a capivara. A capivara é um animal que se reproduz muito bem em cativeiro, aí você solta uma parte e uma parte pode-se comercializar, até porque vale muito bem um kg. A paca, também se reproduz em cativeiro e tantos outro animaizinhos, e a gente pensa também num setor de turismo rural, ecológico assim, fazer um pesque-e-pague, e já aproveita e faz um turismo rural, fazer trilhas na mata aí isso tudo se for sair essa área, para esse projeto precisa essa área, outra área não tem como implantar esse projeto, e daí a área não dá condições.*

*O nosso objetivo maior é levar esse objetivo para frente é fortalecer a luta. Se nós conseguir implantar esse projeto, que vai ser um projeto modelo, não só no Brasil, mas na América Latina, é um projeto modelo eu acho que hoje quase que o mundo todo tem conhecimento desse*

*projeto, porque a BBC de Londres levou, através de filmagens, gravações, entrevistas, então foi comentado esse projeto, é um projeto modelo de primeira mão no Brasil, e a gente quer que dê certo, porque se der certo vai abrir os caminhos para a reforma agrária, porque hoje a reforma agrária está um pouco parada até porque os primeiros assentamentos alguns o pessoal não soube preservar já pegou degradado e o pouco que tinha tiraram e acabaram estragando o meio ambiente e aí o uso de muito agrotóxico, e esse tipo de coisas, aqui a gente não vai usar agrotóxico.*

*Nesse projeto não vai ter individual, tudo será coletivo, seriam 200 famílias, só que não tem 200 famílias inscritas no projeto, aí estamos envolvendo os jovens, por que aí com o tempo quando vão adquirindo idade que estarão envolvidos. Seria tudo uma grande Cooperativa, sistema cooperativista, inclusive a gente pensa até, para se ter mais mão-de-obra, em fazer o refeitório (assim somente algumas mulheres precisam ficar em casa cozinhando as outras poder ir trabalhar na produção), para o coletivo que terá um responsável. E as casas em forma de agrovila, mas não tão próximas para não tirar a privacidade de cada família. Construiremos cabanas, coisas assim, para os turistas, para ter conforto para quem vem né acampam passar uns dias, pessoas pobres e ricas, receberemos todo mundo, quem sabe até os ricos seriam mais interessantes para nós porque eles vão conhecer uma realidade diferente e vão ver que o MST não é uma tropa de baderneiros como muitos pensam, então a gente tem capacidade, tem criatividade, e a gente sabe fazer e tem condições de mudar alguma coisa. (V. acampado em Abelardo Luz).*

O acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz não existe mais, dissolveu-se e fragmentou-se pelo estado, algumas famílias foram assentadas, outras continuam em outros acampamentos. A área desse acampamento não foi liberada pelos órgãos responsáveis. Os outros acampamentos de Abelardo Luz, Florestam Fernandes e Irmãos Rodrigues, aguardam a desapropriação da área, que segundo comentários deverá acontecer logo. O acampamento de Araquari, que também visitamos, e que se encontrava em uma área do assentamento Justino Drasjeski, é o que está atualmente em Garuva, e que recebeu um número maior de famílias.





### **3- ASSENTAMENTOS**

#### **3.1- ASSENTAMENTO CONQUISTA DA FRONTEIRA**

Um número de 35 famílias, hoje assentadas em Dionísio Cerqueira (SC), no assentamento Conquista da Fronteira, são provenientes de acampamentos da região de Abelardo Luz, em áreas ocupadas em meados de 1985, quando ocorreram as primeiras ações do Movimento no estado. Essas famílias, foram despejadas de Abelardo Luz e deslocaram-se para um acampamento provisório na vila Sede Ribeiro, no município de Faxinal dos Guedes (SC), permanecendo neste local um ano e dois meses, sendo transferidas, pelo Incra para outro acampamento, no Município de Itaiópolis (SC). Junto com as 35, posteriormente assentadas em Dionísio Cerqueira, haviam cerca de 200 famílias que também acamparam na fazenda Parolim, área desapropriada em Itaiópolis. Essa área também não foi liberada pelo Incra, surgindo então a fazenda desapropriada em Dionísio Cerqueira e as 35 famílias foram transferidas para aquele local, formando o assentamento Conquista da Fronteira, para o MST, e Tracutinga, para o Incra, no extremo oeste do estado (cf. Schwade, 1993 e Kleba, 1992).

Em “Parolim”, assentamento que revelou-se posteriormente provisório, formaram-se três grupos coletivos que acabaram por constituírem-se num grande coletivo, em Dionísio Cerqueira. Um grupo foi estruturado em Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes, originário na Pastoral da Juventude de sua comunidade de origem. Desde o primeiro acampamento dividem todas as tarefas domésticas e os frutos do processo produtivo. Contava com nove integrantes, todos jovens e solteiros. Em Faxinal dos Guedes esse grupo amplia-se e passa a acomodar seis casais e sete solteiros. Em Parolim organizam-

se coletivamente. O trabalho era regulado espontaneamente, sem coações de horário (cf. Schwade, 1993 e Kleba, 1992).

Outro grupo surge após a ocupação de Abelardo Luz, são sete componentes, todos oriundos da mesma comunidade. Em Parolim, esse grupo incorpora mais pessoas, entretanto, seu corpo original permanece inalterado. O último grupo formado em Parolim, incluía 13 pessoas e foi reduzido a três, em função da migração das famílias para outros assentamentos e por conflitos baseados nas diferentes necessidades de consumo e disponibilidade de mão-de-obra nas unidades familiares (cf. Schwade, 1993 e Kleba, 1992).

A fazenda Parolim, área destinada pelo Incra para assentamento, acabou não sendo liberada por tratar-se de uma reserva florestal. Entretanto, foi nesse assentamento provisório que as idéias para a formação de um projeto coletivo, entre as 35 famílias nasceram e se consolidaram. Em junho de 1988 esse grupo já organizado em um coletivo avista a possibilidade de chegar à “terra prometida”.

Tão logo informados da compra da área em Dionísio Cerqueira, esses grupos entram em negociações com o Incra, reivindicando o privilégio do assentamento com base na prioridade concedida pelo Incra para a formação de grupos coletivos, tendo obtido o número de vagas para a inclusão de seus membros (cf. Schwade, 1993 e Kleba, 1992).

*Chegaram à noite, e todos instalaram-se em uma casa próxima a “casa grande”, do capataz da fazenda. O dia amanheceu com neblina e no final de cada manhã, quando o sol sobrepôs-se à nebulosidade, lembram o encantamento com a paisagem: pinheiros, pés de erva-mate, grama, açudes. Nem toda esta paisagem foi destruída com o cultivo. (Schwade, 1993:112).*

A prefeitura municipal de Dionísio Cerqueira, em negociações com o Incra, reivindica algumas vagas na área para famílias de sem terra do próprio município. Dessa negociação entre o MST, o Incra e a Prefeitura, 25 famílias oriundas de Dionísio Cerqueira foram assentadas neste local, e mais as 35 provenientes do assentamento provisório da fazenda Parolim, que tinha como objetivo o uso coletivo da terra, não dividindo-o em lotes individuais. Dessa forma, não haveria disparidade de distribuição dos recursos naturais da área, como os pinheiros, a erva-mate e açudes. Uma parte da

área é acidentada, inviabilizando o cultivo, se dividida poderia trazer prejuízos a algumas famílias, além dos pressupostos ideológicos dos grupos coletivos do MST que objetivam o crescimento igualitário.

Assim, nessa área, formaram-se dois grupos: o grupo originário do Movimento Sem-Terra e o grupo do município.

*Aqui o assentamento se iniciou no ano de 85, com a ocupação em Abelardo Luz, o pessoal aqui estava nessa ocupação, e acamparam lá, depois foram para Faxinal e depois para Itaiópolis, numa fazenda que tinha uma nascente de um rio, se não me engano o rio Itajai, e era uma reserva florestal, e a terra era de areia, não sendo boa para a plantação. Essa terra aqui era de um fazendeiro, ele era médico, e tinha onze fazendas. Empenhorou essa terra no banco para comprar os implementos agrícolas, e não conseguiu pagar a dívida e o banco tomou a terra dele. Então o Incra comprou essa terra do banco, para fazer um assentamento. Então vieram 35 famílias lá de Itaiópolis para cá, e 25 daqui do município. Um grupo de pessoas, acho que ligadas ao sindicato e a prefeitura iam para as comunidades e escolhiam famílias sem terra, duas famílias por comunidade, primeiro uma e depois se não quisessem teria a outra. Minha família foi escolhida, viemos para cá e estamos aqui até hoje. No início, quando chegamos aqui, era fazenda mesmo, não tinha nada, era tudo gramado, nós éramos em sessenta famílias tinha só uma junta de boi e não tinha como nós lavrar essa grama toda só com uma junta de boi, então foi muito difícil no início, aqui tem uma área acidentada, mas o pessoal foi produzindo para se alimentar, o pessoal sofreu muito. No segundo ano nós já tínhamos conseguido um trator financiado.*

*Aqui o pessoal se dividiu em dois grupos no início, era o grupo que veio de Itaiópolis, dos acampamentos e o pessoal de Dionísio, então esse pessoal que já veio com idéias de trabalhar coletivo, e teve vários fatores que influenciaram isso, como as áreas que onde tem ainda hoje erva-mate, outras com pinheiro, áreas acidentadas e outras não, ficava difícil de dividir então assim o pessoal já colocou, vamos trabalhar coletivo. Do grupo das comunidades ninguém se conhecia porque eram todos de lugares diferentes, mas o pessoal foi se reunindo e conversando e decidiram formar dois grupos, um das famílias do Município e outro das do MST. Então esse grupo conseguiu financiar um trator e foram conseguindo mexer com a terra e já no segundo ano começamos também a plantar nas terras mais planas e daí em diante só cresceu. (V. M. assentado).*

No início, montaram-se barracos de lonas pretas, aos poucos foram sendo substituídos por casas simples de madeira, próximas umas das outras, configurando uma agrovila. Grande parte da madeira usada na construção era proveniente de Itaiópolis, cedida pelo

Incra, que construiu uma estrada na reserva florestal e retirou essa madeira doando-a aos sem terra. Essas casas são as que ainda existem. Não há um limite preciso em termos de registro de posse do terreno dos lotes individuais, embora exista um limite simbólico, que contém jardins, hortas e abrigo para animais. Há um projeto prevendo a construção de casas de alvenaria, ainda sem definição de implementação.

As residências são extremamente simples e pequenas, de madeira sem um beneficiamento mais apurado e sem pintura, a maioria delas não está forrada, o assoalho também é rústico. As divisórias são para a separação dos quartos, entre a sala e a cozinha não há separação, e também não há portas nos quartos, que geralmente são em número de dois em cada casa. As instalações sanitária e elétrica são precárias, sendo poucas as casas que possuem banheiro interno.

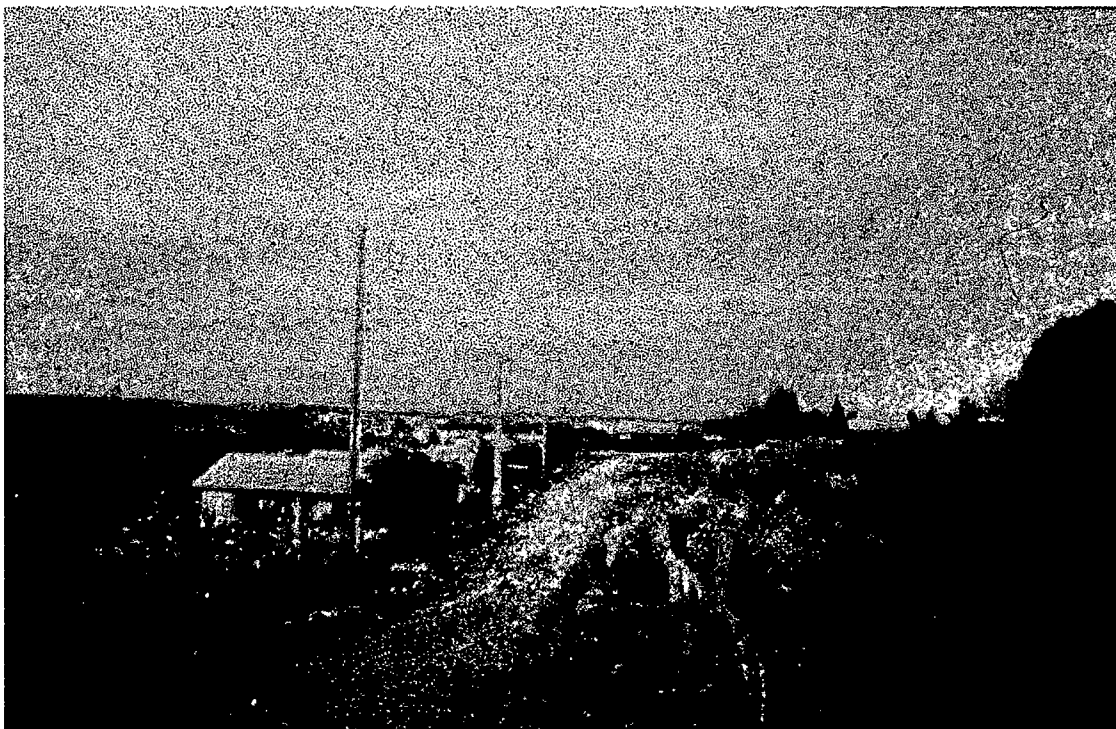


Figura 3 – Agrovila em Dionísio Cerqueira

Com relação aos móveis, é pequeno o número de famílias que têm televisão, máquina de lavar roupa ou mesmo sofás, geladeira a maioria possui. Na estruturação dos grupos das CPAs há a priorização do coletivo, e a negação do individual, que passa a ser secundário. A grande questão é a produção coletiva.

O progresso que deveria ser percebido na melhoria das condições de vida das famílias, possibilitada pela aquisição de bens de consumo, não são sentidas. Sentir o progresso individualmente esbarra nos limites impostos entre individual e coletivo. Dessa forma, são invocados parâmetros de que o progresso não se prevê individualmente mas no investimento na propriedade do grupo. Como as regras estabelecidas prevêm que todos deverão crescer economicamente de forma igualitária, a acumulação de bens individuais e o desapego pelos bens materiais proposto pelo coletivo entram em conflito.

O assentamento “Conquista da Fronteira” está localizado no município de Dionísio Cerqueira, no extremo oeste do estado de Santa Catarina, na comunidade de Bela Vista do Tracutinga, a 820 km da capital do estado. Trata-se de uma área de fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, e entre o Brasil e a Argentina. Fica a aproximadamente 5 km da BR-820 que liga a cidade de Dionísio Cerqueira à Marmeleiro no Paraná e a 42 km da sede do Município. A cidade mais próxima é Flor da Serra, no Paraná. O centro da região é São Miguel D’Oeste, em Santa Catarina, que por sua vez está polarizado por Chapecó.

A terra foi adquirida através de contrato de compra e venda, portaria 216 de 04.03.1988, pelo Incra. O projeto de assentamento foi criado pelo Incra, em 20 de outubro daquele ano. A área abrange um total de 1.198,24 ha., e comporta um total de sessenta famílias.

Com a divisão da área em dois grupos, estabeleceu-se também o parcelamento da terra em dois grandes lotes. Ao grupo do município coube a sede da fazenda antiga e ao grupo do MST, o maior número de pinheiros. A sede não existe mais, foi destruída por um temporal.

Para a convivência são definidas regras, estabelecidas por um regimento interno, elaborado em conjunto pelo grupo e registrado em cartório. Essas regras referem-se tanto às normas de trabalho, até providências em caso de desistências, como aos aspectos cotidianos e aos de comportamento em geral.

Das 35 vagas destinadas ao MST, foram preenchidas por 34 famílias. Dentro desse grupo haviam casados e solteiros. Com o passar do tempo ocorreram desistências e casamentos. A média de filhos é dois por casal.

A partir de 1993 os grupos foram sendo unificados. O grupo das 35 famílias havia fundado a Cooper União, a partir do seu coletivo nos moldes das CPAs estabelecidas pelo Movimento Sem-Terra. Assim que se aglutinaram, o grupo do município também se associa a Cooperativa. Antes da associação na CPA, esse grupo era associado a Cooper São Miguel, Cooperativa tradicional da região.

A unificação começa a ocorrer pela criação de gado de corte e leiteiro, seguida da junção das colméias e da compra de implementos agrícolas em conjunto, até a fusão completa das áreas de terra e dos setores produtivos, efetivados em 1995.

O grupo proveniente do MST é um grupo melhor instruído, com maior facilidade de aceitação das regras do coletivo; o grupo do município apresentava maior dificuldades nessa assimilação. Esses conflitos, quanto ao grau de formação e consenso ideológico, com o tempo e com os cursos oferecidos pelo Movimento, vão sendo dissolvidos. Hoje no assentamento, há somente um grande grupo, composto por 55 famílias. Todas são associadas a CPA.

*Desde que nós viemos para cá começamos a discutir que um dia tudo seria um grupo só, então isso a gente nunca esqueceu. O que sempre funcionou em conjunto é a escola e o esporte que estão juntos, já desde o começo. Após dois anos do assentamento, a gente entendeu que já era hora de avançar na proposta de unificação. Eu lembro que o primeiro setor que nós unificamos foi a apicultura, na época o grupo do Movimento Sem-Terra tinha 40 colméias e o grupo do Município tinha 20 colméias, então foram unificadas as colméias e o grupo do município botou uma pessoa e o do Movimento Sem-Terra botou duas pessoas, então conforme o patrimônio nós íamos unificando e nós unificávamos também a mão-de-obra. Em seguida, foi unificado o gado de corte que eram dois setores, e unificados a mão-de-obra desse setor também. Depois cada grupo tinha um trator, aí existia necessidade de comprar uma colheitadeira, agora uma colheitadeira para um grupo só por quê? A gente discutiu, aí se comprou uma colheitadeira unificada, daí a gente começou a pensar, mas para que esses controles de horas separados e tal, então nós unificarmos as máquinas, e, logo em seguida, porque não unificar as lavouras? Aí fizemos a unificação das lavouras e assim a gente foi indo. A unificação total aconteceu em 1995. E a partir daí existiu um grupo só e todo mundo passou a ser sócio da Cooperativa.*

*Eu não diria que ficou melhor, mas agora também pior não ficou. A gente também entende assim que quanto maior o volume, maior são os rendimentos, até agora nunca teve ninguém que disse assim, olha temos*

*que rachar a unificação. Todos procuram entender e ajudar para que dê certo. Se dá problema a gente tem procurado resolver. (M. assentado).*

Durante a trajetória do grupo no assentamento, foi grande o número de famílias que desistiram e ainda hoje há famílias que pensam em abandonar o local. Os motivos variam, desde a insatisfação com as formas de organização impostas pela coletivização, até a não adaptação ao local.

Uma família inserida no grupo a cerca de um mês comenta sobre essa problemática:

*Na verdade a gente quer que dê certo, não é muito fácil de se acostumar. Se futuramente a gente se acostumar e der certo, então é claro que vai continuar vivendo aqui. Que nem o meu lado, a gente é um pouco individualista, mas é uma coisa que a gente pode mudar. Eu, antes de ir para um acampamento, sempre tive aquele sonho, desde, até antes de eu casar mesmo, meu pai era pobre não conseguiu comprar terra para mim, então eu sempre tive aquele sonho de ter minha terra, uma casa mobiliada, uma vida mais tranqüila, só que eu não consegui. A gente, eu e minha mulher e agora temos dois filhos, não conseguiu comprar um pedaço de terra, então a saída foi entrar no Movimento e ir para um acampamento para ver se a gente conseguia isso, e daí veio essa proposta de a gente vir aqui para o coletivo, e é uma experiência nova para mim foi uma transformação na minha vida quase de cem por cento, então eu espero que a gente consiga se adaptar aqui, e consiga ficar aqui, ver os filhos crescendo e conseguir estudo para eles e depois eles consigam sobreviver tranqüilamente. (Z. e A. assentados).*

No final de 1990 foram incorporados seis novos integrantes em função dessas desistências (cf. Kleba, 1992). Destes, três são provenientes de assentamentos e três de acampamentos. Uma família entrevistada comenta: “Estou aqui desde 1994, e de lá para cá já mudaram umas 10 famílias. Elas vão embora, ou porque não se acostumam no coletivo, ou porque não gostam do local” (Am. e Ma., assentados). Outra família visitada tem planos de mudar do local por não “gostar de como as coisas são feitas, o coletivo é muito difícil, agora não dá, a gente não tem para onde ir, mas assim que tiver uma oportunidade a gente vai embora daqui” (J. e G. assentados).

Existem hoje 55 famílias assentadas, uma vaga foi recentemente preenchida, há ainda cinco vagas a serem ocupadas. Destas, algumas estão reservadas aos filhos dos assentados, há um número significativo de jovens ainda adolescentes, com idade variando entre doze a dezessete anos.

*A área comporta 60 famílias mas temos 55 somente, faltam 5 famílias que podem vir para cá e que concordem com a forma coletiva de trabalho. Para nós preencher essas vagas tem que ser um pessoal que já está na luta, que conhece o Movimento, que está acampado, são critérios assim que nós criamos e até porque pegar uma pessoa que não tem o conhecimento do Movimento se torna difícil de entender o nosso jeito e de acompanhar toda a estrutura que tem aqui. As pessoas de dentro do Movimento que vão para uma ocupação de terra, eles passam a conhecer essa realidade nova, as novas experiências que o Movimento está criando, chegam aqui e conseguem se adaptar melhor a esse sistema de trabalho.*

*Nós, hoje, temos algumas vagas que estamos esperando os filhos da gente chegar à idade e casar, para nós ocupar algumas delas, mas não todas, a idéia é nós segurar esses jovens aqui na medida do possível, enquanto tiver necessidade de mão-de-obra, nós pretendemos segurar por aqui, pra trabalharem aqui e se sentirem a vontade também aqui, e que eles cumpram também o regimento e os deveres e os direitos eles também terão, com isso. Mas nós não tivemos ainda casos de filhos que se casaram, porque a nossa faixa etária é em torno de 35 a 40 anos, e nós não temos ainda uma política bem definida. (M. e R. assentados).*

Quando acontece a inserção de uma nova família ao grupo é proporcionado uma espécie de estágio de reconhecimento que dura cerca de 30 dias para somente depois a família trazer os seus pertences, se aprovada pelo grupo e se ela decidir permanecer no assentamento.

*Desde que está este coletivo, ele é sessenta família, e tem 55 agora com nós, eram 54 famílias, então eles tem que completar essa cota de 60 famílias que o Incra exige. Nós não precisamos trocar com ninguém, já teve épocas que estava completo, só que algumas famílias acabaram desistindo e daí sobraram aquelas vagas, então nós vamos preencher aquela vaga, fomos convidados a vir aqui e fazer estágio e permanecer. Só que nós por enquanto, a gente fica uns meses sem entrar definitivamente, é tipo uma prova, a partir do mês que vem daí nós vamos fazer uma assembléia e ver se todos concordam e se a gente também concorda e só daí entramos como sócio da Cooperativa do assentamento. Depois que a gente estiver inscrito legalizado aqui, temos os mesmos direitos que os outros e vamos receber os Proceras como todo mundo recebeu. (Z. e A. assentados).*

A escolha da equipe de trabalho foi efetuada pelo grupo já assentado, a família recém assentada não escolheu seu setor de produção.



*Na verdade quando a gente veio aqui, a gente não decidiu onde queria trabalhar, eles decidiram entre eles, entre a coordenação de trabalho e coisa assim, que nós íamos fazer parte da equipe da lavoura, que é uma equipe assim que não trabalha só num setor ela vai em vários setores, onde precisar mão-de-obra, eles chamam o pessoal, é tipo uma equipe coringa onde precisar estamos indo, então a gente já conheceu vários setores, e está tudo bem até agora. (Z. e A. assentados).*

A explicação do grande número de desistências feita pela coordenação do assentamento é retratada a partir do início:

*Teve bastante desistências mas já trouxemos novas famílias para ocupar esses vagas. As desistências foram quando se começou esse processo, quando se tinha muitos problemas ainda, problemas até na questão da subsistência, para manter as famílias, para poder avançar, então era uma dificuldade enorme, e muitas famílias vieram para experimentar se dá certo dá, se não dá a gente vai embora, sai. Então nesse sentido no decorrer do terceiro, quarto ano as famílias foram se definindo então viram que a Cooperativa ia dar certo, e aí elas tiveram que se definir, ou acompanha o ritmo, ou no caso, se retira. Então teve bastante casos, e muitas famílias saíram, até no caso das famílias que vieram do próprio município que nunca tinham ouvido falar de grupo coletivo, de Cooperativas dessa forma, e muitas famílias chegaram e logo depois foram embora, então teve bastante troca no começo, até firmar o grupo, e mesmo assim depois saiu bastante família por não compreender o processo, não conseguiram entender essa política. E nossa definição dessa área aqui era trabalhar tudo coletivo, e não tinha, oh, vamos deixar um lote para alguém separado, então isso nunca teve e não vai existir também, aqui é coletivo e essa decisão não muda, tem que fazer dar certo, se com uma família não dá sai e vem outra. (M. e R. assentados).*

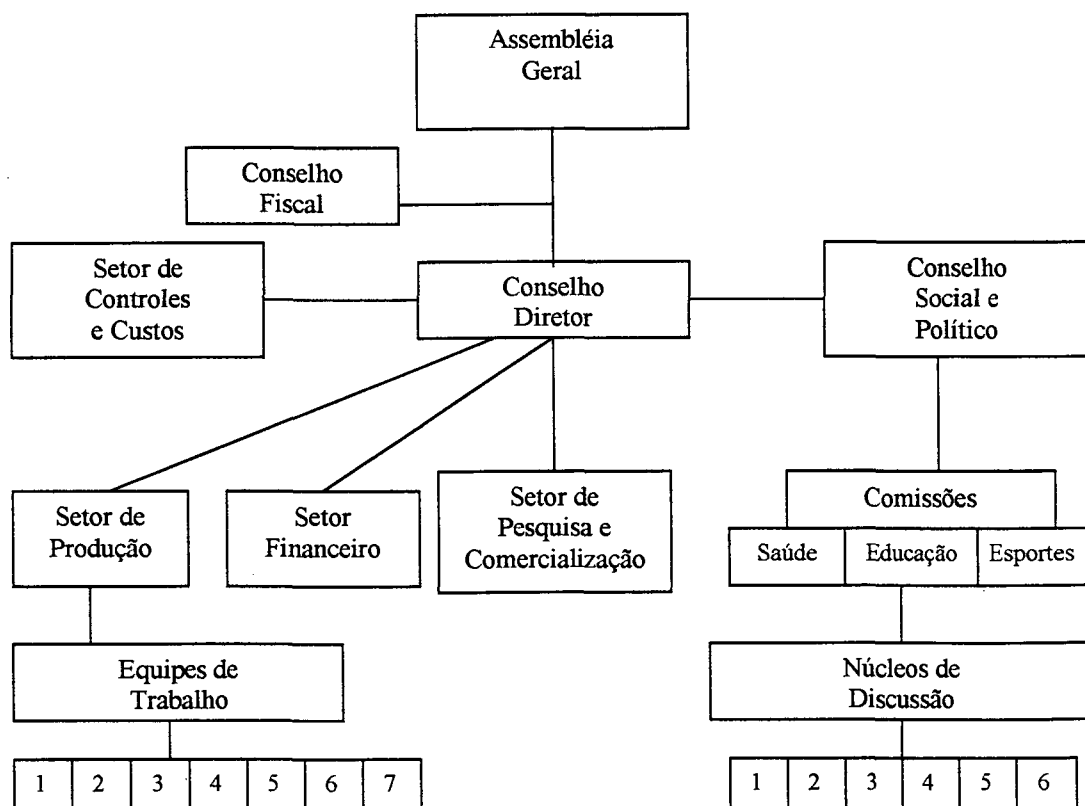
Quando a família resolve sair do coletivo o que ela leva de seu, além dos móveis e utensílios de sua casa, são suas cotas partes da Cooperativa que já estiverem pagas.

*Hoje nós temos no regimento que a família que sai daqui ela sai só se não quiser continuar a tocar, mas quando ela sai ela leva as cotas partes que já estão pagas, as cotas partes estão integralizadas via Procera, e como o Procera tem um espaço grande a ser pago então ele leva 10 anos praticamente para efetuar o pagamento dele, praticamente a família que sai daqui leva pouca coisa ainda, o capital, ou as cotas partes ainda estão em dívidas, a partir do momento em que elas forem pagas então o pessoal tem o direito de levar essas cotas partes, e assim, é sempre feito alguma negociação com a família e é pago uma parte, dá uma contribuição para ela daquilo que ela ajudou a trabalhar, a construir toda essa história. (M. e R. assentados).*

A melhor forma encontrada até o momento em casos de desistência é a troca de lotes com assentados individuais.

*Legalmente uma família quando sai daqui e quer voltar para o acampamento, pode ir para ocupação, mais ela não consegue mais o cadastro porque ela já teve terra. O Procera ela pode receber caso ela sair daqui, nós geralmente trabalhamos com troca de lote, na medida do possível se tiver famílias interessadas em vir para cá, faz a troca de lote, a família sai daqui e vai para um assentamento individual, ai continua recebendo o Procera normal, pega os Procera, assume as dívidas da outra família que ainda estão pagando e vem para cá e assume os compromissos da família que saiu daqui. (M. e R. assentados).*

O assentamento esta configurado em um grande coletivo que forma a CPA seguindo os critérios indicados e avaliados pelo MST. Esse coletivo está estruturado, de forma organizada e apresenta-se no seguinte organograma:<sup>14</sup>



Cada órgão e setor do organograma tem funções específicas, conforme critérios estabelecidos pelo grupo, em Assembléia, assim:

<sup>14</sup> Informações obtidas no assentamento.

01) A **Assembléia** constitui o órgão supremo de decisão, seguida pela diretoria da Cooperativa e pela coordenação. Inclui todos os membros do grupo e reúne-se semanalmente, podendo ser convocada extraordinariamente.

*A tomada de decisão acontece na Assembléia, primeiro é discutido nos núcleos, na Assembléia nós já praticamente não discutimos mais. Tem os núcleos, acontece às vezes que os seis núcleos fecham com a proposta que a direção encaminhou, mas também acontece que vem seis propostas diferentes dos núcleos. Os núcleos elegem um representante de cada para defender a proposta e daí é votado, e para ser aprovado precisa de 50% mais um dos votos presentes. E para acontecer a Assembléia precisa também 50% mais um dos associados, ou as pessoas que votam. (M. e R. assentados).*

02) **Conselho Diretor (Diretoria)**: sua existência vem a partir da fundação da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (Cooper União), em 01 de outubro de 1990, responsável pela organização e planejamento da economia do grupo. A cada três anos nova diretoria é eleita, compõem-se por cinco membros. Controla o cumprimento dos direitos e deveres previstos no regimento; bem como encaminha e discute a necessidade de formação técnica entre as equipes de trabalho. Planeja e pensa os pontos considerados estratégicos para a Cooperativa; elabora o planejamento e o acompanha no decorrer do ano.

03) **Conselho Fiscal**: composto por 6 pessoas, três efetivos e três suplentes. Tem como função principal fiscalizar as finanças da Cooperativa. Atua nas comissões organizativas.

04) **Conselho Social e Político (Coordenação)**: poderá atingir no máximo nove pessoas. Responde, junto com a Diretoria, pela organização político-ideológica do grupo orientando a sua direção; encaminha aos núcleos estudos e discussões políticas e preenchimento de vagas para cursos de formação; contribui, se necessário, nas discussões das equipes de trabalho, comissões e núcleos; procura estar vinculado ao MST; atua, portanto, em todas as ações políticas e formativas da Cooperativa, cumprindo também uma função educativa.

*Para fazer parte da Coordenação o companheiro necessariamente deverá demonstrar na prática mais entendimento e consciência política e*

*deverá representar as comissões e núcleos. (Regimento Interno do Assentamento “Conquista na Fronteira”. 1997:2).*

05) **Setor de Controles e Custos:** formado por três pessoas, uma da diretoria e mais duas da base. Tem como função definir os custos de tudo o que se produz, desde o custo para a produção de uma saca de milho, e um quilo de frango, até o custo total da Cooperativa. Responsável pelo controle das horas trabalhadas de cada associado, e das horas máquinas e também do controle do patrimônio.

06) **Setor de Produção:** formado pelos sete coordenadores das equipes de trabalho, e mais sete pessoas, uma de cada equipe. Tem a função de fazer cumprir o planejamento anual e administrar a mão-de-obra.

07) **Setor de Finanças:** composto por três pessoas, sendo uma da diretoria e duas da base. Responde pelo setor financeiro da Cooperativa e também da contabilidade.

08) **Setor de Pesquisa e Comercialização:** formado por três pessoas, uma da diretoria e duas da base. Tem como função fazer pesquisa de mercado para a compra e venda dos produtos, bem como efetuar-las.

09) **Comissão da Saúde:** são seis membros que compõem essa comissão. Cuida da saúde de todas as pessoas que vivem no assentamento, esse cuidado vai desde a higiene pessoal, como a limpeza nas casas e em volta delas. É essa comissão que dá o aval se a pessoa pode ou não trabalhar. Em caso de doença encaminha-a para consultas médicas ou para o hospital. Também tem como função cobrar dos órgãos do governo os direitos no que se refere a questão da saúde.

*A saúde é via SUS normal como em qualquer outro lugar. Qualquer doente é de responsabilidade da Cooperativa, é ela quem encaminha. Se está doente não precisa trabalhar, desde que tenha o aval da comissão da saúde, só que esse dinheiro não ganha, mas também não perde, esse dia não é contado nem descontado, agora quando ele é hospitalizado e ganha um atestado aí ele ganha sem trabalhar, a Cooperativa paga esses dias para ele porque ele está doente e não tem condições de trabalhar. (M. e R. assentados).*

10) **Comissão da Educação:** formado por seis pessoas, acompanham e supervisionam a educação dos estudantes, desde a creche até a faculdade; fazem a vinculação dos estudantes com as escolas e toda a comunidade. Esse setor deverá estar vinculado com o setor de educação do Movimento Sem-Terra.

11) **Comissão dos esportes e do lazer:** também constituído por seis pessoas. Responde pelo cuidado com as áreas de lazer, coordena e promove festas, futebol, baile, bocha e tudo ao que se refere a eventos esportivos e de lazer.

12) As **equipes de trabalho** são sete. A **equipe 1**, cuida do gado leiteiro, e compõem-se por onze pessoas. A **equipe 2** é responsável pelas abelhas, suínos, frangos e peixes, são nove pessoas. A **equipe 3** é responsável pela lavoura de grãos, das máquinas, do secador, são 28 pessoas. A **equipe 4** trabalha no abatedouro de frangos, são onze pessoas. A **equipe 5** trabalha com a produção para a subsistência e é composta por 32 pessoas. A **equipe 6** é a da erva-mate e reflorestamento, são dezessete pessoas. A **equipe 7** cuida das construções e da lenha e são sete pessoas.

Cada equipe tem o seu coordenador e o conjunto de coordenadores formam o Setor de Produção. No interior das equipes existem várias tarefas relativas ao trabalho, e pequenos setores que os membros são responsáveis, alguns cuidam das ferramentas, outros das máquinas e assim por diante, de forma que todos têm a sua tarefa dentro das equipes. Na medida em que falta mão-de-obra em uma equipe, as pessoas são remanejadas pelo Setor de Produção, de forma a suprir essa carência. Cada equipe tem o seu marcador das horas trabalhadas.

O grupo está dividido em seis **núcleos** que são formados por proximidades de casas e é composto em média por dez famílias, funcionam como instâncias descentralizadas de discussão. Essas discussões são encaminhadas pela diretoria ou pelo Conselho Social e Político. Reúnem-se a cada 15 dias para encaminhamentos e estudos, esses encontros variam de uma a duas horas dependendo do assunto.

*(...) quando tem alguma coisa para ser decidido ou comprado ou vendido, por exemplo que está fora do planejamento anual, a diretoria encaminha a proposta para os núcleos, os núcleos discutem e depois é aprovado em Assembléia e assim também as questões políticas, que estão*

*fora do regimento e precisa-se tomar uma decisão, elas são encaminhadas pelo Conselho Social e Político aos núcleos. (M. e R. assentados).*

Nenhum dos cargos ocupados receberá valores adicionais para a sua administração, bem como não significará vínculo empregatício com a Cooperativa. A cada três anos acontecem eleições para todo o quadro, podendo permanecer os mesmos membros, dependendo da aceitação ou não da assembléia.

A produção no interior do assentamento está dividida em setores, que diferem entre si pela espécie de trabalho a ser executado, que dividem-se em equipes de trabalho, conforme especificado no item 12 do organograma da Cooperativa.

As produções consideradas estratégicas, que proporcionam um rendimento maior aos associados e que demandam maior aplicação de mão-de-obra e investimentos são: a produção de grãos, de erva-mate, de leite, de frango e, em menor proporção, de peixe. *“A definição do que se planta é que a gente já fez pesquisa. Já tivemos aqui economistas, analistas e tal, pra nos ajudar, nos assessorar nessa escolha” (M. e R. assentados).*

As culturas de maior expressão são: milho, feijão, soja e arroz. A safra 97/98, da Cooperativa, destes produtos foi: milho cultivado em 188 ha. produziu-se 8.000 sacas; feijão em 46 ha. produziu-se 912 sacas; foram plantados 23 ha. de soja que resultaram em 515 sacas e 260 sacas de arroz que foram produzidos em 10 ha.

Há arrendamento de terras de outros agricultores, próximas ao assentamento. Em 1998 arrendou-se cerca de 50 hectares para o plantio de milho.

A soja é transformada em farelo, em uma indústria no município cujos proprietários não estão vinculados ao Movimento ou ao assentamento, e retorna para ser misturado à alimentação das aves, gado leiteiro, suínos e peixes. O feijão e o arroz são produzidos para a subsistência e o excedente é comercializado. O milho permanece no assentamento e é utilizado na alimentação dos animais.

*A produção de grãos que tem o milho, se nós fossemos comercializar ele, nós ganharíamos sete reais a saca de sessenta quilos, então o milho é*

*para transformar em leite alimentando as vacas, e para o frango em carne. O milho então transformado em carne, depende do desenvolvimento do lote de frango, nós já tivemos casos que chegou a valer R\$ 20,40 o saco do milho transformado em carne. E os produtos agrícolas na nossa avaliação não tem como produzir porque eles não se pagam, o custo de produção é muito alto, a produção de grãos, agora dá dinheiro sim, se transformar eles em carne ou leite, e peixe também. (M. e R. assentados).*

Existe no assentamento áreas que exploram erva-mate, a silvicultura e a fruticultura tendo em vista um contexto ecológico, favorável à sua dinamização (Cf. Kleba, 1992, além da pesquisa de campo).

Com relação a silvicultura há muitos: pinheiro, bracatinga, imbuia, louro, cedro e angico. Fruticultura cultiva-se: laranja, tangerina, caqui, pêssego e uva. A madeira, dentro do permitido pelo Ibama, é usada para a construção civil e a fruticultura para o consumo próprio e é comercializada na feira o seu excedente.

*Nós temos também uma grande parte da área, onde é mais difícil de se trabalhar, está se fazendo uma reserva de mata nativa, só que é uma mata bem baixa, porque quando chegamos aqui, tinha bem pouca coisa, hoje já está um mato quase formado. Isso dá em torno de 25 a 30% do total da área e o reflorestamento que nós mesmos plantamos, que é o eucalipto, hoje nós temos em torno de 10 ha. plantados. Hoje nós estamos utilizando uma parte para a construção dos aviários e o restante ainda não está em condições de utilizar como lenha e essas coisas, porque está bastante novo ainda, mas a idéia é para a questão da lenha para o secador, para a fonalha, abatedouro, enfim, para tudo que for necessário, lenha nas casas, e o que precisar. (M. e R. assentados).*

A exploração da erva-mate está inserida na estratégia de produção da Cooperativa. Existem em torno de dez mil pés nativos e em torno de sessenta mil pés que foram plantados, sendo que grande parte já estão produzindo. A safra 97/98 produziu 10.935,40 arrobas de erva-mate.

A criação de suínos é feita para a subsistência. Sempre que as famílias necessitam de carne são abatidos suínos, somente o excedente é comercializado. Na produção de 97/98 foram comercializados 12.870 kg. de suínos.

O gado de corte é composto por 270 cabeças e tende a ser extinto, em virtude de seu baixo rendimento. Em 97/98 foram comercializados 6.916,50 kg. de carne bovina. Há também 16 cabeças de búfalos, cerca de 12 cabeças de ovelhas e 8 cavalos.

O gado leiteiro compõem-se por 56 vacas e 24 novilhas holandesas. É uma das fontes mensais de renda, em 97/98 foram produzidos 143.116 litros de leite.

São abatidos 350 frangos por dia, o abate é feito manualmente; está em fase de implantação um abatedouro de frango com capacidade para o abate de mil aves hora. A cada 15 dias chega um novo lote de frango. Cada lote tem em média 1.200 pintinhos. Esses lotes levam em torno de 45 dias para serem abatidas. O abate de frangos não recebeu ainda o Certificado de Inspeção Federal (CIF). Há um acordo com as autoridades locais para que a comercialização seja feita somente no município. Há 100 metros de infra-estrutura para a colocação de frangos, que estão repartidos em cinco aviários, um de 50, e quatro de 25 metros. A produção 97/98 foi de 134.467 kg. de frango.

Existem cerca de 15 açudes para peixes, no assentamento. A produção visa o autoconsumo e o excedente é comercializado. Este setor também vem sendo considerado como estratégico devido a grande procura, na região, e a reduzida oferta. A produção em 1997/98 atingiu 2.507,20 kg.

A produção de mel tem sido para a subsistência e o pouco excedente é comercializado na feira e a de própolis é utilizado como remédio pela comissão de saúde. Há sessenta colméias no assentamento.

As culturas para a subsistência são mais conhecidas como o setor de “miudezas” e da horta. Inclui toda a produção voltada para o autoconsumo, como amendoim, batata-doce, batata, mandioca, pipoca, vassoura, cana-de-açúcar e todos os tipos de hortaliças e fruticulturas como laranja, melão, melancia e mamão. A produção de laranja da safra 1997/98 foi de 41.200 kg. e de melancia 1.200 unidades. O excedente de todos esses produtos é também comercializado na feira local.



*Para a subsistência é produzido praticamente de tudo, a gente produz tudo, o que nós compramos no mercado é açúcar, sal, farinha de trigo, café e essas pequenas coisas, o resto a gente produz aqui o suficiente. (M. e R. assentados).*

*Nessa questão da subsistência a gente tem quase tudo, sobra pouca coisa para a gente comprar com o dinheiro, quanto mais a gente trabalhar, mais economizar mais coisas para a casa se pode comprar. (Z. e A. assentados).*

Tudo o que o associado retira diariamente ou semanalmente para a sua alimentação é anotado em sua ficha de controle pessoal e por ocasião do acerto de contas, é calculado o custo dessa produção e descontado da renda a receber de cada associado.

*A alimentação é distribuída de acordo com a necessidade, por exemplo se alguém pega 5 kg. de carne de porco, 10 de mandioca, 3 kg. de frango, tudo é anotado na ficha individual de cada um e quando acontece o acerto de contas, que é a cada seis meses, isso é convertido em custo, é marcado pelo preço de custo, e depois é descontado dele. A cada safra, tem duas safras no ano. Para viver nós produzimos de tudo. (M. assentado).*

*O que é da subsistência é descontado. O gado, por exemplo, o homem pode ter duas cabeças e a mulher uma, então você pode ter três vacas de leite e vender o leite, e aquele dinheiro é teu, e não pode ter mais do que isso. Isso foi uma coisa aprovada no coletivo então a gente tem que aceitar. (Z. e A. assentados).*

As compras maiores para os assentados é a Cooperativa quem faz, embora seja o associado quem efetue o pagamento, por ocasião do acerto de contas.

*Normalmente as compras grandes de produtos para as casas como a compra de farinha de trigo, que é onde mais gasta se dinheiro, até um tempo atrás nós produzíamos a farinha e hoje se compra, então é comprado pela Cooperativa e distribuído para as famílias, só que as compras daí vão para as fichas de cada um e é feito o acerto no final do ano ou no final de cada seis meses, mas quando se faz a compra de açúcar que também envolve bastante dinheiro cada um faz a sua lista de compra e entrega para o setor de comercialização e eles fazem a compra onde é mais barato ou qualquer coisa assim. (M. e R. assentados).*

Todo o esterco produzido, seja pelas aves, suínos ou bovinos, é utilizado como adubo orgânico, embora, ainda, a quantidade produzida não seja suficiente para o tratamento da terra. Há um pequeno minhocário que visa a produção de húmus para o

assentamento. O restante dos adubos e fertilizantes, bem como pesticidas, são comprados nas indústrias da região. A produção em 1997/98 de adubo orgânico foi de 140.000 kg.

*O adubo, a grande maioria, a gente compra, os nossos aviários produzem aí em torno de 180 toneladas por ano, mas ainda não é o suficiente, então a gente compra adubo dos nossos vizinhos que tem aviário e também se compra adubo químico e uréia, e tal, temos um minhocário, mas é pequeno e não existe uma produção grande de húmus, não é o suficiente. (M. e R. assentados).*

Para a produção de frango é comprado do mercado local somente o mineral, o restante da alimentação é produzida no próprio assentamento. Para o peixe a alimentação também é proveniente do assentamento.

A produção de fumo é integrado com uma empresa fumuladora, 1998 foi o último ano que se produziu fumo. Os galpões utilizados para o fumo serão transformados para a criação de frangos. A produção 97/98 resultou em 610,10 arrobas, plantados em 9 ha.

*O fumo é integrado, o plantio de fumo não estava dentro do planejado. Agora ele nasceu assim, como existia, necessidade na época de nós construirmos o aviário e recurso não se tinha, então a gente fez uma idéia assim, a gente vai plantar fumo e depois que nós plantar fumo e aí nós vamos transformar os galpão de fumo em aviário, então a gente chegou a plantar até 500 mil pés de fumo em um ano. A gente já pagou uma parte da dívida e começou a construir os aviários, agora esse ano que passou, 98, foi o último ano que nós plantamos fumo e que estamos colhendo agora, então tem ainda alguns galpões que faltam serem transformados em aviários. Isso em função do alto uso de agrotóxico. (M. e R. assentados).*

Há uma pequena fábrica de ração que produz para o próprio assentamento, como a alimentação das aves, animais e peixes.

Com cerca de 10 máquinas de costuras, as mulheres fabricam roupas, como calças jeans e outros artigos cuja matéria-prima é o jeans. Somente as mulheres atuam neste setor.

*A fábrica de jeans é um setor de produção normal da Cooperativa, essa fábrica a gente trabalhou assim quase três anos e estava dando um retorno econômico razoável e com a abertura do Mercosul, parou as*

*vendas, não conseguimos mais vender então como se tinha ainda um estoque de roupa, de jeans, então o pessoal agora está confeccionando para o consumo interno das famílias. (M. e R. assentados).*

A produção em grande escala envolve planejamento que inexistia entre os pequenos produtores, portanto não havia este hábito. Daí a dificuldade de se entender a necessidade de planejar, escrever e discutir um plano de produção.

*O planejamento se inicia nas equipes, as equipes fazem uma proposta de planejamento e depois esse planejamento passa pelos núcleos, os núcleos discutem e depois é aprovado em Assembléia e na grande maioria das vezes há mudanças, os núcleos sugerem, levantam propostas, ou mudanças, melhora na proposta de planejamento, mas sempre parte das equipes junto com os técnicos que dão assistência. Planejar a agricultura não é um negócio fácil, por exemplo, o soja desse ano nós plantamos trinta dias depois do que se havia planejado, da época certa. E sempre tem os períodos de chuva e de seca, as geadas, essas coisas que a gente não consegue prever direito. E depois que vai na Assembléia cada equipe tem que cumprir com o seu planejamento. Por exemplo, quem decide se está na hora de colher ou não é a equipe quem decide, quem diz, não é a direção, segue o planejamento. (M. assentado).*

A maior parte dos produtos é comercializada no próprio município. É feita uma pesquisa de mercado e a venda é efetuada onde o preço for melhor, garantindo a sobra para os assentados.

Há uma feira local que funciona todos os sábados onde os produtos como hortaliças, frutas, mel, peixes, mandiocas, são comercializados.

*As verduras a gente produz e vende na feira. A feira é na cidade, ela funciona todos os sábados, é uma feira que foi formada em Dionísio, pela secretaria da agricultura da prefeitura, hoje tem 28 feirantes lá e a gente faz parte também dos feirantes, mas o nosso forte na feira é o peixe, e a gente leva de tudo que produz aqui, se leva leite, se leva frango, se leva verdura, se leva frutas, mandioca, mel e tudo mais. A prefeitura dá o local, existe uma organização entre os próprio feirantes e as despesas que acontecem no geral, algumas reformas lá no galpão que foi construído ficou por conta dos feirantes. (M. e R. assentados).*

Os frangos, abatidos manualmente, são vendidos diretamente no mercado. E com a construção do abatedouro, já em vias de finalização com capacidade para abater nove mil frango ao dia. A produção inicial desse abatedouro será para o abate de mil frangos ao dia que serão comercializados, a princípio em quatro municípios, Palma Sola, Flor

da Serra, Barracão e Dionísio. Essa quantidade inicial de produção, cerca de mil frangos ao dia, está sendo determinada pela demanda do mercado local. “*Esses municípios nos oferecem um mercado garantido para mil e quinhentos frangos por dia. Esses frangos seriam colocados diretamente nos supermercados*” (M. e R. assentados).

*Hoje funciona assim, por exemplo, nós conseguimos produzir frango, hoje o custo de produção é em torno de 0,75 centavos por frango, e hoje nós estamos vendendo a R\$ 1,15, só que nosso frango é um frango de melhor qualidade, com uma carne mais firme e foi através disto que nós conquistamos o mercado. A Sadia vende o frango hoje um pouco mais barato que nós, não sei bem como é a avaliação da Sadia, porque tem épocas que chega a R\$ 1,40, e daí a pouco estão vendendo a R\$ 1,10 e assim vai. Hoje vendendo a esse preço nós temos uma boa margem de lucro.* (M. e R. assentados).

O leite produzido é vendido diretamente aos laticínios dos assentamentos próximos e para a Cooperativa regional dos assentados.

A erva-mate é vendida verde, em folhas. Pensa-se em industrializá-la futuramente. Há uma indústria de beneficiamento de erva-mate em um assentamento em Abelardo Luz, mas segundo os assentados, a venda não compensa financeiramente devido ao elevado custo do transporte.

Há uma percepção de que a partir dos assentamentos é possível a construção de um amplo mercado, no sentido de oferecer à população o acesso a alimentação mais barata e de qualidade. Entretanto, também se faz presente o entendimento de que não é fácil a implantação desse projeto, e que ele está mais no ideário do MST do que entre os assentados. Compreende-se de que num primeiro momento é preciso garantir a sobrevivência dos assentados e melhorar a sua qualidade de vida.

*Nós fizemos parte do SCA, somos uma filial e trabalhamos em função de produzir alimentos mais baratos para as pessoas mais carentes, a intenção é trabalhar, desenvolver isso, de lutar para essas pessoas que estão fora da sociedade, que estão praticamente sem emprego, sem alimentação e com todas essas dificuldades, de achar uma forma de produzir mais barato para essa população, para essa camada da sociedade, que está excluída, então a intenção é essa, mas hoje está bastante difícil de conseguir avançar na linha da produção para se conseguir esse sucesso, para se mostrar para a sociedade que é possível se produzir, que é possível se fazer coisas novas, de que é possível*

*contribuir com essas famílias que estão hoje na margem na sociedade que estão fora da roda. Então o Movimento trabalha muito essa questão de trazer para dentro de novo, para dentro da sociedade essas pessoas que estão sendo excluídas, então a produção deveria ser nesse sentido para a população mais carente poder sobreviver. (M. e R. assentados).*

<b>DADOS DA SAFRA 97/98 (em R\$) – COOPER UNIÃO</b>							
<b>Produto</b>	<b>Ha.</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>V. Unit</b>	<b>V. Total</b>	<b>Custo Unit.</b>	<b>V. Líquido</b>
Feijão	46	sacas	912,07	41,678	38.013,25	11,56	27.473,44
Fumo	9	arobas	610,10	24,607	15.012,49	15,34	5.665,08
Arroz	10	sacas	260,00	12,000	3.120,00	4,79	1.874,78
Soja	23	sacas	515,75	13,000	6.704,75	7,74	2.711,24
LaranjaValência	2	kg	41.200,00	0,029	1.188,00	0,004	1.168,00
Erva-mate		arobas	10.935,40	1,850	20.230,49	0,014	19.956,76
Peixes		kg	2.507,20	1,300	3.259,36	0,324	2.942,60
Leite		litros	143.116,00	0,219	31.287,30	0,16	8.988,29
Frangos		kg	134.467,00	1,066	143.341,82	0,909	20.764,90
Ovos		dúzia	1.575,67	0,600	945,40	1,5069	-
Milho	188	sacas	8.000,00	7,600	60.800,00	4,72	23.039,26
Gado de Corte		kg	6.916,50	1,300	8.991,45	0,525	5.363,38
Suínos		kg	12.870,00	0,800	10.296,00	0,635	2.120,60
Amendoim		kg	765,00	0,500	382,50		-
Pipoca		kg	592,00	0,500	296,00		-
Adubo orgânico		kg	140.000,00	0,027	3.724,00		3.724,00
Melancia		unid.	1.200,00	0,500	600,00		
<b>Total</b>							<b>125.792,33</b>

Fonte: Cooper União

DADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA 97/98 (em R\$)					
Produto	Unid.	Produção	Despesa	Receita	S. Positivo
Milho	sacas	8.000,00	34.440,74	60.800,00	26.359,26
Feijão	sacas	912,07	10.539,97	38.013,41	27.473,44
Fumo	arobas	610,10	9.357,97	15.012,45	5.655,07
Soja	sacas	515,75	3.993,51	6.704,45	2.711,24
Arroz	sacas	260,00	1.245,22	3.120,00	1.874,78
Leite	litros	143.467,00	22.182,14	32.018,47	9.836,33
Frango	kg	134.467,00	122.507,42	147.065,82	24.558,40
Gado corte	kg	6.616,50	3.628,07	8.991,45	5.363,38
Peixes	kg	2.507,20	851,54	2.942,60	2.091,06
Suínos	kg	12.870,00	796,60	12.870,00	12.073,40
Aves postura	dúzia	1.572,67	1.837,04	2.931,06	1.094,02
Erva-mate	aroba	10.935,40		20.230,49	20.230,49
Pomar (laranja)	Kg	41.200,00	536,65	1.188,00	651,35
Miudezas gerais	Kg	2.557,00			1.278,00
Visitas	almoço	706,00	2.559,91	2.118,00	(441,91)
<b>TOTAL</b>			<b>214.476,19</b>	<b>354.006,50</b>	<b>140.808,31</b>

Fonte: Cooper União

Há em fase de implantação, alguns projetos como é o caso do abatedouro de aves. E outros, já encaminhados, aguardando recursos do Procerá e do Banco Mundial e ainda alguns como possibilidades futuras.

*Nós temos poucos aviários, mas já está no planejamento a construção de mais aviários. E outro projeto é a produção de búfalos, nesse projeto está incluída a questão social, foi incluído a reforma de sessenta casas, no caso essas casas que foram construídas aqui nós conseguimos material da própria área aqui, e veio também um recurso para habitação, se eu não me engano. (M. assentado).*

Com a implantação desse abatedouro de frango será necessária à compra de maior quantidade de frangos, uma vez que o assentamento não produz o suficiente para atender a demanda do abatedouro. Nesse sentido, tem-se pensado em incentivar a criação junto a agricultores próximos, que passariam a oferecer esse produto ao assentamento.

*Com esse abatedouro de frango ele tem capacidade para 10 mil frangos por dia. E nós já estamos ampliando a produção de frangos, a gente pode pegar frangos de outros agricultores, vai depender do mercado, que hoje nessas quatro cidade, Palma Sola, Flor de Serra, Barracão e Dionísio, nós temos o comércio garantido para 1.200 frangos dia, a idéia nossa é começar com 1.000 frangos por dia, mas a gente tem esse mercado garantido, então está se pensando em alguns vizinhos que moram mais perto produzir frangos também, para não ter custos muito alto de frete, pra produzir e ser abatido aqui, em nosso abatedouro e nós fazermos a comercialização, não deixa de ser uma espécie de integração, mas a gente, com certeza, vai pagar um preço mais justo. (M. e R. assentado).*

Em projeto, também, encontra-se a produção de búfalo leiteiro, e esses recursos estão sendo adquiridos junto ao Banco Mundial. Para a especialização da mão-de-obra para esta atividade, algumas pessoas estão visitando a produção de búfalo na ilha de Marajó, no litoral norte do Brasil.

*A longo prazo, os projetos são a industrialização da nossa produção, principalmente dos setores estratégicos, a erva-mate, o peixe, o frango, o leite, e grãos, mais o feijão, nós estamos praticamente, só industrializando dois, os frangos e o leite é ainda em conjunto com o Movimento Sem-Terra. Mas um talvez que seja um dos primeiros investimentos, está agora em discussão, que é búfalo leiteiro, existe um projeto com o Banco Mundial e que está ainda em discussão, segundo os comentários, e as propostas é viável, mas agora o pessoal da comercialização está indo a fundo para ver e conhecer de perto os projetos, estão indo a ilha de Marajó para conhecer um projeto que existe lá. (M. e R. assentado).*

Com a implantação de novos setores de produção, faz-se necessário a liberação de maior quantidade de mão-de-obra, com isso vem-se amadurecendo a idéia da construção de um refeitório comunitário. Esse projeto é aceito por alguns membros do grupo, mas há, também, uma maioria, significativa, que acha que a coletivização das refeições poderia trazer problemas adicionais, tendo em vista que não é possível fazer refeições a contento de todos, “cada um tem o seu jeito de fazer a comida” (Ma. assentada).

*A idéia de se construir um refeitório comunitário, para todos almoçar ou fazer as refeições junto, existe, mas pelo que a gente pensa, pelo que a gente tem discutido, ainda vai demorar talvez um ano, dois, mas a idéia existe e está de pé. O amadurecimento dessa idéia para as pessoas pode levar um tempo, uns acham que é importante, outros acham que deve se*

*dar mais um tempo, então a gente tem que dar esse tempo e esperar a hora certa para que isso seja feito. (Marcos assentado).*

A discussão que vem acontecendo com maior entusiasmo é a que prevê a implantação do turismo rural na área, tendo em vista o crescimento desse setor na agricultura e também a viabilização de uma fonte de renda a mais, além de ser estratégico para envolver os jovens na garantia de sua permanência no campo.

*Nós temos uma discussão também para implantar aqui uma área de turismo rural, o pessoal tem projetos para serem implantados no interior do município, fazer um turismo e aí o pessoal daqui quer muito, nós temos muita influência na prefeitura,<sup>15</sup> e o pessoal quer que esse projeto se concretize aqui, porque nós hoje recebemos em torno de quatro caravanas de visitantes por mês, todo final de semana, aí tem mais o pessoal que vem durante a semana, vem dois, três. Esse pessoal vem para perceber como é a organização e conhecer. Nós temos lugares turísticos aqui, temos cachoeiras, e podemos fazer um dormitório, ou um hotel, refeitório, só que tem que investir e fazer a estrutura. (R. assentando).*

*Esse pessoal que vem nos visitar quer conhecer os setores, visitar a área, conhecer as cachoeiras, andar a cavalo, e tem açude para pesca, as pessoas se divertirem, o pessoal da cidade também pode vir aqui e passar um final de semana para se divertir. Podemos criar várias formas de o pessoal se divertir, e envolver o pessoal. Isso segundo, já veio palestrante das cidades, de vários lugares e falam que isso gera uma boa fonte financeira. Ai nós podemos fazer a nossa venda também, vender os produtos que nós produzimos hoje, um exemplo é a fábrica de jeans, até hoje está meia parada, e aqui nessa fábrica a gente sempre vendeu muito para os visitantes dos finais de semana, aí o pessoal perguntava, vocês tem a fábrica de jeans, então o pessoal queria visitar e sempre comprava, sempre tinha gente que comprava, o pessoal olhava e comprava muito, nós vendíamos bastante. Então nesse turismo pode ser vendido muita coisa. Ai podemos pensar até em reabrir a fábrica de jeans. (M. assentado).*

*O turismo rural, na prática já existe aqui no assentamento, no ano de 1998 passaram por aqui mais de dois mil visitantes esse ano deve ultrapassar os três mil e então como aqui nós temos uns pontos interessantes, uns lugares bonitos então a gente pensou de explorar esse mercado também, que hoje está sendo muito procurado, todo mundo procura o turismo rural, nós temos umas cascatas que podem ser organizado, em que os visitantes vão lá, tem alguns açudes que nós podemos organizar o pesque-e-pague, temos cavalos, que o pessoal gosta de andar, e por aí tem uma série de coisas que se pode fazer. Esse*

---

<sup>15</sup> A prefeitura de Dionísio Cerqueira é petista, e foi eleita em grande parte devido a mobilização dos assentados na campanha.



*seria um ponto que aumentaria a renda dos associados, porque hoje não existe melhor fonte de renda. (M. assentado).*

Outros projetos previstos são a industrialização da erva-mate, do peixe, o empacotamento do feijão, ampliação dos aviários e novas moradias. A construção de novas casas é o único projeto que está diretamente ligado a questão individual, embora elas também pertençam ao coletivo. Em todos os outros projetos o benefício individual acontece em virtude da possibilidade de ampliação da renda.

Todos os projetos passam a ser definidos a partir de análises e consultorias de técnicos externos.

*Essas discussões já vêm de muito tempo, vamos montar um abatedouro de aves e não de bois, a gente teve os analistas que vieram aqui e assessoram a gente, e ajudaram nós a discutir, a profundar essas idéias, por exemplo frango, e erva-mate, dá para discutir porque vai ficar bastante tempo no mercado então dá para produzir, então são feitos esses estudos. Os assessores vem através da Concrab. (R. assentado).*

A maior fonte de financiamento, tanto dos projetos em funcionamento, como os em fase de implementação, bem como os custeios para a safra agrícola, é proveniente do Procera. Em seguida vem o Banco Mundial. Nada do que foi construído no assentamento existiria sem a liberação dos recursos, principalmente do Procera, a dependência, ainda hoje, de recursos externos é extrema.

*Nós, apesar de ser um assentamento que já vem desde 1988, nós ainda conseguimos receber o crédito do Procera, como Cooperativa nós temos direito ao teto II<sup>16</sup> que seria uma parte que é integralizado na Cooperativa e outra parte ficaria no nome de cada associado no caso, com o teto II praticamente dobra o valor que é recebido, uma família que trabalha individual recebe somente o teto máximo de R\$ 7.500,00 por família como nós temos a Cooperativa nós temos até R\$ 15.000,00 por família de Procera então esse crédito até hoje ainda conseguimos como a proposta do Governo é em até dez anos contribuir, era pelo menos, agora já tem outro novo projeto aí que é somente dois anos de Procera para assentamento e após isso se tornaria uma família tradicional pequena proprietária e receberia somente o Pronaf, que entraria nesse esquema. O Pronaf tem desconto, me parece que de 20%, não tenho bem*

---

<sup>16</sup> Teto II – crédito especial para assentados que se associarem a Cooperativas. Este crédito somente será liberado para a integralização de cotas em Cooperativas formadas por assentados, servindo como um incentivo do Estado para que os agricultores organizem-se em formas Cooperativadas.

*certeza como é que funciona, o Procera tem rebate de 50% tem três anos de carência e mais sete anos para ser pago, mas ele tem 6% de juros ao ano, então se eu pegar hoje em torno de R\$ 100.000,00 para a Cooperativa de Procera e quando chegar no fim do pagamento dele que seriam os dez anos, eu devolveria 78% de volta para o governo, então 50% de rebate praticamente é repostado em juros, então 28% se repõe em juros até a última prestação. (R. assentado).*

Para a instalação de novos projetos há recursos já definidos pelo Procera.

*Com relação aos projetos, as verbas já vêm destinadas, por exemplo na linha de industrialização, na linha de produção a gente discute junto com os técnicos, os técnicos é que fazem os projetos, mas as verbas já vem específicas. (M. e R. assentados).*

*Tudo o que nós construímos aqui foi sempre através de créditos, bem pouca coisa foi através dos nossos recursos, a grande maioria foi através de financiamentos, de créditos. Hoje a Cooperativa aqui funciona com dois caixas, o caixa da Cooperativa e o caixa do esporte, o caixa do esporte é de bailes, jogos de futebol, uma pequena bodega que funciona aqui nos finais de semana, todo o lucro que dá é para a Cooperativa. A pessoa que cuida só ganha as horas trabalhadas. (M. assentado).*

*Todos os recursos são do Procera, que a gente recebeu aqui, só a creche que veio da fundação do Banco do Brasil, e veio 70% a fundo perdido, e mais só os créditos normais. (M. assentado).*

Sem o recebimento de recursos subsidiados pelo Estado, a sobrevivência no assentamento fica prejudicada.

*É muito difícil a sobrevivência sem os recursos que vem do Estado. Difícilmente a gente conseguiria sobreviver, talvez poderia ir tocando, mas na verdade com muita dificuldade pra conseguir se manter, porque do jeito que está a agricultura, principalmente a pequena propriedade ela já não consegue nem se sustentar, se não se conseguir mais esses recursos subsidiados eu acho que para nós aqui seria uma coisa muito difícil de se avançar, praticamente ia parar por aí e dificilmente a gente ia conseguir avançar. Sairia muita gente da agricultura. A agricultura hoje está assim em uma fase muito difícil, e pra quem sair da agricultura vai ser mais difícil ainda, porque não tem emprego, não existe trabalho para essa população que sai do campo, porque não tem especialidade nenhuma, não tem profissão a não ser agricultor, então é muito difícil conseguir outro emprego. (R. assentado).*

Percebe-se, assim, que a preocupação do grupo com o seu dinamismo econômico, veiculado pelo MST aos assentamentos a partir da criação do SCA, passa a vincular-se não somente na ampliação e manutenção dos recursos subsidiados do Estado, mas também a uma ampliação e afirmação da sua eficiência administrativa empresarial.

Em 1999 as dívidas da Cooper União totalizam R\$ 97.496,19 (noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dezenove centavos). O prazo de pagamento é de cinco anos. No ano de 1999 e em 2000, serão saldados R\$ 5.528,09 (cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e nove centavos).

<b>DÍVIDAS DO PROCERA E OUTRAS A PARTIR DE 2002</b>			
<b>ANO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>CUSTEIO</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
1999	97.496,19		97.496,19
2000	33.953,01	+ custeio	1.010.674,56
2001	33.953,01	+ custeio	
2002	109.728,65	+ custeio	
2003	109.728,65	+ custeio	
2004	76.882,39	+ custeio	
2005	76.882,39	+ custeio	
2006	76.882,39	+ custeio	
2007	76.882,39	+ custeio	
2008	76.882,39	+ custeio	

Fonte: Cooper União apud Dal Chiavon, 1999.

Os anos mais difíceis para a Cooper União serão 2002 e 2003, além da prestação do Procera com a inclusão de mais R\$ 32.845,20 (trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos) de empréstimos já contraídos de investimentos passados. A projeção dos recursos para pagamentos nestes dois anos serão de R\$ 109.728,65 (cento e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos), acrescidos do financiamento para o custeio das safras, que provavelmente a Cooperativa terá de fazer. Considerando que os recursos necessários para o custeio da safra 97/98 foram no valor de R\$ 58.015,09 (cinquenta e oito mil, quinze reais e nove centavos) já com o desconto, a prestação da Cooperativa nestes dois anos deverá ser aproximadamente de R\$ 167.743,74 (cento e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos) ao ano (cf. Dalchiavon, 1999).

Todos os assentados mostram-se preocupados com o volume das dívidas da Cooperativa, aproximadamente de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao ano, e a partir de 2002 será em torno de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), faltando incluir nestes valores os custos para o custeio agrícola que deverão aproximar-se de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao ano. Há uma incerteza dos dirigentes sobre o valor das receitas geradas na Cooperativa a partir dos novos investimentos, como é o caso do abatedouro de frangos. A partir de 2002, a Cooperativa iniciará o pagamento do Procera e outros empréstimos no valor de R\$ 1.101.674,56 (um milhão, cento e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) e há ainda muitos investimentos a serem feitos principalmente na construção de novos aviários, o que significa que a dívida tende a ser maior, evidenciando as dificuldades da Cooperativa (cf. Dalchiavon, 1999).

A maioria das Cooperativas dos assentados estão extremamente endividadas, como é o caso da Cooper União. O principal fator, tanto da existência dessas dívidas, como da dificuldade de pagamento, de acordo com os assentados, é a falta de uma política agrícola adequada, seguido do elevado custo da infra-estrutura para a industrialização de produtos agrícolas e por último o modelo tecnológico adotado que visa o beneficiamento de quem produz a tecnologia e não de quem a utiliza (cf. Dalchiavon, 1999).

Para atender o assentamento no aspecto técnico conta-se com um agrônomo e um veterinário que são contratados através do projeto Lumiar, tudo o que se vai produzir é discutido com esses técnicos e em seguida com os núcleos. O grupo reconhece que precisaria de assistência técnica permanente no assentamento. Os técnicos contratados pelo Incra, através do projeto Lumiar, atendem vários outros assentamentos.

O horário estabelecido como de trabalho normal são de oito horas diárias, podendo estender-se a 10 ou 12 horas em períodos de plantio e colheita. Esse horário é obrigatoriamente cumprido pelos homens, às mulheres cabe o cumprimento de 4 horas diárias. Para os adolescentes o trabalho inicia-se aos 12 anos de idade, em que cumprem uma carga de trabalho diária de 4 horas, o restante estará reservado ao estudo. Após os 14 anos o adolescente, fora do cronograma escolar, estará obrigado a trabalhar no

mesmo regime dos adultos. Somente aos 18 anos o jovem será aceito como associado da Cooperativa.

Tanto para os homens como para as mulheres e jovens, esses horários somente deixarão de serem cumpridos em casos de doenças ou nos quatro dias ao mês previstos para resolução de problemas particulares. Neste dia a pessoa não recebe a renda pertinente a ele, mas também não ressarce a Cooperativa da falta. Qualquer falta fora do previsto, além de ser anotada na ficha pessoal e descontadas por ocasião do acerto de contas, o faltante deverá efetuar o pagamento de uma multa que corresponde ao preço de cinco litros de gasolina a cada dia faltado.

*Nós temos quatro dias por mês que são reservados para fazer coisas particulares, esses dias não se ganha e não perde também, mas esses dias são reservados para quando a pessoa precisa ir para a cidade ou que venha visitas de parentes ou coisas assim então se tem esses quatro dias. Agora, assim não é permitido tirar uma dia particular para ficar em casa desocupado, agora se a gente ocupar mais de quatro dias para coisas particulares, além de não receber a gente vai pagar, por exemplo, eu tirei cinco dias, um eu não trabalhei na Cooperativa, eu vou ter que pagar e a taxa hoje é o valor de cinco litros de gasolina por dia. Usamos a gasolina, para ter uma referência de valor, na época que se criou essa norma a inflação era descontrola, e uma forma que a gente achou foi essa. (M. assentado).*

A obrigatoriedade do cumprimento de quatro horas diárias pelas mulheres não as impede, entretanto, de trabalharem oito horas. Esse critério foi estabelecido em virtude da creche e a escola funcionarem em meio período e a inexistência de refeitório comum para o grupo. Isto faz com que a mulher tenha de cuidar dos filhos pequenos e providenciar o almoço para a família, além de cuidar da limpeza das roupas, da casa e do jardim, o que impede a mulher de permanecer no trabalho chamado produtivo. Esse trabalho das mulheres em suas casas, não são considerados passíveis de remuneração por serem trabalhos particulares e não coletivos.

*Nós trabalhamos por hora, todas as equipes tem um marcador que controla as horas então os homens trabalham no mínimo oito horas por dia de segunda a sexta-feira, as mulheres trabalham no mínimo quatro horas por dia, porque quatro horas elas trabalham em casa e nós entendemos que é um trabalho particular das famílias e não da Cooperativa, agora se as mulheres querem trabalhar o dia todo podem. (M. e R. assentados).*

Entre as equipes de trabalho há uma certa rivalidade, no sentido de que cada uma quer “mostrar trabalho”, isso cria atritos em momentos de carência de mão-de-obra, dentro de uma equipe, seja por ocasião de safras, épocas de plantio ou abate de animais, ou qualquer outra tarefa que precise de remanejamento de mão-de-obra. Esse fator dificulta o desenvolvimento simultâneo de cada setor.<sup>17</sup>

O fato de haver hierarquias dentro do grupo, como os coordenadores das equipes, e a não previsão no regimento interno de tempo de trabalho adicional remunerado para a administração dessas tarefas ou a adição de algumas horas de trabalho ao mês para o exercício de tais atividades, somado a dificuldade para administrar a mão-de-obra, tornam-se complicadores para encontrar associados dispostos a exercerem o papel de coordenadores ou mesmo membros dos conselhos. Entretanto, as reuniões com grupos, ou Assembléias, relacionadas aos encaminhamentos e discussões sobre o trabalho são computadas como horas trabalhadas e quem faltar terá o desconto anotado em sua ficha de controle.

*É bem difícil encontrar coordenadores, não se ganha mais por este trabalho, eu estou na coordenação há quatro anos e ninguém quer assumir o meu lugar. Um coordenador tem mais responsabilidade e tem que controlar as horas da equipe e avisar sobre o trabalho que se vai fazer, é um corre-corre porque as casas não são assim tão perto. (V. assentada).*

“Todos os tipos de trabalho são iguais, o que importa é a participação em um determinado setor da Cooperativa e não a tarefa desenvolvida” (Regimento Interno do Assentamento Conquista na Fronteira. 1997:5). Embora previsto pelo regimento interno e negado pelos coordenadores, há um certo conflito evidenciado nas conversas informais com alguns assentados que se mostram descontentes com as diferenças físicas e intelectuais entre os trabalhos. Há trabalhos que exigem melhor preparo técnico e outros são mais penosos.

*O trabalho na Cooperativa, no escritório e mesmo o trabalho nas máquinas é considerado um trabalho mais leve que o da lavoura, e há pessoas que acham que por este trabalho se deveria receber menos. (B. assentado).*

---

<sup>17</sup> Em sua pesquisa Kleba, 1992, também observou esse fato.

*Diferenças entre trabalhos não tem dado problemas, tem setores que param os dias que chovem, e tem setores que chova ou não, trabalham, agora existem trabalhos, assim, nos galpões, que os coordenadores já deixam assim esse trabalho para os dias que chove, por exemplo, classificar fumo, ou ensacar produtos como feijão. Agora, se a pessoa recebeu mais é porque ela trabalhou mais horas, então esse entendimento tem. (M. e R. assentados).*

Outro conflito se faz presente na remuneração por hora trabalhada, é que nem todos mostram-se satisfeitos com esse critério. O argumento usado pela maioria é que há muitos assentados que vão ao trabalho somente para cumprir as horas, não para trabalhar efetivamente. Esse fato é também negado pelos coordenadores e o regimento interno também prevê que todos devem trabalhar da mesma forma.

*Tem gente que vai na roça só para fazer hora, porque ganha por hora, então não é muito justo. Mas aqui a gente não conseguiu ainda fazer uma discussão do pagamento não ser em horas mas sim quantidade de trabalho. Daria para se fazer uma média, a gente até já tem isso. Por exemplo, para abater duas cabeças de gado se levam seis horas, então o grupo, tem que fazer essa tarefa nesse tempo, se levarem dois dias vão receber seis horas, porque essa é a média. Mas a gente ainda não chegou a isso. (V. assentado).*

*Receber a renda através das horas de trabalho me parece justo, se você não trabalha não recebe, então é uma coisa justa. E aqui a gente não precisa comprar muita coisa, então o dinheiro que a gente recebe sobra quase tudo. (Z. e A. assentados).*

*Uma coisa que sempre nós nos preocupávamos no início é: será que vai dar certo, todo mundo vai trabalhar o mesmo, uma mesma coisa, mas chegou assim a um ponto que a grande maioria está num setor que gostaria, e onde desenvolve melhor, por exemplo quem não é bom na foice é bom na enxada, quem não é bom na enxada é bom nas máquinas e assim por diante. E existe assim diferenças de trabalho, tem uns que rendem mais, que avançam mais, tem aquele outro que rende menos, mais de uma forma geral, existe um entendimento assim, que é que nem uma família de cinco ou seis irmãos, eu duvido que todos trabalhem igual, sempre tem aqueles que trabalham um pouco mais, e aqueles que trabalham um pouco menos e também a grande maioria que trabalha dentro das equipes já recebeu uma certa formação, por exemplo, quem trabalha com gado leiteiro já recebeu formação sobre gado leiteiro, quem trabalha com apicultura já tem uma formação sobre apicultura então não existe mais assim, a necessidade de colocar uma pessoa de um determinado setor e botar em outro, porque ela se especializa naquilo. (M. e R. assentados).*

*Nós já temos base, nós já sabemos o potencial de mão-de-obra que nós temos, mais ou menos, porque também se faz o controle das horas que não se trabalhou porque choveu e tal então a gente sabe mais ou menos qual o número de horas que vai chover, o que a gente não sabe é qual é o mês que vai chover então a gente encontra problemas assim, e como é que vai trabalhar com isso. (M. e R. assentados).*

Esse critério mostra seus limites, quando se observa que há famílias mais numerosas, cujos filhos já tem idade suficiente para o trabalho, e outras não. E há ainda aquelas em que houve a separação do casal e permanece somente a mulher, e os filhos ainda são pequenos. Um fato que chamou-nos a atenção é que uma mulher com cerca de 55 anos de idade, com uma filha adolescente, criando dois netos pequenos. Para ter direito a receber sua parcela na produção necessariamente deverá cumprir horas de trabalho. Não há para quem deixar os netos. A creche só funciona no período da tarde. Não há nenhuma forma de auxílio, quer no cuidado com os netos, quer financeiro ou na alimentação.

*Se tem famílias com filhos pequenos que ainda não podem trabalhar, e que só o homem trabalha, nós não estamos levando isso em consideração, só vai ganhar o homem pelas horas que ele trabalhou. Se tem a mulher é só a mulher que vai ganhar. Mas quando tem mais pessoas na famílias, então automaticamente já tem mais pessoas que trabalham na produção então vai ganhar mais. Se tiver crianças com mais de 12 anos já começa a se integrar mais na produção, já começa a trabalhar, então a partir dos 12 anos começa a trabalhar no sentido de ir aprendendo, de conhecer os setores e tudo. (M. assentado).*

A remuneração igualitária bem como a igualdade entre os trabalhos, parece funcionar como um desestímulo ao trabalho coletivo.<sup>18</sup>

A renda recebida é o rateio das sobras da Cooperativa após computados todos os custos e divididos pelo número total de horas trabalhadas para verificar o valor de cada hora. Todos os associados, independente de gênero, acima dos 18 anos, recebe cem por cento do valor das horas trabalhadas. Dos 12 até os 15 anos, 50% do valor total das horas, dos 15 aos 18 anos recebe-se 80% do valor. Essa distribuição acontece a cada seis meses, o ano agrícola inicia-se no mês de julho e termina em junho do ano seguinte, a maior distribuição acontece no término desse período, que é o chamado ano agrícola. Em julho

---

<sup>18</sup> Kleba, 1992. Em sua pesquisa também detectou tais fatores que influenciam na motivação ao trabalho.



de 1998 a junho de 1999 distribuiu-se aproximadamente R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) entre o grupo, e o número de horas produtivas somaram 157.188,22 horas. No final do ano, ou seja, na metade do ano agrícola, também faz-se uma distribuição das sobras, em 1998 distribuiu-se aproximadamente R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

*Então nesse primeiro momento dos doze anos até os quinze anos eles recebem 50% das horas trabalhadas, trabalhando duas horas recebe somente uma hora paga, então recebe 50% das horas trabalhadas, a partir dos 15 anos até completar 18 anos recebe 80% das horas trabalhadas, então ele já tem uma capacidade a mais de trabalhar. Então a partir dos 18 anos qualquer um, qualquer filho de associado, se torna também associado da Cooperativa, pode se associar que será um sócio normal, e receberá 100% das horas trabalhadas, e entra no ritmo normal. (M. e R. assentados).*

A divisão da renda tem seus agravantes quando são inseridos os liberados. Os liberados que recebem salário, como são os casos dos professores e de um assentado eleito suplente, e agora assumindo o cargo de vereador no município, deverão repassar os seus salários a Cooperativa e esta repassará ao associado a remuneração equivalente ao trabalho de oito horas diárias. Os que não recebem nenhuma outra remuneração também recebem o valor referente a média das horas trabalhadas. Existem dez liberados no assentamento. Dessa forma a militância é considerada como trabalho produtivo uma vez que os liberados não são prejudicados pelo fato de não trabalharem na produção do grupo.

*Toda mão-de-obra disponível deve estar a disposição da Cooperativa não podendo assim os associados e integrantes trabalharem fora das atividades da Cooperativa para obterem renda adicional. (Regimento Interno do Assentamento Conquista na Fronteira. 1997:5).*

*Na questão dos liberados, aqui eles trabalham fora e tal, então é feita a conta deles pela média, normalmente a média sempre dá em torno de 170, 160 horas por mês, eles recebem normalmente como se estivessem trabalhando, nós hoje temos dois que são remunerados, então eles repassam o salário deles para a Cooperativa, e eles recebem da Cooperativa pelas horas trabalhadas como qualquer um de nós. (M. e R. assentados).*

A renda mensal varia de acordo com a quantidade produzida e o preço de venda dos produtos. Atualmente há um valor mínimo aproximado de distribuição mensal que

equivale a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) podendo chegar a R\$ 4.000,00, embora varie, dificilmente baixará de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

*Nossa renda, no ano passado, tudo depende da safra, no ano passado para quem ganhava 100% nós fechamos o ano com 1,8 salários por mês, então no caso eu ganhei 1,8 salários, a minha esposa a metade disso, e a minha filha 40% disso. No caso aqui em casa tem três pessoas que trabalham, tem casas que trabalha um, tem casas que trabalha seis, então depende. Mas aí nos anos passados, teve anos que nós chegamos, há 2,8 salários que foi ano que mais deu, teve anos que não chegou a um salário, teve outros anos que não deu nada, acho que isso foi só um ano. E assim tudo depende da safra. (M. e R. assentados).*

Os índices de produtividade da mão-de-obra são relativamente baixos, afetando a alocação do tempo de trabalho. No ano agrícola que compreende o período de julho de 1998 a junho de 1999, o grupo trabalhou 157.188,22 horas, que são as chamadas horas produtivas. *“Quando eu trabalhava sozinho a gente respeitava mais a luz do sol que as horas do relógio, e quando era preciso se trabalhava no domingo e feriados”.*<sup>19</sup>

Há alguns problemas de especialização da mão-de-obra que a Cooperativa tem encaminhado junto com a Concrab, para o aperfeiçoamento em cursos técnicos. Mas o maior problema de todo o conjunto da CPA é colocado como a falta de pessoas capacitadas para a administração da Cooperativa.

*Temos problemas com capacitação e especialização, principalmente, vamos dizer assim, na administração, agora nós aproveitamos todos os cursos que saem, na área política, na área da produção, seja da Epagri, seja da Cooper São Miguel, sejam do Movimento Sem-Terra, sejam do sindicato, os cursos que existem, a gente aproveita todos. As vezes acontece que faltam pessoas para ir nos cursos. Eu diria que um dos problemas nossos, ou quase principal seria administrar a Cooperativa economicamente, em função do pouco estudo que a gente tem, nós aqui somos em cinquenta e cinco famílias, tem cinco pessoas que tem a oitava série o resto todos tem só o primário. (R. assentado).*

Busca-se seguir o princípio de que num coletivo todos são iguais, não há diferenças entre trabalhos, e em qualquer setor que se esteja trabalhando está se ajudando a construir a Cooperativa. Procura-se, nesse sentido, uma convivência igualitária.

---

<sup>19</sup> Em sua pesquisa Kleba, 1992, também verificou esse conflito.

Entretanto os conflitos existentes e falta de motivação para o trabalho podem também estar resultando desses fatores.

*Nós hoje temos uma convivência igualitária, no sentido de que ninguém tem mais que o outro, tem algum desnível, até no entendimento, no sentido de entender o avanço da Cooperativa economicamente difícil, tem alguma família que tem alguma coisinha a mais assim, mas no restante se consegue ter uma igualdade. (M. assentado).*

Em síntese, podemos colocar que a divisão e a especialização do trabalho e a forma de remuneração são as fontes de maiores conflitos na convivência coletiva, podendo gerar inclusive desistências. A busca pela igualdade e a visível diferenciação entre os trabalhos, o interesse próprio e a necessidade de eficácia empresarial, estão em constante estado de tensão no interior do grupo.

Como todo o assentamento funciona como uma grande Cooperativa, seus membros, que são as famílias, têm por direito um período de férias ao ano.

*Não chamamos de férias, chamamos de folga, que é também uma questão legal, porque nós não somos empregados, somos donos da Cooperativa, férias seriam para empregados e como somos donos é folga. Tem 15 dias por ano que folga, seria 5 dias mais pelo final do ano, entre o natal e o ano novo, e o restante os 10 dias ficam em períodos de menos serviço, nos setores assim que não tenham tanta necessidade de mão-de-obra então se aproveita assim esse tempo pra liberar o pessoal pra visitar os parentes, ficar em casa, fica a critério de cada um. (M. assentado).*

Para a sua manutenção, o MST estabeleceu que cada família, quando assentada, e estiver recebendo os créditos do Proceca, deverá repassar um percentual de 4% (quatro por cento) sobre esses créditos recebidos, para o suporte da estrutura do Movimento e possibilitar a este continuar com as suas reivindicações, para a melhoria da vida dos assentados. O pagamento desse percentual não é obrigatório.

*Os quatro por cento cobrados pelo MST, na verdade é uma questão criada pelo Movimento até para ele ter uma sustentação econômica para ele poder avançar na questão da reforma agrária, porque sem dinheiro ele não consegue avançar e continuar essa luta, e foi criada essa norma assim, já desde o princípio do Movimento de cada assentado contribuir com 4% do Proceca, mas por que isso? Assim que se recebe o*

*Procera se passa esse percentual para o Movimento, esse negócio já é feito via banco, já é uma norma que todo assentado quando entra na luta pela reforma agrária já tem que conhecer, recebe essas normas, porque é repassado seria 2% para o Movimento no estado e mais 2% para as regionais para tocar os trabalhos assim e se entende o seguinte se tu não tem compromisso com a reforma agrária, então não adianta entrar na luta e a partir do momento que tu entra na luta, tu recebe um lote de terra, tu pode trabalhar, tu recebe os recursos do Procera que é uma luta assim do Movimento então tu de certa forma tem o compromisso de contribuir também com o Movimento de dar sustentabilidade para o Movimento para a luta continuar. A grande maioria tem esse entendimento e contribui com isso. Isso na verdade nós nunca tivemos esse problema sempre foi pago assim direitinho, e tanto é que sempre foi o grupo, a Cooperativa quem pagou, e não cada um. Mas também nos outros assentamentos individuais existiam muitos problemas, mas como cada assentamento embora que seja individual existe uma organização e hoje em todos os assentamentos, principalmente aqui no centro oeste existe uma organização que garante que todo mundo pague, por exemplo se eu não pagar a próxima vez que eu for receber o Procera, porque a comunidade vai fazer uma ata e entregar para o banco e para o próprio Incra e essa família não recebe mais recursos. E assim existe em todos os assentamentos uma forma, talvez em outro assentamento já tenha outra forma, diferente da nossa, então hoje em torno de 100% praticamente estão contribuindo. (M. e R. assentados).*

A escola do assentamento é da creche, passando à pré-escola até a quarta série primária, mantida pela prefeitura local. Da quinta à oitava séries, os estudantes dirigem-se a uma comunidade próxima (Comunidade de Idalmar) o segundo grau existe somente na cidade. O transporte dos estudantes é feito pela prefeitura municipal.

*A nossa escola aqui é municipal, a piizada estuda até a quarta série e depois a partir da quinta série eles estudam num distrito aqui, e o transporte é pago pela prefeitura, tem um ônibus que leva os estudantes e depois traz. (M. assentado).*

O incentivo da Cooperativa aos estudantes vai até o segundo grau. Há um assentado, liberado, que cursa a faculdade de agronomia em Florianópolis, mas a Cooperativa não o auxilia, somente o liberou do trabalho, não o remunera. Está ainda em discussão essa questão do estudo universitário, uma vez que os filhos não terminaram o segundo grau. Há um entendimento, embora não aprofundado, de que os cursos superiores em que a Cooperativa incentivaria inclusive com recursos financeiros, seriam os voltados às necessidades dela.

*Nós, como Cooperativa nós temos incentivado a estudar no mínimo até o segundo grau completo, e a partir disso, tem casos que se tiver alguns interessados no estudo ninguém é impedido de estudar, qualquer um pode ir estudar. Mas seria assim, no caso das necessidades da Cooperativa. No caso de necessidade a Cooperativa banca até a faculdade e o que precisar para a formação especializada para trabalhos na Cooperativa, então a Cooperativa assume todas essas despesas, agora o restante a Cooperativa não estaria assumindo a partir do segundo grau se não for o caso de necessidade da Cooperativa. (M. e R. assentados).*

Conversando com os jovens é possível perceber-se que a maioria pensa em estudar como uma possibilidade de não mais trabalhar na lavoura, gostariam de permanecer ligados a Cooperativa e ao MST mas não como trabalhadores rurais. M. o único jovem do assentamento em fase de conclusão do segundo grau, comenta:

*Este ano me formo no segundo grau. Agora dentro das condições da Cooperativa, eu estava pensando em fazer uma faculdade, mas eu estou inscrito, agora nós vamos fazer uma discussão com o pessoal daqui, para fazer o magistério, que é um curso que o Movimento está realizando, com a duração de quatro anos, para dar aulas em assentamento e acampamentos do Movimento. Então eu pretendo fazer esse curso, esse curso é de férias, então é em julho, janeiro e fevereiro, então dentro desse período que sobra eu posso até fazer uma faculdade. Eu pretendo fazer ou contabilidade ou administração, para trabalhar na Cooper União ou no Movimento, gostaria de fazer em Florianópolis, mas não sei ainda. (M. assentado).*

Com relação a vida no assentamento, um jovem comenta:

*Aqui nós temos bem dizer de tudo, nós temos uma vida tranqüila, nós temos tempo para estudar, para o lazer, nós aqui vivemos muito bem, no coletivo, na família. Para nós aqui não está faltando praticamente nada, porque hoje a Cooperativa ela praticamente nos financia todo o estudo, nós temos a nossa carga horária que nós temos que realizar em nossa Cooperativa, mas isso dentro de nossa capacidade, de acordo com o que a gente pode. A gente tem tempo para estudar, e para lazer também. Então hoje aqui nós estamos bem mesmo. (M. assentado).*

Sobre o futuro e a vida urbana:

*Hoje a maioria dos jovens sonha em ir para a cidade porque não gosta de trabalhar na roça. O que nos segura aqui é que nós aqui temos o básico que é alimentação, o custo de vida é muito baixo, nós temos laser,*

*temos divertimento, nós conhecemos toda a região, nós saímos, fizemos visita a outras comunidades, vamos a festas, a bailes, a questão de dinheiro, hoje no interior está difícil, mas nós aqui temos uma renda mensal que dá pra gente se divertir. Então é melhor nós ficar aqui, porque hoje na cidade está difícil, porque hoje tem a questão do emprego, uma série de coisas. (M. assentado).*

As regras impostas para a convivência coletiva não chegam a ser um problema para os mais jovens: *As regras não me perturbam, é tranquilo, são bastante regras, a gente acostuma e depois é nós mesmos que fazemos, aí tem que respeitar (M. assentado).*

A relação do assentamento com o MST, acontece esporadicamente, os assentados compreendem que ela deverá ser feita pelos liberados, que essa função é incumbência deles. Bem como a construção de uma nova sociedade, que se dará em função da liberação de mais pessoas que possam atuar em outras frentes. Os assentados não se vêem mais como Movimento.

*(...) se os liberados estão por aí, informam como é que está o Movimento, a organização dos trabalhadores. E outros liberados do Movimento Sem-Terra, que passam por aqui, a gente aproveita e vê com eles como é que está a conjuntura. (M. assentado).*

*(...) e a transformação da sociedade e em função disso nós temos os liberados para que organizem os movimentos populares e temos liberados do Movimento Sem-Terra no Movimento de Mulheres, no Sindicato, na Câmara de vereadores, e no Partido dos Trabalhadores. São dez liberados ao todo. Tem um em Brasília, um em São Paulo, dois no Mato Grosso, dois em Chapecó, um em São Miguel D'Oeste, um aqui na região do extremo oeste e o vereador na prefeitura e tem um em Florianópolis estudando, mas esse o assentamento não ajuda, ele está lá se virando sozinho. (M. assentado).*

*Nós hoje aqui no assentamento, com relação a um projeto de mudança de sociedade, de novos valores, estamos aqui enfrentando um problema de conseguir trabalhar mais isso, a gente faz em alguns momentos durante o ano, a gente tira alguns dias e faz uns cursos de formação política e se trabalha as questões de uma nova sociedade e de novos valores humanos, nesse sentido assim, hoje temos dificuldades de conseguir avançar nesse sentido aqui. A dificuldade é um pouco pela estrutura pelo planejamento assim, nós temos bastante trabalho a ser feito, e se tornou uma rotina que não sobra esse espaço, e tem que se planejar um espaço para isso. A gente não consegue fazer isso. Possível é mais falta essa cultura, essa criatividade de se trabalhar essas coisas. (R. assentado).*

No município, a princípio, com a implantação do assentamento, houveram dificuldades para a sobrevivência, o comércio local e a rede bancária, não fornecia crédito e os assentados não tinham condições materiais para iniciar o trabalho na lavoura e produzir para a sua manutenção. Essa fase foi sendo superada,

*nós somos respeitados em todo o comércio, tem uma avaliação aí ou uma pré avaliação que existe ainda uns 15% da população de Dionísio que não gostam de nós, mas o restante da população nos considera. Há um grande reconhecimento, para se ter uma idéia a uns 10 anos atrás quando a gente chegou aqui, não se tinha crédito em comércio, em mercado nenhum, nós só conseguíamos comprar se a gente tinha dinheiro, se não tínhamos não conseguíamos comprar. Hoje ao contrário, a gente compra a prazo ou na proposta que a gente quer, para se ter uma idéia no ano de 97 nós pagamos R\$ 79.000,00 de dívidas, o próprio Banco do Brasil falou que nem uma empresa levou tanto dinheiro para o Banco como nós. No ano de 98, nós pagamos R\$ 58.000,00 e assim por diante. Então nós criamos essa credibilidade com a sociedade através disso, fazer os negócios certos, não sacanear ninguém, ser justo, ser sincero. Esta é a grande razão da população nos reconhecer. Outras vezes para se conseguir comprar tinha que mendigar nas casas, nos mercados, se humilhar, hoje pelo contrário, os mercados vem aqui. Por exemplo, hoje se a gente fizer torneio de futebol vem todo mundo, nós já fizemos os maiores torneios do município, nem a cidade conseguiu fazer torneio com tanto time como nós, também o nosso time já foi campeão municipal de futebol. (M. e R. assentados).*

*Hoje nós temos um liberado que faz parte da direção do sindicato, e tanto é que o sindicato hoje se ele está nas mãos dos trabalhadores é porque existe o assentamento, foi umas das primeiras coisas quando nós chegamos aqui em Dionísio, o assentamento aqui viu a necessidade de tomar o sindicato da mão da burguesia, porque o sindicato na época era administrado pelos burgueses, pelos advogados, pelos militares e assim por diante, então já desde o início se liberou duas pessoas um para planejar o sindicato e outro para organizar o PT o Partido dos Trabalhadores, e hoje a população reconhece que se o sindicato está nas mãos dos trabalhadores foi em função do assentamento. Já elegemos no mandato passado um vereador, e não foi reeleito e ficou primeiro suplente então o vereador eleito ocupou o cargo de chefe de gabinete eleito e hoje ele voltou a assumir o cargo do Vereador. Esse vereador é nosso, a prefeitura, o povo reconhece isso, se a prefeitura está na mão dos trabalhadores, é porque existiu o assentamento que lutou, que trabalhou, que organizou o povo que levou o povo para as ruas, que fez a campanha enfim que conscientizou o povo que tinha que ser mudada a prefeitura. (M. e R. assentados).*

Contatos com outros assentamentos ou acampamentos, acontecem, somente, através das reuniões promovidas pelo Movimento, ou através dos liberados.

*Com outros assentamentos e acampamentos nós temos uma relação direta, todos os acampamentos e assentamentos que estão ligados ao Movimento, a gente sempre tem alguns contatos através dos liberados e assim, Cooperativa também, tem algumas eventos que reúnem pessoas de todos os assentamentos pra fazer discussões, para fazer troca de experiências, nesse sentido assim de um ajudar o outro, resolver problemas até a própria organização da lutas pra vê como é que vamos organizar como é que vamos reagir, para onde vamos partir par ir pra luta. (M. assentado).*

A tentativa de implementação de valores e de uma mística própria do Movimento, que tem como objetivo melhorar as pessoas e fazê-las perceber a importância do trabalho cooperativo, são feitas através de reuniões. Uma nova consciência, parece ser buscada, em discussões comuns entre os assentados.

*Com relação a novos valores é feito cursos, é feito discussões, porque nós não podemos ficar parados naquilo que a gente era no ano passado, por exemplo, a gente tem que sempre ir melhorando, então quase todos os anos são feitas discussões sobre a importância de nós trabalharmos de forma coletiva, as vantagens que nós temos com isso, o respeito pelos companheiros, valorizar o próximo como teu irmão e não só no assentamento, mas quem está lá na favela e que ainda entende que é melhor ficar lá do que ir para uma ocupação, essas coisas assim tudo é colocado na discussão. (M. assentado).*

*A religião aqui é o seguinte todo mundo é católico só que nós pela nossa vivência, pela nossa organização é feito de uma forma diferente, por exemplo nós não fizemos as celebrações todos os domingos como fazem as comunidades tradicionais, nós temos umas sete, oito datas por ano que a gente faz a nossa celebração. Por exemplo, o dia da mulher, o dia da criança, o aniversário do assentamento, o dia do trabalho, e por ai, tem uma lista, dia do plantio, o dia da colheita. Só que nós fizemos assim bem na prática, por exemplo a celebração da colheita nós fizemos lá onde a máquina está colhendo, vamos fazer a celebração do plantio, fizemos lá onde a máquina está plantando. No dia da criança, nós normalmente fizemos os batizados, tem um lugar no porteiro que tem água, onde nós fizemos a celebração, o padre pega a água da sanga e faz o batizado. No dia da colheita a celebração é lá onde está trabalhando, daí aquele lanche que normalmente as mulheres levam na roça, aquele lanche o padre faz a consagração e é comungado. Em resumo, nós celebramos quando tem motivo pra celebrar, e não porque é domingo, a catequese também, a piaçada que faz a catequese é com um material diferente, um material elaborado pela igreja católica e luterana*



*especial para os assentamentos e para os acampamentos. Nós não temos assim nada contra a religião católica, e se vai ver a fundo nas comunidades tradicionais o povo não se reúne tanto para rezar como para se encontrar com os companheiros, e esse encontro no coletivo acontece diariamente, a gente entende que isso não pode parar nas comunidades tradicionais, se parar piora. (M. assentado).*

Todo o assentamento faz parte da Cooperativa, nesse sentido tudo existe em função da e para a Cooperativa. A maior preocupação, resumidamente, está em alocar os recursos em vista de melhores e maiores retornos, com o objetivo de elevar a qualidade de vida de todos. Em se melhorando a Cooperativa, todos serão beneficiados. É possível perceber que a estrutura da Cooperativa vai se impondo à vida das pessoas e definindo todas as questões. O Movimento não aparece como Cooperativa, embora busque fazê-lo.<sup>20</sup>

*Aqui nós temos a Cooperativa formada então tudo o que é produzido é administrado pela Cooperativa, temos tudo no conjunto, hoje nós temos somente três cabeças de gado por família que pode ter individualmente e o restante da produção, as construções, o patrimônio e todo o capital existente dentro desta área é da Cooperativa e é administrada pela Cooperativa, onde todas as famílias que moram no assentamento fazem parte, tem parte nisso. São 1.198 hectares, dariam em torno de 400 ha. E é tudo coletivo. (M. assentado).*

A produção da vida no assentamento só é possível no coletivo, a maioria compreende que de forma individualizada não é mais possível fazê-lo, a pequena produção encontra-se fadada ao desaparecimento, assim faz-se necessário aceitar a estrutura do coletivo, e o individual vai se perdendo, como pode-se observar na descrição das casas, que são simples e com instalações precárias. A construção de novas casas, serão da Cooperativa, ou seja do conjunto de associados, de fato ela não é e não será do assentado individualmente. A estrutura vai se impondo às pessoas.

---

<sup>20</sup> Essa questão será melhor explicitada em um capítulo próprio.

### 3.2- ASSENTAMENTO 25 DE MAIO

25 de maio é uma data religiosa, a Igreja Católica comemora a festa de Nossa Senhora do Caravagio no município de Guaraciaba (SC), que atrai milhares de peregrinos. O MST aproveitou-se dessa ocasião e, confundindo-se com os romeiros, fez diversas ocupações de terras na região oeste do Estado de Santa Catarina. A ocupação da fazenda Sandra, em Abelardo Luz (SC), foi uma delas. Hoje assentamento, traz a data 25 de Maio em seu nome, como forma de manter o significado da ocupação e da luta. É neste assentamento que a cada ano o Movimento festivamente recupera a sua história e comemora o seu aniversário.

Era uma manhã fria, com uma chuva fina, quando cerca de mil famílias dirigiram-se à ocupação da fazenda. Quase na chegada homens armados, representantes dos proprietários da terra, colocaram fogo em uma ponte de madeira para impedir que os caminhões dos ocupantes acessassem a área.

*(...) imediatamente, as mulheres desceram dos caminhões e começaram a apagar o fogo com lençóis, panos, galhos de árvores e outros. Tudo isso aos olhos dos "homens dos fazendeiros" que não tiveram coragem de agredi-las. (Lisboa, 1988:73).*

Essa tática, de motivar mulheres e crianças a fazer uma espécie de barreira desencorajando milícias e policiais militares ao uso da força e de armas de fogo, vem sendo usada pelo MST em suas mobilizações desde seus primórdios. As mulheres passam a ter um papel ativo e fundamental no interior do Movimento, definindo seus rumos, percebendo-se como peça chave de toda a engrenagem e despertando-se com maior intensidade para a luta.

A preparação para a ocupação foi fruto de mais de dois anos de intensas discussões e planejamentos em comunidades de vários municípios do Estado, onde o MST havia

criado grupos de famílias sem terra que se reuniam e refletiam cuidadosamente sobre o momento da ocupação. Hoje, o planejamento das ocupações demanda um tempo menor. A aceitação de acampar supõe maturidade política, organização, coesão, disciplina e, sobretudo, fé e esperança (Abramovay, Ricardo. (mai/jul. 1985). Nova forma de luta pela terra: Acampar. Revista de Reforma Agrária da Abra, 15(2):56). Entre a decisão e o ato da ocupação não há tempo para reflexões profundas, talvez daí se justifique que nos acampamentos atuais a maioria não sabe o que fazer e aguarda que alguém venha em seu auxílio, seja os líderes do Movimento ou a própria sociedade.

Após a ocupação em 1985, no município de Abelardo Luz (SC), as famílias foram retiradas da área e levadas para acampamentos provisórios em outros locais do Estado. O maior número de famílias foi transferido para o município de Faxinal dos Guedes (SC). Somente em 1986 retornaram às áreas de Abelardo Luz para o assentamento. Os lotes precisavam ser preparados, restaram poucas árvores existentes por ocasião da ocupação, a grande parte foi retirada pelos fazendeiros.

*Era quase tudo mato, essas fazendas tinham pouca terra para a agricultura, o resto era tudo mato. Só existia uma parte de agricultura na Santa Rosa II e na Papuam II. Ai quando o pessoal entrou foi desmatado, a madeira uma grande parte o fazendeiro tirou, a outra parte o pessoal. E hoje não tem quase mais nada. E quem quer produzir tem que desmatar. (F. assentado em Abelardo Luz).*

*A história de chegar aqui, e era tudo mato, é um história muito bonita, a gente tem sempre que ficar recordando, é através disso ai que nós estamos aqui até agora. Os primeiros anos acho que foram difíceis, mas o mais difícil é agora. Está muito difícil agora. A gente teve que destacar a terra, teve que fazer as casas, e calcarear a terra porque ela não produzia, agora a terra está produzindo. Nós temos dezesseis hectares. (T. assentada em Abelardo Luz).*

Na área permaneceram antigos arrendatários e posseiros da própria fazenda. Eram cerca de 40 famílias que produziam suas vidas nessas condições. A princípio o Movimento solicitou sua retirada.

*Porque o pessoal quando veio fazer a ocupação, o pessoal pediu para eles sair, eles tiveram que sair, coisa que é errada. Porque se o cara estiver em cima da terra e está produzindo é porque ele é agricultor. Só que eles fizeram errado, em vez de deixar o agricultor eles trouxeram favelados das cidades que ficaram seis meses, um ano depois negociaram o lote e foram embora. (F. assentado em Abelardo Luz).*

*Antes eu era arrendatário do fazendeiro. Pagava renda, tinha quarenta arrendatários. Quando o pessoal entrou aqui nós já estávamos nos organizando, tinha até umas demandas diferentes na justiça, para fazer um assentamento diferente, para o fazendeiro nos vender umas parte da fazenda, daí entrou o pessoal e não deu mais certo. (F. assentado em Abelardo Luz).*

Os acampados montaram, para garantir a sobrevivência inicial, uma pequena serraria, e, com a pouca madeira que restou, construíram suas casas na agrovila e conseguiram, com a comercialização da madeira, destocar a área, comprar insumos e preparar a terra para o plantio. A verba proveniente do Incra à época não era suficiente para todo esse processo.

*Essa fita que tinha aqui era dos assentamentos de Abelardo Luz. Quando nós viemos não era mais muita madeira. Quando a gente acampou tinha bastante madeira, mas daí quando tiraram nós daqui e ficamos fora aqueles meses lá em Faxinal, vieram uns 100 caminhões por dia, dia e noite e levaram toda a madeira. E daí quando a gente veio de volta eles estavam tirando ainda. Nós, pequenos agricultores tínhamos que respeitar as margens dos rio, das sanga não podíamos retirar a madeira e os grandes vinham e podiam tirar tudo, até nesses locais, proibidos por lei. Daí a gente reuniu as comissões e embargaram esse pessoal e mandaram que saíssem porque a terra já era nossa, mas as madeiras boas eles levaram tudo. (M. assentada em Abelardo Luz).*

Em um assentamento próximo, também no município de Abelardo Luz, Capão Grande, os acampados foram responsabilizados pela retirada da madeira e até hoje sofrem as conseqüências dessa denúncia. O Incra não liberou os créditos e a prefeitura local não fornece nenhum tipo de assistência, faltando, inclusive, transporte escolar para os alunos.

*Capão Grande, que é inclusive uma das áreas que até hoje está com problemas devido à madeira que foi retirada, os assentados levaram a culpa, mas sabe-se que os fazendeiros, os granjeiros levaram os pinheiros, era uma área com muitos pinheiros, então houve uma devastação, e os assentados tem problemas até hoje de falta de crédito, o município não dá nenhuma assistência, inclusive foi negado aos alunos condução para ir as escolas, os alunos estão indo a pé. Esse é um problema exclusivo desse assentamento. (A. assentado em Abelardo Luz).*

Somente no município de Abelardo Luz existem 21 assentamentos. Em três o Incra ainda não efetuou a divisão dos lotes. O número de famílias envolvidas nesses assentamentos aproxima-se de mil e trezentas. A assistência técnica é feita por quatro

técnicos, sendo dois agrônomos e dois técnicos agrícolas, um extencionista rural, uma veterinária e mais uma enfermeira. Esses técnicos são contratados pelo Projeto Lumiar, resultado de uma parceria entre o Incra e o MST. Entre 1987 e 1992 existiam somente três técnicos. A partir da implementação do Projeto Lumiar essa questão foi melhor encaminhada. Esses profissionais contribuem no desempenho e na atuação da regional dentro dos assentamentos. São, em sua maioria, militantes do Movimento que buscam implementar nos assentamentos as formas associativistas e cooperativadas visando a manutenção do homem na terra e uma melhor qualidade de vida aos assentados.

Essa regional possui também quatro acampamentos provisórios que envolvem cerca de quinhentas famílias.

Entre os assentamentos há grupos totalmente coletivos como o dos Irmãos Lavratti, juntos desde 1985. Esse grupo é composto por seis irmãos, não possui divisões na área. Além do cultivo de grãos, vacas leiteiras e algumas ovelhas, possuem uma pequena serraria onde beneficiam madeiras para o próprio uso e das famílias assentadas nas proximidades, fabricam caixas de abelhas que comercializam dentro do próprio Movimento e com outros agricultores. O valor de cada caixa para a produção de mel de abelhas é R\$ 30,00 (trinta reais). Também funciona uma pequena tecelagem artesanal que, a partir da lã de ovelhas criadas no próprio assentamento, fabrica tapetes, cobertores e outros produtos provenientes da lã.

Em Abelardo Luz há, ainda, uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) – Coopranova, onde toda a organização produtiva é coletiva, semelhante à vigente em Dionísio Cerqueira. Esse grupo comporta doze famílias. Quando efetuamos a visita a Abelardo Luz, em maio de 1999, nos informaram que há pouco tempo todas as doze famílias haviam sido substituídas pelo Movimento por outras, selecionadas a partir de acampamentos e assentamentos individuais, cujo critério foi a aceitação da organização coletiva e o entendimento das estratégias do Movimento à organização da produção. A substituição ocorreu devido a problemas e brigas internas entre as famílias.

Toda a estrutura montada e sua forma de organização não sofreu alterações, foi assumida pelas doze famílias que entraram.

O assentamento 25 de Maio incorporou originalmente 58 famílias assentadas em 1.039 hectares de terra, das quais apenas 25 permanecem até hoje em seus lotes. O restante foi sendo substituído por outras famílias no decorrer dos anos do assentamento. As mudanças foram tantas entre essas famílias que se perdeu o controle. O tamanho dos lotes entregue aos beneficiários variou de 13 a 14 hectares de terra a lotes de 16 a 17 hectares, de acordo com a qualidade da terra, e a sua participação na luta. Alguns assentados abandonaram a sua área de terra, as razões das saídas vão desde econômicas, como a impossibilidade de pagamento das dívidas contraídas no sistema bancário, à não adaptação à região e a falta de tradição agrícola das famílias. Alguns tinham origem rural, mas já haviam morado muitos anos na cidade estando plenamente urbanizado.

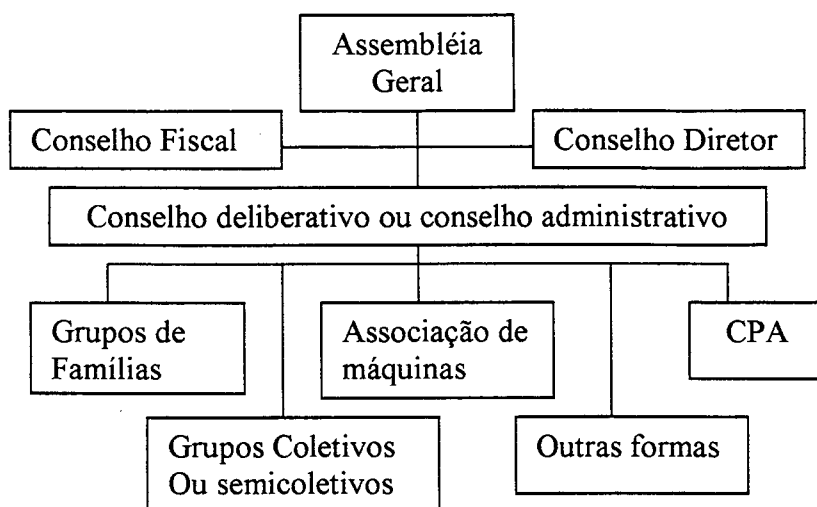
O assentamento 25 de Maio está localizado a cerca de 30 km da sede do Município de Abelardo Luz. Uma Cooperativa de Prestação de Serviços (CPS) – Cooperjus, foi montada no 25 de Maio envolvendo todos os assentamentos do município.

Para tornar-se associado da Cooperjus, o assentado, ou pequeno agricultor, deverá estar organizado em núcleos, e integralizar suas cotas partes em forma de cinco sacas de milho, sendo a metade na entrada e o restante após um ano. O núcleo é que se associa à Cooperativa, não é permitida a associação sem esse vínculo. Existem hoje 19 núcleos associados à Cooperativa. No assentamento 25 de Maio existem quatro núcleos, somente dois deles fazem parte da Cooperativa.

*Hoje, das 1.200 famílias assentadas em Abelardo Luz nós temos 335 sócios, mesmo porque a Cooperativa não tem uma política de buscar associados a qualquer momento, até o ano passado tinham 200 associados, começamos com 20 e depois foi para 195 e hoje tem 335. Esse ano a gente abriu para mais 100 novos sócios. Então essa associação é feita somente por núcleo, o assentado tem que estar nucleado e hoje nós temos então 19 núcleos associados a Cooperativa. Dentre eles têm os grupos coletivos, que fazem todos os trabalhos em conjunto, tem aqueles que só fazem um tarefa, ou só tem uma máquina, ou peixe, que são os grupos semicoletivos, e tem aqueles núcleos que é só de informações, assim fica mais fácil da gente trabalhar. Fizemos reuniões periódicas com os coordenadores, ou nos próprios núcleos e para a gente conseguir fazer esse trabalho tem também essa divisão de setores, tem o pessoal que trabalha na área da administração, tem o pessoal que trabalha na área exclusiva de nucleação e tem os que fazem os trabalhos de contabilidade. Hoje nós conseguimos um agrônomo para*

*trabalhar exclusivamente para a Cooperativa e fazer esse acompanhamento nos núcleos. (A. assentado em Abelardo Luz).*

O **Organograma** da Cooperativa está assim estruturado (MST, 1997:86. Caderno de Formação n. 21):



Existem aproximadamente 150 núcleos na regional Oeste I abrangendo o município de Abelardo Luz. A coordenação dessa regional é composta de 16 membros também divididos por setores. Existem os setores da saúde, da educação, das finanças, entre outros. Cada setor tem de três a quatro membros.

*A direção é coletiva nós não temos uma diretoria, que seriam os cinco membros, impostos para fins legais, o presidente, e vice, secretário e vice, e o tesoureiro, isso é só uma questão legal. Temos dez membros da comissão de direção a gente se reúne também a todo mês e são mais outros seis conselheiros fiscais que também não tem suplente. Temos dois funcionários que trabalham no mercado e na administração e três diretores que são liberados para fazer o trabalho com os associados e a administração. Eu e mais o P. e mais o J., somos todos diretores, o J. trabalha mais com o soque de erva, eu na nucleação e o P. na administração. A gente se altera assim dentro das tarefas, que é uma loucura, principalmente quando se faz repasse de Procera, ano passado a gente atendeu 700 projetos, ultrapassou isso, ficamos praticamente dois meses trabalhando com os assentados. (A. assentado em Abelardo Luz).*

As famílias integram os núcleos, que são a base de sustentação do MST. Para as Cooperativas, a organização das famílias em núcleos facilita o trabalho e através desses núcleos procura manter uma unidade em torno de objetivos e reivindicações comuns.

Buscam ainda reforçar o pensamento político para manter o processo de luta permanente, construir novos valores e formar uma consciência crítica entre os assentados.

Baseado em núcleos a gente puxou mais o trabalho de Cooperativa, os núcleos já se formam no sentido de a gente já construir o nosso sistema cooperativista e também manter a unidade dentro dos assentamentos. Os núcleos existem mais para a gente conseguir construir um trabalho político, organizativo, onde se pode realmente lembrar da luta do Movimento Sem-Terra, que hoje é um tanto quanto esquecida porque nós na regional já tivemos vários problemas de coordenação e que agora a gente já está conseguindo reconstituir com novos elementos que vão assumindo. E as dificuldades que os assentados estão encontrando eles contribuem até para que a unidade volte a se fortalecer. (A. assentado em Abelardo Luz).

A Cooperjus preocupa-se principalmente com a comercialização da produção e o repasse dos custos em forma de insumos aos assentados. Embora não sendo sócios da Cooperativa os assentados deverão estar organizados em núcleos para o recebimento desses insumos. Não são liberados custos para a realização de safra aos assentados não nucleados, embora não haja obrigatoriedade desses núcleos estarem associados a Cooperativa a nucleação para recebimento dos insumos é obrigatória.

Através da Cooperjus há, também, um pequena indústria para beneficiamento da erva-mate, que é comprada dos assentados locais e também de outros agricultores. Essa indústria funciona num assentamento próximo ao 25 de Maio.

*Também trabalhamos com a erva-mate, que é um soquezinho na Santa Rosa I, que é outra comunidade, outro assentamento, e que também a gente está assumindo esse soque esse ano, antes era a CCA que tinha a incumbência de trabalhar com erva-mate, mas é um produto nativo, sai uma erva muito boa. A comercialização dela é perfeita, o que se produzir facilmente se vende, hoje estamos vendendo a R\$ 1,30 por quilo nos mercados não se encontra abaixo de 1,50, e é uma erva puríssima de boa qualidade. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A Cooperativa mantém junto à sua estrutura um pequeno mercado de produtos industrializados destinados ao consumo e que não são cultivados e transformados nos assentamentos, como açúcar e farinha. O preço desses produtos é um pouco mais elevado que o da cidade, uma vez que são embutidos os custos de transporte e da estrutura da Cooperjus para a sua manutenção.



A organização das casas em agrovila no assentamento 25 de Maio não foi uma opção dos assentados. O Incra, ao fazer a divisão dos lotes, já deixou a área para a construção das casas. A agrovila visa facilitar a disponibilidade de estrutura de apoio nas áreas de saúde, educação, transporte, energia e abastecimento de água. Entretanto, percebe-se que essa infra-estrutura tem se mostrado precária. Escolas que não funcionam, postos de saúde fechados e problemas da distância dos lotes produtivos. Os vizinhos impõem uma proximidade que não faz parte da cultura agrária, ou seja, em sua forma de vida anterior nem sempre estiveram presentes.

*Este assentamento o Incra fez em 1986 e deixou a área para a agrovila, mas não foi uma decisão dos assentados, era assim que o Incra media na época e aqui foi assim também. (9M. assentada em Abelardo Luz).*

A agrovila foi construída com recursos dos próprios assentados, utilizando-se das poucas árvores que restaram no assentamento, após a retirada delas pelos antigos proprietários.

*Essa agrovila aqui não tem nada de verba do Incra, nada. Esta igreja que tem aqui na comunidade foi construída com recursos próprios da comunidade, o parquinho e o campo foram do projeto da associação de mulheres e fomos nós que plantamos grama também, a gente, as mulheres, é que entregaram pronto para a comunidade. O colégio foi um projeto do Incra em conjunto com a prefeitura, de uma verba que o Incra tinha para a construção e que só foi ocupado neste colégio. Um monte de verbas assim foi sumido, sumiu nós nem sabemos o que o foi feito. (9T. assentado em Abelardo Luz).*

As casas são grandes, sólidas e bem construídas, em nada lembram os antigos barracos de lona preta. Todas estão completamente mobiliadas, como qualquer casa urbana. Em quase todas as casas há cerca de três quartos. Embora possuam instalações sanitárias, estas são precárias. O banheiro normalmente está localizado junto à varanda das casas e a tubulação está visível. Entre o banheiro e o chuveiro, na maioria das casas, não há divisões.



Figura 4 – Agrovila em Abelardo Luz

No assentamento funciona somente um colégio que vai da primeira série até a oitava, e uma escolinha com a pré-escola. Há uma escola grande fechada devido ao projeto de nucleação do governo. A prefeitura municipal fornece transporte e os alunos estudam na cidade, principalmente os que freqüentam o segundo grau. Esse transporte é extremamente precário e nos dias em que chove excessivamente fica impossibilitada a ida dos alunos à escola. As professoras no colégio do assentamento não tem nenhuma ligação com o Movimento, o ensino é tradicional. A proposta pedagógica do MST não está implementada nesse colégio.

Duas formas de organização da produção coexistem nesse assentamento: grupos semicoletivos e as famílias em seus lotes individuais. Independentemente, entretanto, da estratégia adotada para a reprodução da vida, todas as famílias estão vinculadas aos núcleos.

Os grupos semicoletivos do assentamento 25 de Maio assumem essa forma pela associação na compra de implementos agrícolas para o preparo do solo e colheita da produção. A aquisição e uso do trator e de seus implementos reúne cinco famílias e da colheitadeira são incorporadas mais treze, totalizando dezoito famílias envolvidas nesse

grupo. Há ainda a sala de costura que funciona através do grupo de mulheres do assentamento.

No início do assentamento oito famílias, atualmente membros do grupo semicoletivo, buscaram o trabalho totalmente conjunto, mas funcionou por pouco tempo, havendo logo em seguida a desistência das famílias. Segundo os assentados, essa dissolução aconteceu em virtude da não compreensão do processo de trabalho coletivo.

*Nós tínhamos o grupo coletivo de seis famílias, nós plantávamos todos juntos e daí não deu muito certo. O único coletivo era o nosso, começamos em oito famílias e daí paramos e agora está assim com essas seis. Dava problemas assim, na divisão do trabalho e da remuneração, quando assim tinha uma família que trabalhava em cinco pessoas e outra trabalhava em uma e recebia o mesmo tanto. A gente não recebeu orientação e não sabia como fazer. Agora a gente sabe que é de acordo com o trabalho, ninguém sabia que era assim. Então tinha família que trabalhava em mais pessoas e ganhava a mesma coisa que aquele que trabalhava em uma, foram se desentendendo. Agora estamos tentando fazer em conjunto só as máquinas. Essa associação já fazem cinco anos mais ou menos que existe. (D. M. assentada em Abelardo Luz)*

O grupo estruturado na associação de máquinas e implementos agrícolas organiza o seu uso da seguinte forma: para o trabalho com o trator há um tratorista, membro do grupo, responsável pelo cuidado, manutenção e administração das horas trabalhadas e valores recebidos. O trabalho efetuado para o grupo associado custa o equivalente a R\$ 5,00 (cinco reais) por hora trabalhada. O trabalho efetuado para famílias não associadas, assentadas ou não, é de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) a R\$ 30,00 (trinta reais) por hora trabalhada dependendo da espécie de serviço, a hora para o plantio será sempre R\$ 30,00 (trinta reais). A colheitadeira funciona de forma semelhante, mas não tem um valor pré-fixado e sim um percentual. Para trabalhos no grupo é sempre 10% (dez por cento) da produção colhida e para trabalhos fora do grupo é de 14% (quatorze por cento). Desses valores recebidos R\$ 10,00 (dez reais) permanecem com o responsável pelo trator para a sua manutenção.

Esse grupo de seis famílias possui, em forma associativa, vacas leiteiras e uma horta. Também arrenda terra dos próprios assentados e de outros agricultores. A produção nesses lotes arrendados está organizada coletivamente, com divisão de tarefas e da

produção. Cada um recebe de acordo com a hora trabalhada. O investimento é feito proporcionalmente ao número de famílias envolvidas.

Na sala de costura montada pelo grupo de mulheres do assentamento confeccionam-se roupas para assentados e colocam à venda seus produtos na cidade de Abelardo Luz. Três mulheres se responsabilizam por esse trabalho durante dois dias por semana e recebem um percentual de 20% (vinte por cento) sobre as vendas efetuadas. Esse grupo de mulheres é o que melhor funciona no assentamento. Foi o responsável por projetos como um parque no interior da agrovila para as crianças, um campo de futebol suíço e um de areia. Esses projetos resultam de uma parceria com a fundação Francisco Sirotsky de Florianópolis ligada ao sistema RBS de televisão. A forma de devolução a essa fundação e a manutenção de vínculos com associações de mesmo caráter, enviando um valor em dinheiro e com acampamentos, doando roupas confeccionadas pela associação.

*Essa sala de costura a gente começou com umas máquinas que as irmãs trouxeram. De 62 comunidades que fizeram um projeto só o nosso foi contemplado a gente teve sorte. Veio R\$ 1.500,00 foi da fundação Francisco Sirotsky da RBS e a gente comprou três máquinas. Compramos uma zig, uma overloque e uma goloneira. E hoje na nossa sala nós estamos com sete máquinas. Também ano passado a gente fez um outro projeto com a RBS e conseguimos R\$ 6.000,00 e construímos o parque para as crianças, e um campo de futebol suíço e um de areia e isso a fundo perdido. E das máquinas nós temos que repassar R\$ 100,00 para outras associações que estão querendo iniciar e doar peças de roupas para os acampamentos, esse é a forma de pagamento, durante três anos, é R\$ 100,00 por ano e essas peças de roupa para o acampamento. (D. M. assentada em Abelardo Luz).*

O trabalho individual é decidido, planejado e organizado no interior da unidade familiar. O chefe da família, normalmente ajudado pelos filhos e pela mulher, se encarrega do preparo do solo e do plantio. Recebem orientação dos técnicos, mas segundo os assentados, é deficiente e rara. Há muitos assentados e poucos técnicos, dificultando o atendimento individualizado. Organizações coletivas facilitam o trabalho dos técnicos.

A utilização de modernas técnicas de produção é encontrada nos grupos semicoletivos e entre famílias individuais, como o emprego de máquinas, de defensivos agrícolas, de sementes selecionadas, adubação orgânica, plantio direto e inseminação artificial.

A preocupação com o futuro, com a maior e melhor produtividade e qualidade da produção se faz presente no envio de jovens para estudar, aprender e repassar técnicas mais modernas de cultivo e preparação do solo, buscando direcionar esses jovens a um futuro com maiores oportunidades. Esses cursos são oferecidos pelo Movimento em escolas específicas para esse fim.

Essa configuração, dentro dos assentamentos, permite verificar que há uma certa elitização e hierarquização entre os agricultores. Os que possuem implementos agrícolas e os que não possuem, os que possuem carro e os que não possuem, os que estão vinculados a grupos e os que não estão. Esses estratos podem estruturar-se no ideário dos trabalhadores rurais e refletir certo tipo de comportamento e relacionamento entre os membros de um mesmo assentamento, podendo também condicionar a sua vinculação a esse grupos coletivos ou semi e à própria Cooperativa.

De modo geral, produz-se nesse assentamento: milho, soja, feijão, arroz, erva-mate, fumo a base de integração, mandioca, batata, leite e outras miudezas como amendoim, pipoca, hortaliças, frutas e peixes. O excedente de toda a produção é comercializado. Do soja, milho e feijão é de onde se obtém a maior renda, embora essas culturas não tenham trazido alento aos assentados da 25 de Maio. A frustração de safras, devido às chuvas, acabou por indicar um tremendo fracasso na produção do ano anterior, impedindo a sua colheita. Esse período de crise, entretanto, é superado por novas expectativas com relação à próxima safra.

*A Cooperjus tem a incumbência de comercializar os produtos produzidos. Aqui se produz feijão, soja, arroz, trigo, batatinha. A produção que mais está dando resultado dinheiro é a soja, é o que está mantendo as famílias aqui. O que assentados produzem a Cooperativa procura um preço melhor no comércio, para que o assentado consiga um preço melhor. É uma dificuldade bastante grande e esse ano nós tivemos exemplos assim, o comerciante de Abelardo Luz que chegou a ir com máquinas colher o produto, trilhar o feijão com o batedor e também garantir a compra, mas ele estava pagando lá um preçinho de 32,00 reais o saco de feijão preto e tranqüilamente dava para se pagar 36,00 então a Cooperativa entrou no assentamento comprou de alguns a 36,00 os outros acabaram não vendendo para ela, mas acabaram pelo menos ganhando 36,00 reais o saco e sem desconto de impureza e de umidade. (A. assentado em Abelardo Luz).*

*A plantação que nós estamos fazendo aqui é de grãos, feijão, soja, milho, arroz. A Cooperativa vende esse produto para nós. (C. assentada em Abelardo Luz).*

A possibilidade dos assentados auferir renda está na produção de grãos, sem nenhum processo de industrialização. Estando atrelada aos fatores climáticos, a boa produção e de qualidade dependerá não só do preparo da terra e o uso das técnicas, mas também, da interferência favorável desses fatores.

O fato da principal renda estar na produção de grãos e a colheita ser durante duas safras ao ano, e o assentado não auferir renda mensalmente e ter que efetuar pagamentos como o da energia e alimentação todos os meses, torna-se um problema, que se agrava ainda mais em casos de doenças.

*Não ter uma renda mensal, sofre muito assim, porque a produção do milho do feijão e do soja é uma vez por ano, tudo que a gente plantar na roça é uma vez por ano que a gente colhe e nem sempre consegue uma safra que dê assim para o ano inteiro, o feijão às vezes tem famílias que não conseguem colher, mas não é uma coisa que dê uma renda para pagar a luz que é mensal, se precisa fazer uma consulta e comprar remédio e tu tiver que pagar a consulta aqui ninguém consegue, R\$ 50,00 a consulta, se for de noite é R\$ 75,00, então se alguém ficar doente, se vai para o hospital, vai e fica devendo tudo não tem dinheiro para pagar. (M. assentada em Abelardo Luz).*

Em vista desses fatores, a Cooperjus tem adotado a estratégia de trocar a produção do assentado pelos produtos do seu supermercado.

*Então além do repasse dos custeios e da compra dos insumos e da comercialização de produtos, a gente tem também um mercado para a compra de produtos e trabalhamos grande parte na base de troca, a pessoa tem uma carinha para vender nós trocamos por farinha, por erva, essa condição para ficar um pouco mais leve, porque nem sempre se tem dinheiro, então a gente sempre procura encontrar uma melhor maneira de repassar. O produto que vai lá na Cooperativa é repassado para diante. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A mão-de-obra utilizada é a familiar, havendo trocas de dias de serviço na colheita e no plantio. O emprego de mão-de-obra externa raramente acontece.

Para o preparo do solo é comum o uso de tratores, sejam eles provenientes das associações, de propriedade própria ou ainda arrendado de terceiros. Há ainda, algumas áreas, de propriedade individual, onde o preparo do solo utiliza-se da tração animal. Isso acarreta dificuldades entre os assentados, quem tem trator ou ceifa prioriza a sua própria produção e sempre acaba explorando quem não tem.

*Quando a gente precisa de trator, de ceifa a gente contrata e paga caro porque depende de algumas pessoas de fora dos assentamentos para colher, tem umas duas ceifas aqui dentro do assentamento para colher o produto na época de safra, mas por exemplo, agora que é época de colher, milho principalmente, tem uma parte de produção que está se perdendo, por falta de máquina. (M. assentada em Abelardo Luz).*

O armazenamento é feito pela própria Cooperativa, mas devido a problemas no secador não se permite que a armazenagem dure um tempo significativo. O fato de haver dificuldades na armazenagem impede que se consiga melhores preços.

O escoamento da produção é feito através da Cooperativa e no comércio local. Grande parte das vendas é feita via Cooperativa em conjunto, aumentando assim o poder de barganha dos assentados. A Cooperativa desconta o que é comum a qualquer empresa do ramo como a umidade e a impureza, o custo de transporte, bem como a manutenção de sua estrutura.

*Quando vem o custeio da lavoura a Cooperjus compra os produtos e daí vende para nós esse dinheiro vem na Cooperjus ela repassa. Ela faz um preço um pouco maior para ela manter o pessoal que vende, os empregados que estão lá dentro eles precisam ganhar um pouquinho. Ninguém pode trabalhar assim de graça, todos precisam sobreviver. (C. assentada em Abelardo Luz).*

A dificuldade de acesso ao assentamento, as estradas ruins, a distância do centro urbano, a frustração de safras, o custo de manutenção da Cooperativa aparecem como fatores de desânimo na vida do assentando. Também a indefinição dos processos de emancipação<sup>21</sup> dos assentamentos tem agravado esse estado de insegurança, que sem ter uma garantia de continuidade dos créditos e de permanecer na própria terra o tem

---

<sup>21</sup> Emancipação significa que os assentados receberão o título definitivo da sua área, e o Estado deixa de intervir, através de créditos e assistência técnica, que deverá ser encontrada no mercado. Os assentados passam a ser pequenos agricultores, como o são os pequenos agricultores que nunca foram assentados.

deixado extremamente desalentado. Sem o recebimento de créditos, a produção fica inviabilizada.

*A gente recebe os custeios de inverno e de verão, mas às vezes não é conseguido isso, teve ano que o pessoal ficou sem nada, sem ter o que plantar. Há uns três anos atrás, em um ano quem cedeu o produto, a semente e o adubo, e a uréia foi a Cooperativa, que não foi conseguido custeio nenhum, sem isso fica difícil sobreviver. Não tem como plantar e nem como cuidar dos animais. (M. assentada em Abelardo Luz).*

Com medo dos boatos referentes às emancipações dos assentamentos com mais de dez anos, alguns agricultores têm se associado a Cooperativas tradicionais. Prevendo que a Cooperjus não deverá ter recursos suficientes para financiar a produção de todos os associados, uma das saídas encontradas como forma de precaução é essa ligação com Cooperativas tradicionais.

O custeio sob a tutela da Cooperativa não ocorre em consenso com os assentados, muitos deles reclamam da adoção dessa política. Houve um tempo em que a Cooperativa esteve quase falida por problemas entre os coordenadores e a falta de controles administrativos, aumentando ainda mais a desconfiança do assentado em relação a ela. A Cooperjus adquiriu os insumos e, ao repassar aos assentados não efetuou o controle devido, alguns receberam duas vezes e a Cooperativa viu-se obrigada a comprar novamente para os que não receberam. O prejuízo foi enorme, em torno de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o balanço anual não especificou essa perda e foi aprovado pela assembléia e pelo conselho fiscal, para não levar a Cooperativa à falência. Esse valor foi financiado pela CCA.<sup>22</sup> Atualmente a maior dívida da Cooperativa é com a CCA.

A falta de dinheiro entre os assentados e a ilusão do desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do Procera, (que na verdade após incorporados os juros não dará esse percentual) faz com que os assentados revendam os insumos a preços menores acreditando que se o insumo custa R\$ 10,00 ele poderá vender por R\$ 6,00 e ainda terá lucro.

*O custeio é sempre via Cooperativa, mas vende igual depois, vende semente, vende adubo. O que apareceu para nós aqui de semente, eles*

---

<sup>22</sup> Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA), constituída em todos os Estados, a partir da implantação de três Cooperativas em áreas de Assentamentos. Centraliza as Cooperativas de cada Estado.



*pagam lá R\$ 15,00 vende aqui por R\$ 7,00 ou R\$ 8,00. Há muito desvio. Tivemos comerciante que entraram aqui com caminhão truque que compraram o produto armazenam em algum lugar e levam de volta para Abelardo Luz. Eles infiltram alguém aqui dentro que compra e de noite levam de volta e aí, por incrível que parece o assentado tem aquela noção que ele precisa só pagar 50%, por causa do rebate, se ele comprou por R\$ 10,00 aquele produto ele pode vender a R\$ 5,00 e com a chorado do comerciante vendeu a 4,00 vendeu a 3,00 quer dizer ele tem um prejuízo tremendo. E o explorador, desgraçado não está nem aí com a nossa problemática de sobrevivência. Então essas pessoas vão ter dificuldades de se superar, de pagar, e até de sobreviver. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A maioria dos assentados não consegue efetuar o pagamento dos créditos recebidos, quer dos custeios, quer dos investimentos.

*Se tivéssemos que pagar este ano a gente não conseguiria. O Procera é difícil de pagar, o custeio e os investimentos também, a gente tem que investir muito na lavoura, e não sobra. Que nem ano passado o pessoal perdeu o soja por causa da chuva. O pessoal perdeu tudo. Esse ano está se encaminhando igual, tem chovido muito. (M. assentada em Abelardo Luz).*

*A gente aqui trabalha direto, nossa como a gente trabalha, mas eu quero ver quando a gente vai ter que começar a pagar, vai ser muito complicado, quase impossível, da onde que nós vamos tirar? Não tem da onde tirar, o produto está pouco, você vai comprar, quer comprar alguma coisa não tem, agora a gente está assim passando bastante dificuldade, não pode comprar uma roupa, não pode comprar um móvel, só dá para sobreviver mal e mal, para ver se a gente consegue fazer o giro para pagar, mas está difícil. É por isso que tem que continuar a luta, é por isso que o MST tem que continuar, o dia que acabar, não sei o que será desse povo. (C. assentada em Abelardo Luz).*

Muitas famílias não recebem o Procera e outras preferem não receber. Essas últimas justificam que esse crédito não leva em consideração os gastos com a preparação do solo, como a contratação de tratores e depois para a colheita. Outras não recebem por, em algum momento, não terem efetuado o plantio em conformidade com a apresentação do projeto de custeio. Entre os que tiveram seu crédito cancelado está uma família que montou um pequeno mercado de produtos para o consumo no assentamento, que comercializa desde caramelos e farinha a batatas para o plantio. Esse mercado concorre com o supermercado da Cooperativa, colocando preços sempre um pouco inferiores aos delas.

Para se efetuar o cancelamento de créditos, basta contatar a Comissão do Procerá e relatar a má utilização. No caso de a família assentada ter um comércio, entendeu-se que ao montá-lo estaria deixando de ser agricultor. E daí o atrito com a Cooperativa “*foi o pessoal da Cooperativa quem mandou o Incra cancelar os custeios*” (Família assentada em Abelardo Luz).

Embora haja diferenças entre os núcleos e as famílias visitadas, todos declaram invariavelmente estar em uma situação melhor do que a anterior, ou seja, na situação atual a família tem moradia e espaço para a produção de sua subsistência, alimentar e educar seus filhos, embora precariamente, e pode, vez ou outra, vender seu excedente ao mercado obtendo uma renda anual constante.

*Assentamento, acampamento assim, a gente não precisa pagar aquela renda, só que daí tem o Procerá que tem que pagar. É melhor que antes, porque isso aqui é nosso e posso deixar para o meu filho.* (M. assentada em Abelardo Luz).

O Incra, em seus projetos de assentamento, não prevê terras para os filhos dos assentados, famílias numerosas são assentadas em áreas de terras equivalentes às famílias sem filhos. É portanto, comum acomodar unidades familiares em lotes abaixo de sua necessidade. Num curto espaço de tempo, enquanto os filhos são menores, é possível contornar esse problema, entretanto, a médio prazo, essa situação se agrava pela impossibilidade dos filhos permanecerem na agricultura. A falta de escolas torna essa problemática ainda mais densa. Ao atingir a idade produtiva, esses jovens procuram outras oportunidades e, não raro, devido a sua precária formação, acabam engrossando a fila de força de trabalho disponível nas periferias urbanas.

A associação entre os assentamentos e os próprios assentados acontece quase que exclusivamente para atender demandas de caráter puramente reivindicatório, como saúde, educação, créditos, e ainda assim não aglutina todos, somente alguns participam. Embora a associação coletiva de trabalho apareça como meta, existe nesse assentamento somente dois núcleos associados à Cooperativa, que funcionam com inúmeras dificuldades de estrutura e dívidas com o Procerá que precisam ser quitadas e ainda não se sabe de que forma. Então os atos reivindicatórios entre os assentados são, geralmente, para prorrogar não só as dívidas da Cooperativa como as suas próprias.

*Hoje mesmo a gente estava discutindo na CCA o problema da evasão, o pessoal abandonar a coordenação. Como a coordenação abandonou os assentados num certo momento os assentados, acabaram se afastando. O fator econômico faz com que eles sintam a necessidade de se aglomerar e nós estamos com dificuldade de buscar esse povo de volta como direção da Cooperativa, e da própria regional. Mas a gente tem que jogar num período aí de médio prazo ou então de longo para a gente realmente conseguir restabelecer essa unidade que dentro dos acampamentos era bastante forte. E a partir do momento que as pessoas vão para o lote, alguns permanecem com essa visão política do movimento, não esquecem da luta e continuam colaborando e contribuindo. Outros se fecham no lote e enquadrados lá eles ficam afastados. (A. assentado em Abelardo Luz).*

Outra dificuldade enfrentada pela Cooperativa é o gerenciamento de sua unidade. Não existe ninguém preparado para fazê-lo, ela conta com dois funcionários assalariados, um cuida da administração e do controle de entregas de insumos, o outro atende o supermercado.

Há, ainda, no interior dos assentamentos de Abelardo Luz, uma batalha política sempre em estado de tensão latente. A prefeitura local não concorda com as políticas e os encaminhamentos do MST junto aos assentados e busca de toda forma cooptar as lideranças. Há nesse processo avanços e recuos, ora a prefeitura consegue aglutinar os assentados, ora é o MST que consegue.

*Também o fator político eleitoral influencia bastante na nossa organização. Abelardo Luz tem uma queimação bastante forte, principalmente nesses últimos anos, e a gente está com esse leão aí para descascar. O prefeito, os comerciantes de Abelardo Luz, não todos mas tem aqueles que juntos com o prefeito fazem aqueles cortes, começam a fazer intrigas com os assentados, jogam um contra o outro, vem subindo para as lideranças e acabam nas cooptações de lideranças, encrencas de vizinhos. Hoje nós temos um soque de erva-mate, mas a influência do próprio prefeito acaba cortando, tirando o povo a não fornecer para nós porque de uma maneira ou de outra tem irregularidades, vai jogando esse tipo de conversa e consegue construir um conflito entre os assentados. Nós tínhamos um projeto para a produção de leite praticamente aprovado, o Município tentou se unir a nós para fazer um projeto único, queria que nós, assentados, fornecêssemos o dinheiro que viria pelo Proceca, enquanto o Município se beneficiaria, seriam associados a essa Cooperativa nossa, integralizando as cotas partes a partir da entrega do leite. Sendo que o nosso projeto viria a encobrir todas as despesas, além do mais eles queriam a direção desse empreendimento, e nós aí começamos uma briga e vieram a cortar esse projeto inclusive, tiveram influência dentro do Incra, dentro da comissão*

*do Procera, então nós hoje fomos meio que deixados para trás, até hoje essa briga continua. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A instalação da Cooperjus e a busca por melhores preços faz com que comerciantes, unidos à prefeitura, imponham seus preços e seus produtos aos assentados, o que não é acatado pelos assentados.

*Uma outra grande briga que se tem dentro do próprio Município é a nossa Cooperativa, a Cooperjus, que está instalada no assentamento 25 de Maio que pelo fato de nós comercializarmos e principalmente repassar as sementes, produtos do custeio de lavoura é uma das grandes brigas que o prefeito tem conosco, porque ele tem empresas que repassam ao prefeito, repassaram ao presidente da comissão do Procera alguma parcela. Para fecharmos negócio no custeio do ano passado, nós tivemos uma briga tremenda, inclusive fomos humilhados assim de uma forma assim bastante degradante, e a gente teve que fazer negócios com o comércio de Abelardo Luz, para prestigiar esse comércio, pagamos mais caro, atrasou com a entrega dos produtos, então a culpa era toda nossa. O presidente da comissão do Procera disse assim que se nós não aprovasse com esse comércio iria atrasar a saída dos custeios, aquela conversinha assim para fazer pressão em cima de nós e a gente teve que fazer porque já era 15 de setembro e nós ainda não tínhamos começado as entregas e o plantio já era para ser feito em agosto, então isso tudo nos levou a pressionar e a gente teve que fazer. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A Cooperativa, também, encontra-se em dificuldades financeiras, o que dificulta ainda mais a busca de alternativas para a conservação dos associados e a entrada de outros. A própria crise econômica acaba por colaborar para a permanência dos associados, que ainda vêem na Cooperativa uma possibilidade de segurança contra a crise, e também de negociação e adiamento das dívidas com o Procera junto à rede bancária.

*Nós temos dificuldades financeiras, tivemos e temos dificuldades de chegar para nossos próprios associados e colocar as questões da Cooperativa, terminamos o ano de 1998 com poucas reuniões, tem muita dificuldade de comunicação. Então ainda é possível a gente manter os assentados assim por perto, pela própria crise que se passa no país, o lugar que a Cooperativa tem não é criado por ela mesma ou pelos associados que hoje a gente muito pode dizer que a dificuldade que cada família tem em casa de se estruturar de se manter como uma família e a Cooperativa não deixa de ser uma família. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A direção da Cooperativa é feita pelos próprios assentados que se não se sentem preparados para lidar com questões administrativas. O aprendizado acontece no dia-a-dia da luta.

*Nós da direção também somos assentados sem muita formação assim escolhidos lá no meio dos núcleos e tomando um pouco de direção e a gente vai se construindo com as dificuldades que a gente encontra no caminho. Agora conseguimos reconquistar a comissão do Procepa para nós, para isso tivemos que dizer algumas verdades. Aí desmontamos um pouquinho o poder público com relação à Cooperativa, inclusive o prefeito montou uma sindicância para demolir com nós aí a gente conseguiu rebater e mandou isso até para o Ministro da Agricultura. Então ele busca todos os caminhos para poder destruir nós os assentados ele está indo, está tentando realmente demolir, mas ainda a gente consegue manter as pernas firmes. (A. assentado em Abelardo Luz).*

Outro ponto de preocupação é a disseminação de seitas religiosas dentro dos assentamentos.

*Nós assentados somos assim, diversas raças, diversas culturas, diversas religiões, e uma das nossas grandes dificuldades é a influência religiosa. A influência religiosa é uma, digamos assim, acima de tudo a influência religiosa acho que pesa mais que a política, a influência religiosa vem a destruir o Movimento. Nós já tivemos sócios da Cooperativa que pediram para se afastar porque a religião não permite que esteja organizado na Cooperativa, que só pense no capital. Tem da Assembléia de Deus, a Triangular, a Universal do Reino do Deus. (A. assentado em Abelardo Luz).*

A época do acampamento entre os assentados é lembrada com muita positividade.

*Eu fui acampada uns dois anos, eu tinha na época dez anos, ah, foi o tempo mais bom da vida, parece que nós começamos a viver quando fomos para um acampamento. Quando a gente morava lá em São Miguel D'Oeste a gente não sabia o que era um barraco de lona, então chega aqui, a gente quando criança, era esperta, inteligente, sabíamos quantas crianças passavam fome no Brasil, nós nunca tinha ouvido falar disso, sabia quantos sem terra tinha em Santa Catarina, quanto tinha no Brasil. É uma coisa assim difícil de dizer, como é que as pessoas de fora são contra os acampamentos, e dentro dos acampamentos as crianças já sabem o que é acampado, porque estão ali debaixo de uma lona, começou ali de seis a sete anos todas as crianças já estão sabendo porque é que ela passa fome, porque ela não tem roupa, porque ela não tem calçado. Isso a gente só aprende aqui dentro, porque fora dos*

*assentamentos e dos acampamentos não se ensina isso. (Mt. Assentada em Abelardo Luz).*

Permanece também a saudade da solidariedade e da organização dos acampamentos.

*Ficamos um ano acampados, era muito organizado, era muito bom, todos eram bem mais amigos, se davam mais, tinha mais discussão. Só que no momento em que ganharam a terra e começaram a trabalhar o pessoal, eu não sei, já não ficou muito mais unido como estavam. Todos éramos bem mais unidos no acampamento havia aquela força assim sempre na gente, e agora não tem mais. (T. assentada em Abelardo Luz).*

*Na época do acampamento todo mundo participava mais, tinha mais reunião, e agora se marcar uma reunião é bem poucos que participam. Se pegaram muito no serviço, é que ou tem que colher, ou tem que plantar ou carpir. E daí o pessoal pouco vão em reunião. Eu acharia que o pessoal deveria ir nessas reunião que essas reunião é o que mantém o MST e nós também porque quanto mais unido, quanto mais discutido é melhor. (M. assentada em Abelardo Luz).*

*Açúcar, farinha, era tudo dividido entre as pessoas que estavam lá. Nós éramos 2.000 famílias acampadas, daí então vinha as coisas, um pouquinho e nós repartíamos. Esse acampamento era em Faxinal, era aqui Papuam, Abelardo Luz, depois o Incra levou a gente para Faxinal. Depois a gente voltou para cá e ficamos assentados aqui. Em Faxinal, a gente fez roça, fez uma plantação de noz e daí então era tudo coletivo. E quando nós ganhamos terra aqui na fazenda Sandra e o pessoal que ficou lá eles então colherem as plantas e daí foi dividido, um pouquinho cada um. (C. assentada em Abelardo Luz).*

As organizações associativistas, mesmo os núcleos, embora presentes como meta, e no próprio ideário dos assentados, são impostas às famílias. Essa obrigatoriedade de participação acaba por encontrar resistências entre os associados.

A terra onde se localiza o assentamento não estava classificada como boa, a princípio apresentava um elevado índice de acidez que precisou ser corrigido, sem contar que a dependência tecnológica e financeira desses agricultores é maior, uma vez que só possuíam sua força de trabalho para o preparo e cultivo do solo.


Outra dificuldade encontrada está no gerenciamento da Cooperativa e da própria unidade familiar em períodos de crise. A falta de recursos financeiros e o desinteresse dos assentados pelos problemas da Cooperativa geram desânimo entre os coordenadores, que a cada momento vêm-se obrigados a reunir os associados e

procurar envolvê-los com a Cooperativa e com seus próprios núcleos. Entretanto, apesar do esforço, não há estabelecimento de vínculos maiores com os associados, a não ser o comercial, e mais em períodos de colheita, quando é efetuada a venda da produção por ocasião do repasse do Procera às famílias assentadas.

Nesse assentamento, por ser um dos mais antigos do Movimento no Estado de Santa Catarina, há um número considerável de pessoas próximo à idade de aposentadoria, que diante dos inúmeros problemas enfrentados para a sobrevivência, aguardam com ansiedade o dia em que completarão idade suficiente para se aposentarem.

O Movimento, nos assentamentos individuais, encontra dificuldades de estruturar-se e não consegue se fazer presente.

*O MST eu acho que continua do mesmo jeito que continua ajudando como antes. Falta muita organização aqui no assentamento. O MST às vezes não ajuda muito por causa dessa falta de organização nossa. Ele não consegue levar esse povo, mas ele às vezes não pode organizar por que o pessoal não se organiza. Que nem amanhã tem um manifesto lá em Florianópolis e é difícil de conseguir organizar o pessoal porque um tem isso, outro não quer deixar a casa, as mulheres têm as vacas, as crianças, daí assim o MST não consegue ter muita coisa. O MST somos nós, o povo somos nós, a luta é nós e não sei acho que nem todo mundo enxerga isso. (M. assentada em Abelardo Luz).*



Ervateira no Paraná, com capacidade para processar 3 mil kg/hora de folhas verdes



Supermercado instalado no complexo agroindustrial da COAGRI-PR



Beneficiadora de café da COPRAVA, em São Mateus-ES




Além de agroindústrias para produção de embutidos, a COPAJOTA tem diversas estufas para verduras e legumes. em Promissão-SP. (Foto: Mario de Freitas)



A diversidade na produção é a marca da COOPERUNIAO, em Dionísio Cerqueira-SC, onde são produzidas 1.080 peças de jeans por mês. Tem ainda seis viveiros com capacidade de produção de 50 mil peixes cada.




A COOPAGLAN, no Ceará, conta com 19 casas de farinha. Tem ainda plantação de 100 mil mudas de cajú, coco, além de confecções, gado e caprino, entre outros.

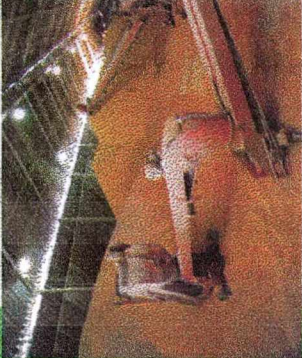


Moimho de milho da ABAPAN, em Castro-PR.

# AGROINDÚSTRIAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA



Silos e armazéns, escritório, mercado e terminal de calcário na unidade da COAGRI, em Nova Laranjeiras-PR (acima). Interior de silo (ao lado), com capacidade para armazenar 250 mil sacas. (Fotos: Douglas Mansur)



Abaixo, frigorífico em Itatiba-RS. (Foto: J. Ripper/Imagens da Terra)





#### 4- SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS: UMA NOVA FORMA DE PRODUÇÃO DA VIDA DOS HOMENS?

A organização da produção nasce a partir da preocupação do MST de manter o homem no campo, sem isolá-lo no interior de um processo produtivo simples, artesanal, com pouca ou nenhuma divisão técnica<sup>23</sup> do trabalho como é a do “camponês”<sup>24</sup>. Nesse sentido, o Movimento busca o rompimento com a cultura camponesa e seus “vícios”,<sup>25</sup> herdados de um processo produtivo, que ainda prevalece no campo brasileiro e que o exclui ou o mantém apenas sobrevivendo, reproduzindo a sua condição físico-biológica, na sociedade atual.

A estrutura do processo produtivo “camponês”

*determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc.) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses é muito baixo e sim procede da incompatibilidade*

---

<sup>23</sup> Divisão técnica do trabalho refere-se a divisão do trabalho no interior da unidade produtiva. Cf. Marx, (1994), livro I, cap. XII.

<sup>24</sup> Camponeses são “produtores simples que trabalham a terra como proprietários, parceiros, arrendatários, ocupantes, posseiros, etc. utilizando para isso seus próprios meios de produção e decidindo sobre o consumo e a distribuição dos produtos. Sua produção é familiar e algumas vezes utilizam também diaristas. É o empresário da produção familiar. Dentro do caráter familiar da produção camponesa se observa uma mínima divisão social do processo produtivo. Isto significa que o processo produtivo do camponês apresenta o caráter orgânico do processo produtivo artesanal na qual o indivíduo começa e termina o mesmo produto (...). A produção do camponês é a produção simples e pessoal em que ele mesmo utiliza sua própria força de trabalho” MST, ago.1986. Caderno de Formação n. 11.

<sup>25</sup> “Vícios” são o individualismo, o personalismo, o espontaneísmo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, o sectarismo ou radicalismo, aventureirismo, a auto-suficiência, entre outros.

*de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais. (MST, ago.1986:13. Caderno de Formação n. 11).*

Tanto o sindicato como as Cooperativas são mecanismos sociais de estrutura orgânica complexa, cujo processo organizativo requer a participação de vários indivíduos, diferente da forma como o “camponês” está habituado a se organizar.

*Ele confia basicamente na iniciativa que põe ao longo do processo produtivo. Além disso, o camponês geralmente vive no campo e com outros camponeses que trabalham cada um por si sem nenhuma vinculação de caráter produtivo. A única vinculação se reduz à inexorável divisão social do trabalho que se afiança no momento histórico em que a produção excedente assume caráter de mercadoria. Não há outra vinculação e muito menos dentro do processo produtivo, que é sumamente pessoal, individual ou no máximo familiar. (MST, ago.1986:13. Caderno de Formação n. 11).*

Essa forma produtiva “camponesa” não cria condições de organização social, e se isso ocorre é sempre através de um líder carismático, como vem sendo apontado pela história das organizações “camponesas”.

*O processo produtivo individual (unifamiliar) que o camponês desenvolve determina a visão personalista como uma das características de seu universo cultural e das superestruturas sociais que abarca. De modo que seu partido político está encarnado em seu líder (...). Subtrai-se a expressão social para reduzi-la a uma concepção personalista, individual. Eis porque a história não registra movimentos camponeses catalisados por alguma organização. Seu elemento catalisador é o indivíduo, o líder, quase sempre carismático (...). Morto o líder, sucumbe o movimento (...).(MST, ago.1986:13-14. Caderno de Formação n. 11).*

Assim, o Movimento necessita romper com essa estrutura produtiva e superar esses “vícios” impostos por esta “forma artesanal” de trabalho “na qual a auto-suficiência prescinde da análise; o espontaneísmo exclui o planejamento; e a distribuição é quase nula” (MST, ago.1986:18. Caderno de Formação n. 11), ou seja, esses “vícios” são o individualismo, o personalismo, o espontaneísmo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, o sectarismo ou radicalismo, o aventureirismo e a auto-suficiência. Esta superação pode ser conseguida na medida em que se assimila a estrutura do processo produtivo tecnicamente dividido, através da participação na grande empresa, seja agrícola, industrial ou de serviços; compartilhando da direção ou das ações de grandes organizações de assalariados rurais ou urbanos; ou ainda submetendo-se a cursos

especiais como o “Laboratório Experimental”<sup>26</sup> para a formação de quadros de organizações de estruturas complexas.

Já os operários rurais, que são também trabalhadores rurais, como os “camponeses”, distinguem-se desses últimos por venderem sua força de trabalho ao empresário; os assalariados ou operários agrícolas não dispõem dos meios de produção, ou seja, da terra; lutam por reivindicações salariais, previdência social, férias e outros. Mas há ainda outro traço de caráter estrutural que os distingue, os assalariados rurais tendem à organização social porque já trabalham socialmente organizados dentro da complexa divisão técnica do processo produtivo a que estão submetidos na grande empresa capitalista. Provém daí a facilidade com que surge sua atuação coletiva (MST, ago.1986:14-15. Caderno de Formação n. 11).

Entende-se assim que o *“homem apresenta um comportamento ideológico conforme a estrutura orgânica ou organizativa, em que ele desenvolve suas atividades”* (MST, ago.1986:18-19. Caderno de Formação n. 11). Ou seja, a conscientização do homem está diretamente ligada à divisão técnica do processo produtivo do qual participa e a sua eficiência é determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas.

*(...) se é certo que o surgimento e a magnitude da consciência organizativa são diretamente proporcionais ao grau de Divisão Técnica*

---

<sup>26</sup> Laboratório Experimental: *“(...) é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada (...). Para a realização de um ‘Laboratório Experimental’ é necessário criar artificialmente uma empresa, porém com existência e funcionamento reais. Para isso, são imprescindíveis três requisitos: a) as pessoas (mínimo de 40 e o máximo não tem limite); b) o pleno direito de organizar-se, e c) os meios de produção em mãos dos integrantes da empresa, ou seja, insumos indivisíveis em poder do grupo social (...). Os objetivos (...) consistem em formar quadros organizadores de empresas e ao mesmo tempo (...) formar (...) técnicos na montagem e desenvolvimento de ‘Laboratórios Experimentais’. Pelo fato de acelerar a consciência organizativa, o Laboratório Experimental consegue também elevar o nível de organização das empresas existentes(...). Reunidos os integrantes, o ‘Laboratorista’ transfere a eles todos os bens e meios de produção imprescindíveis para sua ação e desenvolvimento. Por sua variedade, tais meios (...) os induzem inevitavelmente a trabalhar com uma Divisão Técnica do Trabalho, ou seja, com um processo produtivo socialmente dividido”* (MST, ago.1986:40-41. Caderno de Formação n. 11).

Os “Laboratórios Experimentais” existem sob quatro tipos: a) “Laboratório de Centro”: objetiva a formação de quadros organizadores de empresa coletivas e de futuros diretores de “Laboratórios Experimentais”; b) “Laboratório de Empresa”: objetiva elevar o nível organizativo de uma empresa coletiva mediante a redução das formas artesanais de trabalho; c) “Laboratório de Terreno ou de Base”: no qual se consegue acelerar a consciência organizativa do grupo social para se criar as bases de empresas de serviço e produção; d) “Laboratório de Curso”: acelera a consciência organizativa do grupo de alunos integrados em uma empresa de serviços destinada à auto-capacitação (MST, ago.1986:50. Caderno de Formação n. 11).

*do Trabalho (...) seu grau de eficiência, no entanto, é determinado pelo nível de desenvolvimento do marco econômico que varia desde a Economia Natural até a etapa em que os meios de produção e a força de trabalho se transformam em mercadorias que dá forma à empresa de tipo grande ou seja, a empresa capitalista (...). É a empresa capitalista que permite a passagem da atividade tradicional e costumeira para a atividade lucrativa racional (...). Isso impõe uma especial estruturação dos objetivos, os quais se submetem a um único fim, o ingresso em dinheiro. Está claro que a visualização de um único objetivo conduz naturalmente à utilização racional dos meios para alcançá-lo (...).* (MST, ago.1986:25. Caderno de Formação n. 11).

É a partir dessa compreensão desenvolvida pelo MST e publicada no Caderno de Formação número 11, “Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo”, de agosto de 1996, que ele teoriza sobre a organização do seu processo produtivo. Rompe com o “campeinato” e investe no Sistema Cooperativista dos Assentados e aponta a Cooperação Agrícola<sup>27</sup> como forma alternativa de vincular-se produtivamente à terra.

#### 4.1- COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO MST

Assim, o MST passa a implementar a sua concepção de cooperação agrícola nos assentamentos, onde busca o:

*Desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve*

---

<sup>27</sup> A cooperação agrícola também foi utilizada em Cuba, a partir da Revolução Socialista, como forma de romper com a cultura artesanal e individualista “camponesa”, criar uma nova consciência no pequeno agricultor, vinculando-o há formas mais avançadas de organizar-se produtivamente e conseguir uma melhor utilização da terra e dos recursos humanos e materiais. Essa forma superior traz à agricultura “camponesa” cubana a concepção da terra e do trabalho coletivos que levam à criação de Cooperativas e indústrias agrícolas. O ápice desse método são as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). As CPAs, também foram adotadas no Chile, em 1973, na província de Pinar del Rio, e são organizações agrícolas onde se integram voluntariamente as terras e demais meios de produção pertencentes a um grupo de “camponeses”, “com o objetivo primordial de trabalhar coletivamente e de utilizar o avanço da ciência e da técnica para obter uma maior produção e produtividade e ao mesmo tempo alcançar uma vida social digna” (Gómez, Orlando. Da Propriedade Individual à Cooperação Agrícola. In Cadernos de Estudos do MST, São Paulo, julho de 1984). A administração fica a cargo dos próprios agricultores, bem como contabilidade, planejamento e custos, enfim toda a Cooperativa passa a ser administrada pelos associados que tem na Assembléia Geral a maneira de tomar decisões com a participação de todos. O excedente é distribuído entre os associados de acordo com a participação da força de trabalho de cada um, pondo em prático o princípio socialista: “De a cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo seu trabalho”. Essas CPAs cubanas e chilenas, funcionam de forma semelhante as CPAs do Movimento Sem Terra no Brasil, com os mesmos princípios e objetivos, diferenciando-se das CPAs cubanas por estas receberem apoio do Estado e estarem articuladas dentro de uma estratégia de política de desenvolvimento daquele país. As CPAs do MST serão estudadas logo à frente.

*organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo.* (MST, 1995:8. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

Cooperação, na compreensão do MST, é a aglutinação de pessoas buscando a ajuda. Na produção, a utilização da cooperação, traz a divisão técnica do trabalho.

*Através da divisão social<sup>28</sup> do trabalho, cada trabalhador se especializa em uma linha de produção ou tarefa. Assim começaram a fazer as coisas cada vez melhor, aumentando a produção, diminuindo custos, diminuindo o tempo de trabalho.* (MST, 1998:21. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

A implantação da cooperação na agricultura significa que essa divisão técnica do trabalho será a forma de organizar a produção nos assentamentos.

*Então, a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (...), matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado.* (MST, 1998:21. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

Os objetivos da cooperação agrícola nos assentamentos devem estar voltados para:

- o desenvolvimento da produção e progresso econômico dos assentados: isto é, ter acesso a capital e tecnologias; aumento da produtividade do trabalho e criar condições para a agroindústria e indústria;
- desenvolvimento social e melhoria das condições de vida das famílias: habitação, luz elétrica, cultura, educação;
- cultivar a política do MST e os valores do homem novo: humanistas e socialistas;
- vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade e, portanto, de luta;
- servir de exemplo/propaganda e de alianças na sociedade (para que se unam na luta pela reforma agrária);
- garantir organização do povo assentado, massificando e politizando;
- as diferentes formas têm que ter um vínculo com a organização política do MST;

---

<sup>28</sup> O MST coloca como divisão social do trabalho o que deveria ser como divisão técnica do trabalho, por tratar-se da divisão do trabalho no interior da unidade produtiva, e não a divisão do trabalho na sociedade. Cf. Marx, 1994, livro I, cap. XII.

- ser uma retaguarda econômica do MST e liberação/preparação de quadros;
- ser uma forma de resistência ao capitalismo. Sem ilusões, mas continuar lutando; e
- a cooperação deve ser vista como um meio. O objetivo final são as transformações sociais e as melhorias permanentes das condições de vida (MST, 1995:8-9. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

Com relação à questão da terra:

- tamanho da terra não é mais o elemento principal para viabilizar economicamente um assentamento. A aplicação da cooperação depende muito mais do capital e das tecnologias disponíveis, do número de trabalhadores cooperados e da proximidade do mercado;
- a luta por recursos (capital) e tecnologia adequada é tão importante quanto a luta pela terra; e
- com relação ao módulo e ao tamanho dos lotes por família: o tamanho do módulo ou lotes não determina mais a potencialidade da produção, na maioria das regiões do país; buscar melhores formas de aproveitamento da área, ao determinar-se módulos mínimos; buscar a ampliação do número de famílias por área conquistada; criar mecanismos de estímulo para que assentados individuais busquem a cooperação (MST, 1995:9-10. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

A defesa da cooperação agrícola pelo MST (MST, 1995. Caderno de Cooperação agrícola n.4), se dá, portanto, devido a:

- 1) Razões econômicas: aumento do capital constante; aumento da produtividade do trabalho e da divisão e especialização do trabalho; racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais; possibilita evitar a exploração do trabalho e a apropriação da mais-valia produzida pelo grupo; diversificação da lavoura; perdas divididas; facilidades para empréstimos e contratação de assistência técnica; melhores preços para os produtos; desenvolver a agroindústria e a indústria.
- 2) Razões sociais: urbanização das moradias; transporte coletivo; igualdade de direitos entre homens e mulheres; facilidades para conseguir a instalação de energia elétrica, escolas e estradas; quebra do isolamento social em que vivem os pequenos agricultores nos seus lotes individuais. No trabalho coletivo as pessoas vivem em grupo e aprendem a viver em comunidade e ter uma maior relação entre si; as crianças convivem diariamente facilitando a sua criação e aprendendo a importância desse tipo de trabalho;

mais tempo para diversão e atividades culturais; todas as famílias progredem da mesma forma e enfrentam as mesmas dificuldades; mantém o espírito de ajuda e companheirismo do grupo, eliminando o individualismo; aumenta a solidariedade.

3) Razões políticas: ampliar a resistência ao capitalismo; construir a retaguarda do MST; proporcionar a formação de um grupo maior de militantes e dirigentes; maior discussão política no grupo possibilitando desenvolver a consciência dos assentados.

A cooperação que o MST procura desenvolver em sua base, deve considerar (MST, 1995. Caderno de Cooperação agrícola n.4):

- adoção das diversas formas de cooperação, adequadas à realidade de cada região, buscando atingir todos os assentados, ou seja massificar;
- descobrir as necessidades econômicas de cada assentamento e criar a cooperação naquilo em que há necessidade;
- analisar as formas que estão dando certo em outros estados e adotá-las;
- planejar a produção em cada área e de acordo com essa produção adotar a forma de cooperação mais adequada;
- aplicar tecnologias com racionalidade; e
- implementar agroindústrias e indústrias.

As condições necessárias para a cooperação na produção são colocadas pelo MST como (MST, 1995. Caderno de Cooperação agrícola n.4):

- levar em conta os recursos existentes na área (terra, capital e número de pessoas) para ver qual forma é viável;
- ter normas, claras e rígidas, que impeçam os oportunistas de entrar e sair;
- que haja ganhos para quem entrar e não existam vantagens para quem sair;
- estudar o potencial do mercado na região e só então definir o que produzir;
- qualificar as pessoas que serão responsáveis pela implantação da cooperação para ter unidade no discurso e na linha política;
- ter clareza dos objetivos a serem alcançados;
- viabilizar a formação, no acampamento e no assentamento;
- levar em conta as origens, tradição e cultura dos assentados;
- para áreas marginais, regiões distantes do mercado, manter formas simples de cooperação;

- dar acompanhamento técnico e administrativo às diferentes experiências de cooperação; e
- criar motivação “interior”, ideológica, entre os assentados.

O desenvolvimento das diversas formas de cooperação agrícola nos assentamentos depende de alguns fatores que são colocados pelo MST como condições objetivas e condições subjetivas. Por objetivas entende-se a estrutura da propriedade da terra em que não existe um planejamento da área que favoreça a implementação de formas de cooperação agrícola. A divisão dos lotes, a partir de um módulo rural adotado pelo Incra voltado para a propriedade familiar, permite apenas pequenas propriedades que reproduzem a realidade da região. O papel do Estado e das políticas agrícolas seria outro fator objetivo que poderia servir de estimulador da cooperação entre os agricultores. A vinculação do setor agrícola ao modelo industrial de desenvolvimento e ao mercado é cada vez maior, dificultando a existência de tecnologias e insumos adaptados a outros modelos (MST, 1995:5-7. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

As condições subjetivas estão relacionadas com as características dos assentados, ou seja, da pessoa humana, entre as quais estão: a voluntariedade em participar de formas cooperativas; o nível de conscientização; a capacidade de organização; o grau de qualificação da mão-de-obra. Além desses, há, também, a clareza no entendimento da cooperação. Os assentados que optam pela cooperação devem entender que há objetivos para serem alcançados com essa forma de organização da produção a curto, médio e longo prazos, não se pode tratar de um ato voluntarista (MST, 1995:6-7. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

É no interior dessa concepção de cooperação agrícola que o MST define a sua lógica de organização e inserção da produção dos assentamentos no modo de produção capitalista, tornando-a competitiva, com vistas a manter o homem no campo. Nesse sentido, utiliza-se da seguinte fundamentação econômica, a começar pela compreensão do que vem a ser capital:

*São capital os dias de serviço acumulados e que não são usados pelo trabalhador para seu sustento direto. E esses dias de serviço acumulados podem ser utilizados para produzir outras coisas. Por exemplo, quando se tem uma máquina, tem-se um capital. Mas, por que*



*é capital? Porque essa máquina tem muitos dias de serviço guardadas dentro dela; (...) E esses dias de serviços somados servem agora para produzir mais coisas em menor tempo*

*Uma sociedade qualquer, para se desenvolver, precisa de capital. Qualquer sociedade, desde uma capela, uma sociedade de comércio até a grande sociedade que representa o povo de um país, precisa de capital para se desenvolver. . (MST, 1991:133. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

*Significa que se um grupo de pessoas ou o país inteiro consumir tudo o que produz, nunca vai sobrar nada para guardar e aumentar a produção. Para ter capital é preciso aplicar dias de serviço em coisas que depois vão ajudar a aumentar a produção, que vão ajudar o serviço a render mais.*

*Quanto mais capital uma sociedade conseguir acumular, mais rapidamente vai aumentar a produção (...). E assim funciona em todas as sociedades, de qualquer tipo e tamanho. Quem consegue produzir mais rápido, terá mais dias de serviço para acumular em mais capital.*

*A agricultura foi evoluindo, aumentando a produção, à medida em que os agricultores conseguiam guardar capital, ou seja, aplicar dias de serviço em coisas que pudessem render em mais dias de serviço. (MST, 1991:134. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

O MST entende o desenvolvimento agrícola:

*A agricultura também depende de capital para se desenvolver. Só que na agricultura é mais demorado ir guardando os dias de serviço na forma de máquinas, na forma de capital. (MST, 1991:134. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

A produtividade do trabalho conforme colocada pelo MST:

*A produtividade do trabalho é que mede quanto cada pessoa pode fazer por dia. E quanto mais capital uma pessoa pode utilizar na sua produção, mais valor ela vai produzir sozinha. Por exemplo, uma pessoa trabalha plantando, abrindo a cova com a enxada e largando a semente, vai conseguir plantar certa quantia de área (...). Um outro usa a matraca, já rende bem mais (...). Um quarto (...) planta com a plantadeira e o trator, tem muitos dias de serviço aplicados.*

*Em todo o planejamento, em todas as atividades na agricultura, é preciso sempre, desenvolver jeitos e meios que aumentem a produtividade do trabalho, para que uma pessoa consiga produzir cada vez mais. (MST, 1991:135. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

A cooperação agrícola é entendida pelo MST como:

*(...) é o jeito de juntar os vários dias de serviço dos agricultores que trabalham sozinhos para poder, com isso, conseguir acumular dias de serviço que sobram de cada um e aplicar este capital.*

*Então, a cooperação é o jeito de somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. (MST, 1991:136. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

Isso é posto pelo MST como uma "lei natural":

*Essa é uma lei natural do desenvolvimento econômico. Quanto mais esforços (dias de serviço juntados), quanto mais volume de capital se juntar, mais rápido será o crescimento e o desenvolvimento.*

*Com isso, conseguem um aumento maior na produção, aumentar o volume de negócios, um lucro maior e conseguem ir comprando os pequenos que estão ao redor.*

*É a história das grandes firmas. É a história dos bancos. (MST, 1991:136. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

*A diferença entre os pequenos agricultores e os capitalistas é que aqueles precisam fazer a cooperação agrícola e amontoar capital e também trabalhar. Ou seja, o capital amontoado com a cooperação é dos trabalhadores. Os capitalistas da agricultura aumentam a produtividade do trabalho para eles, pois não são os donos do capital, mas apenas empregados.*

*Outra diferença é que o pequeno tem que se juntar para não ser engolido pelos maiores, que crescem mais rápido.*

*A terceira diferença é que o resultado do crescimento da cooperação agrícola, para os pequenos agricultores, é dividido entre os que trabalham, enquanto que os capitalistas usam os benefícios da cooperação agrícola apenas para proveito próprio.*

*A cooperação agrícola é a única saída para o pequeno agricultor conseguir aumentar a produtividade do trabalho, aumentar a produção. E não se deixar vencer pelos maiores. (MST, 1991:137. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

O MST especifica seu entendimento com relação aos fundamentos econômicos da cooperação agrícola: o desenvolvimento histórico das forças produtivas, no modo de

produção capitalista, traz um elemento fundamental para a produção, especialmente a industrial: a divisão técnica do trabalho (...) *o desenvolvimento da cooperação agrícola surgiu no capitalismo e tem como base diversos fundamentos econômicos, ou seja, do próprio funcionamento da economia e de suas leis.* (MST, 1991:138. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).

Os principais fundamentos que levam ao desenvolvimento da cooperação agrícola, na compreensão do MST:

- necessidade de aumento do capital constante:

*Sabe-se, pela teoria econômica, que qualquer processo produtivo de uma determinada mercadoria determina que seu valor seja composto por uma parte de capital constante (que são máquinas, insumos, energia), que é na verdade o trabalho transformado em mercadorias que vão gerar outras mercadorias. E o capital variável <sup>29</sup>, que é o trabalho vivo, incorporado no processo produtivo para produzir a nova mercadoria.*

*(...).O aumento da produção de qualquer mercadoria e o desenvolvimento econômico de um setor produtivo somente ocorrem, quando se aumenta gradativamente a parte do capital constante, no valor final de uma mercadoria. Ou seja, um processo produtivo de uma mercadoria, que é basicamente composto pelo trabalho vivo, tem um desenvolvimento mais lento, produz menos mercadoria; (MST, 1991:139. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

- aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o capital variável por produto:

*(...) necessidade de produzir mais mercadorias com menos tempo de serviço. O que, em termos de valor, significa que, ao final de cada mercadoria-produto-mercadoria, o peso do custo de mão-de-obra direta vai ficando cada vez menor.*

*Numa produção familiar individualizada, o trabalhador faz todas as atividades da agricultura, desde a lavoura até a colheita e venda do produto. Numa fazenda organizada com cooperação agrícola, cada trabalhador faz apenas uma parte do trabalho: um é motorista, outro é tratorista, outro cuida das compras, outro da conservação das máquinas, e assim por diante.*

*Outro fator que influi no aumento da produtividade do trabalho é a necessidade de introduzir a máquina para todas as atividades. Hoje já existe desenvolvimento tecnológico em que praticamente todas as atividades na agricultura podem ser feitas com máquinas, e são cada vez*

---

<sup>29</sup> Capital variável é o valor da força de trabalho. Cf. Marx, 1994, livro I, cap. VI.

*mais raras as atividades manuais* (MST, 1991:140. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola);

- o aumento da divisão do trabalho na agricultura e pecuária: subdivisão cada vez maior dos processos produtivos, substituição, pela máquina, de etapas feitas pelo homem, essa tendência é contínua e cada vez mais veloz, resultado do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista. A cooperação agrícola é a única forma de aumentar a divisão do trabalho na agricultura;
- maior especialização: o resultado dos processos anteriores implicará na especialização dos trabalhadores em cada tarefa, aumentando o seu rendimento;
- racionalização da produção de acordo com os recursos naturais: fatores naturais como solo e clima, que influenciam na produtividade. Esses fatores são os que diferenciam a agricultura da indústria. E a forma de se aproveitar ao máximo as potencialidades naturais e produzir mais e melhor é via cooperação agrícola, em que já existe divisão de trabalho, produzindo o produto potencial de cada região onde está localizado o assentamento; e
- o volume da produção influi no preço final do produto: (...) *no mercado capitalista, conseguem-se sempre melhores preços quando se negocia quantidades maiores e produtos de maior qualidade. Logo, consegue-se ter resultados financeiros de rentabilidade maior.* (MST, 1991:140. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).

À medida que as diferentes formas de cooperação se desenvolvem na agricultura, o passo seguinte, no entendimento do MST, será desenvolver a agroindústria para a industrialização da produção.

Essas formulações são justificadas pelas seguintes razões: primeiro, a tendência do consumo nas cidades de produtos industrializados; segundo, a concentração da população nas cidades que exigirá sistemas industriais que aproveitem melhor a produção agrícola e, terceiro, com o excedente cada vez maior de dias de serviços, fruto da produção coletiva, a riqueza engendrada ultrapassará a necessidade de investimentos na agricultura e a agroindústria se transforma num campo de aplicação dela. Assim, no futuro, só continuará na agricultura quem estiver vinculado à agroindústria.

Esses fatores, na compreensão do MST, resultam em: os grandes fazendeiros se associarão às agroindústrias instalando suas próprias unidades; os pequenos agricultores se integrarão a elas transformando-se em assalariados disfarçados ou se organizam em cooperação agrícola para instalar suas agroindústrias.

Assim, o MST forma uma visão evolutiva do pequeno produtor para o grande empresário agrícola.

Os objetivos a serem alcançados com essa forma de organização da produção, na política do MST:

*Mesmo entendendo que não existem condições de competir no mercado com os grandes capitalistas, sem tomar suas terras e os meios de produção, e que através das associações também não se resolverão todos os problemas existentes nos assentamentos, ainda assim, é preciso buscar condições para implantar a cooperação agrícola com a concentração de capital e mão-de-obra, dos meios de produção e com o aumento da divisão social do trabalho entre os assentados. (MST, 1991:145-146. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

*Por outro lado, as associações e as Cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção.*

*Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política da luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da reforma agrária. Isto deve levar à superação dos vícios e problemas existentes dentro dos assentamentos. (MST, 1991:146. A Experiência do MST na Cooperação Agrícola).*

Resumindo, os principais objetivos da cooperação agrícola, na compreensão do MST, visam alcançar:

- condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representam: aumento da produção; aumento da produtividade do trabalho, da terra, da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida;
- condições para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, à luz elétrica, à água encanada, à telefonia, às estradas etc.;
- ser uma retaguarda econômica de sobrevivência no capitalismo, acumulando força política e criando condições para liberar trabalhadores para atuarem nas organizações e

em todas as lutas da classe trabalhadora por conquistas econômicas e pela transformação da sociedade; e

- contribuir para a organização da classe para conquistar a reforma agrária e a implantação do sistema socialista.

Os princípios a serem respeitados na organização da cooperação agrícola, que são entendidos como uma *“espécie de leis próprias do Movimento, que se não forem respeitadas levam ao fracasso da organização da produção”* (MST:1986:18. Caderno de Formação n. 10):

- respeitar a vontade pessoal de cada trabalhador. Só deve entrar quem estiver convencido, por livre adesão (princípio da voluntariedade);

- o ato de associar-se deve representar um proveito mútuo para todos, evitando que alguns se beneficiem mais (princípio do proveito mútuo);

- clarear e definir todas as regras de funcionamento das formas de cooperação. Todos devem participar da elaboração dessas regras e respeitá-las (princípio de que toda sociedade é regida por regras); e

- todos devem conhecer o que se passa na associação (princípio da transparência).

Entre as vantagens do trabalho em conjunto está *“a liberdade do agricultor só participar de uma organização de trabalho coletivo se quiser e se estiver consciente da importância dessa forma de organização”* (MST:1986:19. Caderno de Formação n. 10). E

*além das vantagens individuais que isso representa para as famílias dos agricultores que integrarem, nós temos certeza de que a organização do trabalho em conjunto, da cooperação agrícola nas suas diversas formas, é a única maneira de nós irmos de fato mudando a sociedade e um dia construirmos o socialismo na agricultura brasileira.* (MST:1986:19. Caderno de Formação n. 10).

Resumidamente, podemos colocar que as razões políticas propostas pelo MST são: ampliar a resistência ao capitalismo; construir a retaguarda do MST; formar e liberar militantes e dirigentes para atuação no Movimento ou em outros setores da sociedade; desenvolver a consciência política dos assentados; fazer articulação política; acumular forças para a transformação social.

Estes objetivos, colocados pelo MST, só poderão ser alcançados via integração das lutas do campo e da cidade e a compreensão da reforma agrária como uma conquista de toda a sociedade.

A experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos, é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do Movimento, quanto da própria experiência de cada grupo em particular.

Com o entendimento da modernização da agricultura, das formas de produzir e comercializar, necessitava-se também mudar a forma de orientar e organizar os assentamentos: constituição de grandes grupos coletivos; criação de associações para todo o assentamento; organização da empresa rural e da agroindústria; assistência técnica integrada; comercialização em grande escala. E organizar a produção nos assentamentos, através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

#### **4.2- SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS (SCA)**

A primeira experiência de organização coletiva no MST deu-se em 1983, quando dez famílias transferidas do acampamento de Encruzilhada Natalino para uma área de 108 ha., adquirida pela Igreja, no município de Ronda Alta (RS), fundaram a “Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta”, sem o parcelamento da área. Essa experiência serviu de referência na Região Sul para agricultores acampados ou assentados.

A princípio, portanto, a organização do MST tinha como centralidade a conquista da terra. A discussão sobre a produção era secundária. O acesso à terra representava a sobrevivência como um pequeno agricultor. O grau de cooperação existente advinha do espontaneísmo, dos mutirões e da troca de dias de serviço por quase duas décadas, de 1979 a 1984.

A preocupação com a produção torna-se prioridade dentro do Movimento com o aumento do número de assentamentos e pela constatação de que o estado de miserabilidade não havia sido erradicado. A partir de 1984 começam a aparecer as

primeiras associações e pequenos grupos coletivos por influências da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O primeiro momento de discussão para definir a forma de organização da produção e dos assentados aconteceu em junho de 1985, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, no I Encontro Nacional dos Assentados, onde participaram 76 assentamentos. Nesse encontro decidiu-se que os assentados fazem parte da base do MST e por isso continuam na luta pela reforma agrária, que passa a ser entendida como uma luta mais ampla. Através de uma pauta de reivindicações, naquele ano, conquistou-se o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), uma linha de crédito voltada especialmente para investimentos em áreas de reforma agrária. Nesse período formou-se a Comissão Nacional dos Assentados, que foi dissolvida em 1989, por entender-se que a luta dos assentados faz parte do setor de Frente de Massas, na estrutura orgânica do MST, composta por representantes de cada estado.

A Comissão Nacional dos Assentados, antes de ser extinta, em junho de 1986, lança o Caderno de Formação n. 10 – “A Luta Continua: como se organizam os assentados”, com o objetivo de orientar a produção nos assentamentos, garantindo a permanência dos assentados no campo, melhorando a infra-estrutura e visando garantir meios de produção, sem perder de vista a busca de uma nova sociedade.

Essa cartilha chama a atenção para que *“os companheiros que já conquistaram a terra continuem organizados e articulados com o Movimento Sem-Terra”* (MST:1986:2. Caderno de Formação n. 10), através de organizações locais, nos assentamentos, nos estados e, em seguida, nacionalmente.

No II Encontro Nacional dos Assentados, de 07 a 10 de abril de 1986, também na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, manifesta-se:

- quase todos os assentamentos têm sérias dificuldades de produção, de comercialização e de falta de assistência técnica (MST:1986:29-30. Caderno de Formação n. 10);
- as condições de vida nos assentamentos são muito ruins, falta comida para enfrentar a primeira safra e em alguns lugares falta água também; não há atendimento à saúde e se existe é precário; faltam escolas e onde há o ensino não está voltado aos interesses do Movimento, não valorizando a luta; faltam ainda casas e estradas; e



- coloca-se as experiências comunitárias já existentes, tanto de roças como de compra de equipamentos e os avanços que já houveram na organização entre os assentados.

*(...) nós temos cada vez mais claro a sociedade que queremos, que é uma sociedade socialista onde o fruto do trabalho fique com quem trabalha, garantindo assim a justiça social. Para construirmos essa sociedade precisamos conquistar o poder. Por isso, decidimos lutar por sindicatos combativos, fortalecer a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e só votar em candidatos que já provaram na prática seu compromisso com a nossa luta. (MST:1986:31. Caderno de Formação n. 10).*

Nesse período, de 1984 a 1989, a motivação para organizar a cooperação nos assentamentos passa a ser econômica, para acumular capital e política, com liberação de quadros para o suporte da estrutura do Movimento. Em 1989 o MST, em seu V Encontro Nacional, define o seu lema: Ocupar, Resistir e Produzir, e busca organizar a produção através dos Laboratórios Experimentais.

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), criado em 1989, com o objetivo de melhorar e estimular a cooperação agrícola nos assentamentos, corresponde ao setor de produção e comercialização do MST. Articula as diversas formas de cooperação e contribui na construção e implantação da estratégia geral do Movimento. Constitui-se em retaguarda econômica para a liberação de militantes e dirigentes do MST e cria as condições materiais para a luta; procura desenvolver a consciência política da base social e relacionar-se com outros segmentos da sociedade, auxiliando na sua organização; busca vivenciar novos valores e elabora políticas homogêneas de desenvolvimento; formar quadros organizadores da cooperação; elaborar a produção agropecuária; aumentar a produtividade do trabalho nos assentamentos e melhorar as condições de vida das famílias assentadas.

*Pela primeira vez formula-se linhas políticas para a organização dos assentados e para a organização da produção (...). Passamos a entender que era impossível avanços organizando a produção apenas no nível de subsistência. Isto não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado. (MST, 1998:31. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

É nesse período, de 1989 a 1993, que todas as formas de cooperação agrícola, como Cooperativas de Produção, Comercialização e Prestação de Serviços (CPAs, CPS, CPSR, CPPS) e também as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs), se ampliam e se estruturam em todo o país.

A partir de 1993 começa uma crise atingindo esse sistema. Alguns passam a acreditar que a implantação do SCA foi um equívoco, outros a afirmar que se tratava de uma crise de crescimento. As CPAs passam por rupturas profundas e muitas dividem-se. Verifica-se que um dos grandes limites é o desconhecimento de formas de administração e com isso cria-se o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC). Em junho de 1993 inicia a primeira turma.

Esse período de reestruturação do SCA e das formas de organização da produção nos assentamentos inicia em 1993 e vem até a data atual.

Desde então o SCA procura avançar no entendimento das perspectivas da cooperação nos assentamentos. Em dezembro de 1994 no seminário nacional sobre “A Perspectiva da Cooperação no MST”, com base nas experiências entenderam-se os seguintes pontos (MST, 1998:33-34. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- o que massifica a cooperação nos assentamentos são as formas organizativas que não envolvem a produção e estão voltadas para o setor de serviços, como as Cooperativas de Prestação de Serviços;
- as CPAs continuam sendo a forma superior de organização e estratégicas para o MST e, portanto, devem ser constituídas em condições muito bem definidas, embora não massifiquem a cooperação;
- o que determina a possibilidade de avançar na organização da produção não é mais o tamanho do lote e sim a sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado. O que orienta e organiza a cooperação é o capital, e não a terra;
- a introdução de agroindústrias nos assentamentos é estratégica para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e de todo o interior do país, envolvendo a juventude e agregando valor às mercadorias produzidas;
- não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado e neste caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora. O Estado

desempenhará um papel indutor da cooperação, via crédito, assistência técnica e pesquisa; e

- está descartada a possibilidade da “acumulação primitiva” de capital nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar através da luta política a mais-valia social (MST, 1998:33-34. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

Os seminários seguintes sobre as perspectivas da cooperação no Movimento acontecem com o objetivo de aprofundar o papel do SCA frente às estratégias do Movimento.

O SCA e cada Cooperativa do Movimento, devem ter, ao mesmo tempo, um caráter político e um caráter de empresa econômica. Caráter político na organização e conscientização da base social e articulação com outros setores da sociedade contribuindo com o Setor de Frente de Massa. Caráter de empresa econômica visando a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico, melhoria na qualidade de vida etc. “(...) *uma empresa econômica não pode ser dirigida com a mesma lógica de uma organização de massa. Mas, ela tem que buscar a eficiência econômica, sem atrapalhar o político*” (MST, 1998:12. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

Os objetivos do SCA estão assim divididos:

a – Objetivos orgânicos (MST, 1998:12-13. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- garantir a organização do povo assentado, massificando e politizando;
- consolidar a organização de base do MST;
- conseguir liberar pessoas (militantes) para participar dos Movimentos e Organizações Populares;
- Cultivar a política e implementar a estratégia do MST;
- Ser a retaguarda econômica do MST;
- Desenvolver a consciência social e política da base social, estabelecendo uma nova visão de sociedade e engajar-se nela;
- Transformar a ideologia “camponesa”, mudando o jeito artesanal de olhar o mundo; e
- Criar condições materiais para a luta social e política, dispondo de infra-estrutura e recursos econômicos.

b. Objetivos sócio-políticos (MST, 1998:13. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- ser uma forma de resistência ao capitalismo: não ter a ilusão que organizados economicamente os assentamentos conseguirão se libertar da exploração capitalista, por isto deve continuar a luta;
- vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade e, portanto, de luta;
- transformar a luta econômica em luta política e ideológica;
- provar que a reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista do desenvolvimento econômico;
- servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que todos se unam na luta pela reforma agrária;
- aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo;
- acumular forças<sup>30</sup> para a transformação da sociedade;
- criar melhores condições de vida para as famílias assentadas: habitação, luz elétrica, saúde, educação, cultura, e sempre ir melhorando;
- formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST e para o conjunto da luta dos trabalhadores; e
- contribuir para a construção do Homem Novo e da Mulher Nova: pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras.

c. Objetivos Econômicos (MST, 1998:13-14. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas;
- desenvolver a cooperação agrícola como uma empresa econômica que produza “sobras”, ou seja, resultados financeiros para as famílias;
- aumentar o progresso econômico e social dos assentamentos, garantindo: aumento da produtividade do trabalho, melhor aproveitamento das áreas e dos recursos naturais disponíveis, diminuição da exploração dos trabalhadores;
- modernizar a produção no campo adequando-a às características da agricultura familiar cooperativada;
- desenvolver a agroindústria;

---

<sup>30</sup> Chama-se acúmulo de forças a conquista de espaço social e geográfico e sua manutenção através da participação e da elevação do nível de consciência da população envolvida. A acumulação de forças é diferente da política de alianças porque trata de uma política interna da organização de massa. Trata-se de uma forma que a organização usa para dar maior organicidade às suas bases e conquistar espaços geográfico e social, visando fortalecer a organização e a luta estratégica (Bogo, Ademar. MST:1995. A Organicidade Necessária. Mimeo).

- propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo; e
- desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos.

Dentro de suas linhas políticas, o SCA deverá ter uma estrutura única; trabalhar com todos os assentamentos e assentados, independente da forma de cooperação por estes adotadas; contribuir articuladamente com o conjunto do MST; organizar os assentados em núcleos de base e implementar a agroindústria no campo.

Frente à estratégia do MST, o SCA deverá alimentar a esperança de que a transformação é possível,

*Mostrar para a sociedade que é possível mudar, de que existe um outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que queremos mais que a reforma agrária. Nós queremos uma vida digna para todos os trabalhadores, para toda a sociedade.*

*Temos que atrair as pessoas para o nosso lado. Por isso temos que mostrar que a reforma agrária é bonita e não algo truculento. Assim a sociedade perde o medo do MST. A ideologia não nos pode afastar da sociedade.*

*Os assentamentos devem ser exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício. (MST, 1998:16-17. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

Trabalhar na qualificação interna do MST passando de Movimento de Massa para Organização de Massa.<sup>31</sup> Ajudar a sociedade a se organizar e liberar pessoas para atuação junto aos outros movimentos populares urbanos e rurais, a fim de desenvolver a

---

<sup>31</sup> “Podemos dizer que Movimento e Organização são dois lados da mesma estrutura organizativa que compões um grande movimento de massa. Isto, levado a sério, cria uma infinidade de tarefas e obriga a multiplicar quadros para que ocupem seus diferentes postos de coordenação. Para um movimento de massa podemos elencar alguns elementos que são sua base de sustentação. Movimento de massa é igual: massa, mobilização, agitação, formas de luta, objetivos gerais. Com estes elementos funciona um Movimento de massa. Mas não garante sua organicidade. Logo é necessário acoplar-lhe o outro lado da estrutura para que esta não pereça, que são os elementos da organização de massa. Organização é igual: grupo, estrutura, conspiração, consciência, estratégia, programa (...). Além disso, soma-se a diferença de que o Movimento de massa funciona com objetivos imediatos e concentra sua atenção no campo da tática e a Organização de massa funciona já com estratégia e orienta-se por um programa” (Bogo, Ademar. MST, 1995. A Organicidade Necessária. Mimeo).

consciência política através das lutas políticas de solidariedade de classe e da compreensão do seu significado, criando novos valores éticos e morais. Desenvolver, portanto, uma consciência nacional a partir dos interesses da classe trabalhadora. “*O Brasil tem que ser do povo brasileiro, ele é nosso. Só assim faremos frente à globalização*” (Bogo, 1995, s.p. A Organicidade Necessária). Contribuir na elaboração de um Projeto Nacional que responda aos anseios da classe trabalhadora.

Através da produção é necessário desenvolver uma nova concepção de mercado com vistas a servir à sociedade e não a explorá-la.

*Precisamos é formar um mercado alternativo ao mercado capitalista que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e que beneficia apenas em torno de 1/3 da população. Precisamos criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados à necessidade do povo.* (MST, 1998:18. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

O SCA desenvolveu alguns princípios para a cooperação agrícola (MST, 1998:47-48. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- a necessidade comanda a vontade: é a necessidade de cooperar que mantém essa forma de organização. “*A forma de cooperação proposta em uma determinada realidade só prosperará se o assentado tornar-se dependente dela*” (MST, 1998:47. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5). Ele se manterá vinculado a esta forma se perceber que sem ela não sobreviverá econômica e socialmente;
- gestão democrática: todos têm os mesmos direitos e deveres.

*Quem tem a função de dirigir, o faz em nome de todos. Quem é coordenador de um setor de trabalho ou de um núcleo de base deve saber coordenar de forma participativa, para que todos se sintam bem e aprendam com isso. Tudo que envolve a vida da Cooperativa deve estar vinculado à vida de cada sócio e à democracia interna* (MST, 1998:47. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5);

- neutralidade religiosa, racial e partidária:

*embora todos tenham direito a escolher o seu partido político, a sua religião e ter opções culturais diferentes, deve-se evitar que a ignorância prejudique tanto a vida individual quanto a coletiva. Neste sentido a formação política-ideológica tem um papel de destaque* (MST, 1998:48. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5); e

- cumprir um papel formativo:

*As Cooperativas, como os sindicatos no capitalismo, são instrumentos de luta dos direitos econômicos, sociais e políticos dos trabalhadores. Isto porque, por mais que uma Cooperativa funcione e se desenvolva, nunca terá facilidades por parte do estado e dos monopólios tanto em termos de créditos, preços mínimos, escoamento da produção, etc. Portanto a luta é de resistência à exploração do capital e das políticas governamentais sobre os trabalhadores.*

*Por outro lado a cooperação dentro do capitalismo deve ter um sentido estratégico, sem cair em desvios. Mas fazer com que os trabalhadores elevem seu nível de consciência a partir do desenvolvimento de experiências coletivas. Portanto a cooperação, no capitalismo além de cumprir este papel de organizar os trabalhadores em torno da produção cumpre um papel fundamentalmente educativo. (MST, 1998:48-49. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

Princípios para implantação da cooperação nos assentamentos (MST, 1998:49-50. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- massificar a cooperação: para resistir ao impacto das políticas dos governos capitalistas é preciso conscientizar todos os assentados a ingressarem na cooperação agrícola;
- o importante não é a forma, mas o ato de cooperar: sem a cooperação será extremamente difícil resistir na terra. O que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim com o isolamento do “camponês”;
- ir avançando das formas mais simples para as mais complexas: sem pressa, a cooperação poderá ser iniciada a partir de formas bem simples como mutirão, troca de serviços, até chegar às CPAs.

*(...) a prática vem mostrando que as CPAs, apesar de não massificarem a cooperação, nos permite as melhores condições para o avanço da consciência política, para a liberação dos militantes, para a disponibilidade de recursos para a luta. Por isto, as CPAs continuam sendo uma forma estratégica que deve ser perseguida por todos com tenacidade. (MST, 1998:51. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

- O que determina o avanço da cooperação são as condições objetivas e não a vontade dos assentados: a localização do assentamento; as condições do terreno, entre outros. Antes de construir uma CPA é preciso avaliar todas essas condições e decidir com base nos dados e planejamentos, e não em sonhos.

Princípios organizativos do SCA (MST, 1998:51-54. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

- Organização da base social via núcleos: todos os assentamentos, independente, da forma de cooperação adotada, deverão estar organizados em núcleos de base. Nas Cooperativas não pode existir nenhum associado que esteja desvinculado de algum núcleo. Esses núcleos são formas de organização do MST e não das Cooperativas. É um espaço de construção da democracia participativa e do poder popular: analisa as demandas, elabora e aprofunda as propostas, participa da elaboração e implementação da estratégia e elege os seus representantes para a coordenação dos assentamentos, acampamentos e conselho da Cooperativa;
- A direção deverá ser exercida coletivamente;
- A distribuição das sobras deve ser sempre de acordo com a participação de cada um nas operações das formas de cooperação a que estiver vinculado, e com o critério estabelecido pelo grupo; e
- Ser uma ferramenta de luta para a conquista da reforma agrária e a transformação da sociedade.

Princípios de direção (MST, 1998:54-56. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5):

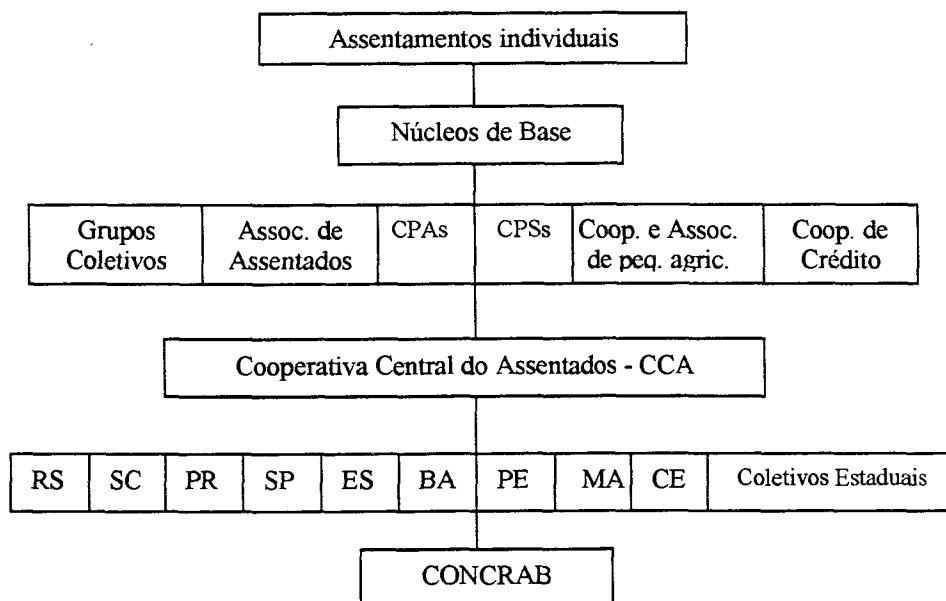
- Direção coletiva;
- Divisão de tarefas e funções;
- Profissionalismo: todos são militantes da organização e ao mesmo tempo devem procurar ser especialistas (técnicos) nas tarefas e funções a que estiverem designados;
- Polivalência: não perder a noção do conjunto, saber como funciona toda a organização;
- Disciplina: é o respeito às decisões do coletivo;
- Planejamento: nada acontece por acaso, tudo deve ser planejado, preparado e programado;
- Vinculação com as massas: somente a vinculação permanente com a base garantirá o avanço da luta e da aplicação de uma linha política;
- Crítica e autocrítica: aplicar sempre o princípio da avaliação crítica de todos os atos e, sobretudo, ter humildade de realizar a autocrítica, procurando evoluir e corrigindo os desvios;
- Centralismo democrático: após tomadas as decisões todos devem se subordinar a elas; e



- Formação: vinculada com a prática atual e com a prática da classe trabalhadora ao longo da história.

O SCA está estruturado conforme o seguinte organograma:

**Organograma do SCA** (<http://www.mst.org.br>, 03 de outubro, 1999, às 18:20)



Nos assentamentos tem-se estimulado esse sistema através de Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) e Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs). Tanto as CPAs como as CPSs são organizadas nos assentamentos. Na dimensão estadual formaram-se as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs). A partir da estruturação de três CPAs constrói-se uma Cooperativa Central, que dentre outras funções, coordena as operações de compra e venda para seus cooperados (CPAs, associações, grupos coletivos e agricultores individuais); desenvolve projetos agro-industriais e convênios com o Estado nas mais diversas áreas. Na dimensão nacional tem-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que reúne as Cooperativas Centrais Estaduais. É responsável pela coordenação e planejamento das políticas de médio e longo prazo do SCA.

#### 4.3- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB)

Com a estruturação do SCA, em 15 de maio de 1992, foi fundada a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) em Curitiba – Paraná, tendo como Presidente Francisco Dalchiavon, de Santa Catarina, e Secretário Juraci Ponte, do Rio Grande do Sul, e como um dos assessores, Clodomir Santos de Moraes, professor da UnB (Universidade de Brasília).

*A Concrab permite viabilizar os assentamentos, planejar a produção e atingir o mercado em grande escala. Temos uma base sólida criada em 10 anos de trabalho e concretizada no sistema cooperativista. Trabalhamos na perspectiva da construção de um sistema superior, além das associações e pequenas Cooperativas, passando pelas CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária). (Dalchiavon, Francisco. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992: 8-9).*

Com relação a questões políticas e práticas relativas à criação da Concrab, Dalchiavon coloca:

*o efeito político da colocação para a sociedade da nossa proposta de Cooperativas; o avanço para os assentamentos; a médio prazo, a construção do sistema a nível nacional, a organização da Cooperativa como um todo (sem excluir as associações) nos 20 Estados onde o MST está organizado. (Dalchiavon, Francisco. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992:8-9).*

Juraci Pontes comenta:

*O MST compreendeu que não basta a terra é preciso desenvolver a produção nos assentamentos. O capitalismo mostrou que a reprodução da pequena propriedade é inviável. A luta toma outro caráter (...). A fundação das Cooperativas, das Centrais, da Concrab é a montagem de uma estrutura global para o desenvolvimento das Cooperativas: produção, organização, mercado, assistência técnica (...). É o motor principal na articulação, da organização dos assentados para buscar recursos, capacitação, planejamento. A confederação aglutina as diferentes formas de cooperação do Movimento. (Pontes, Juraci. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992:8-9).*

Como assessor, Morais sintetiza:

*O surgimento da Confederação constitui um marco na história de libertação dos trabalhadores rurais. Além disso é um exemplo para as demais classes de trabalhadores, para criar condições de transformação da sociedade brasileira (...). O MST conseguiu atingir metas que as ligas camponesas não atingiram. Isso mostra que o MST deu mais valor à organização de que ao discurso de transformação. O Movimento viu a importância da organização para a produção, o que lhe dá credibilidade para seus integrantes e para o resto da sociedade. Com a Concrab estou convicto de que a reforma agrária vai ser realizada, porque são massas que se organizam para fazê-la, com ou sem recursos. O MST combina a organização de luta com a de estabilidade social. Não só de discurso o homem vive, ele tem que comer. Não basta a agitação, é necessário provar capacidade de conduzir o processo, produzindo para manter as famílias, para vencer as leis do mercado. (Morais, Clodomir. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992: 8-9).*

Como conselho aos sem-terra Morais coloca:

*Os sem terra têm que orientar a estruturação de seus associados no sentido de criar empresas de tipo grande, associando o pequeno produtor em forma de grande empresa agro-industrial; para mostrar que essas grandes coisas podem ser feitas pelos trabalhadores, sem necessidade de patrões. (Morais, Clodomir. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992: 8-9).*

A Confederação tem uma executiva com três membros e um conselho. Cada estado que organiza a sua Central de Cooperativas (CCAs) se integra ao conselho. Em 1992 existiam seis CCAs, localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Ceará e Bahia.

Nos assentamentos é estimulada a organização de Cooperativas como uma forma superior de organização econômica e empresarial. A partir de três CPAs ou CPSs (Cooperativas de Comercialização ou Prestação de Serviços) em cada Estado, criam-se as Cooperativas Centrais dos Assentados (CCAs).

A Confederação das Cooperativas é uma organização de terceiro grau, ou seja nacional. Reúne as Centrais Estaduais e nasce com as seguintes funções:

- coordenar políticas gerais e planejamento de médio e longo prazos do desenvolvimento das Cooperativas e dos assentamentos;
- organizar uma escola nacional para suprir as necessidades de técnicos nas áreas administrativa, financeira e agrônômica;
- manter um departamento para projetos de maior escala, estudo de mercado e de agroindústrias;
- atividades de exportação e importação;
- representar as Cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; e
- articular-se com outras Confederações cooperativas agrícolas. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992:8-9 e MST, 1998:10. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

Com a criação da Concrab, os assentados buscam profissionalizar a estrutura produtiva e apontam que os desafios não foram superados. Entre os aspectos desses desafios estão:

### **1. Estrutura:**

*Nenhuma estrutura por si só resolve os problemas organizativos. Ela contribui para que se possa agir de forma unificada, se tivermos as condições para pôr em prática o planejamento. Toda estrutura legal traz consigo uma carga de assuntos administrativos, que muitas vezes dificultam as atividades políticas, que como classe trabalhadora sempre teremos que desenvolver. É importante ter claro o que cabe ser dirigido pela estrutura legal. É preciso unificar os entendimentos sobre: a) **estrutura única:** significa que teremos apenas uma estrutura organizativa na área de assentamentos que se chama **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Isto não quer dizer que teremos uma forma única de organizar a produção. b) **não é a forma superior:** as Cooperativas não devem ser criadas pensando ser a forma superior de produzir. O que é superior é a cooperação, não a estrutura. c) **deve estar a serviço:** o sistema cooperativista deve estar a serviço dos assentados. Se uma parte dos assentados de um Estado, não estiver filiado à central, mesmo assim deverá participar e receber os benefícios do sistema (Ademar Bogo, in: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 117, junho-julho de 1992:3);*

### **2. Investimento:**

*Investimentos voltados para o desenvolvimento dos assentamentos, na medida em que o capitalismo se desenvolve, ficam cada vez mais difíceis. A tecnologia, os recursos e o mercado, são controlados pelos grandes grupos econômicos.*

*Vários tipos de produtos é possível que não possamos produzi-los, pois o alto custo, comparado com o baixo preço do mercado, nos obriga a buscar alternativas. Aqueles que só trabalham com grãos e sonham com grandes silos para armazenagem, poderão ter problemas no futuro se não diversificarem a produção.*

*Devemos fazer todos os investimentos possíveis, dentro e fora dos assentamentos, sem ser necessário criar uma Cooperativa. O fato de criar a Cooperativa, não desenvolve a produção (...). O investimento pode ser feito através da Cooperativa, na medida que a sua criação seja necessária. Caso contrário, pode ser feito através de uma associação, em nome de um grupo ou em nome de uma pessoa, com a criação de uma pequena empresa; (Ademar Bogo, in: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 117, junho-julho de 1992:3) e*

### **3. Articulação:**

*Embora os princípios cooperativistas apontem para o desenvolvimento econômico e social, a organização dos assentados deve estar voltada para os problemas gerais e desenvolver lutas conjuntas com os trabalhadores rurais e urbanos.*

*A solidariedade entre os assentados, deve ser a marca de nossa organização. Esta articulação dependerá da organicidade do sistema cooperativista e do entendimento das lideranças. Mesmo sabendo que os avanços que queremos não serão alcançados no capitalismo. Mas devemos acrescentar esta tarefa de, junto com a classe trabalhadora construirmos a sociedade socialista.*

*Em todos os assentamentos, independente do tipo de cooperação se deve criar núcleos e discutir: que tipo de cooperação podemos organizar, como os núcleos podem ajudar no fortalecimento do sistema cooperativista, como iremos nos encaixar nesta estrutura; como participar das jornadas de luta e o que reivindicar do governo. (Ademar Bogo, in: Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 117, junho-julho de 1992:3).*

Em maio de 1994, a Concrab completou dois anos com 53 CPAs que congregam sete Cooperativas Centrais Estaduais (CCAs). Na comemoração, seu objetivo é reiterado: gerar emprego no meio rural e impedir o êxodo para as cidades buscando ainda, traçar uma estratégia global de organização do Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA e implantar a agroindustrialização nos assentamentos. Nesse sentido, colocamos algumas agroindústrias instaladas no país: no município de Santa Maria do Oeste (PR), instalou-se uma ervateira com capacidade para produzir 4.356 toneladas por dia; em São Mateus (ES), a unidade de beneficiamento de café com capacidade para dez mil sacas

de café; a unidade de resfriamento de leite em Sarandi (RS), resfriando treze mil litros de leite por dia; sete casas de farinha na Cooperativa de Produção do Assentamento de Lagoa Vermelha (CE); indústria de processamento de pêssego em Piratini no Rio Grande do Sul, fábrica de calças jeans em Dionisio Cerqueira, Santa Catarina. As CPAs estão também procurando diversificar sua produção, como é o caso da plantação de caju em 170 ha. em Lagoa do Mineiro, no Ceará, e os 30 ha. que produzem sementes olerícolas em Bagé (RS), a maior unidade desta natureza na América Latina (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 136, maio de 1994:8-9).

Para o desenvolvimento desse processo organizativo, a Concrab tem se preocupado com a capacitação e a qualificação dos assentados. Para isso, nesses dois anos de sua fundação, já realizou vários cursos técnicos de desenvolvimento cooperativista. O curso em Administração Cooperativista (TAC) é único no Brasil, é reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tem uma metodologia voltada para a realidade dos assentamentos, com o objetivo de dar condições para o surgimento de futuros dirigentes das Cooperativas. Funciona em sistema de alternância, ou seja, sessenta dias na escola e sessenta dias nos assentamentos, para que o aluno não perca o vínculo com a sua comunidade ou seu grupo coletivo. As disciplinas são as mesmas do segundo grau, com acréscimo das que respondem pelas dificuldades sentidas pelo SCA, como contabilidade, economia, mercado, administração e cooperativismo. Todas as atividades são geradas e administradas pela empresa cooperativa dos próprios alunos. Em vários estados foram criadas, também, dentro desse sistema organizativo, as Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviço.

Destacamos também que em vários locais do Brasil os assentados formaram grupos de produção coletiva.

*Alguns grupos de assentados decidiram tocar seu barco coletivamente, se reunindo em associações, Cooperativas e procurando desenvolver uma nova proposta de relação de produção: os trabalhadores tornaram-se co-proprietários da terra, de todos os implementos e de toda infraestrutura do assentamento e decidem sobre tudo o que se refere a ele conjuntamente. Além de socializarem a terra eles passam a socializar seus sentimentos e pensamentos, rompendo com diversas dimensões tradicionais e construindo, aos poucos, uma nova forma de viver em sociedade. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 139, agosto de 1994:8-9).*

Um exemplo dessa forma de organizar-se produtivamente é a Cooperativa Regional de Comercialização da região de Sarandi (Cooanol), no estado do Rio Grande do Sul, que congrega várias Cooperativas, associações e também pequenos produtores desta região. Uma de suas atividades é financiar a produção de milho e soja dos assentados para o plantio, bem como os insumos necessários, e depois vender a produção. Com recursos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Nacional de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL), e licitações abaixo do custo por usarem mão-de-obra dos associados, foi construído o posto de resfriamento de leite com capacidade para quinze mil litros diários. Assim, a Cooanol transporta, resfria e comercializa a produção de leite da região. Segundo Nelson Gracelli, presidente da Cooperativa,

*a comercialização do leite tornou-se o grande espinho das Cooperativas tradicionais da região. Acostumadas a deixar de lado os pequenos agricultores e assentados, deram-se conta que perderam um espaço promissor. Os assentados lhes passaram a perna, pois construíram e viabilizaram uma forma própria de entrar no mercado. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 139, agosto de 1994:8-9).*

Também no Rio Grande do Sul fundou-se outra Cooperativa, formada por 27 famílias que trabalham de forma coletiva. Entre várias linhas de produção, em 1,5 ha. os assentados criaram um horta comercial ecológica, sem a utilização de químicos (adubos, pesticidas e herbicidas). A comercialização é feita em Porto Alegre para uma Cooperativa do município. No estado do Paraná há ervateiras, e assim espalham-se exemplos pelo país. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 139, agosto de 1994:8-9).

Uma das maiores dificuldades que a Concrab tem enfrentado é colocada por Mário Schons, da direção nacional da Confederação:

*(...) a organização da produção (...) não traz resultados imediatos. São necessários investimentos (...) e os resultados desse trabalho só virão a médio e longo prazo. Por outro lado, existe a questão cultural dos assentados, que é a idéia da pequena propriedade (...). Muitos assentados têm muita restrição de sair do seu lotezinho e partir para um grupo coletivo. Mas você tem de mostrar que com isso ele consegue*

*permanecer na terra, pois amanhã ou depois ele pode ser expulso novamente, porque não consegue sobreviver em cima do pedacinho de terra que ele conquistou.* (Schons, Mário. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* n. 138, julho de 1994:4).

1995 é o terceiro ano da Concrab e já são 43 Cooperativas de produção agropecuária (CPAs), seis Cooperativas Regionais de Comercialização (CPRS), dezenas de associações e oito Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs) nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Ceará. Em vias de consolidação da proposta, estão os Estados do Mato Grosso do Sul, Sergipe, Maranhão, Rondônia, Piauí e Rio Grande do Norte. Além dos cursos já citados anteriormente, organizou-se em 1994, em Caçador, Santa Catarina, uma Oficina Organizacional (OFOC) abordando a contabilidade.

Inaugurou-se também, em 1995, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), localizado em Veranópolis, Rio Grande do Sul, que funciona junto a escola "Josué de Castro". É nesse local que tem funcionado o Curso Técnico, em nível de segundo grau, em Administração Cooperativista (TAC). Também estão em vias de implantação cursos técnicos de curta duração como fabricação de doces, embutidos, conservas, cristalização de frutas, panificação e beneficiamento do leite. Também foram desenvolvidos nos assentamentos os Laboratórios Organizacionais (LOC) e os Cursos de Formação Integrada (FIP).

A Concrab também criou um "departamento de estudos estratégicos" voltado para a elaboração de projetos de grande porte, análises de mercado e das tendências no complexo agro-industrial; a produção de empreendimentos voltados para a exportação e importação, além dos cursos nacionais com vistas à formação de militantes e técnicos para o MST e também capacitação de mão-de-obra para as agroindústrias, visando o aperfeiçoamento e a reestruturação do modelo adotado pelo MST. As Cooperativas e as CCAs tem utilizado a auditoria, um instrumento que tem a função de prevenir problemas administrativos, gerenciais e organizativos. Várias auditorias já foram realizadas nas Cooperativas e agroindústrias dos assentamentos (*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* n. 148, junho de 1995:8-9).



A Concrab representa juridicamente o Sistema Cooperativista dos Assentados nacional e internacionalmente. A Confederação, de forma geral, tem a função de coordenar e dinamizar o SCA nas esferas política e econômica.

Nesses três anos de existência da Concrab o total dos recursos recebidos do Governo para aplicação nas Cooperativas foi de 185 milhões de dólares. Também foram feitos diversos convênios com órgãos do Governo para a viabilização de assistências técnicas para os assentamentos.

*Em termos nacionais, no ano passado realizamos um seminário sobre trabalho com os assentamentos individuais e outro sobre as perspectivas da cooperação do MST. Estes eventos alinharam a intervenção da Concrab e aprofundaram nossa concepção de cooperação agrícola que busca trazer desenvolvimento econômico e social, através de valores humanistas e socialistas. Para isso a Concrab está empenhada em organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistir ao capitalismo. Assim, buscamos vincular a cooperação agrícola com o projeto estratégico de mudança da sociedade. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 148, junho de 1995:8-9).*

O SCA tem vivenciado dissoluções e “rachas” em suas Cooperativas, quebra de safras, falta de recursos, dívidas resultantes de financiamentos, entre outros problemas (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 148, junho de 1995:8-9, MST, dez.1995. Caderno de Formação n. 4, e MST, nov. 1998. Caderno de Cooperação Agrícola n. 07).

Como reorganização na forma de direção da Concrab, em 1995, decidiu-se fazer um acompanhamento de forma regionalizada, portanto cada estado terá o seu Coordenador. Em Santa Catarina permanece Francisco Dal Chiavon, que comenta o que significaram esses três anos:

*A nossa proposta de cooperação agrícola é inovadora, porque contempla as diversas formas de organização dos assentados e busca encontrar saídas para combater o êxodo rural, através do planejamento da produção, de uma maior conexão com o mercado e da implantação de pequenas agroindústrias nos próprios assentamentos. Também nos empenhamos muito na capacitação dos trabalhadores assentados através de cursos de alfabetização e cursos técnicos em diversas áreas. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 148, junho de 1995:8-9).*

Em 1997, a Concrab criou o Curso de Especialização em Administração Cooperativista com o objetivo de aprimorar os conhecimentos técnicos vinculados ao Sistema Cooperativista dos Assentados. Este curso foi elaborado em parceria com a Universidade de Brasília e Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul) e o Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), e foi realizado em três etapas: a primeira em 1998, no Rio Grande do Sul com a duração de trinta e três dias, a segunda em Brasília, também em 1998, e a última em 1999, no Iterra na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul, para a apresentação das monografias dos alunos do curso.

A Concrab, em 1997, congregava 24 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), 20 Cooperativas de Prestação de Serviços, duas Cooperativas de Crédito, quatro Cooperativas de Pequenos Agricultores e uma Cooperativa de Trabalho, além de 8 Cooperativas Centrais que estão nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Ceará, São Paulo, Pernambuco e Espírito Santo. Há grupos coletivos em Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Roraima, Minas Gerais e Mato Grosso (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 169, junho de 1997:6). Nesse mesmo ano, o TAC já havia formado 134 alunos, e iniciava uma nova turma com 80.

A organização da posse da terra nos assentamentos toma quatro formas:

- 1º- cada família tem sua área e trabalha isoladamente;
- 2º- lote individual mas trabalho coletivo;
- 3º- cada família recebe um lote separado mas os lotes não são medidos, as casas são próximas e cada casa possui um lote onde é possível a criação de animais e pequenas plantações como horta, mandioca e outros. O restante da terra é trabalhado em conjunto; e
- 4º- toda área da terra fica registrada em nome de todas as famílias assentadas. Cada família tem uma área mas não sabe qual, ou seja, a terra não é medida. Moram em pequenos lotes e trabalham coletivamente. *“Essa forma de organizar a posse da terra é a mais segura para o agricultor. Dessa forma ninguém vai expulsá-lo da terra, nem o banco, nem o latifundiário, nem as doenças na família, nem as pragas da lavoura”* (Caderno de Formação n. 10, MST:1986:13).

As formas legais, permitidas pela legislação, de organização são: a) Mutirão: trabalha-se em conjunto uma tarefa determinada como as colheitas, por exemplo. Trata-se, geralmente, de um acordo informal em que se trocam dias de serviço, mas pode ser formalizado; b) Associação: todos os participantes estão dispostos a fazer alguma coisa em conjunto, forma-se um estatuto e registra-se em Cartório. Segue-se a legislação pertinente; c) Cooperativas: há dois tipos: de industrialização e de comercialização, que são geralmente controladas por grandes proprietários. Há, também, as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (CIRAS), quase inexistentes no Brasil, destinadas aos assentamentos de Reforma Agrária e previstas no Estatuto da Terra (Caderno de Formação n. 10, MST:1986:18). Essas Cooperativas que existem na forma da lei “*não servem para os assentamentos*” (Caderno de Formação n. 10, MST:1986:18). e as razões disso são: exagerada burocracia; lei cooperativista exige que cada agricultor entre com uma quota de capital de difícil distribuição entre os assentados; essa lei impõe o domínio do Incra e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); falta democracia para escolha das diretorias; legislação estimula as Cooperativas de comercialização e não de produção (Caderno de Formação n. 10, MST:1986:18-19).

Com o crescente número de Cooperativas nos assentamentos, o SCA, através da Concrab, fazendo-se corporificar nesses locais, percebe que a legislação cooperativista, em funcionamento no Brasil, não serve como base para o perfeito estabelecimento das Cooperativas do Movimento, decide lutar para alterar essa legislação e propõe a criação de um cooperativismo alternativo.

#### **4.4- CRIAÇÃO DE UM COOPERATIVISMO ALTERNATIVO:**

Com a estruturação do SCA nos assentamentos, através da Concrab, o MST percebe que se faz necessário um cooperativismo que seja alternativo ao modelo econômico capitalista. Um cooperativismo organizado sob outras bases e valores que possibilitassem a apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e a constituição de um mercado popular entre o campo e a cidade (MST, 1998:10. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

*Nós trabalhadores precisamos mudar a atual Lei Cooperativista e pensar numa lei nossa, que consiga dar respaldo para a organização de Cooperativas como nós queremos e que sirvam para organizar o trabalho em conjunto na terra. Esse novo tipo de Cooperativa se chama Cooperativa de Produção, que ainda não existe no Brasil, mas existe em muitos países da América Latina. (MST, 1998:18. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

Portanto, o Sistema Cooperativista dos Assentados busca também a construção de um novo sistema cooperativista no Brasil, com um caráter alternativo, diferente e de oposição à política neoliberal.<sup>32</sup> O modelo cooperativista vigente está adaptado à lógica excludente do capitalismo, uma vez que prioriza o crescimento da empresa em vez de priorizar o desenvolvimento do associado, além dos técnicos decidirem mais do que os associados (MST, 1998:11. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

*A Reforma Agrária que queremos não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade atual, sob o domínio do neoliberalismo. É inconciliável o resgate da dignidade dos sem-terra e do povo trabalhador dentro da sociedade capitalista, pois ela sobrevive da exclusão do povo trabalhador, para concentrar o capital (terra e renda) nas mãos de alguns.*

*O cooperativismo que nos propomos a construir deve organizar e conscientizar a sua base para contribuir na transformação da sociedade. (MST, 1998:11. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

Também se opõe ao modelo cooperativista tradicional que está vinculado à Organização Cooperativista dos Estados (OCEs), e à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). O modelo a ser construído deverá respeitar às diferenças regionais e apontar um novo modelo tecnológico. Esse modelo reconhece na Concrab a representante de todos os segmentos de Cooperativas e demais unidades de produção em áreas de reforma agrária. (MST, 1998:11. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

---

<sup>32</sup> Política neoliberal: é uma teoria formulada na década de 40 por Frederich Hayek, sendo seu texto de origem “O Caminho da Servidão”, com o objetivo de reestruturar o Estado do bem-estar social sugerindo privatizações do serviço de saúde, do sistema educacional, diminuição da proteção social ao trabalho, incremento da desigualdade com um fator econômico. Essa doutrina ficou sem ser colocada em prática até a década de 70, quando acontece uma grande crise mundial do capital, e se torna o discurso hegemônico dos países como Inglaterra e Estados Unidos. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (SADER, Emir. (org.) (1996:9)).

As diferenças entre o cooperativismo do MST, ou alternativo como vem sendo chamado, e o cooperativismo tradicional, que é como as Cooperativas funcionam nesta sociedade, são:

- Na composição da base social das Cooperativas: estímulo à organização na base para que haja uma intervenção mais organizada na Cooperativa via núcleos. A relação não se dá diretamente como as pessoas e sim com os núcleos (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).
- Na democracia interna e instâncias de poder: construção de instâncias representativas e democráticas onde se possibilite, através de representantes, acompanhar de perto o dia-a-dia da Cooperativa (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).
- Quanto aos objetivos econômicos, políticos e sociais. Econômicos: desenvolvimento do conjunto dos associados sem privilégios, para isto a distribuição das sobras de acordo com a participação nas operações das Cooperativas. Políticos e sociais: compreende-se que as Cooperativas não resolverão todos os problemas econômicos e sociais da classe trabalhadora, ela vem a se constituir em mais uma ferramenta de luta e de resistência na terra (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).

*(...) Temos que trabalhar a nossa base dizendo que o que vai mudar a nossa situação, de fato, será quando os trabalhadores através da luta organizada conseguirem derrubar a burguesia do poder e constituir uma Nova Sociedade com outras relações de produção, novos valores; quando acabarem com a exploração e a supremacia do capital sobre o trabalho. Mas sem negar que a Cooperativa cumpra um papel fundamental no processo de transformação da sociedade. (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).*

#### 4.4.1- Princípios para um Cooperativismo Alternativo:

	Cooperativismo Alternativo	Cooperativismo Tradicional
1. Caráter da Sociedade	Político (visa a transformação da empresa econômica, busca melhorar a condição de vida dos assentados).	Empresa econômica.
2. Finalidade	Produção (organização da produção, da roça até a industrialização).	Comércio (circulação de mercadorias).
3. Organização do trabalho	Produção familiar e cooperativada (visa incentivar e desenvolver a cooperação).	Produção familiar individual ou empresa familiar.
4. Base da Cooperativa	Trabalha com todos os associados.	Trabalha com os interessados (associados).
5. Valorização do associado	Visa a ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso busca formas de inclui-los.	Vale quem der retorno econômico, por isso procura selecionar os associados. É excludente.
6. Classe dos associados	Uniclassista (só pequenos). Alguns colocam estatutariamente limite de terra para se associar.	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma Cooperativa). Na prática beneficia mais o grande.
7. Distribuição das sobras	Deve ser distribuída para o associado em dinheiro ou em serviços.	Normalmente não distribui. É reinvestido na Cooperativa.
8. Direção	Coletiva e responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano.	Legal (presidencial).
9. Poder dos associados para defender seus interesses	Através dos núcleos.	Através da escolha da Direção.
10. Organização cooperativista	Construir um espaço alternativo.	Filiação à OCB e às OCEs.
11. Método	Dar condições para os associados descobrirem, perceberem.	Apresentar propostas prontas ou induzir que os associados assumam os planos de direção.
12. Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.	Instrumento de Direção. Procuram cooptar o líder para que ele passe os interesses da direção. Funciona de cima para baixo.
13. Acesso às Informações	Alto.	Baixo.
14. Participação dos associados	Alto.	Baixo.
15. Planejamento	De baixo para cima.	De cima para baixo.
16. Formação	Política, ideológica e técnica.	Técnica.
17. Associado	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalhem.	Um por família (empresa), normalmente homem (chefe).
18. Desenvolvimento	Conforme projeto de desenvolvimento regional.	Conforme a cabeça dos dirigentes.
19. Participação na luta	Política e econômica.	Econômica.
20. Projetos ou planos	O associado participa da elaboração.	Através de "pacotes" prontos que são apresentados para serem aprovados.
21. Rotação de dirigentes	Deve ser investido na formação de novos dirigentes.	Baixa.
22. Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados.	Da Cooperativa (cada vez mais se torna uma empresa de capital).

Fonte: MST, 1997:84-85. Caderno de formação n.21

Foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Deputado Federal Antônio Marangon – PT (RS), uma proposta de Lei para as Cooperativas de Produção Agropecuária.

#### 4.5- A PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

A produção nos assentamentos (MST, junho de 1997 e MST, abril de 1996. 3ª. e 2ª. edições, respectivamente, do Caderno de Formação n. 21), através do SCA, está assim organizada:

**1- Grupo de Famílias e Núcleo de Produção:** direcionada a assentamentos que trabalham individualmente, isto é, cada família trabalha em seu lote. O núcleo de produção é uma fusão de, no mínimo, sete famílias.

**1.1- Terra:** permanece como lote individual.

**1.2- Capital:** os meios de produção como tratores, juntas de bois, implementos agrícolas em geral, permanecem como propriedade individual.

**1.3- Trabalho:** organizado no interior da unidade familiar .

**1.4- Planejamento da produção:** feito em seu lote, discutido apenas em família. Se o núcleo de produção estiver vinculado a outra experiência de cooperação, por exemplo, a uma Cooperativa de comercialização, o planejamento da produção pode estar subordinado a um plano mais centralizado.

**1.5- Moradia:** localiza-se nos lotes individuais, o que não impede de haver agrovilas, mesmo que seja por aproximação de lotes.

**1.6- Aspectos legais:** em geral fazem parte da estrutura orgânica de grandes associações ou Cooperativas regionais de comercialização e prestação de serviços. Funcionam, quando ligadas a essas estruturas, como uma instância de base da Cooperativa ou associação, não têm registro legal autônomo.

**2- Associação ou Grupo de Máquinas:** formada para a compra de equipamentos tais como trator e colheitadeira. Constitui-se geralmente como associação de prestação de serviços. Tem personalidade jurídica, com estatuto e regimento interno, e seus associados estabelecem uma forma de administração dessas máquinas para que prestem serviços a todos os sócios. Esse tipo de associação é uma das experiências mais desenvolvidas nos assentamentos.

**2.1- Terra:** permanece como lote individual.

**2.2- Capital:** os meios de produção podem permanecer individuais ou uma parte individual e outra com a associação. Por exemplo, uma parte dos recursos do Proceca pode ser investida no lote individualmente e outra parte na associação para a ampliação de seu parque de máquinas. Os investimentos na associação estarão sob controle dela e não das pessoas individualmente.

**2.3- Trabalho:** permanece o sistema de trabalho familiar. Pode-se organizar eventualmente trabalho coletivo, mas isso não significa que haja uma divisão social do trabalho.

**2.4- Planejamento da produção:** acontece na unidade de produção<sup>33</sup>. Nas atividades coletivas, quando ocorrerem, o planejamento é centralizado pela associação.

**2.5- Moradia:** construídas nos lotes individuais, mas não é regra. Há experiências onde o trabalho é individual, mas há agrovilas que se justificam do ponto de vista econômico, político e social dada a facilidade de eletrificação, construção de escolas, postos de saúde e da rede de saneamento básico.

**2.6- Aspectos legais:** não é considerada unidade de produção porque não agrega os três fatores (terra, capital e trabalho), é uma das formas mais simples de cooperação, mais

---

<sup>33</sup> Unidade de produção: é toda unidade produtiva que agregue os três fatores principais de produção, a terra, o capital e o trabalho. Na agricultura podemos caracterizar como unidade de produção: terra, trabalho e capital. As CPAs e grupos de produção coletivizada também se caracterizam como unidade de produção. A diferença entre estes e o assentado ou produtor individual é o processo do trabalho que é feito de forma coletiva nos grupos e CPAs (MST, 1997:8. Caderno de Formação n. 21).



aberta e flexível por não ter uma legislação que regulamente sua existência. Mesmo tendo personalidade jurídica, não é considerada organização econômica.

**3- Grupo de Produção Semicoletivizada (Semicoletivos):** parte da área, dos diversos grupos de famílias, é destinada à produção coletiva, ficando uma parte à produção individual. Este grupo representa uma das formas mais instáveis e de difícil funcionamento a médio prazo. Isto deve-se às dificuldades em conciliar os interesses pessoais, materializados no lote individual, com os coletivos.

Essa forma de organização da produção, no MST, teve grande desenvolvimento durante o período de 1985 a 1988. Com o passar do tempo o número foi reduzindo drasticamente restando atualmente poucas experiências em alguns Estados do Nordeste.

**3.1- Terra:** parte da terra é destinada para o uso coletivo e parte permanece com as famílias. A proporção varia de um grupo a outro.

**3.2- Capital:** parte dos investimentos é feita de forma coletiva e parte de forma individual.

**3.3- Trabalho:** nesta forma de organização semicoletiva existe um certo grau de divisão técnica do trabalho, parte da produção é desenvolvida de forma coletiva e parte de forma individual. Alguns grupos estabelecem que durante a semana alguns dias trabalha-se para o coletivo e outros nos lotes individuais.

**3.4- Planejamento da produção:** na parte individual quem planeja a produção é a família. Na coletiva é o grupo de sócios.

**3.5- Moradia:** normalmente está organizada em forma de agrovila, mas também há experiências onde se permanece nos lotes individuais.

**3.6- Aspectos legais:** em geral organizados informalmente. Entretanto há alguns casos em que se organizam em forma de associação ou mesmo CPAs. São considerados, no processo de evolução para formas superiores de coletivização, mais avançados do que as formas de cooperação simples.

**4- Grupo de Produção Coletivizada (Coletivos):** exige um grau mais elevado de compreensão da organização e objetivos do MST e da sociedade em geral.

**4.1- Terra:** pode permanecer em nome da família ou do grupo. Uma parcela poderá estar destinada ao uso individual para a subsistência da família, a não ser que o grupo resolva destinar toda a área para a produção coletiva.

**4.2- Capital:** todos os investimentos em meios de produção são feitos pelo grupo coletivo.

**4.3- Trabalho:** *“como já existe um nível de consciência mais elevado”* (MST, 1997:13. Caderno de Formação n. 21), há divisão técnica do trabalho. Toda mão-de-obra está submetida ao planejamento feito no grupo, que está organizada por setores de produção e a distribuição, organização e especialização do trabalho se dá através deles.

**4.4- Planejamento da produção:** o plano está centralizado, quem decide e planeja é o grupo de sócios. Para as decisões finais convoca-se uma assembléia.

**4.5- Moradia:** normalmente constroem-se agrovilas.

**4.6- Aspectos legais:** organizado informalmente. Se organizado formalmente classifica-se como associação ou CPA.

**5- Cooperativa de Comercialização ou de Prestação de Serviços (CPS):** organiza a compra e venda da produção, dos insumos e dos bens de consumo para os associados. Dedicase basicamente à comercialização, podendo também implantar agroindústrias para beneficiar a produção. Além de planejar e organizar as principais linhas de produção dos associados e definição de estratégia de desenvolvimento da região, presta serviços de assistência técnica, fornece insumos agrícolas e produz algum produto como ração, soque de erva-mate, despoldadeira, entre outros, com o objetivo de beneficiar a produção dos assentados.

Precisa, no mínimo, de um grupo de quinze famílias associadas. A distribuição das sobras (receitas menos despesas) será proporcional à participação do cada associado no

seu movimento financeiro. Esta forma de cooperação atende a uma das linhas políticas do MST para a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) “*que é a de buscar aglutinar as diferentes formas possíveis de cooperação na base, e a Cooperativa cumpre essa função*” (MST, 1997:14. Caderno de Formação n. 21).

Devido à sua abrangência, no SCA, estão divididas em:

**5.a- Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS):** envolvem apenas um assentamento;

**5.b- Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais (CPSR):** conhecidas como Cooperativas Regionais. São como as CPS somente a área de abrangência é maior. Atuam na área da comercialização, da produção e de insumos agrícolas, no beneficiamento, na assistência técnica e, algumas, na organização da produção.

**5.1- Terra:** o título de propriedade ou concessão de uso ou está com o associado, ou com o grupo coletivo ou da CPA, que são sócios da CPSR.

**5.2- Capital:** está sob o controle da Cooperativa. As sobras são distribuídas entre os associados.

**5.3- Trabalho:** a Cooperativa não organiza o trabalho, que fica a critério do associado através das formas de cooperação em que participa. A produção também não é organizada diretamente pela Cooperativa.

**5.4- Planejamento da produção:** os associados planejam, organizados em núcleos. O que compete à CPS é fazer o estudo de viabilidade econômica e definir as linhas de produção prioritárias. As CPS também podem direcionar os recursos e a assistência técnica para essas linhas de produção, porque seu objetivo principal é centralizar toda a produção para viabilizar a comercialização e a industrialização.

**5.5- Moradia:** a Cooperativa não controla a moradia, que é definida pelas formas de cooperação, individuais ou coletivas.

**5.6- Aspectos legais:** devem ser obrigatoriamente legalizadas, pois existem leis específicas que regulamentam as atividades das Cooperativas.

**6- Cooperativas de Produção e Prestação de Serviço (CPPS):** é uma forma de transição entre a CPS e a CPA. Visam planejar, organizar, transformar e comercializar a produção dos grupos coletivos e dos assentamentos individuais. Podem ser classificada em dois níveis:

**6.a- CPPS mais simples:** A CPS quando avança em seu desenvolvimento econômico passa, de prestadora de serviços responsável pela comercialização, para atuar, também, na produção, transformando-se numa CPPS. Isso ocorre quando, por exemplo, uma CPS viabiliza a implantação de uma unidade agro-industrial, como uma micro usina de pasteurização de leite ou frigorífico.

**6.b- CPPS mais avançadas:** combinam interesses individuais com coletivos.

**6.1- Terra:** nesta forma mais avançada a terra pode ser: de propriedade do coletivo, constituindo-se como área de produção coletiva, ou a parte da área onde foram feitos investimentos coletivos pertence à Cooperativa e o restante é de propriedade individual.

**6.2- Capital:** os investimentos considerados estratégicos são centralizados na CPPS. A CPPS estuda o mercado e determina quais são os investimentos estratégicos, destinados ao mercado.

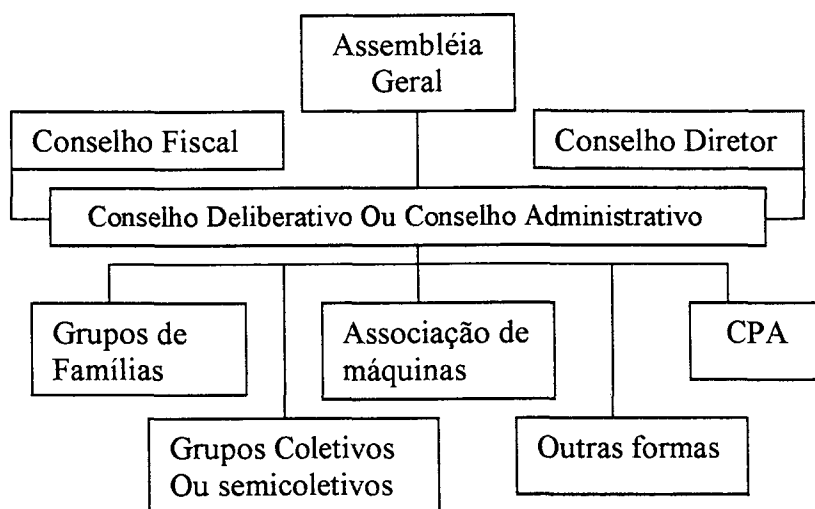
**6.3- Trabalho:** nas atividades coletivas o trabalho é organizado para viabilizar as linhas de produção, ou seja, é coletivo. Também pode se utilizar do assalariamento dos próprios associados, conforme critérios estabelecidos pelo grupo.

**6.4- Planejamento da produção:** a CPPS define o que será produzido para o mercado, bem como o que será produzido pelos associados nas demais formas de cooperação.

**6.5- Moradia:** a Cooperativa não controla a moradia, que é definida pelas unidades de produção, individuais ou coletivas, embora incentive a construção de agrovilas.

**6.6- Aspectos legais:** como Cooperativas, devem obrigatoriamente estar legalizadas de acordo com as leis vigentes.

**Organograma** das Cooperativas (MST, 1997:86. Caderno de Formação n. 21) que atuam na área da comercialização (podem ser as CPS ou CPPS):



Nas Cooperativas de comercialização se estabelece um mínimo de estrutura para o recebimento da produção dos associados, como silo e secador. Recebe-se a produção do associado e faz-se todo o processo de secagem, limpeza e armazenagem. Na maioria das Cooperativas quem faz pesquisa de mercado e define a transação da venda é a Cooperativa, mas podem ocorrer casos em que essa decisão fica por conta do próprio sócio. Para manter essa estrutura, além dos descontos normais como a secagem, limpeza, grau de impureza, armazenagem, cobra-se do associado uma taxa de cinco por cento sobre o valor total do produto colocado na Cooperativa para cobrir os gastos operacionais.

As sobras nas Cooperativas de comercialização são divididas entre os associados de acordo com o volume da produção entregue na Cooperativa, ou seja, proporcional ao volume de participação no movimento financeiro da Cooperativa ao final de cada ano (MST, 1997:88-89. Caderno de Formação n. 21).

Condicionantes colocados pelo SCA para a formação das Cooperativas de Comercialização e de Prestação de Serviços:

- aplicar nos assentamentos com excedente de produção;
- formá-las onde existem vários assentamentos próximos uns dos outros;
- fazer estudos econômicos sobre a potencialidade de mercado; e
- os sócios devem estar vinculados à organização de base nos assentamentos (núcleos de produção) (MST, 1995:12. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

**7- Cooperativas de Trabalho:** funcionam nos acampamentos com o objetivo de procurar e organizar trabalho para os acampados em fazendas agrícolas ou agroindústrias, para que estes não dependam somente da solidariedade de parentes ou da sociedade em geral.<sup>34</sup>

Um percentual do valor recebido pela venda da força de trabalho dos acampados fica na Cooperativa para que organize o acampamento com escolas e transporte.

**8- Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA):** não se diferencia muito de um grupo de produção coletivizada ou de uma associação. A diferença é que a CPA possui uma personalidade jurídica, como uma empresa cooperativista, e é regida pela legislação cooperativista brasileira. A CPA é classificada como empresa econômica e também como uma unidade de produção. É complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e de trabalhos coletivos.

Atualmente, para se constituir uma CPA, o MST elaborou alguns condicionantes:

- a terra deve estar sob o controle do coletivo;
- deve liberar quadros para atuar em outras áreas a critério do MST;
- devem estar localizada em uma área estratégica para o MST; e
- ter um plano estratégico de desenvolvimento.

**8.1- Terra:** está sob o controle coletivo, sendo que uma pequena parcela permanece com o associado para a sua subsistência mínima. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo. Passa para o controle da Cooperativa através de contrato de comodato ou de arrendamento

---

<sup>34</sup> Embora não conste em cadernos de formação ou de cooperação do MST, observou-se sua existência em acampamentos, mais especificamente no acampamento Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz-SC.

simbólico. Também, pode haver título, em nome da CPA, concedido pelo Incra. Esses casos estão localizados nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

*A experiência mostra que a terra se constitui num fator determinante para estimular o indivíduo a sair da Cooperativa. Pelo fato dele ser o dono do lote, condiciona todo o plano de produção, o crédito a receber, etc. A Cooperativa passa a ser refém do indivíduo, depende tudo dele, da terra, do Proceara. A Cooperativa não tem a mínima estabilidade para tocar seu plano de produção. Para isto deve-se nas novas CPAs ir quebrando a idéia da propriedade privada da terra. É preciso ter a terra como área de exploração coletiva. O sócio é dono enquanto estiver no coletivo. Deve-se buscar a titulação em nome da Cooperativa. (MST, 1997:24. Caderno de Formação n. 21).*

**8.2- Capital:** todos os investimentos de capital acumulado estão sob o controle e em nome da CPA.

**8.3- Trabalho:** há uma divisão técnica do trabalho, que está organizado em setores determinados pelas atividades econômicas desenvolvidas e pela capacitação técnicas dos associados. O controle do trabalho se dá por produtividade física, na lógica do desempenho, pela quantidade de horas ou pela quantidade de dias trabalhados.

Outro aspecto referente ao trabalho nas CPAs é que é necessário criar uma disciplina com relação aos horários. Em grande parte das CPAs é estabelecido um horário de trabalho de oito horas diárias.

Há uma preocupação constante sobre a produtividade do trabalho nos assentamentos coletivos tais como aumentá-la, como controlá-la e, como não deixar mão-de-obra ociosa dentro desses grupos. O MST afirma que esta é uma das contradições históricas entre a propriedade privada e a coletiva. Quando há ociosidade de mão-de-obra na propriedade privada, a solução é a demissão dos operários. Nas CPAs, contudo, os associados são um número permanente e tem objetivos diferentes das empresas capitalistas. Para a solução desse problema são colocados cinco pontos:

a) forma como o trabalho está organizado: o controle por hora trabalhada, que vem sendo utilizado pela maioria das CPAs é ineficiente, uma vez que existe um desnível natural entre a produtividade de trabalho das pessoas. Esse procedimento cria um espaço para desestimular os trabalhadores mais eficientes e permitir aos outros “fazerem

hora”, baixando a produtividade média geral do trabalho. O desafio é descobrir outros métodos relacionados à produtividade do trabalho (MST, 1997:45. Caderno de Formação n. 21);

b) a baixa produtividade pode estar relacionada com a forma com que as sobras são distribuídas: essa distribuição se dá segundo o trabalho de cada um. Dentro do MST há controvérsias e divergências em relação a esta questão, principalmente no que se refere às antecipações de sobras distribuídas antes do balanço anual da Cooperativa. A principal divergência se dá em relação à pré-fixação de um valor para as horas trabalhadas. Um dos pontos de vista coloca que *“pré-fixar uma valor antes de saber o resultado final da produção é um erro, e é contraditório com o princípio socialista de que ‘cada uma deve receber segundo o seu trabalho’”* (MST, 1997:46. Caderno de Formação n. 21). Outro entende que a pré-fixação não é contraditória com esse princípio isso porque no acerto final o valor adiantado será de acordo com o valor real (MST, 1997:46. Caderno de Formação n. 21).

*A hora trabalhada por si só não tem preço. Seu preço somente poderá ser estabelecido com exatidão depois que for feita a colheita da produção, a comercialização, separados os custos de produção.* (MST, 1997:47. Caderno de Formação n. 21).

*(...) temos que lançar todo e qualquer adiantamento em dinheiro ou produtos, não como pagamento de horas ou dias e sim, como antecipação de sobras aos associados referentes ao exercício (ano ou período). Para isto devemos fazer recibo colocando desta forma, caso contrário, não temos como provar que o indivíduo sempre recebeu as sobras proporcionais ao seu trabalho. Ao chegar o final do ano, no balanço final, soma-se todas as receitas e as despesas. Caso apurar sobras, desconta-se os valores já antecipados, e o restante faz-se outro rateio ou destina-se para outros fins. Se tivermos prejuízo teremos duas alternativas: a de recorrer ao fundo de reserva para cobrir o prejuízo; a de ratear o prejuízo com todos os associados.* (MST, 1994:9-14. Caderno de formação n.3).

Essa pré-fixação pode, por outro lado, reforçar nos sócios uma ideologia de empregado. Ou seja *“a Cooperativa é o patrão, eu trabalho um número determinado de horas (8 horas/dia) e posso até saber qual é o valor do meu salário no final do mês”* (MST, 1997:48. Caderno de Formação n. 21);

c) Numa CPA é necessário também superar a “ideologia artesanal” oriunda de um processo único de produção, sem a divisão técnica do trabalho, impossibilitando a competição no mercado. Essa forma deve ser substituída por um processo socialmente



divido, onde cada trabalhador faz apenas uma parte do processo produtivo (MST, 1997:49-51. Caderno de Formação n. 21).

*Como até hoje temos poucos mecanismos para resolver estes problemas, temos que trabalhar muito a consciência, e sabemos que vamos ter extrema dificuldade em construir Cooperativas com ideologia artesã de camponês. Temos que ir transformando a consciência dos associados numa consciência organizativa do trabalhador rural e isto só vai se dar num processo permanente que temos de ir implementando, porque na verdade o problema da consciência de artesão não permite que avance na Cooperativa a divisão técnica e social do trabalho. Mas o pior é que, mantendo esta consciência de artesão, ajuda a manter uma relação de patrão e empregado na Cooperativa. Nossos companheiros guardam resquícios de amor à propriedade privada e ainda não se sentem donos da Cooperativa e, neste caso, mantêm ainda relação de patrão e empregado (...).*

*E como ele se sente empregado, mesmo que ele não diga e não admita isto, sua ação prática no trabalho é evidente. Trabalha apenas pelas horas, então cumpre horas, mas não está preocupado com o aumento da produção. Portanto, é preciso que as direções das CPAs e do MST tenham clareza destas questões e temos que trabalhar a consciência de nossos companheiros para que eles entendam que a única fonte de riqueza é o trabalho (...).*

*(...) é preciso ter claro que essa questão não é um problema somente de conscientização, mas fundamentalmente de irmos gradualmente implementando na prática a divisão social do trabalho, organizando os setores, especializando as tarefas e criando a mística<sup>35</sup> do trabalho coletivo organizado empresarialmente (MST, 1997:50-51. Caderno de Formação n. 21); e*

---

<sup>35</sup> “(...) a mística se subdivide entre atitudes e manifestações simbólicas. Sendo assim, existe mística em todas as partes. Onde existir seres humanos, existe a mística(...). aqui (...) queremos, aprofundar e entender a mística dentro de um projeto revolucionário. Portanto, nos interessa a mística militante. Atitudes e manifestações que estejam vinculadas a um projeto de transformação das estruturas de dominação social e a construção de uma nova ordem social e política. Não existe mística revolucionária sem consciência revolucionária. Ou seja, somente a compreensão do projeto revolucionário fará com que o militante tenha atitudes revolucionárias e as alimente. Esta assimilação do projeto significa ter a capacidade de vislumbrar a realização dos objetivos por antecipação, faz com que todas as atitudes e esforços estejam voltados para a preservação e a realização deste projeto. Então, na prática, o militante não necessita mais de ordem ou de mandos para realizar as tarefas. Ele terá a preocupação de estar sempre em função deste projeto, defendendo-o, acrescentando novos elementos, empenhando sua criatividade, empregando mais esforços, multiplicando tarefas, contribuindo com os mais fracos e se colocando sempre em primeira opção para realizar qualquer tarefa, pois sabe que o projeto depende de sua participação(...). A mística deixa de ser algo racional e passa para o campo da sensibilidade quando a consciência do dever faz com que o indivíduo estabeleça a sua forma de relação entre ele e o meio em que vive, e tudo isto se vincula com o projeto de transformação social” (Bogo, Ademar. MST, 1995. A Organicidade Necessária. Mimeo).

d) falta de capital para investimento que será resolvido, em grande parte, quando houver capital acumulado, seja através da produção ou de fontes externas. O objetivo é a ampliação das linhas de produção para que não ocorra ociosidade de mão-de-obra (MST, 1997:51. Caderno de Formação n. 21).

e) modelo tecnológico adotado na CPA: confunde-se a compra de grandes implementos agrícolas com tecnologias avançadas, e muitas vezes esses implementos não são usados com toda a sua capacidade na produção, porque para aquela quantidade produzida poderia ser utilizada outra tecnologia mais barata e que se adaptasse melhor a produção e às necessidades reais da CPA. (MST, 1997:52-53. Caderno de Formação n. 21).

Para o melhor aproveitamento e eficácia da mão-de-obra é necessário avaliar esses aspectos.

**8.4- Planejamento da produção:** o planejamento a curto, médio e longo prazo é centralizado no coletivo. A partir de discussões com base em estudos técnicos define-se as linhas de produção e a ordem de prioridade para a sua implantação (MST, 1998:71. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).

**8.5- Moradia:** normalmente está organizada em agrovilas.

**8.6- Aspectos legais:** legalizada obrigatoriamente.

As CPAs permitem maior independência e igualdade entre mulheres e homens, uma vez que as mulheres também recebem o equivalente aos homens. Se a sua força de trabalho posta em movimento, em número de horas trabalhadas, por exemplo, for igual a de um homem, o valor recebido por ambos será o mesmo.

Regulamentam também que uma vez ao ano, cada família tem direito a férias remuneradas em um período de trinta dias.

Em CPAs onde a produção é comercializada mensalmente, como a venda de galinhas ou leite, ou ainda as que industrializam seus produtos, todos os meses são feitas antecipações aos associados. Para essas antecipações é estabelecido um valor fictício

para cada hora trabalhada. Por ocasião do balanço, geralmente no final do ano, essas antecipações são ajustadas aos excedentes reais das Cooperativas.

A permanência dos jovens no campo se dá via CPA. À medida que esta organização cresce e se consolida, faz-se necessário que seus membros se tornem técnicos sanitários, técnicos de saúde animal, economistas, administradores, agrônomos, veterinários, médicos, mecânicos, contadores e outros. Espera-se que essa perspectiva faça com que os jovens permaneçam no campo e se aperfeiçoem cada vez mais. Para isso, as Cooperativas devem preparar e planejar a educação de suas crianças, desde o jardim de infância, até a formação universitária. Assim, estará dada a possibilidade de crescimento e ascensão profissional dentro das Cooperativas.

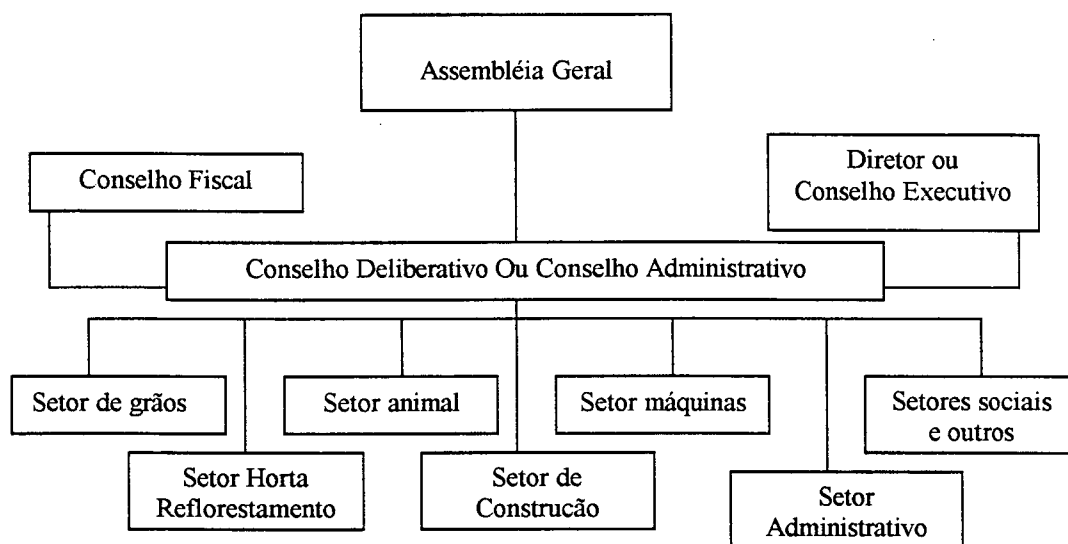
Essa forma de organização da produção na agricultura é, na compreensão do MST superior. Todos os assentamentos deverão, para o MST, atingir tal forma à medida que compreenderem e perceberem que a CPA é o melhor modo de permanecer no campo, de ter maior aproveitamento da terra e dos recursos materiais que possibilitam o alcance de uma vida social digna e elevação da consciência. Afirma-se que, quando os pequenos agricultores individuais perceberem que é difícil enfrentar sozinhos a organização produtiva de suas vidas e superar a situação econômica em que se encontram para atingir uma existência melhor, eles acabarão por associarem-se a uma CPA ou montarem a sua própria Cooperativa coletiva aglutinando os vizinhos.

Com base em minifúndios é impossível empregar a técnica e elevar a produção das terras e a produtividade do trabalho. Portanto tanto a ciência como a técnica se aliam às CPAs com vistas a multiplicar várias vezes o rendimento agrícola e o melhoramento das espécies animal e vegetal. E também diminuir o uso de esforço físico, procurando modificar a compreensão de que o trabalho no campo é cansativo e desgastante com o uso e o aperfeiçoamento de técnicas não será.

A CPA é dirigida segundo os princípios da chamada democracia socialista, isto é, pela Assembléia Geral dos associados que é o órgão máximo de direção da Cooperativa, onde seus membros expressam suas opiniões livremente, sugerem e recomendam medidas, aprovam, ou não, as propostas que são discutidas. Todos têm direito a voz e a voto independente da terra e dos meios de produção ou da quantidade de trabalho que

tenham incorporado à Cooperativa. As decisões tomadas pela maioria dos sócios de uma CPA são de estrito cumprimento para todos os membros e somente poderão ser alterados pela própria Assembléia. A Assembléia Geral normalmente é convocada uma vez ao mês, pelo Coordenador da Cooperativa, e extraordinariamente toda vez que se fizer necessário.

Organograma atual das CPAs (MST, 1997. Caderno de Formação n. 21):



Resumidamente: a terra está sob controle de um grupo que trabalha coletivamente. O capital, bem como todos os investimentos, pertence ao grupo. Há uma divisão técnica do trabalho por setores de produção e de serviço. O planejamento da produção está centralizado. A distribuição e o controle da mão-de-obra se dá segundo as prioridades definidas pelas instâncias de decisão interna, isto é, o Conselho, a Direção, ou a Assembléia. Os resultados obtidos com a produção são rateados entre os sócios de forma proporcional à participação de cada um nas atividades da Cooperativa (MST, 1994:9-10. Caderno de formação n.3).

O controle do trabalho nas CPAs, na sua maioria, utiliza-se do mecanismo dos dias ou horas trabalhados. *“O controle das participação de cada associado no trabalho da Cooperativa será feito por dia ou por horas de serviço prestados por cada associado nas atividades de produção e serviço da Cooperativa”* (MST, 1994:9-12. Caderno de formação n.3).

As “sobras” obtidas são rateadas entre os associados de forma proporcional à participação de cada um nas atividades produtivas e de serviços da Cooperativa. Essa divisão é feita através do controle das horas ou dias da participação de cada associado nas atividades das CPAs. Pode-se utilizar também a produtividade física do trabalho.

Nesses controles a Concrab procura deixar claro para as CPAs que as horas ou dias trabalhados não têm valor por si próprios, o que determina esse valor é o volume de produção feita no conjunto da Cooperativa. As horas devem, portanto, ser entendidas como um mecanismo de controle da participação de cada associado nos trabalhos da Cooperativa.

Para quem trabalha nas atividades burocráticas da CPA estabeleceu-se um limite de horas possíveis de serem trabalhadas no mês, que totalizam 160 horas. Embora alguns trabalhem mais que esse limite, receberão somente sobre esse tempo.

Se houver desistências dessa forma de trabalho cooperado, a orientação colocada pela Concrab é que a pessoa, ou a família, tem direito de levar as suas cotas partes<sup>36</sup> integralizadas e as sobras líquidas que lhe cabem. Não poderá vender a terra, nem a sua casa, uma vez que tudo é do coletivo. Embora seu nome conste do título definitivo ou concessão de uso, não é possível determinar o espaço da área que é sua. Normalmente quando ocorrem desistências tem-se feito permutas de terra com outros assentados que queiram trabalhar de forma coletiva. Se a Cooperativa estiver com dívidas de financiamentos, o associado terá de assumir as dívidas proporcionais ao que lhe cabe.

Os principais problemas das CPAs apontados em estudo feito pelos dirigentes e associados são (MST, 1995:13-15. Caderno de Cooperação agrícola n.4):

- falta de planejamento onde, em geral, segue-se a lógica de uma unidade de produção familiar e não se compreende a Cooperativa como uma empresa;

---

<sup>36</sup> quotas partes do capital social da Cooperativa que é o capital divisível, passível de rateio entre os sócios. Há ainda uma parte do capital que é considerado indivisível, que é o patrimônio social, que na maioria das CPAs esses investimentos são feitos com projetos de Organizações Não Governamentais (ONGs) a fundo perdido. Em caso de desistência, o associado não poderá levar nada desse patrimônio social, só será o dono enquanto permanecer na Cooperativa e ser beneficiado por esta estrutura. Quem decide o que é capital divisível e indivisível são os próprios associados (MST, 1997:70-71. Caderno de formação n.21).

- organização do trabalho. Não há um entendimento de todo o processo produtivo e de sua organização; há necessidade de melhor utilização da mão-de-obra, buscando aproveitá-la durante todo o tempo e na função adequada; necessidade de criar mecanismos de aumento da produtividade de trabalho; criar estímulos para o aumento da produção e da renda; falta criatividade na busca de soluções; falta planejamento do trabalho anual, já que permanece um planejamento para períodos de colheitas; organizar o trabalho para outras atividade agro-industriais e industriais;
- contabilidade e controles. A contabilidade é vista como uma burocracia extrema; não se desenvolvem mecanismos de administração que permitam analisar custos e rentabilidade das linhas de produção. Com isso perde-se a noção de valor das mercadorias produzidas; descuida-se de aspectos relacionados à documentação, regimentos e de outros que podem trazer prejuízos econômicos;
- qualificação e capacitação: falta mão-de-obra qualificada para atividades mais complexas, não agrícolas; falta de técnicos;
- acompanhamento e assessoria. As Cooperativas Centrais tem dificuldades de assessorar determinadas áreas, como a administrativa, em que as direções ainda não estão bem preparadas; falta assessoria no planejamento da produção e elaboração de planos estratégicos;
- gerência. Falta de capacitação das direções e adequação às necessidades de conhecimento do mercado; inexistência de um fluxo de informação entre as direções e os associados; os métodos de direção se repetem com muitos desvios; em alguns casos se pratica uma *“falsa democracia basista, que caiu no populismo ou no oportunismo economicista”* (MST, 1995:14. Caderno de Cooperação agrícola n.4);
- faltam normas claras de trabalho; falta de hábito ao cumprimento dos regimentos, à normatização das relações, à sistematizar e a registros escritos;
- recursos de capital. A falta de recursos impossibilita a Cooperativa de desenvolver e atuar em novas linhas de produção, ter capital de giro, gerenciar melhor sua administração;
- formação político-ideológica. Todos os associados devem estar em permanente auto-superação do ponto de vista político e ideológico; constatou-se que há ainda muitos desvios oriundos do oportunismo, do individualismo, que acabam afetando o desenvolvimento da Cooperativa; e
- desenvolvimento cultural. A base social das Cooperativas é pouco desenvolvida. Perduram preconceitos de raça, de gênero, de cultura, de costumes; há pouca

preocupação “*com programas culturais e de desenvolvimento social que elevem o nível dos associados, e que busquem melhoria permanente nas relações sociais, para patamares superiores*” (MST, 1995:15. Caderno de Cooperação agrícola n.4).

Um outro problema apontado com relação às desistências dos grupos coletivos é que elas aumentam significativamente quando as sobras são maiores. Nas CPAs as pessoas sentem dificuldades em realizar sua subjetividade. Essa dificuldade aumenta na medida em que a coletivização ganha maior força e estruturação. Neste aspecto, nas CPAs, há uma perda da afetividade, a relação entre as pessoas torna-se uma relação puramente empresarial, fria (MST, julho de 1994:19. Como Organizar os Assentados Individuais).

Uma análise mais rigorosa a partir desses problemas levou o grupo de dirigentes e associados das Cooperativas do MST a identificar dois tipos de problemas fundamentais e em decorrência apontar saídas (MST, 1995:15-17. Caderno de Cooperação agrícola n.4):

- a) problemas de origem externa à CPA: que são a necessidade de capital e de planejamento da produção voltada para um mercado que possibilite rentabilidade e
- b) problemas de caráter interno à CPA: são os que estão ligados à necessidade de planejamento e organização do trabalho no processo produtivo.

Para a superação dos problemas de caráter interno foram propostos (MST, 1995:16. Caderno de Cooperação agrícola n.4):

- planificação/planejamento: “querer fazer e ser global”; articular-se com a assistência técnica seja com a rede oficial, com as universidades ou com os próprios técnicos dos assentamentos e procurar qualificá-los através dos cursos oferecidos no TAC; estabelecer linhas de produção permanente, rumo à agroindústria; as Centrais Estaduais deverão procurar especialistas para fazer seus planejamentos estratégicos; combinar o planejamento com a busca de recursos; ter uma cartilha para orientar como planejar; desenvolver análises de mercado, de solo e de clima; criar um corpo técnico regional e nacional; e
- organização do trabalho: adotar linhas de produção que utilizem maior quantidade de mão-de-obra e sejam mais produtivas; criar estímulos ao trabalho; qualificação da produção; medir a produtividade do trabalho; qualificar mão-de-obra em vistas das linhas de produção que forem trabalhadas; trabalhar com coeficientes técnicos.

Para corrigir os desvios e faltas devem ser criados mecanismos corretivos que ajudassem as pessoas a superá-los, objetivando a construção de um *“homem novo e uma sociedade nova [que] só se dará a partir de novas relação de produção e social”* (MST, 1997:55. Caderno de Formação n. 21). Esses mecanismos servem para que se tenha novas atitudes. Por exemplo, poderá se estabelecer o desconto de quatro horas de trabalho à falta a uma reunião, e sair sem comunicar os coordenadores poderá implicar num desconto de dez horas. *“Devemos trabalhar os aspectos da consciência do convencimento”* (MST, 1997:55. Caderno de Formação n. 21).

Com o objetivo de liberar mão-de-obra para o trabalho na produção nos momentos de maior demanda há que se criar creches e refeitórios nas CPAs. Assim, as mulheres não precisam ficar em casa cuidando dos filhos e fazendo almoço, haverá esses setores nas Cooperativas que atenderão a todos. Convencionou-se implantar um limite de horas trabalhadas no mês, que podem variar entre 130 a 150 para as pessoas que trabalham neste setor de serviços, desconsiderado-se as horas superiores a esse limite.

A partir da decisão da implantação de uma CPA, ou mesmo da formação de um grupo, a prioridade para os primeiros investimentos sempre deverá ser a produção para garantir a sobrevivência das famílias. Assim, a construção de casas, móveis e utensílios deveriam ficar para um período posterior pois, esses investimentos, não dariam um retorno para o grupo. Sendo assim a longo prazo, terão dificuldades de permanecer no seu lote. Considerou-se necessário um planejamento para um período de cinco anos para ser possível montar uma estrutura no setor de produção e, posteriormente, resolver questões sociais.

Para manter a disciplina dos associados, normalmente as CPAs têm introduzido no regimento interno normas que prevêm possíveis casos de indisciplina e mecanismos para repreender os faltosos. O que ocorre é que esta imposição pode chegar a limites perigosos e até mesmo exagerados.

*(...) como economicamente as pessoas não se sentem dependentes da Cooperativa, esta obriga os indivíduos a se manterem em ordem a partir da lei. Quanto mais descontentamento, mais leis e assim vai se detalhando e cercando o comportamento social dos indivíduos,*



*obrigando-os a representarem o que não são e expressarem o que não sentem.*

*A forma para resolver este grande desafio é diminuir as normas e leis do regimento. É trabalhar mais na consciência os valores éticos. Que também são normas de comportamento social, mas acima de tudo são valores fundamentais que garantem a disciplina consciente e respeita a dignidade humana. (MST, 1997:79. Caderno de Formação n. 21).*

Assim, somente com a compreensão de novos valores comportamentais será possível estabelecer um regimento sem exageros.

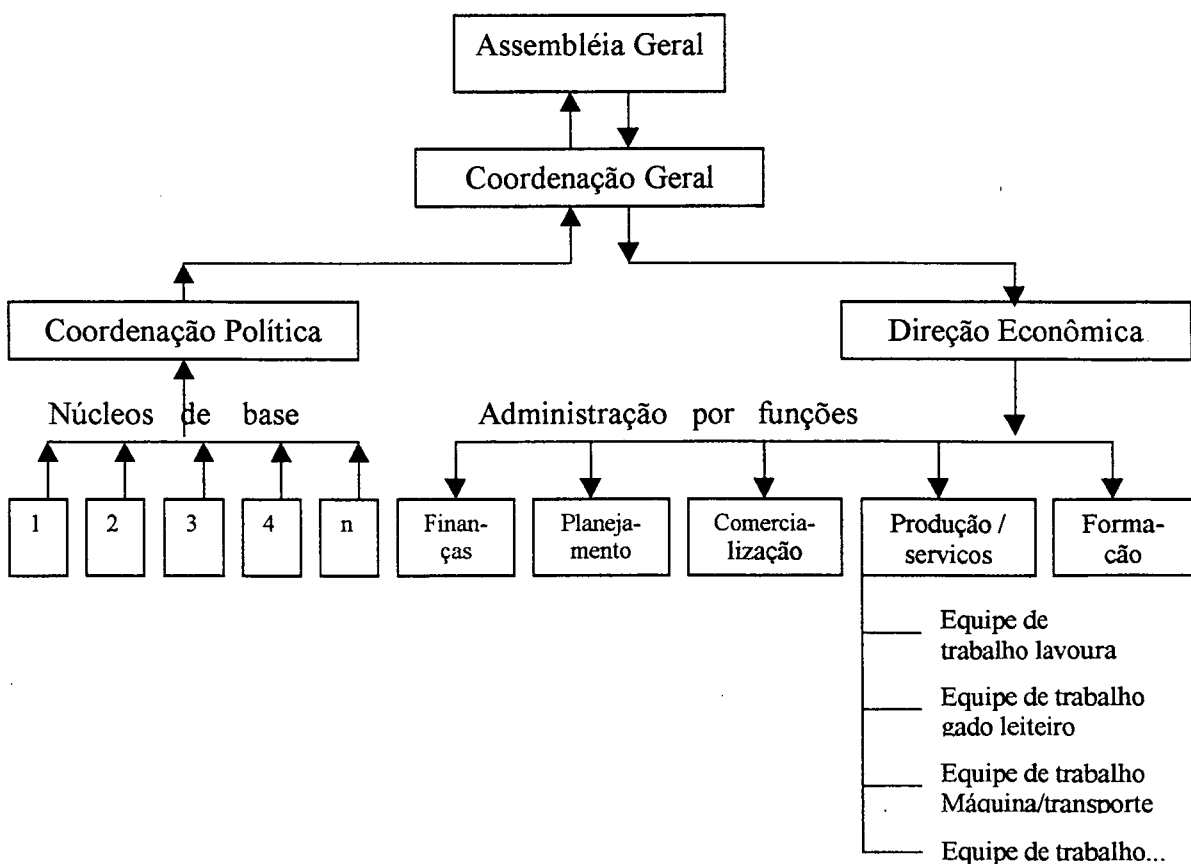
A partir de 1989 as CPAs passam a ser estimuladas pelo MST. Naquele momento elas representaram um salto organizativo em relação aos modelos tradicionais de grupos de trabalho coletivo então existentes. Sua concepção está ligada às experiências implementadas a partir do método dos Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC), que o MST aplicou em 1987 e 1988. Essa teoria da organização foi desenvolvida por Clodomir Santos de Moraes e com isso ocorre uma remodelação dos coletivos e um crescimento do seu número por todo o país. A estrutura orgânica evoluiu adotando formas bastante complexas, mais aproximadas de uma lógica empresarial. Nesta fase, as CPAs se fortalecem e aparecem como um modelo alternativo real para a organização de um número crescente de famílias. Essa expansão vem até meados do ano de 1993, quando há a estagnação e redução do número de CPAs, além do número médio de famílias envolvidas com essa forma de organização da produção.

Começa-se então a pensar em formas de reestruturação funcional das CPAs, com base nos problemas apresentados pela maioria: modelo orgânico construído de forma voluntarista e aleatória, não sendo empregados métodos administrativos científicos; setorização estabelecida por tipo de atividade (animais, lavoura, culturas permanentes); problemas com a mão-de-obra excedente, falta de linhas de produção que absorvam a demanda por trabalho. Por outro lado, há baixa produtividade do trabalho e com a setorização por tipo de atividade há uma disputa entre os setores por liberação de mão-de-obra para atividades em outros setores; a democracia interna funciona de forma precária e equivocada, em que tudo precisa ser discutido com todos a todo momento e as decisões são tomadas sob critérios não técnicos; entre outros problemas.

Quadro sintético das propostas de reestruturação (MST, 1997:100. Caderno de Formação n. 21):

- Reestruturação orgânica funcional	- unificação dos atuais setores de produção num só; - criação dos núcleos de base; - definição de responsabilidade por funções: planejamento e custos; finanças; comercialização; formação e informação; produção.
- Ganhos na produtividade do trabalho	- conceito de postos de trabalho; - métodos de controle de produtividade; - administração por objetivos – metas x número de horas.
- Estrutura econômica	- análise econômica de linhas já implantadas; - prospecções de mercado, focando principalmente o mercado local; - estudos de viabilidade de projetos (novos investimentos); - agregação de valor/agroindústria/atividades não agrícolas (como estratégia econômica).
- Gestão/administração operacional	- gestão de caixa (adoção de software); - controles de produção e financeiros; - análise técnica das linhas de produção existentes (identificar gargalos); - aprovação e implantação de melhorias de manejo, de planejamento anual/orçamentação; - produção e controle de informações gerenciais.
- Político ideológico	- plano de formação político-ideológico; - envolvimento em atividades da classe trabalhadora; - liberação de militantes; - ideologia camponesa x ideologia da cooperação.

Esquema gráfico da proposta de reestruturação das CPAs (MST, 1997:101. Caderno de Formação n. 21):



Essa nova reestruturação deve contemplar ampla participação dos associados em todos os aspectos. O momento em que a participação sobe da base até a Assembléia Geral, passando pelas instâncias de coordenação intermediárias, denomina-se de democracia ascendente. Nesse ponto em que deve ser garantido amplo espaço de debate e a participação de todos os associados. As questões partem dos núcleos de base do MST. Como cada núcleo tem a sua coordenação, os coordenadores se reúnem em uma instância intermediária de coordenação política e as discussões sobem desde os núcleos, passam pela coordenação política e são levados até a Assembléia para a decisão que vira lei (MST, 1997:101. Caderno de Formação n. 21).

*(...) No plano empresarial, significa que devam ser estruturados setores de trabalho de forma ágil e eficaz combinando a execução das decisões com a eficiência econômica e empresarial. Nesse nível, para se garantir a agilidade, é necessário criar mecanismos eficientes de organização do trabalho e de estrito cumprimento das normas que orientem a execução da produção (MST, 1997:98. Caderno de Formação n. 21).*

O processo democrático interno, que é a linha que parte da Assembléia Geral e vai até a execução das decisões, denomina-se democracia ascendente. Nesse momento não são mais abertos espaços para discussões, trata-se do momento de cumpri-las. *“E a estrutura orgânica deve ser pensada com base nesse pressuposto, de agilidade e eficácia no atingimento dos resultados”* (MST, 1997:98. Caderno de Formação n. 21).

Nessa concepção, a clareza da hierarquia está estabelecida desde o topo até a base. A linha de “mando” tem sentido descendente, partindo do Conselho Diretor para os setores, dentro de cada setor há um coordenador geral.

## **9. Outras formas de cooperação:**

**9.1- Condomínios:** consiste numa sociedade de vários produtores, onde cada um entra com um determinado número de quotas (em dinheiro, produto ou animais). As decisões são baseadas no número de quotas que cada sócio detém. Geralmente surgem junto a produtores de suínos e grupos de armazenagem comunitária.

**9.1.1- Terra:** a área de terra permanece sob o controle do associado. Somente o terreno onde será construída a pocilga (chiqueiro) ou o armazém é registrado em nome do condomínio.

**9.1.2- Capital:** todo o capital do condomínio é coletivo. Quando alguém desiste do condomínio leva a sua quota parte integralizada.

**9.1.3- Trabalho:** mão-de-obra contratada ou pelo rodízio de trabalho entre os sócios.

**9.1.4- Planejamento da produção:** o condomínio se encarrega da condução dos trabalhos relacionados às suas atividades. E cada associado planeja a produção em seu lote individualmente.

**9.1.5- Moradia:** cada associado mora em seu próprio lote.

**9.1.6- Aspectos legais:** geralmente é organizado como uma sociedade de fato, via formalização legal.

**9.2- Cooperativas de Crédito Rural:** funcionam como uma espécie de banco, cujo controle é feito pelos próprios trabalhadores. É um instrumento importante para direcionar o planejamento da produção de quem contrata crédito rural. Ou seja, a Cooperativa pode direcionar os recursos disponíveis para financiamento das atividades econômicas e estratégicas dos assentamentos. A Cooperativa de Crédito, necessariamente, deve ter a aprovação do Banco Central do Brasil para funcionar. E também da COCECRER (Cooperativas Centrais Estaduais de Crédito Rural), que está ligada a Organização de Crédito Brasileiro (OCB).

A Cooperativa de Crédito não interfere na forma de propriedade da terra nem na forma de organizar o trabalho. O capital social também será integralizado através de quotas partes. As sobras são distribuídas entre os associados. Quanto ao planejamento da produção, a Cooperativa de Crédito pode se tornar um instrumento para direcionar o planejamento da produção. Ela poderá direcionar os recursos para as áreas consideradas estratégicas nos assentamentos de sua abrangência.

#### 4.5.1- Aspectos Comuns a todas as Formas de Cooperação Adotadas pelo MST:

No caso de haver liquidação das Cooperativas, de qualquer modelo adotado, todo o capital social (divisível) fica com os associados. Os fundos instituídos pela Cooperativa como o fundo de reserva, irão para o Banco Central. Se houver dívidas, os associados assumem as proporcionais ao volume de suas quotas-partes. Caso sejam superiores, liquida-se o patrimônio social (MST, 1997:71-72. Caderno de Formação n. 21).

Com relação à liberação de pessoas para trabalhar no SCA ou no MST, essa liberação é um dos objetivos políticos da implantação do SCA, compreendendo-se que

*(...) o simples fato de organizarmos uma CPA, ou qualquer Cooperativa, não resolve o nosso problema econômico, político e social (...). Vivemos numa sociedade capitalista-monopolista que não vai permitir que nossa proposta se viabilize tão fácil. Assim, nós do MST/SCA entendemos que a cooperação agrícola, sem dúvida, vai contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas na tarefa de acumularmos forças, tanto econômica, como política para a luta pela transformação da sociedade, que só assim vamos buscar resolver os problemas econômicos, políticos e sociais do conjunto da classe trabalhadora.*

*Neste processo, as experiências de cooperação desenvolvidas em nossas bases devem ser entendidas como mais uma ferramenta de luta contra a burguesia, e de resistência na terra por mais tempo, até que se acumule força suficiente para a transformação que queremos. Portanto, para dar continuidade à luta é preciso que mais e mais companheiros se somem nestas fileiras com a tarefa de fazer avançar o MST e o SCA, onde as CPAs e associações que, por sua organização possibilitam um aproveitamento mais racional de meios de produção, recursos naturais, da organização do trabalho, liberam companheiros para atuarem nas diferentes frentes de luta dos trabalhadores. (MST, 1997:74. Caderno de Formação n. 21).*

Em grande parte das Cooperativas estabelece-se uma média de horas mensais para o “militante liberado”, que recebe o valor proporcional a essas horas.

Há casos nas Cooperativas em que associados têm outra atividade profissional, como professores, por exemplo. Algumas Cooperativas pré-fixam o número de horas trabalhadas para esse setor, em uma média de aproximadamente 160 horas/mês, ele participa da distribuição da produção e o seu salário vai para a caixa da Cooperativa.

Isso tem resultado em alguns problemas, pois normalmente o salário de professor é superior à renda da produção (MST, 1997:75. Caderno de Formação n. 21).

Essa forma de organização da produção nos assentamentos, estruturada pela SCA, enfrenta limites, que são apresentados como **limites externos**. De acordo com o MST são:

**- política Agrícola:**

*Estamos inseridos em um país capitalista, neoliberal, que tem como uma das prioridades tirar todo e qualquer subsídio agrícola e não está interessado em garantir a segurança alimentar dos seus habitantes. Como também está interessado em manter as importações com a finalidade de manter os preços dos produtos agrícolas baixos, podendo assim arrotar os salários dos trabalhadores urbanos. Portanto estamos nadando contra a maré. Não haverá garantia de preços condizentes com os custos de produção. Não haverá seguro agrícola e o volume de recursos para o crédito rural continuará a diminuir. (MST, 1997:39. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).*

**- mercado:**

*O mercado continua sendo um desafio. Temos dificuldade até de entender o seu funcionamento. Existem duas lógicas de mercado: o mercado capitalista e o mercado alternativo. O primeiro baseia-se no lucro e na constituição de novas necessidades de consumo para um pequeno grupo social, que terá dinheiro para consumir. Deste mercado capitalista o povo só participa quando tem dinheiro, não podendo assim garantir sempre as suas necessidades básicas. Já o segundo, deverá buscar desenvolver a concepção de que o mercado existe para servir os trabalhadores e atender as suas necessidades. (MST, 1997:39. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).*

Esse mercado alternativo proposto pelo MST, buscando essa segunda lógica, tem as seguintes características: popular (de massa); local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, busca possíveis nichos de mercado,<sup>37</sup> tendo como objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida para os assentados.

Com a organização dessa estrutura no MST, criaram-se possibilidades de lutas por créditos subsidiados junto ao Estado que, através do Incra, instituiu os seguintes créditos às famílias assentadas:

---

<sup>37</sup> Espaços comerciais onde comercializa-se produtos diferenciados de maior valor agregado.

## 4.6- CRÉDITOS CONCEDIDOS AOS ASSENTADOS

Há diversas portarias, no Incra, que normatizam os procedimentos de como organizar um assentamento, e quais são os direitos a que as famílias assentadas têm.

### 1. Os recursos por família:

Uma família sem-terra ao ser assentada em uma área, por um projeto do Incra, tem direito aos seguintes recursos:

#### 1.1. Crédito de implantação:

a) **crédito alimentação:** cada família recebe, por mês, do Governo, em torno de um salário mínimo, durante os dez primeiros meses de assentada. Cada estado procede de uma maneira, alguns levam alimentos, outros fazem convênios com as Cooperativas do MST para baratear os custos da alimentação, outros entregam o dinheiro. Em novembro de 1997, em um jornada de luta o Movimento negociou-se este valor para R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por família (MST, 1998:6. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6);

b) **crédito fomento:** valor repassado pelo Incra a cada família. Recurso para a compra das primeiras ferramentas necessárias para a produção. Até 1997 o valor por família era de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais). Na jornada de lutas de novembro de 1997, renegociou-se para R\$ 1.025,00 (um mil e vinte e cinco reais) (MST, 1998:6. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6); e

c) **crédito habitação:** recurso para a construção de casas. Há estados em que a Superintendência do Incra fornece materiais para a construção, há outros que contratam empreiteiras para fazê-las, o que vem sendo rejeitado pelo MST, pois se trata de casas semelhantes às do projeto do Banco Nacional de Habitação (BNH), e outros que liberam os valores. Esse recurso é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por família atualmente, antes de 1997 era de R\$ 2.000,00 (MST, 1998:7. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6).

Esses três tipos de crédito<sup>38</sup> saem do orçamento do Incra e devem ser pagos junto com a terra quando da emancipação do assentamento.

---

<sup>38</sup> Quanto ao aumento destes créditos negociados pelo MST em novembro de 1997, ver Portaria n. 50, de 02.02.98 do Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

## 1.2 – Crédito para a produção:

a) **crédito do Procera – custeio**: cada família assentada tem direito a receber R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por ano de crédito para custeio, isto é, para a preparação da terra e plantio da lavoura naquele ano. No final da safra terá que efetuar o pagamento deste recurso. Para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste está sendo repassado pelo Banco do Brasil. Para o Nordeste, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e no Norte quem repassa este crédito é o Banco do Amazonas (BASA) (MST, 1998:8. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6);

b) **crédito do Procera – investimento**: o valor por família é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para realizar investimentos, como por exemplo comprar vacas de leite ou construção de um paiol. No coletivo, junta-se esses valores que passam a ser administrados pela Cooperativa. Onde há CPS ou associações, também podem ser administrados por elas, mas essa decisão dependerá de Assembléia para a aprovação. Há assentamentos que optam pela administração comum, outros não. O prazo para pagamento é de três anos de carência e de cinco a sete anos para o pagamento. Este crédito também é conhecido dentro do MST como o “teto I”, “Procera individual ou massivo” (MST, 1998:8. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6); e

c) **crédito do Procera – Cooperativo**: se a família é sócia de uma Cooperativa, ela tem direito a um crédito a mais do Procera para a integralização de suas quotas partes na Cooperativa e assim formar o seu capital. Este crédito recebeu o nome no MST de “teto II” (MST, 1998:8. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6).

O Primeiro Seminário Nacional do MST sobre o Procera foi realizado em São Paulo no Instituto Cajamar, nos dias 1 a 4 de julho de 1997, com representantes dos estados. Foi reafirmada a necessidade de crédito especial e subsidiado para a reforma agrária. A Comissão Estadual do Procera (Cepro) ficou responsável por negociar as dívidas atrasadas em seu estado, a Concrab, para acelerar esse processo, orientou-a da seguinte forma:

- demonstrar fluxo de caixa das Cooperativas demonstrando as dificuldades financeiras;
- demonstração da baixa rentabilidade dos últimos dois anos, utilizando balanços das Cooperativas e prorrogação das dívidas;
- junto a órgãos regionais de pesquisa e extensão rural, Instituto de pesquisas ou Instituições de trabalhadores, organizar demonstrativo de perdas agrícolas em relação aos insumos; e



- caso exista perda de safra nos últimos dois anos por razões climáticas, acrescentar nos laudos técnicos declarações de calamidade pública (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 171 agosto de 1997:6).

Foram negociadas também a redução dos juros para os financiamentos de investimentos e custeio. Os prazos de carências são de três anos para os investimentos e o prazo de pagamento é de cinco e sete anos dependendo do investimento (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 171 agosto de 1997:6).

#### **4.7-ESTRATÉGIAS DO SCA PARA O AVANÇO DAS COOPERATIVAS ALTERNATIVAS**

Em análise recente do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e das políticas de desenvolvimento regional adotadas pelas Cooperativas, através desse Sistema, o MST coloca:

*Podemos dizer que tivemos, do ponto de vista organizativo, um corte histórico a partir do ano de 1994. Internamente aprofundamos as perspectivas da cooperação, onde percebemos, entre outras questões fundamentais, que a forma de massificar a cooperação estavam relacionadas às atividades não produtivas (as atividades de serviços que dão suporte a produção). A partir daí aceleramos a constituição das Cooperativas de Prestação de Serviços regionais (CPS). Já nos anos seguinte diversos fatos projetam o MST como a principal força popular de oposição, implicando em diversas conquistas, especialmente no que se refere ao Proceca (volume de recursos e subsídio). (MST, 1997:6. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas ).*

Nesse processo, o MST reconhece que adotou uma lógica de construção das Cooperativas que tem se revelado incompleta e com diversos equívocos. Para o Movimento, foi reproduzida a lógica da Cooperativa Tradicional. Passou-se, assim, a construir grandes estruturas de silos e armazéns, postos de recebimento de leite, enfim, um alto grau de investimentos em atividades com baixa rentabilidade e alto grau de depreciação (MST, 1997:7. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas). Para o MST:

- houveram investimentos incompletos e errados: os investimentos foram feitos sem prévias análises dos retornos. E na medida que esse conjunto de estruturas produtivas

entraram em funcionamento descobriu-se a necessidade de capital de giro e conhecimento na gestão administrativa e na comercialização (MST, 1997:7. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas);

- nos financiamentos não foram utilizados critérios e análises mais profundas das condições reais de pagamentos, levando-se até as últimas conseqüências a lógica do “*se tem dinheiro vamos pegar*” (MST, 1997:7. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas); e com isso o cenário que se abre para as Cooperativas não são nada animadoras.

*Certamente aquelas [Cooperativas e agroindústrias] que quiserem encarar o problema econômico, para se manterem vivas e não se desmoralizarem perante os assentados, deverão passar por um forte saneamento econômico e adotarão instrumentos gerenciais, dentro de uma lógica de profissionalização das Cooperativas. Mas não bastará apenas aumentar as sobras financeiras. Algumas deverão vender alguns patrimônios, abandonando algumas atividades econômicas, como também contrairão novos financiamentos do Procefa, para em parte pagar os já vencidos.* (MST, 1997:7. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas).

Assim, o MST tem adotado algumas estratégias a serem seguidas, principalmente pelas CPS, que são as formas de cooperação que mais se massificaram nos assentamentos. Essas estratégias levam em conta os aspectos:

- onde as CPS então inseridas influenciam nos mercados regionais em virtude do grande número de assentamentos;
- maturação das discussões que requerem avaliações profundas e permanentes;
- necessidade de estar vinculada à estratégia do Movimento;
- investir em atividades que dão suporte às atividades econômicas dos assentados geralmente implica em atividades de baixo rendimento e que, portanto, querem a produção em escala, extrapolando os mercados locais e mesmo os regionais, competindo com os oligopólios. Considerando também que o mercado, tanto a montante como a jusante, é controlado por grandes corporações, as CPS permanecem nesse meio como verdadeiros “sanduíches”; e
- por outro lado concentrar esforços em atividades que requerem pouco investimento, direcionados a mercados locais, pode não satisfazer as necessidades dos assentados, não solucionando seus problemas econômicos, afastando-os das Cooperativas e por conseguinte do próprio MST.

A partir da análise das experiências associativas existentes, o Movimento, formulou uma base para as estratégias:

- as CPSs precisavam ser organizadas em torno de atividades onde os assentados eram ineficientes ou nas que a forma simples de cooperação já não conseguia solucionar os seus problemas. Antes de realizar investimentos em infra-estrutura devia-se definir claramente onde se desejava chegar;
- ter ciência de que o desenvolvimento das CPSs seria lento e gradual;
- convencer-se de que a renda dos assentados não será composta exclusivamente de uma única atividade econômica. A elevação dessa renda viria através de uma série de pequenas receitas oriundas de atividades agrícolas e não agrícolas;
- a CPS deverá articular e dar suporte a um conjunto de atividades econômicas diferenciadas voltadas para o mercado local e estruturadas com base nos núcleos de produção;
- estudo de possibilidades de integrar ações entre as CPSs: há CPSs com fábricas de ração e, outras, com produção de leite e suínos; há CPSs que atuam com commodities, grãos e leite. A integração econômica com as grandes empresas tem se mostrado uma saída viável, aos assentados, na medida em que está possibilitando auferir renda.

*Mas o fundamental disto é percebermos que o grande proveito desta integração não está apenas na pequena renda, mas sim na qualificação técnica da nossa mão-de-obra. O que futuramente nos credenciará a atuar numa escala menor visando o mercado regional. (MST, 1997:10. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas).*

Ao efetuar essa análise nas Cooperativas o MST desenvolve “a visão sócio-econômica do negócio agrícola” que envolve a seguinte metodologia (MST, 1997:11. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas):

a) mudando o paradigma:

*compreender esta realidade implicará em ver os produtos agrícolas dentro de suas respectivas cadeias produtivas. O produto não está mais isolado, e sim faz parte de todo um ramo produtivo onde há uma teia de relacionamentos econômicos e contratuais entre diversos atores, desde a produção de insumos necessários, passando pela produção agrícola propriamente dita, pelo processamento desta produção e pela distribuição deste produto processado, até chegar às mãos do consumidor (MST, 1997:12. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas);*

b) pesquisando o mercado:

*(...) a compreensão da agricultura como um negócio agrícola leva o agricultor a estar sempre mirado para o mercado. Antes da decisão do que plantar, é importante ter claro onde, quanto e a que preço vai vender (MST, 1997:12. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas);*

c) analisando a informação e controlando o caixa:

*Neste novo período, a Gestão passa a ser preponderante (...). Dentro da Gestão, o elemento que cada dia mais ganha importância é a informação. Nos dias de hoje, administrar a informação para a tomada de decisões corretas é fundamental. Assim a informação deve ser encarada como um insumo, tão decisivo quanto os outros insumos agrícolas.*

*(...)*

*Assim é relevante a adoção do conceito e da prática da Administração Estratégica: conhecer e administrar as principais atividades econômicas das Cooperativas e gerenciar os seus próprios gargalos.*

*Produzir, organizar, processar e analisar as informações gerenciais passa a ser indispensável. Ter claro quais os principais fatores que implicam em gastos e os principais que implicam em receitas, permite estabelecer uma ordem de grandeza para serem atacados. Isto não parece nada, mas representa para nossas empresas associativas um grande salto, ainda mais quando se verifica o alto nível de diversificação de atividades agropecuárias por estas desenvolvidas (...). Integra-se a isto a realização de um Planejamento de Safra, que conte com informações básicas dos mercados locais (...) e a projeção de renda esperada com tais atividades, o que requer a orçamentação destas. Isto já qualificaria a intervenção de nossas empresas associativas em seu ambiente (MST, 1997:13 . As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas);*

d) controlando o trabalho:

*O enfoque do “negócio agrícola” em áreas reformadas, tem que levar em conta também as formas de cooperação adotadas. Em particular, as CPAs que são Empresas Associativas, de propriedade social (os trabalhadores são donos) e de produção social (os trabalhadores trabalham coletivamente e distribuem as sobras proporcionalmente ao trabalho aportado por cada um), onde a organização do trabalho é indispensável. A boa gestão por parte das CPAs do fator de produção “trabalho”, também implica no sucesso econômico de tais empresas. Para tanto se requer a adoção de coeficientes técnicos e uma maior normatização do processo de produção. Isto levará ao estabelecimento de metas de produção, permitirá a definição dos postos de trabalhos realmente possíveis em cada atividade econômica, racionalizando o uso deste fator de produção (MST, 1997:14. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas);*

e) combinando a matriz tecnológica:

*(...) combinar o uso de insumos modernos da indústria, com algumas tecnologias “brandas” (mas também modernas) vindas da pesquisa agropecuária. Esta combinação permite utilizar estes insumos industriais em quantidades menores que as preconizadas quando usados isoladamente, barateando o custo de produção e conseqüentemente aumentando a rentabilidade. Por fatores intrínsecos a produção familiar, o manejo adequado de todo o fluxo energético, das diversas atividades agropecuárias, aumentam as “vantagens comparativas” de nossas empresas associativas (MST, 1997:14. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas); e*

f) caminhando em direção à agroindústria:

*Mesmo com forte limite na produção primária, muitos foram os assentamentos que ingressaram pelo caminho da agroindustrialização, entrando na fase de secagem, classificação, beneficiamento e transformação dos produtos agrícolas.*

*(...)*

*Compreender a agroindustrialização como qualquer atividade econômica que agregue valor a produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias e florestais, indo desde processos simples de preparação do produto para a comercialização (limpeza, classificação e embalagem), até processos mais complexos que incluem operações de transformação física, química ou biológica, implica em mudar de postura frente a estas atividades, mesmo elas sendo de pequeno porte. A classificação e a padronização dos produtos comercializados é princípio básico ignorado pelas nossas Empresas*

*(...)*

*A compreensão de nossos assentados, militantes, dirigentes e de nossos técnicos, deste novo jeito de encarar a agricultura e por conseqüência esta nova concepção (Organização do Negócio Agrícola), certamente contribuirá para a nossa resistência, neste momento em que o capitalismo, no Brasil, busca introduzir um novo ciclo de desenvolvimento, onde não há espaço para o povo e muito menos para o agricultor. (MST, 1997:14-15. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas).*

O MST, com essa nova estrutura de organização da produção nos assentamentos busca estabelecer valores humanistas e socialistas. Seu objetivo é criar outras relações sociais entre os homens na tentativa de superar a exploração, a dominação e a alienação a que estão submetidos os assentados pelo sistema capitalista de produção.

#### 4.8- NOVOS VALORES: HUMANISTAS E SOCIALISTAS

No MST o trabalho é posto como um valor fundamental a ser discutido e recuperado.

*Para muitos, o trabalho é sacrifício e procuram evitar tarefas mais pesadas, entregando a responsabilidade para outros companheiros. Não se colocam como os primeiros, mas sim como os últimos, para que os outros façam o trabalho para ele. Muitos pais mandam os filhos estudarem para que não tenham no futuro que trabalhar na roça. Mas se é do trabalho que se extrai a riqueza, como querem buscar o desenvolvimento social trabalhando pouco? (MST, 1997:79. Caderno de formação n.21).*

Assim, há outros valores a serem recuperados, como a solidariedade:

*A classe dominante nos faz crer que tudo se pode comprar. Por isso o mercado ganha tanta expressão. (...). Esta lógica embruteceu as pessoas e as transformou em objetos descartáveis (...). Nós, particularmente, fomos salvos pela solidariedade da sociedade, através das doações, de incentivos e da opinião favorável à reforma agrária. Devemos aproveitar estes exemplos se quisermos uma sociedade diferente no futuro, iniciando sua construção agora, no presente. (MST, 1998:7. Caderno de formação n.26).*

A beleza:

*A beleza (...) é o símbolo do bem estar (...). Nossos assentamentos devem ser verdadeiros jardins(..). Plantar árvores em todos os lugares(...). Cada assentado deve ter uma cota de 500 árvores para plantar. Assim nossos filhos nos imitarão e reconstruiremos as matas através do trabalho consciente e voluntário. (MST, 1998:9-10. Caderno de formação n.26).*

A valorização da vida:

*Nós não queremos salvar as árvores e rios deixando o ser humano ser exterminado. Queremos salvar o ser humano. É para ele que as coisas devem existir. (MST, 1998:11. Caderno de formação n.26).*

O gosto pelos símbolos:

*Os símbolos são as representações materiais das utopias. Eles passam a ser o meio de comunicação mais eficiente entre as pessoas que fazem parte de uma organização e garantem a unidade política entre elas (...). Outro local em que deve aparecer nossa identidade é nas embalagens dos produtos industrializados. Muitos têm recorrido a economistas e propagandistas externos ao MST para pedir orientação. E estes dizem que “não se pode identificar marca com ideologia”. Errado. Nossa ideologia já é uma marca, que tem na sociedade mais de oitenta por cento de aprovação. Talvez, esta falta de visão seja porque nunca existiu*

*no Brasil uma organização que organizasse, produzisse, comercializasse, educasse crianças e desenvolvesse ações de solidariedade na sociedade ao mesmo tempo. (MST, 1998:13-14. Caderno de formação n.26).*

O gosto de ser povo:

*A burguesia e os poderosos do mundo moderno, aos poucos, substituem a idéia de nação por mercado globalizado. Tudo o que é nacional é pior, na avaliação deles. Os filmes são piores, os carros, a roupa, etc. Isto não seria tão grave se os pobres pensassem diferente. Nós também passamos a reproduzir estas idéias e fortalecemos esta idéia de não-nação, de pessoas de terceira categoria.*

*(...)*

*Devemos participar ativamente em todas as manifestações populares, festas religiosas em cada estado, carnaval, eleições e lutas massivas, ali está o povo, ali está a consciência popular.*

*Desta forma, estaremos cada vez mais nos integrando à sociedade da qual os ricos tentam nos excluir. Esta é a sociedade do povo pobre que deve ter orgulho de honrar sua nacionalidade e sua pátria. (MST, 1998:18-19. Caderno de formação n.26).*

A defesa do trabalho e do estudo:

*O desemprego e a desocupação desumanizam o ser humano. Em nossos assentamentos devemos levar em consideração as diferentes faixas etárias, mas devemos seguir o princípios de que cada um deve produzir o seu sustento. De acordo com o potencial de força de trabalho, devemos buscar alternativas de investimentos para que todos tenham condições de integrar-se ao trabalho.*

*Do mesmo modo, devemos desenvolver formas para que todas as pessoas estudem. Estudem na escola e fora dela.*

*(...)*

*Para nós, o trabalho e o estudo são valores fundamentais, Com eles transformaremos nossa consciência para, com isso, transformarmos o Brasil. (MST, 1998:20-22. Caderno de formação n.26).*

A capacidade de indignar-se:

*Aprendemos com Ernesto Che Guevara que indignação é um valor(...). Devemos educar nossa consciência para que esta reaja sempre que identificar uma injustiça cometida contra qualquer ser humano. (MST, 1998:23. Caderno de formação n.26).*

A mística:

*A mística, no trabalho popular, é a energia vital (de vida) que deve perpassar todo o processo. Ela é a animação, impulso, garra. Sem esta energia vital, se morre.*

*A mística, portanto, deve ser entendida como sendo o conjunto de motivações que sentimos no dia-a-dia, no trabalho popular, que impulsiona a nossa luta para a frente. Ela é responsável por reduzir a distância entre o presente (realidade) e o futuro (nosso horizonte), fazendo-nos viver antecipadamente os objetivos que definimos e que queremos alcançar. (MST, 1997:25. Caderno de formação n.24).*

E outros valores como a honestidade, a amizade, o companheirismo, a alegria, a festa e a justiça.

Dentro desta simbologia, o MST coloca que cresceu, em virtude da sua capacidade de dar respostas simples para grandes problemas; respeito aos sentimentos das pessoas e o respeito à história.

Os valores e a mística aparecem como forma de luta objetivando a transformação do ser humano em verdadeiro agente da sua própria existência, adquirindo uma nova identidade política, social, moral e de caráter.

*O esforço e os sacrifícios para se desenvolver a luta de classes no final do século se tornam muito mais difíceis, mas os seus resultados tendem a ser mais duradouros se conseguirmos modificar a consciência das pessoas, (Bogo, 1999:45) uma consciência em que os valores adquiram categorias novas. A sociedade e seu conjunto devem se converter em uma gigantesca escola. (Guevara, Ernesto “Che”. 1991:37. O Socialismo Humanista. Petrópolis: Vozes, in: Bogo, 1999:45).*

O MST coloca-se uma responsabilidade histórica, buscando o profundo entendimento do momento atual para ter clareza das ações que precisam ser desenvolvidas.<sup>39</sup> As tarefas do MST dentro da conjuntura atual vêm num duplo sentido: ora resistindo à aplicação das políticas neoliberais adotadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, ora procurando avançar na tentativa de construção de um novo projeto para o Brasil.

O MST compreende que é básico para todos os seus setores, nesse contexto, entender que

*Todas as tarefas adquirem um caráter estratégico: produzir bem e melhor, ampliar a cooperação, fortalecer a nucleação, realizar assinaturas da revista; organizar rádios comunitárias; estabelecer ações*

---

<sup>39</sup> Análise de conjuntura por João Pedro Stédile, seminário da Semana Social Brasileira, organizado pela CNBB em 27 de maio de 1999 na cidade de Florianópolis.



*de assistência social (o povo vê em nós a saída); apoiar a sociedade (caridade com caráter político); construir conselhos populares. Não são apenas as grandes ocupações a nossa tarefa principal. (MST, 1997:4. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas).*

Outra tarefa é perceber o “**caráter diversificado de nossas ‘Tarefas Militantes’**”, assim o Movimento busca ser: propagandista da reforma agrária; motivador da sociedade; formador, no sentido de passar idéias e **dar organicidade à sociedade:**

*sozinhos não construiremos uma alternativa popular a este novo modelo de desenvolvimento. Para tanto precisaremos (...) aglutinar forças de tal forma que se crie estruturas sociais que rompam com a superestrutura da burguesia (do Estado) e que em torno de um Projeto Nacional se crie uma mística e um desejo coletivo de mudanças. (MST, 1997:5. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas).*

Para a materialização dessa compreensão, o MST procura desenvolver as seguintes tarefas específicas: manter a credibilidade da reforma agrária e ampliar a influência territorial:

*O acúmulo de forças na sociedade se manifesta pelo nível de influência que temos em nossa região (...). Desta forma, a presença econômica de nossos assentamentos e de nossas Cooperativas também é expressão desta influência, e precisaremos saber manejá-las. Mas esta influência não se restringe ao porte econômico das Cooperativas. Precisamos interferir mais ao nível da comunicação com a sociedade e com nossos aliados: certamente a comercialização de produtos, de forma direta ou mesmo pelos nossos mercadinhos é um caminho potencial. (MST, 1997:5. As Tarefas do SCA e a Construção de nossas Cooperativas).*

Desse modo, tanto o Movimento como o SCA enfrentam diversos desafios, buscando superar-se e forjar novos homens que estabelecem outras relações entre si, que não as do capital.

#### **4.9- DESAFIOS PARA AVANÇAR**

As formulações apresentadas referem-se a desafios. Alguns deles somente serão superados com o apoio de toda a sociedade. Entretanto, há alguns desafios que impedem o avanço imediato da reforma agrária, e que supõem:

1- formulação e defesa de um novo conceito de terra produtiva. Terras com pastagens consideradas produtivas utilizadas na pecuária extensiva e pouco lucrativas deveriam

ser melhor aproveitadas para a produção de alimentos. O Incra poderia fazer uma avaliação da produtividade dessas áreas e da mão-de-obra utilizada através da comparação com outras áreas que utilizam tecnologia disponível para, só então, diagnosticá-la como produtiva ou não (Bogo, 1999:65);

2- o resgate do conceito de função social da terra. O Governo estabelece que, cada região, apresenta uma quantidade mínima de terra para uma família subsistir, ou seja, em cada região há um módulo mínimo definido (Bogo, 1999:68-71). O artigo 186 da Constituição Federal coloca o seguinte:

*A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:*

*I – aproveitamento racional e adequado;*

*II – utilização adequada dos recursos naturais;*

*III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*

*IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Constituição Brasileira. Cap. III. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Art. 186:78);*

O direito de propriedade garante a todos que cada um poderá possuir a quantidade que quiser de terra. O MST está buscando junto ao Governo que se estabeleça um limite para a propriedade individual de terra e

3- Modernização do campo com a ajuda dos conhecimentos científicos já que os critérios de assentamento do Governo têm imposto limites a essa integração.

*Um empresa social, como é um assentamento, que passa a funcionar como uma comunidade qualquer, precisa de médico, dentista, economistas, psicólogos, antropólogos, pedagogos, advogados, agrônomos, técnicos agrícolas, artistas, engenheiros florestais, etc. Isto está fora dos critérios de assentamento, levando-nos a confirmar que a visão de reforma agrária que ainda existe no governo é a do jeca-tatu, feita para camponês, mas mantendo-o na ignorância em que viverá o resto de seus dias na casinha de palha, sem luz elétrica, demonstrando felicidade, sorrindo com sua boca sem dentes. (Bogo, 1999:72-73).*

A reforma agrária deveria, segundo o MST, possibilitar a participação de outros profissionais com diferentes qualificações e que pudessem ser assentados com os mesmos direitos dos trabalhadores sem-terra;

4- desenvolvimento de novas formas de mercado. As grandes empresas priorizam o mercado de elite que atinge cerca de 30% da população localizado nos grandes centros. Os assentamentos devem priorizar o mercado popular. A linha de produção precisa,

portanto, fixar-se nos alimentos básicos com qualidade, sem agrotóxicos (Bogo, 1999:75). Esse mercado de massa tem dois objetivos:

*Primeiro, garantir o planejamento da renda familiar e cooperativa, possibilitando desenvolver vários investimentos que permitam emprego da mão-de-obra com remuneração garantida; segundo, vincular os produtores aos consumidores. Ao mesmo tempo em que produzimos devemos estar vinculados política e afetivamente com os consumidores, para que estes percebam que é possível adquirir alimentos de boa qualidade a preços mais acessíveis, mas também guardar amizade aos vendedores. Geralmente o mercado estabelece uma relação de desconfiança entre as pessoas, de certo porque o vendedor tem uma visão utilitarista do consumidor, que é a de apenas “tomar” seu dinheiro. (Bogo, 1999:75-76).*

O mercado potencial buscado está nas residências, nas feiras, nas prefeituras responsáveis pela merenda escolar e nos mercados públicos a serem criados.

*(...) nos supermercados se encontram todos os produtos, os nossos da reforma agrária deverão ter mais aceitação, pois terão uma qualidade superior. E não se trata de “nicho de mercado” como muitos afirmam. Como pode ser nicho, se 70% da população não consegue comprar os produtos do grande mercado? Nós podemos e devemos produzir frangos, galinha caipira, ovos, alface, mel de abelha, melancia, abóbora, maracujá, derivados de frutas, de carne, de leite, etc., tudo sem, ou com poucos ingredientes químicos, estabelecendo assim uma relação de confiança com a sociedade, que receberá os resultados da reforma agrária, tanto defendida como realizada com o esforço de todos.*

*(...)*

*Nossa obrigação é servir à sociedade através da organização da produção e do mercado. (Bogo, 1999:76-77).*

Para a organização desse mercado os seguintes aspectos são destacados pelo MST (Bogo, 1999:77-78):

- desenvolver um intenso trabalho educativo;
- estabelecer plano de produção conjunto combinado com o crédito e com o mercado da região;
- criar mercados locais e regionais;
- dedicar-se a estudos sobre a renda, tanto da terra quanto financeira, para ter parâmetros para a produção e elevação da renda familiar;
- criar “postos de abastecimento” permanentes;

- estabelecer formas de comercialização direta com categorias urbanas, como Cooperativas ou outras entidades;
- investir em propaganda e aproveitar para divulgar os resultados alcançados pela reforma agrária;
- desenvolver o mercado a domicílio; e
- criar vínculos de vendas com prefeituras e entidades afins, como hospitais, asilos e creches.

*Nossa lógica deve seguir a linha oposta da que segue o capital. Este visa o lucro. Nós devemos visar o bem-estar do ser humano. Certamente será muito difícil concorrer nesta lógica quando não temos a moeda que intermedeia as relações comerciais entre as pessoas. Mas será esta a única forma de nos relacionarmos com o mercado e com as pessoas? Claro que não. Podemos estabelecer forma que recuperem a troca de produtos por serviços, e de serviços por arte, e de arte por alimentos etc. (Bogo, 1999:87);*

5- criar mecanismos para reter a juventude no campo: investir na preparação técnica e política dos jovens; estudar uma forma de remunerá-los mensalmente; despertar o entusiasmo e o interesse pela criatividade; incentivar a criação de bibliotecas e centros culturais;

6- elevar a renda diversificando os investimentos: à medida em que se avança na organização da produção nos assentamentos. É possível pensar em abrir restaurantes nas cidades com a finalidade de movimentar diariamente recursos financeiros e pensar em outras possibilidades que garantam rendimentos elevados.

*Uma unidade de produção qualquer somente conseguirá progredir se criar alternativas de produção de mercadorias e vendê-las fora do assentamento, em quantidade suficiente para garantir a remuneração da mão-de-obra de quem as produziu. Não importa se isto implica em ampliar o número de investimentos, importa que todos os integrantes do assentamento tenham sua renda garantida mensalmente pela produção e venda de mercadorias (Bogo, 1999:100-101); e*

7- transformar o ser humano juntamente com o meio onde vive:

*Encontramos nos textos de filosofia de K. Marx e F. Engels que “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas o seu ser social que determina a consciência” (Marx, K. e Engels, F. A Ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec:1986:56, in: Bogo, 1999:102). Sendo assim nossa preocupação deve ser a de organizar corretamente os “seres*

*assentados” para que venham a ter correta consciência social. (Bogo, 1999:102).*

*(...) Deste modo, é importante orientar as formas de produção e reprodução da vida humana e comunitária, se queremos superar aspectos degeneradores da sociedade capitalista, que são as circunstâncias que herdamos, feitas pelos interesses econômicos, políticos e ideológicos da classe dominante, já há quase cinco séculos em nosso país. (Bogo, 1999:102).*

O ato de fazer o “extraordinário tornar-se cotidiano” vem a ser o maior desafio. Esse extraordinário é entendido como “*ultrapassar a regularidade das coisas, não esperando que elas aconteçam, ou que possam ser realizadas dentro das conformidades que a realidade histórica nos oferece (...). Para isto, precisamos traçar objetivos claros que possam orientar a realização dos atos extraordinários*” (Bogo, 1999:105). Esses atos extraordinários são entendidos como mudanças profundas nas relações sociais entre as pessoas, em sua consciência para, então, transformar a sociedade.

*A convivência social se estabelece a partir das circunstâncias sociais. As pessoas vivem e obrigatoriamente devem relacionar-se para satisfazer suas necessidades e interesses (...). É próprio das pessoas conviverem, se não agregarmos a isso uma infinidade de valores. (Bogo, 1999:116).*

*Natural é cooperar em todos os sentidos. Extraordinário é forjar e desenvolver novos seres humanos.*

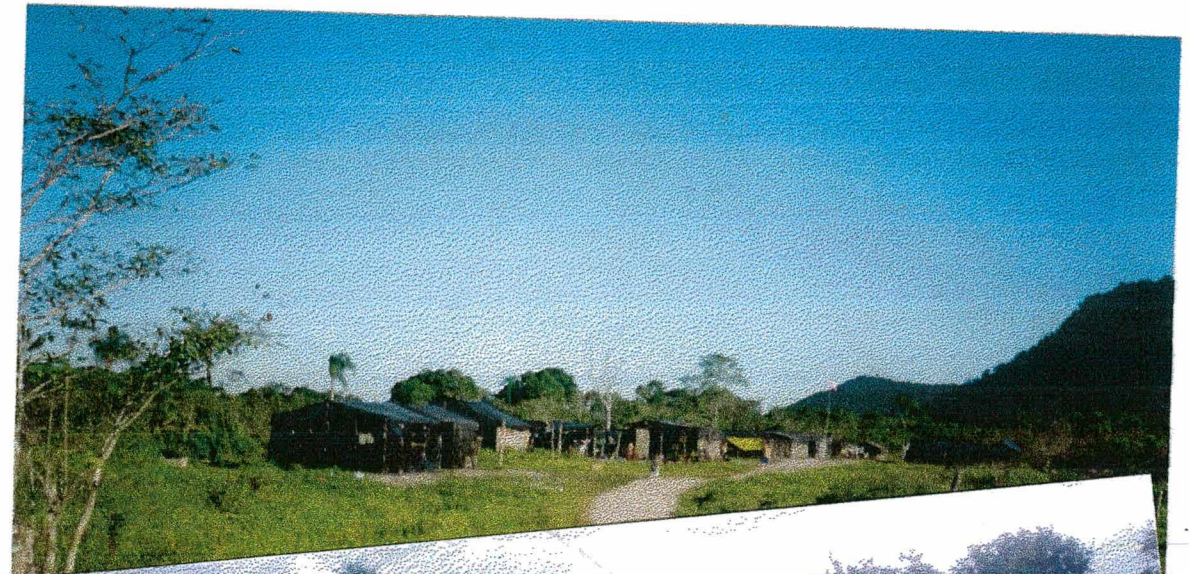
*(...) É o ser humano que tem a capacidade de planejar o futuro. Desta forma poderá decidir, se quiser, como viverão as futuras gerações. É para o bem-estar do ser humano, em sintonia com o universo, que a sociedade deve ser transformada e não simplesmente para derrotar a classe dominante. De nada valerá derrotar uma classe e repetir todos os seus erros na organização da nova sociedade. Esta transformação poderá ser alcançada se, junto com a sociedade, transformarmos os hábitos, a conduta e o caráter do ser humano; para isto necessitamos empregar um esforço extraordinário, diariamente. (Bogo, 1999:111).*

A trajetória percorrida pelo Movimento culmina com a necessidade de uma redefinição de sua estratégia. Da simples junção dos produtores à forma cooperativa tem conduzido à gestão empresarial da produção e da comercialização, através do SCA. Na medida em que as Cooperativas ampliam sua participação no mercado capitalista as leis do capital se impõem para elas, assim como para as empresas burguesas. Ao se fortalecerem as Cooperativas se reproduz o caráter capitalista na produção, elemento contraditório à

construção de uma sociedade igualitária e socialista proposto pelo MST. Urge neste momento a necessidade de um aprofundamento das reflexões teóricas para que o Movimento se fortaleça e se apresente como perspectiva de uma nova forma de produção da vida.

Assim, o próximo capítulo, longe ser um instrumental analítico de uma realidade dada é uma reflexão teórica para a afirmação do Movimento. Da organização da produção emerge o debate teórico como tempo do MST. Por esta razão é que na seqüência de nossa dissertação apresentamos as formulações referentes ao desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista e o seu caráter de exploração da força do trabalho. Contribuindo para a explicitação do caráter burguês que molda a cooperação o qual o MST deverá superar.







## **O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA: FABRICANDO UMA NOVA SOCIEDADE**

O ideário do MST traz em seu bojo a estruturação de uma sociedade “igualitária e socialista”. Entretanto, a forma de organização da produção e de comercialização de produtos que ocorre nos assentamentos configura-se em uma proposta que pode estar negando esse ideário e reproduzindo o mesmo sistema que o criou, enquanto homens excluídos e supérfluos à reprodução do capital.

Essa forma de organização da produção e de comercialização é observada, também, nos acampamentos, pela criação de Cooperativas de Trabalho, como forma de o Movimento produzir os homens. Reflete, assim, em suas entranhas, consciente ou inconscientemente, a lógica do capital.

Por outro lado, é nos acampamentos que o MST mostra toda a sua rebeldia,<sup>45</sup> configurada na criação de relações sociais que afirmam o Movimento. Estas relações sociais novas não têm forma, é a pura relação entre os homens, não se dissimulando em relação entre coisas, possibilitada pela solidariedade. Impossibilitados de voltarem ao que eram e, ainda sem serem o quê poderão ser, encontram na solidariedade o amálgama que os fazem Movimento. São as relações solidárias que fundamentam a vida desses homens e geram sua consciência. Talvez, seja por isso, que o MST nos acampamentos tem se mostrado mais forte do que nos assentamentos.

---

<sup>45</sup> Rebeldia no sentido de criar uma nova forma dos homens produzirem sua existência. A rebeldia está na busca pelo novo.

É nos acampamentos que o MST mostra a possibilidade de constituição de um novo homem. A busca pela sobrevivência e manutenção dos homens, neste espaço temporário, o impede de reproduzir a vida da forma conhecida, como trabalhador rural, e estrutura, de modo diferente ao do capital, a base para a produção da sua existência. Refletem-se, deste modo, outras relações sociais, originadas de outra base material de produção. Essa base material, no acampamento, é a materialização do próprio Movimento. Permeando e impedindo esse novo de mostrar-se em toda a sua rebeldia, possibilidade de expansão e afirmação, está a velha ordem vigente, o modo de produção capitalista, que confirma e produz a existência de seres sociais, imposta pelo capital.

O Movimento aglutina no acampamento, a solidariedade entre os homens, o assentamento separa. A posse da terra, nos assentamentos, separa os homens. Ela toma o lugar do Movimento e passa a organizá-los em Cooperativas. O MST se mostra somente na figura dos liberados, nesses locais. A materialização do Movimento no espaço dos assentamentos fica, dessa forma, obstaculizada, possibilitando a reprodução contínua de relações próprias do capital.

Nos acampamentos, através do MST, os homens estão assim organizados: há os coordenadores gerais, eleitos pelos núcleos. Cada núcleo tem os seus coordenadores, de finanças, de saúde, de higiene, de alimentação e de segurança. O conjunto desses coordenadores forma a comissão de cada setor, que verifica o andamento geral das tarefas, definidas no coletivo. A fim de dar organicidade à ocupação e todos estarem inseridos num único propósito. Com essa organização o repasse de informações e a própria comunicação fica facilitada.

*Nos acampamentos há o líder da higiene, segurança, finança, alimentação, saúde. Além disso tem as comissões, que fazem reuniões com os líderes da higiene, por exemplo, é ela que encaminha com os líderes o quê deve ser feito.*

*Quer dizer tem o núcleo, cada núcleo tem os seus líderes e no acampamento em geral há as comissões. Essas comissões é que revêem tudo se tudo está em ordem se está tudo organizado.*

*Por exemplo a comissão de saúde, tem de ver com os agentes de saúde (externos) se está tudo funcionando bem, se eles estão trabalhando se eles estão dando conta da saúde, ela deve se reunir com os agentes de saúde e dar mais informações se necessário, se ela percebe que tem*

*algum agente que não está dando conta que tem alguma dificuldade, ela tem que procurar encaminhar esse agente para fazer cursos, se aperfeiçoar.*

*Há diversos coordenadores gerais do acampamento, é formada por 15 pessoas, que fazem parte das comissões, um faz parte da comissão de segurança, outro da higiene, educação outro, por exemplo o N. é o líder geral é o mais forte de todos, mas não é que ele é que manda, a gente sempre senta e discute junto os problemas e é uma união entre todos, ninguém procura resolver um problema sozinho. Se surge um problema é sempre discutido e resolvido no todo, nunca um sozinho toma uma decisão.*

*De início foram formados os núcleos, nós chamamos de núcleo, cada núcleo é composto de 10, 15 a 20 famílias. Tínhamos 52 núcleos, era muita gente tinha núcleo com 30 famílias, daí cada núcleo tinha as suas lideranças, tinha o líder da higiene, coordenador geral do núcleo, tinha o líder da saúde, líder das finanças, da educação, cada núcleo. E antes disso tinha o coordenador geral do acampamento e pra gente trabalhar e organizar todo esse povo, para todo mundo ficar sabendo o que se passava dentro do acampamento eram feitas reuniões todos os dias, de segunda a sábado. Primeiro a coordenação se reunia e discutia todos os problemas e todos os encaminhamentos que deveriam ser feitos naquele dia, era uma hora de discussão, daí vinham os líderes, os coordenadores dos núcleos, onde era repassado tudo aquilo que a gente tinha discutido, tudo o que tinha encaminhado os trabalhos, higiene, todos os trabalhos do dia-a-dia. Tinha o barraco da alimentação, o povo, veio muita gente da beira do asfalto, eles tinham comida pra três dias, depois de três dias não tinham nada para comer e daí fazer o quê? trabalho não tinha ainda daí começamos a fazer campanha nas comunidades com igreja, sindicatos, e até mesmo alguma universidade se envolveu, também vieram bastante doações, assim agasalhos, comida, e daí aquele líder do núcleo ele fazia levantamento lá naquele núcleo dele, quais as famílias que estavam necessitando de comida e daí era repartido se tinha uma lata de azeite para dez famílias era ótimo que tinha, se não tinha nada, era repartido se era bastante era mais, se era pouco... era aquilo que tinha, tudo assim, então a nossa organização ela sempre foi assim. Uma vez veio uma equipe da Alemanha, vocês são heróis na organização, eles acharam assim, para organizar um povo assim de tantas diferenças, de culturas diferentes, alguns estudaram outros nunca tinham visto uma escola, alguns viveram a vida inteira dentro de uma favela então para trabalhar com esse povo, manter eles no mesmo nível precisa muita experiência, muito trabalho, muita base. A gente teve poucos problemas, até o acampamento Dissenha foi um acampamento exemplar em organização, em formação, em liderança.*

*A proposta e o projeto do MST eram repassados através da Assembléia, que acontecia diariamente. Era bonito, vinham todas as crianças, todo mundo vinha para receber informação na Assembléia, então eram colocadas as normas, os objetivos do MST porque essa luta e também*

*nas reuniões com os líderes era falado, trabalhado isso para eles passarem para os núcleos, porque alguns nem sabiam o porque da existência do MST também não sabiam a sigla, porque Movimento Sem Terra? por que esse Movimento? então era sempre trabalhado isso (...). Por exemplo se é necessário fazer uma limpeza no acampamento, é só dar um grito para um líder que ele já vai organizando. Normalmente os líderes circulam para ver se é preciso renovar um banheiro, fazer uma limpeza. (M. C. acampada em Abelardo Luz).*

Desse modo organizativo o Movimento vai adquirindo forma e se fazendo presente na produção da vida cotidiana dos homens nos acampamentos. A sua força vem dessa materialidade e sua dinâmica aparece e mostrar-se a toda a sociedade.

Nos acampamentos, a velha ordem burguesa se mostra através da constituição de Cooperativas de trabalho, cujo objetivo é a venda da força de trabalho das famílias acampadas. A Cooperativa faz a mediação entre os donos dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho, mesmo que, às vezes, a venda ocorra sem a intervenção dela, feita pelos próprios acampados. Os conflitos gerados por essa forma de reprodução da vida se fazem presentes no cotidiano dos acampados; aparecem sob a forma de descontentamentos entre o percentual do valor recebido pela venda da força de trabalho que permanece para o acampamento e a Cooperativa e, entre o que pertence aos trabalhadores. Os homens, no acampamento, ao se reproduzirem dessa forma, podem estar destruindo a possibilidade de criação de um outro homem.

*Tem a Cooperativa do Trabalho, isso que nós conseguimos no ano passado formar essa Cooperativa do trabalho e essa Cooperativa vai em busca do trabalho, faz o contrato, ninguém trabalha frio, todo mundo faz contrato do seu trabalho, por exemplo eles contrataram agora com a Agroeste o despendoamento do milho, se a Agroeste precisa de 50 peão é uma equipe de 50 que vai, se precisa de 100 arruma, e daí nessa equipe que vai trabalhar tem alguém que coordena o trabalho, não vai solta assim. Essa equipe é só dos acampados, se faltar peão pode ir assentados, mas a preferência é para os acampados porque eles não produzem, e o assentamento já está produzindo a sua alimentação, e a nossa alimentação vem através desse trabalho, é ali que eles buscam a alimentação, porque os recursos que o pessoal tinha já acabou, nós já estamos aqui a um ano e oito meses ou nove meses, em junho vai fazer dois anos, 08 de junho de 1999 vai fazer dois anos, eles tem de buscar os recursos trabalhando, sem o trabalho nós não vamos sobreviver. (M. C. acampada em Abelardo Luz).*

*O trabalho organizado, a Cooperativa de Trabalho, que inclusive essa Cooperativa de Trabalho foi fundada em nosso acampamento, foi fundada aqui no Oziel, com a finalidade de buscar trabalho, para o pessoal conseguir a sobrevivência. Essa Cooperativa foi fundada aqui, mas ela abrange o Estado todo, é uma Cooperativa no Estado todo, ela tem os representantes, inclusive o B., é que comanda essa Cooperativa, aí ele sabe, tem uma empresa que necessita de mão-de-obra, ele vai lá acerta o preço, faz contrato, está sempre negociando, de repente ele vai lá, pega um preço e se não estiver bom ele negocia, essa negociação é que ele faz. (V. acampado em Abelardo Luz).*

Do rendimento do trabalho, um percentual permanece no caixa geral do acampamento para que este possa organizar as manifestações, para pressionar a desapropriação da área, e outros gastos relativos à organização do acampamento e da Cooperativa. O repasse desse percentual é geralmente conflituoso:

*E essa Cooperativa de frente de trabalho não visa lucro para a Cooperativa, ela só arranja esses trabalhos que é para a subsistência do pessoal que está acampado, aí o pessoal que trabalha recebe e o dinheiro quem faz uso é quem trabalhou. Com exceção de algumas despesas, como tem despesas de notas, de transporte, porque a Cooperativa é legalizada, telefones, então é descontado do acampado a quantia que é a despesa e o restante é de cada trabalhador. O percentual com relação a nota da Cooperativa é em torno de 2% aí tem uma porcentagemzinha que é para o acampamento, daí essa porcentagem que fica no acampamento, que faz parte de um caixa geral do acampamento isso aí é para quando precisa fazer um ato público, um manifesto, ou coisas assim, aí paga transporte e despesas do pessoal e coisa e tal, aí tem esse dinheiro em caixa, ou se precisar fazer uma reocupação, numa outra área aí tem como pagar, organizar, ônibus e essas coisas para levar o pessoal então esse caixa é para isso. Isso tudo significa em torno de 10% e da nota da Cooperativa 2% só que como ela é legalizada, aí tem de descontar mais, mas isso ainda está em discussão, porque ela não está totalmente legalizada, só que se ela for totalmente legalizada vai ficar em torno de 41% de desconto, que daí tem INSS, e é bastante. (V. acampado em Abelardo Luz).*

A existência da Cooperativa não impede que acampados busquem trabalho por conta própria.

*Aqui mesmo no inverno sempre tem serviço, mesmo existindo a Cooperativa de trabalho as pessoas podem procurar trabalho sozinhas, não tem problema nenhum, se arranjar um trabalho para 30 dias pode ir, desde que dê a contribuição para o acampamento, até porque é um dever, se eu sair por 30 dias tem os companheiros que vão ficar aqui lutando por mim, fazendo segurança, fazendo todo o trabalho do*

*acampamento, tem o dever de contribuir. (V. acampado em Abelardo Luz).*

Contudo, vender a força de trabalho das famílias acampadas e obter meios para a sobrevivência é a forma imposta pela dinâmica do capital. Nada há de novo nessa forma de reprodução da vida, em que os homens proprietários de sua capacidade de trabalho a vendem aos detentores dos meios de produção, obtendo assim, meios de sobrevivência para reporem a sua energia física e mental e venderam-na novamente ao capitalista por um lado, e por outro, produzir para os detentores dos meios de produção a sua condição de proprietários privados desses meios (Marx, 1969:133-140).

Os homens do MST, ao produzirem sua existência como assalariados, recriam e afirmam o dinamismo do capital sobre suas vidas, adequando-se e estruturando-se às suas exigências. Romper com essa dinâmica, por certo, não é tarefa simples.

Entretanto, é nos acampamentos que o MST mostra a sua essência, ainda que permeada por esse velho que impede a sua consolidação como uma nova possibilidade de reprodução da vida. É nesta etapa da luta que o MST indica a base para o surgimento de um novo homem, solidário, e com outra perspectiva de ser e se constituir como ser humano. Isto é claramente visível nesta forma de organização do Movimento, presente nas lembranças dos assentados e no cotidiano dos acampados.

*Ficamos um ano acampados, era muito organizado, era muito bom, todos eram bem mais amigos, se davam mais, tinha mais discussão. Só que no momento em que ganharam a terra e começaram a trabalhar, o pessoal, eu não sei, já não ficou muito mais unido como estavam. Todos éramos bem mais unidos, no acampamento havia aquela força assim sempre na gente, e agora, no assentamento, não tem mais. (T. assentada em Abelardo Luz).*

*Na época do acampamento todo mundo participava mais, tinha mais reunião, e agora se marcar uma reunião é bem poucos que participam. Se pegaram muito no serviço, é que ou tem que colher, ou tem que plantar ou carpir. E daí o pessoal pouco vão em reunião. Eu acharia que o pessoal deveria ir nessas reuniões que essas reuniões é o que mantém o MST e nós também porque quanto mais unido, quanto mais discutido é melhor. (M. assentada em Abelardo Luz).*

*No acampamento as pessoas se ajudam mais, se reúnem, se ajudam, trabalham em grupo, se ajudam, tem gente que até cozinha junto, alguns*

*fazem sozinho. Se eu precisasse de qualquer coisa sabia que podia ir nas barracas e o pessoal ia me ajudar. O acampamento é alegre. (L. F. acampado por três anos, assentado desde julho de 1999).*

*Eu gosto dos acampamentos, sabe é bom, é um lugar sossegado, dá para a gente sair. Nossa alimentação vem das arrecadações. É bem melhor que estar na cidade, a gente não tem que ficar pagando aluguel, a água a gente tem o rio. Todo mundo se ajuda, e trabalha, eu praticamente cuido mais das crianças e do barraco, eu me sinto bem. Gosto de estar lá. Já faz um ano que a gente está nessa vida. Eu tive um filho no acampamento. (S. acampada em Garuva. Que anteriormente encontrava-se em Araquari, visitado por nós).*

Nos acampamentos, a dinâmica de reprodução da vida, através de formas cooperativas e associativas de trabalho com idéias à construção de um novo homem, é imposta pelo Movimento, educando o acampado para que visualize sua vida, nos assentamentos, como um agricultor coletivo.

A opção por grupos coletivos está estritamente consolidada com a estratégia produtiva do Movimento. Assim, o MST, a começar pelos acampamentos, procura romper com o trabalho individual priorizando as formas coletivas de produção.

*O coletivo pra nós é uma alternativa porque lá fora a gente sempre viveu o individual, a gente nunca teve uma organização então era sempre cada um para si e Deus por todos. Então um dos motivos que estamos aqui no acampamento já é essa forma do cara lutar sozinho é bem mais difícil do que se estiver em cinco ou dez, quinze, então o coletivo é uma força a mais até em termos de organização. (V. acampado em Abelardo Luz).*

*Mesmo no acampamento, já é colocada a questão de trabalhar em grupo (...). (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

A solidariedade, sob qualquer forma e de onde quer que se origine, possibilita a construção desse novo homem que vive nos acampamentos, coletivamente. Ao relacionar-se com outros homens, o faz da forma como impõe a base material de sua reprodução. A partir dessa base, a consciência formada nesses homens, reflete o novo e pode romper com as relações sociais impostas pelo modo de produção capitalista. Nos acampamentos, embora permeados por relações que reproduzem o sistema capitalista, forjam-se novos homens que estruturam, solidificam e afirmam o Movimento.

Nesses homens se percebe o Movimento como sua forma de ser, de existir e de relacionar-se com outros homens, todas as suas ações impõem esta verdade, a verdade do Movimento como forma de reprodução de sua existência, tão repetida em seu ideário.

É por isso que o homem do acampamento é mais engajado na luta, está sempre pronto a desafiar-se, a mostrar a sua rebeldia no enfrentamento com a velha ordem social. Ele é a própria rebeldia. Personifica-a e mostra-se para toda a sociedade. É neste espaço e neste tempo transitório, imbricado por velhas relações burguesas, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra demonstra, claramente, a sua força capaz de transformar o homem.

Normalmente os acampados integrantes das mobilizações públicas são em número significativamente maior do que o dos assentados. Trazer o assentado para a “luta” torna-se um complicador.

Os sonhos dos acampados são semelhantes, em todos é a terra que vem como solução e perspectiva futura de vida, de ter “suas coisinhas”. Alguns buscam no trabalho coletivo, em CPAs, a possibilidade de ter um tempo de vida livre, e não só de trabalho e, assim, uma existência mais digna.

*Meu sonho no assentamento é ter uma vida tranqüila e com muita paz e não vou precisar trabalhar tanto, eu trabalhava antes para poder sobreviver, agora vai ser um grupo que trabalha, talvez oito horas de trabalho, e não doze, dezesseis horas como eu trabalhava lá, pra melhorar de vida. Eu não quero ficar rica eu quero ter saúde e comida e viver tranqüila, e ter uma casa para morar e ter conforto, não luxo, mas conforto. E mesmo depois de assentado a luta não deve parar, a gente tem que continuar lutando para os outros acampados conseguirem a terra e ir melhorando a sociedade no geral, assistência para quem precisa por isso a gente deve continuar lutando, e se aperfeiçoando cada vez mais, através de leitura, participando de reuniões de curso, onde puder participar tem de participar.*

*Essa compreensão não é clara para todos, quando a gente vai para manifestos, é os acampamentos que mais enfrentam os manifestos, os que são assentados acham que já não é mais para eles irem a luta, só os acampados é que devem ir, mas quando eles é que deveriam dar muito mais força do que nós acampados, porque nós temos menos experiência, tanta coisa menos. Eu sei que tem acampados aqui, que depois que*



*tiverem a terrinha deles eles vão ficar lá eles vão ser os mesmos de antes, porque é muito difícil reeducar a pessoa porque a sociedade que nós temos lá fora, ela quer esse tipo de gente que não vai a luta e pra eles perder esse ritmo lá de fora é muito difícil, porque isso estava muito vivo dentro deles. Mas a gente não abandona essas pessoas a gente continua tentando fazer eles entender, para que todos sejam iguais. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

O acampamento revela-se também como o local de estudo, de aprendizado de novas formas de organização da produção e da vida, novas concepções políticas para os acampados, enfim a compreensão de sua própria história e o entendimento da sociedade em geral, a tomada de consciência dos problemas. E também a percepção de si mesmos como seres humanos diferentes do que até então conheciam, descobrem potencialidades que não eram percebidas. Aparece diante de si um outro homem, com novas formas de pensar e agir, certamente mais solidário, capaz de partilhar. É um novo homem que vem a ser constituído a partir dessa nova base produtiva, cujos homens materializam o Movimento, e que se percebem como Movimento, embora num tempo efêmero, transitório e cerceado pelos processos que o impedem de aflorar plenamente, e que por ocasião do assentamento morre, e daí a saudade, a lembrança boa do período de acampamento.

*O acampamento foi uma coisa boa, foi um momento feliz, eu aprendi muita coisa. No acampamento eu aprendi muito essas coisas políticas, o que é coletivo, o que não é, e um pouco mais de tudo, aprendi e entendo porque eu não tinha terra, porque é que eu tinha que arrendar terra para plantar, agora eu entendo isso tudo, toda essa história da expropriação que o capitalismo faz, eu entendo hoje. Aprendi isso no acampamento. Eu não estudei muito, a gente vai aprendendo assim. Eu de estudo tive pouco, só fiz até a segunda série primária aprendi mais no acampamento com o pessoal.*

*No acampamento era divertido, hoje no assentamento é mais disperso, é mais longe, embora a gente sempre se reúne mais já não é mais a mesma coisa. Lá no acampamento era melhor a vida, a gente se sentia bem, era divertido. No assentamento é bom também, mas está mais longe, e agora a gente tem a nossa terra, então fica mais tranquilo, mais sossegado. Não que no acampamento a gente não tivesse tranquilo, é que não tinha segurança do dia de amanhã, a gente sempre lutou para ir para um assentamento. (L. F. acampado por três anos, assentado desde julho de 1999).*

*A intenção da gente era ficar lá em Abelardo Luz, de ficar com aquele pessoal lá, então em partes assim eu acho que foi uma história atorada pelo meio porque a gente não conseguiu realizar, porque na verdade o que a gente queria era ficar lá com aquele povo, lá porque nós não conhecia ninguém era assim um pessoal todo estranho e depois com o passar do tempo a gente foi conhecendo as pessoas e foi fazendo amizade, a gente virou uma família, era muito bom, e então quando a gente veio para cá parecia que não dava mais para deixar aquelas pessoas e só a gente vir para um assentamento, eu queria que tivesse dado certo, eu sinto muitas saudades daquela época, das pessoas, da nossa união. Então um coisa assim que marca bastante. (A. e Z. acampados na Dissenha e no Oziel Alves Pereira em Abelardo Luz, atualmente assentados em Dionísio Cerqueira).*

*Quando a gente está no acampamento é um processo que a gente vive mais pertinho um do outro, e assim o sonho da gente é a conquista da terra, então todo mundo se junta para isso, e como a gente vive pertinho, é mais fácil ficar conversando com as pessoas e tá organizando e tá indo pra frente e até porque é uma questão de sobrevivência mesmo (...). (M. S. assentada em Abelardo Luz).*

*Ficamos desde o dia 08 de junho de 1996 até o dia 02 de novembro de 1998 no acampamento, só que nesse meio tempo a gente ficou um ano e meio lá então aprendemos, porque a gente não sabia o que era acampamento nada, muito menos um coletivo. (A. Z. acamparam em Abelardo Luz, hoje assentados em Dionísio Cerqueira).*

*Os trabalhos de esclarecimento de formação é feito pelo MST, a situação política, vem alguém que reúne o pessoal e vai informando, qual o caminho, o que se deve fazer para mudar. E a reforma agrária, a luta pela terra é apenas uma parte, o início da luta, inicialmente se luta pela terra só que ela vai além, aí você luta por crédito, por educação, por saúde, por todos os setores que os cidadãos brasileiros tem direito, primeiro a terra depois as outras questões sociais que a gente tem direito. Mas nem todos tem essa compreensão. (V. acampado em Abelardo Luz).*

As crianças gostam desta etapa de suas vidas. Sentem de forma espontânea esta nova forma de ser. São dinâmicas a despeito de sua fragilidade e de seu aparente sofrimento. Tudo indica serem crianças felizes que gostam da vida no acampamento, devido principalmente ao grande de número delas, que brincam juntas todos os dias. Possibilitado pela proximidade dos barracos. Não há um controle rigoroso dos adultos sobre elas. Em qualquer casa que estiverem, as pessoas olham por elas independente de serem seus filhos. É algo que é natural dentro do acampamento todos cuidarem dos filhos de todos.

*Eu fui acampada uns dois anos, eu tinha na época dez anos, ah, foi o tempo mais bom da vida, parece que nós começamos a viver quando fomos para um acampamento. Quando a gente morava lá em São Miguel D'Oeste a gente não sabia o que era um barraco de lona, então chega aqui, a gente quando criança, era esperta, inteligente, sabíamos quantas crianças passavam fome no Brasil, nós nunca tinha ouvido falar disso, sabia quantos sem terra tinha em Santa Catarina, quantos tinha no Brasil. É uma coisa assim difícil de dizer, como é que as pessoas de fora são contra os acampamentos, e dentro dos acampamentos as crianças já sabem o que é acampado, porque estão ali debaixo de uma lona, começou ali de seis a sete anos todas as crianças já estão sabendo porque é que ela passa fome, porque ela não tem roupa, porque ela não tem calçado. Isso a gente só aprende aqui dentro, porque fora dos assentamentos e dos acampamentos não se ensina isso. (Mt. Assentada em Abelardo Luz).*

O MST, nos acampamentos, busca refletir uma lógica diversa da que é produzida pelo modo de produção capitalista. Ao materializar essa outra lógica, própria do Movimento, demonstra a sua capacidade transformadora na corporificação de homens que a reproduzem, por ela estar na base material de suas vidas. São essas novas relações sociais, não coisificadas, límpidas, transparentes, e essa possibilidade, embora transitória, que fazem o Movimento solidificar-se e permanecer. Os acampamentos parecem criar e demonstrar esta possibilidade de constituição de novos homens.

Nesta fase transitória a alienação parece que deixa de existir, o homem está consciente de si mesmo e do mundo que o rodeia.

A própria transitoriedade faz com que os acampados busquem organizar suas vidas de outra forma. Não há como plantar, como produzir da forma como conheciam e outras saídas são encontradas, como a da solidariedade, da partilha, da doação.

Nos acampamentos é possível sentir e perceber o Movimento como uma forma real, que organiza a vida desses homens acampados. Nos controles de horário, do álcool, da prostituição, no cuidado com a higiene, na organização de escolas, na montagem de cursos para a formação dos acampados sobre a reprodução da sociedade. Neste espaço, o sem-terra incorpora outros valores, como a solidariedade, o companheirismo, a amizade, a cooperação entre os homens, e se relaciona através deles, visto que são os refletidos pela materialidade do Movimento. O Movimento é a conexão entre os homens e que possibilita romper com o sistema que o criou, o capitalista.

Este novo homem parece estar desalienado, percebe a si mesmo e o mundo que o rodeia na sua forma real. No espaço transitório do acampamento não há fetiche, a base produtiva materializada do Movimento, possibilitada pela solidariedade, produz a vida desses homens, e suas relações sociais refletem o que realmente são: solidários. Não estabelecem conexões burguesas na sua forma de mercadoria e dinheiro. A conexão entre os homens, neste espaço, é o próprio Movimento.

O processo educativo instalado nos acampamentos perde-se nos assentamentos pela forma com que os homens assentados organizam a sua base material de produção da vida. O que foi criado como possibilidade tende a desaparecer. O homem assentado não possibilita a materialização do Movimento, que, neste espaço, não encontra ressonância, fragilizando-se.

Tudo leva a crer que uma nova forma de produção da vida instala-se nos acampamentos. No entanto, para o MST, o vir-a-ser está nos assentamentos, determinado pela cooperação e Cooperativas, implantadas através do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Assim, o Movimento, na tentativa de materializar um novo homem a partir de sua forma cooperativa, se enfraquece e cria as relações do capital que o negam, fragilizando-o.

Nos assentamentos, a implantação do SCA, que se propõem ser o novo, produz e afirma o velho, ou seja, as relações mercantis e capitalistas de produção, formas burguesas de cooperação na produção da vida do homem. O Movimento busca a sua afirmação em uma forma que não lhe é própria, que é própria do capital, a constituição de Cooperativas e empresas agroindustriais.

Resumidamente, podemos colocar que as razões políticas, propostas pelo MST, através do SCA, são: ampliar a resistência ao capitalismo; construir a retaguarda do MST; proporcionar militantes e dirigentes; desenvolver a consciência política dos assentados; fazer articulação política e acumular forças para a transformação social.

Estes objetivos, no entendimento do MST, só poderão ser alcançados via integração das lutas do campo e da cidade e a compreensão da reforma agrária como uma conquista de toda a sociedade.

A experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do Movimento quanto da própria experiência de cada grupo em particular.

Assim, com o entendimento da modernização da agricultura, das formas de produzir e comercializar, necessitava-se, também, mudar a forma de orientar e organizar: constituição de grandes grupos coletivos; criação de associações para todo o assentamento; organização da empresa rural e da agroindústria; assistência técnica integrada e comercialização em grande escala.

As conexões criadas a partir da implantação dessa base produtiva não possibilitam que o novo, criado no acampamento, adquira forma. A materialidade posta por esta base produtiva, ao instalar-se nos assentamentos, estabelece entre os homens relações burguesas de produção. A possibilidade de materialização do Movimento, colocada nos acampamentos, os assentamentos fragilizam ao incorporar a lógica capitalista de produção.

É na utilização da cooperação que o modo de produção capitalista produz de modo superior às formas pré-capitalistas. Gera com isso, forças produtivas inimaginadas, e revela-se um progresso histórico jamais pensado. Por outro lado, essa utilização capitalista da cooperação, torna-se um *“meio civilizado e refinado de exploração”* (Marx, 1994:417-418) da força de trabalho. Portanto, a força produtiva coletiva está desenvolvida para o capitalista e não para o trabalhador (Marx, 1994:417-418). Assim, o Movimento deveria buscar utilizar-se dessa forma avançada de produção, que é a cooperação entre os homens, para produzir a existência humana sem, entretanto, refletir nela as relações capitalistas.

O processo cooperativo engendra o trabalhador social médio, a junção de homens individuais que possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas e pressupõe, como inerente a sua própria natureza, uma coordenação e um planejamento

centralizados, para harmonizar as diversas operações ligando-as ao processo produtivo integral. (Assim que a cooperação passa a ter um caráter capitalista, quem assume a função de controlar os homens cooperados é o próprio capitalista, que busca a ampliação do capital, pela redução do trabalho pago e ampliação o trabalho não pago.

Desse modo, o desafio do MST refere-se à constituição do trabalhador social médio na sua organização da produção para produzir leite, frangos, mel, arroz etc., excluindo do processo cooperativo da produção da vida do homens, o seu caráter capitalista.

A cooperação nos assentamentos, fundada na priorização de formas associativas de organizar a produção, vem sendo utilizada pelo MST a partir de uma análise sobre a pequena produção, no capitalismo, e as suas limitadas possibilidades de existência. Dessa forma, a cooperação é a possibilidade de manutenção dos agricultores no campo, via aumento qualitativo da área cultivada, aumento da produtividade do trabalho, maior diversificação de produtos, racionalização dos serviços de assistência técnica e barganha sobre o crédito rural.

O associativismo, segundo o MST, promove, também, o avanço da consciência social dos indivíduos, possibilita a liberação de quadros para desenvolver outras atividades, como: negociações com o Estado e com o Incra; organização e fortalecimento do MST em outros locais; articulação com outros Movimentos sociais e sindicatos; irradiação da experiência; possibilidades dos agricultores usufruírem de folgas, bem como facilidades no acesso a serviços como a saúde e a educação.

A partir de 1993 começa uma crise atingindo o SCA. Alguns passam a acreditar que a implantação do SCA foi um equívoco, outros afirmam que se trata de uma crise de crescimento. As CPAs passam por rupturas profundas e muitas se dividem. Verifica-se que um dos grandes limites é o desconhecimento de formas de administração e com isso cria-se o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC).

Esse período de reestruturação do SCA e das formas de organização da produção nos assentamentos inicia-se em 1993 e vem até a data atual. Desde então o SCA procura avançar no entendimento das perspectivas da cooperação nos assentamentos. Em dezembro de 1994, no seminário nacional sobre “A Perspectiva da Cooperação no

MST”, com base nas experiências, entenderam-se os seguintes pontos (MST, 1998:33-34. Caderno de Cooperação Agrícola n.5):

- o que massifica a cooperação nos assentamentos são as formas organizativas que não envolvem a produção e estão voltadas para o setor de serviços, como as Cooperativas de Prestação de Serviços;
- as CPAs continuam sendo a forma superior de organização e estratégicas para o MST e, portanto, devem ser constituídas em condições muito bem definidas, embora não massifiquem a cooperação;
- o que determina a possibilidade de avançar na organização da produção não é mais o tamanho do lote e sim a sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado. O que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra;
- a introdução de agroindústrias nos assentamentos é estratégico para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e de todo o interior do país, envolvendo a juventude e agregando valor às mercadorias produzidas;
- não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado, e nesse caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora. O Estado desempenhará um papel indutor da cooperação via crédito, assistência técnica e pesquisa; e
- está descartada a possibilidade da “acumulação primitiva” de capital nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar, através da luta política, a mais-valia social<sup>46</sup> (MST, 1998:33-34. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

Tanto o SCA como cada Cooperativa do Movimento devem ter, ao mesmo tempo, um caráter político e um caráter de empresa econômica. Caráter político na organização e conscientização da base social e na articulação com outros setores da sociedade, contribuindo com o Setor de Frente de Massa. Caráter de empresa econômica visando a resistência dos assentados no campo, o crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida. “(...) *uma empresa econômica não pode ser dirigida com a mesma lógica de uma organização de massa. Mas ela tem que buscar a eficiência econômica, sem atrapalhar o político*” (MST, 1998:12. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

---

<sup>46</sup> Mais-valia social: a nós parece que o MST está confundindo mais-valia com excedente. Quando se produz para atender necessidades e daí resultam excedentes estes são comercializados. Mais-valia é uma categoria burguesa produzida pelo próprio trabalhador, através do trabalho não pago.

A Concrab, que é a forma jurídica do SCA, vai se desenhando nos assentamentos e a sua crise, própria de empresas capitalistas que se utilizam da racionalidade econômica, toma todo o espaço e o tempo dos homens, substituindo assim o MST, que só passa a aparecer na figura dos liberados, nos assentamentos.

A Concrab, ao expandir-se, e nos assentamentos produzir mercadorias para o capital,<sup>47</sup> deverá fazê-lo cada vez, de forma mais eficiente, com menor custo, de modo a competir com todos os outros capitalistas. À medida que se desenvolve sua racionalidade econômica vira uma necessidade a busca por maior eficiência. Mais cursos para aprimoramento dos seus integrantes tais como: aprendizado de modernas técnicas de gerenciamento, pesquisas de mercado, controles de custos etc. Para a sobrevivência do sistema (SCA) se faz necessário a montagem de grandes empresas nos moldes das capitalistas.

Através do uso da cooperação nos assentamentos, orientados pelo SCA, o MST busca transformar o ser humano e criar uma nova sociedade, superando a do capital: “(...) é importante orientar as formas de produção e reprodução da vida humana e comunitária, se queremos superar aspectos degeneradores da sociedade capitalista (...)” (Bogo, 1999:102). O MST delega às Cooperativas a cooperação e a organização dos assentados. Entretanto as Cooperativas refletem a dinâmica do capital porque são moldadas através das variáveis dinheiro e mercadoria que no interior dos assentamentos impõem-se sob a forma burguesa.

No acampamento o MST se impõe pela disciplina, pela organização dos homens, cada um executando uma função, pelo estudo e aprendizado, não diz respeito à posse da terra. Ao deixar as Cooperativas andar sob os seus próprios pés, reproduz-se a forma cooperativista tradicional, que historicamente revelou-se complicada, não funcionando como forma superior de cooperação entre os homens. Assume o seu caráter capitalista, e

---

<sup>47</sup> O que faz o assentamento ter um caráter capitalista, ou não capitalista é a forma como está organizada a base produtiva. Essa base produtiva ao produzir mercadorias não poderá fazê-lo nos moldes impostos pela dinâmica capitalista. Deverá produzir produtos, coletivamente, cujo excedente será para produzir a liberdade desses homens, as suas necessidades já estarão supridas, uma vez que é elas que determinam o quê e quanto produzir, e para que homens produzir. Produzir para o capitalista? Para isto não se faz necessário o Movimento, a empresa capitalista, a produção capitalista o faz de forma mais eficiente. Não se faz necessário esta disputa com o capital no sentido de provar que se é tão bom ou melhor, que os capitalistas, conforme apregoado pela Concrab, o que é preciso é eliminar o caráter capitalista na produção coletiva da vida dos homens, aproveitando-se do processo cooperativo.



impõe a contratação de administradores, gerenciadores, formas próprias do capital, que o MST vem buscando adotar, à medida que o seu sistema avança. E em conjunto com esse avanço, como consequência dele, o Movimento tende a fragilizar-se ainda mais.

Assim, o MST procura organizar-se produtivamente de forma a possibilitar a permanência dos homens no campo, garantida pela utilização da cooperação. Nas CPAs, forma considerada superior de organização da base produtiva dos assentados, implantada em alguns assentamentos, entre eles o assentamento Conquista da Fronteira, utiliza-se dessa forma para forjar novos homens.

Nas CPAs, a divisão do trabalho que ocorre em seu interior assume a forma de simples cooperação entre os homens. Dividem as tarefas relativas ao seu sistema produtivo, de forma que uma equipe cuida da horta, outra das plantações, outra do gado leiteiro e outra das atividades burocráticas da Cooperativa. Nesse espaço não há, ainda, uma divisão técnica do trabalho desenvolvida. Esta forma não se universalizou, embora seja a base do modo de produção capitalista e universaliza-se a partir dele, refletindo a sua dinâmica ao adquirir as formas manufatura e maquinaria, sob o domínio do capital.

Nos assentamentos individuais, o uso da cooperação é a mesma que moveu os homens nas sociedades pré-capitalistas a unirem-se, acontece eventual e esporadicamente em períodos de plantio e de colheita. Predomina a organização do trabalho dentro da estrutura familiar. A comercialização dos produtos é efetuada por um organismo coletivo, visando principalmente obter melhor poder de barganha na compra de insumos e na venda da produção. A divisão do trabalho que ocorre no interior das unidades familiares é também uma simples divisão de tarefas entre os componentes da estrutura familiar, própria da forma cooperativa simples.

Stédile, um dos principais líderes do Movimento, coloca que

*A cooperação agrícola é um mecanismo para aumentar a produtividade do trabalho e para tentar diminuir o grau de exposição, ou de vulnerabilidade à exploração, mas por si só não elimina a exploração. Devemos ter cuidado inclusive para que nossas Cooperativas de comercialização, ao ampliarem sua capacidade de atuação no mercado, não se transformem em mecanismos complementares de exploração capitalista, em vez de reduzir o nível de exploração.*

(...)

*Nosso desafio maior nessa esfera é como seguir desenvolvendo a cooperação, para que ela contribua para diminuir o grau de exploração, sabendo que teremos uma luta de resistência e não de eliminação completa da exploração capitalista. Mas a cooperação deve ser elemento de denúncia, de resistência econômica a esse processo e não apenas de servilismo, cooptação ou até porta de exploração.* (Stédile, nov. de 1998. O Desafio dos Assentamentos – ou como superar a exploração, a dominação e a alienação).

No interior do MST, com o intuito de elevar a renda do homem assentado e mantê-lo no campo, busca-se a implantação de mercados e indústrias alternativos, que produzam e industrializem produtos sem agrotóxicos, com vendas diretas aos consumidores e que mantenham uma relação de amizade com as pessoas que adquiram seus produtos.

*Nós fizemos parte do SCA, somos uma filial e trabalhamos em função de produzir alimentos mais baratos para as pessoas mais carentes, a intenção é trabalhar, desenvolver isso, de lutar para essas pessoas que estão fora da sociedade, que estão praticamente sem emprego, sem alimentação e com todas essas dificuldades, de achar uma forma de produzir mais barato para essa população, para essa camada da sociedade, que está excluída, então a intenção é essa, mas hoje está bastante difícil de conseguir avançar na linha da produção para se conseguir esse sucesso, para se mostrar para a sociedade que é possível se produzir, que é possível se fazer coisas novas, de que é possível contribuir com essas famílias que estão hoje na margem na sociedade que estão fora da roda. Então o Movimento trabalha muito essa questão de trazer para dentro de novo, para dentro da sociedade essas pessoas que estão sendo excluídas; então a produção deveria ser nesse sentido para a população mais carente poder sobreviver.* (M.e R. assentados em Dionísio Cerqueira).

*Nossa lógica deve seguir a linha oposta da que segue o capital. Este visa o lucro. Nós devemos visar o bem-estar do ser humano. Certamente será muito difícil concorrer nesta lógica quando não temos a moeda que intermedia as relações comerciais entre as pessoas. Mas será esta a única forma de nos relacionarmos com o mercado e com as pessoas? Claro que não. Podemos estabelecer formas que recuperem a troca de produtos por serviços, e de serviços por arte, e de arte por alimentos, etc.* (Bogo, 1999:87).

O Sistema Cooperativista dos Assentados desemboca na criação de Cooperativas de Produção, de Comercialização, de Prestação de Serviços e de agroindústrias para a industrialização da produção, com o intuito de fortalecer, salvaguardar e ramificar aquela estrutura.

A busca por mercados alternativos, mesmo em comunidades de periferias urbanas ou em sindicatos, e o estabelecimento de um mercado para as massas não altera as relações sociais engendradas pelo capital, ao contrário criam somente um vínculo seletivo, com um determinado segmento da sociedade.

*O mercado continua sendo um desafio. Temos dificuldade até de entender o seu funcionamento. Existem duas lógicas de mercado: o mercado capitalista e o mercado alternativo. O primeiro baseia-se no lucro e na constituição de novas necessidades de consumo para um pequeno grupo social, que terá dinheiro para consumir. Deste mercado capitalista o povo só participa quando tem dinheiro, não podendo assim garantir sempre as suas necessidades básicas. Já o segundo, deverá buscar desenvolver a concepção de que o mercado existe para servir os trabalhadores e atender as suas necessidades. (MST, 1998:39. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).*

Desse modo, através da produção, é necessário desenvolver uma nova concepção de mercado com vistas a servir à sociedade e não a explorá-la.

*Precisamos é formar um mercado alternativo ao mercado capitalista que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e que beneficia apenas em torno de 1/3 da população. Precisamos criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados a necessidade do povo. (MST, 1998:18. Caderno de Cooperação Agrícola n. 5).*

Esse mercado alternativo, proposto pelo MST buscando essa segunda lógica, tem as seguintes características: popular (de massa); local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que busca possíveis “nichos de mercado”, tendo como objetivo buscar uma melhor qualidade de vida para os assentados.

Um dos maiores problemas nos assentamentos é a gestão empresarial do “negócio agrícola”. Essa lógica domina a forma de ser da Cooperativa e passa a governar a vida dos homens, que se reproduzem sob a sua lógica.

*Hoje funciona assim, por exemplo, nós conseguimos produzir frango, cujo custo de produção é em torno de 0,75 centavos por frango. Hoje nós estamos vendendo a R\$ 1,15, só que nosso frango é um frango de melhor qualidade, com uma carne mais firme e foi através disto que nós conquistamos o mercado. A Sadia vende o frango hoje um pouco mais barato que nós, não sei bem como é a avaliação da Sadia, porque tem*

*épocas que chega a R\$ 1,40, e daí a pouco estão vendendo a R\$ 1,10 e assim vai. Hoje vendendo a esse preço nós temos uma boa margem de lucro. (M. R. assentados em Dionísio).*

Na Cooperjus, em Abelardo Luz, também a maior dificuldade encontrada está no gerenciamento da Cooperativa e da própria unidade familiar em períodos de crise. A falta de recursos financeiros e o desinteresse dos assentados pelos problemas da Cooperativa geram desânimo entre os coordenadores.

O MST, com essa nova estrutura de organização da produção nos assentamentos, busca estabelecer valores humanistas e socialistas, a fim de criar outras relações sociais entre os homens, que possam superar a exploração, a dominação e a alienação a que estão submetidos os assentados pelo sistema capitalista de produção.

O capital pondera a vida dos assentados, mesmo que aparentemente pelas suas formas manifestas de mercadoria e dinheiro.

*A produção de grãos que tem o milho, se nós fossemos comercializá-lo nós ganharíamos sete reais a saca de sessenta quilos, então o milho é para transformar em leite alimentando as vacas, e para o frango em carne. O milho então transformado em carne, depende do desenvolvimento do lote de frango. Nós já tivemos casos em que chegou a valer R\$ 20,40 o saco do milho transformado em carne. E os produtos agrícolas, na nossa avaliação, não têm como produzir porque eles não se pagam, o custo de produção é muito alto, a produção de grãos, agora dá dinheiro sim, se transformá-lo em carne ou leite, e peixe também. (M. R. assentados em Dionísio).*

O fato de a principal renda estar na produção de grãos, no assentamento 25 de Maio em Abelardo Luz, e a colheita ser durante duas safras ao ano, e o assentado não auferir renda mensalmente e ter que efetuar pagamentos como o da energia e alimentação todos os meses, torna-se um problema, que se agrava ainda mais em casos de doenças.

*Não ter uma renda mensal, sofre muito assim, porque a produção do milho do feijão e do soja é uma vez por ano, tudo que a gente plantar na roça é uma vez por ano que a gente colhe e nem sempre consegue uma safra que dê assim para o ano inteiro, o feijão às vezes tem famílias que não conseguem colher, mas não é uma coisa que dê uma renda para pagar a luz que é mensal, se precisa fazer uma consulta e comprar remédio e tu tiver que pagar a consulta aqui ninguém consegue, R\$ 50,00 a consulta, se for de noite é R\$ 75,00, então se alguém ficar*

*doente, se vai para o hospital, vai e fica devendo tudo não tem dinheiro para pagar. (M. assentada em Abelardo Luz).*

Essa forma de organização impõe sua dinâmica. O MST vai ter que necessariamente aperfeiçoar essa estrutura e contratar administradores eficientes, oferecer mais cursos. Os homens, trabalhadores rurais, provavelmente se transformarão em grandes capitalistas, pelo menos alguns deles. Outros, serão excluídos, desnecessários a esta lógica.

Frente à estratégia do MST, o SCA deverá: alimentar a esperança de que a transformação é possível,

*Mostrar para a sociedade que é possível mudar, de que existe um outro caminho diferente do caminho definido pelo capitalismo. Mostrar que queremos mais que a reforma agrária. Nós queremos uma vida digna para todos os trabalhadores, para toda a sociedade.*

*Temos que atrair as pessoas para o nosso lado. Por isso temos que mostrar que a reforma agrária é bonita e não algo truculento. Assim a sociedade perde o medo do MST. A ideologia não nos pode afastar da sociedade.*

*Os assentamentos devem ser exemplos de que é possível organizar a sociedade de outra forma, onde os trabalhadores sejam donos do seu próprio destino. Mostrando capacidade em organizar o mundo econômico, mas também mostrando novas relações sociais, como companheirismo, solidariedade, espírito de sacrifício. (MST, 1998:16-17. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).*

Trabalhar na qualificação interna do MST passando de Movimento de Massa para Organização de Massa. Ajudar a sociedade a se organizar e liberar pessoas para atuação junto aos outros movimentos populares urbanos e rurais a fim de desenvolver a consciência política através das lutas políticas de solidariedade de classe e da compreensão do seu significado, criando novos valores éticos e morais. Desenvolver, portanto, uma consciência nacional a partir dos interesses da classe trabalhadora. “O Brasil tem que ser do povo brasileiro, ele é nosso. Só assim faremos frente à globalização” (MST, 1998:16-17. Caderno de Cooperação Agrícola n.5). Contribuir na elaboração de um Projeto Nacional que responda aos anseios da classe trabalhadora.

O SCA desenvolveu alguns princípios para a cooperação agrícola (MST, 1998:47-48. Caderno de Cooperação Agrícola n.5):

- a necessidade comanda a vontade: é a necessidade de cooperar que mantém essa forma de organização. *“A forma de cooperação proposta em uma determinada realidade só prosperará se o assentado tornar-se dependente dela”* (MST, 1998:47. Caderno de Cooperação Agrícola n.5). Ele se manterá vinculado a esta forma se perceber que sem ela não sobreviverá econômica e socialmente; e
- gestão democrática: todos têm os mesmos direitos e deveres.

Alimentar a esperança de que a transformação para uma nova forma de produção é possível através da produção dessas formas de conexão entre os homens, a mercantil e a burguesa, passa a ser ilusão. Reproduz-se o capital. Nada de novo é produzido por estas formas, que não solidificam e afirmam o Movimento. A tentativa de implantar novos valores e de aparecer enquanto Movimento dilui-se.

A história nos conta que a negação de uma forma de produção não está na cabeça dos homens, ou seja, os homens não fazem a história que desejam, as condições dadas é que se impõem aos homens. Desse modo, a crítica ao modo de produção manufatureira, o fazer com as mãos, é dada pela máquina. Assim como o foi a manufatura aos artesãos e camponeses. Independe da vontade dos homens.

O MST, em sua busca pela implantação de um mercado alternativo, busca reproduzir as relações mercantis, na tentativa de retornar a algo que nunca foi um modo de produção.

O MST, ao produzir essas relações sociais mercantis, não engendra nenhuma sociedade. Essas relações determinadas pelas ações do valor em nenhum momento da história efetivaram sociedade alguma.

O MST, portanto, ao refletir as relações mercantis a partir de sua base produtiva, engendradora nos assentamentos, procura criar homens mercantis. Homens que ponderam suas ações pelo e no dinheiro e mercadoria. Contudo, são as relações capitalistas que se impõem aos assentados em sua forma dinheiro e mercadoria.

O homem camponês criava galinhas para subsistir, ela ficava ela no pátio das casas e quando havia necessidade de alimentar-se ou, no caso de receber alguma visita, a galinha era servida e todos se deliciavam com ela, independente do tempo de existência da galinha, sua cor, e do que a havia alimentado durante a vida. À medida que as relações mercantis penetram nesse sistema, o homem passa a ponderar a criação da galinha pelo custo de sua produção e pelo preço de comprá-la no mercado, de forma que só o fará se a sua criação demandar um custo menor do que o preço de compra. Na relação capitalista, o homem compra milho, ração etc. Produz a galinha com a intenção de conseguir por ela um valor superior ao que gastou para a sua produção, após deduzir o salário. No capitalismo produzem-se galinhas em função da mais-valia, da maior taxa de lucro e, não, do seu custo, do preço de compra ou para delícias das visitas. Essa lógica é que o move o homem burguês.

Assim, a forma de organização dos assentados parece estar ponderada pela relação mercantil, no entanto, é o capital que se sobrepõe a elas. O MST deveria organizar a vida dos assentados como o faz com os acampados, criando a solidariedade entre seus membros para a reprodução de seus homens distintos. A venda eficiente e a gestão do “negócio agrícola” não escapam a lógica burguesa. A agroindústria não libera pessoas, ela as exclui. Determinar a produção e aumentar a produtividade para ampliar o tempo livre de todos, não só para liberar algumas pessoas, mas todas as pessoas para a reprodução da vida. Dessa forma, o MST passa a ser a mística e a possibilidade de uma nova sociedade, e não a Cooperativa.

Essa relação direta entre produtor e consumidor que o MST está buscando criar, a partir desse mercado, tendo como equivalente geral o dinheiro ou a troca de produtos, deu-se no pré-capitalismo. A sociedade mercantil não existiu, nenhuma sociedade constitui-se através das relações mercantis, essas relações estiveram presentes nas entranhas da sociedade escravista, da sociedade feudal e vivem como forma de manifestação do capital na atual sociedade. A dinâmica dessa sociedade só foi dada pelo capital comercial e pelo capital usurário, sendo essa a sua forma acabada (Marx, 1994, livro I, vol. I). Nesse espaço, o homem produz sua vida como mercadoria e dinheiro, por meio de ações engendradas pelas relações de valor (Aued, 1999).

Essas relações mercantis não são as que conectam os homens. A racionalidade desse mercado e das próprias Cooperativas que o MST busca é a mercantil, entretanto, o que se impõe sobre as Cooperativas e sobre esse mercado são as relações capitalistas. A racionalidade burguesa está se sobrepondo a eles, gerando suas crises e impondo a sua dinâmica sem que o Movimento a perceba.

Assim, pode-se observar, no interior do MST, que o que se está produzindo é a propriedade privada para o outro, através do seu sistema cooperativista implementado nos assentamentos, e não a existência do ser humano livre e independente, desalienado das relações do capital. O Movimento reafirma a sociedade burguesa em seu interior porque utiliza a cooperação sob o seu caráter capitalista na sua base produtiva. A cooperação, eliminado seu caráter capitalista, deveria ser o próprio MST.

As relações sociais engendradas a partir da base produtiva criada nos assentamentos, quer coletivos, quer individuais, fragilizam o Movimento. A base cooperativa de caráter capitalista, dispensa os homens. Isso já se faz notar pela preocupação do Movimento com a ociosidade da força de trabalho no interior dos assentamentos, que passa a ocorrer devido à apropriação privada da riqueza, sob a forma de salário e lucro.

No interior dos assentamentos é possível perceber como o trabalho organiza a vida dos homens. No Conquista da Fronteira, em Dionísio Cerqueira, os assentados dividem-se em equipes de trabalho, onde cada equipe tem o seu coordenador e o conjunto de coordenadores forma o Setor de Produção. No interior das equipes existem várias tarefas relativas ao trabalho e pequenos setores que os membros são responsáveis. Alguns cuidam das ferramentas, outros das máquinas e assim por diante, de forma que todos têm a sua tarefa dentro das equipes. Na medida que falta mão-de-obra em uma equipe, as pessoas são remanejadas pelo Setor de Produção de forma a suprir essa carência. Cada equipe tem o seu marcador de horas trabalhadas.

O horário do trabalho estabelecido nas CPAs, a exemplo de Dionísio Cerqueira, no assentamento Conquista da Fronteira, é de oito horas. Este horário é obrigatoriamente cumprido pelos homens, às mulheres cabe o cumprimento de quatro horas diárias, o trabalho feminino em suas residências não está computado como produtivo, as crianças a partir dos doze anos de idade já estão aptas ao trabalho, cumprindo quatro horas após



os quatorze anos o adolescente, fora do cronograma escolar, estará obrigado a trabalhar no mesmo regime dos adultos.

A produção no interior do assentamento Conquista da Fronteira, em Dionísio Cerqueira, está dividida em setores, que diferem entre si pela espécie de trabalho a ser executado, que se dividem em equipes de trabalho.

Em Abelardo Luz, assentamento 25 de Maio, permite-se verificar que há uma certa elitização e hierarquização entre os agricultores. Os que possuem implementos agrícolas e os que não possuem, os que possuem carro e os que não possuem, os que estão vinculados a grupos e os que não estão. Estes estratos podem estruturar-se no ideário dos trabalhadores rurais e refletir certo tipo de comportamento e relacionamento entre os membros de um mesmo assentamento. Podendo também condicionar a sua vinculação a esses grupos coletivos ou semi e à própria Cooperativa.

Dessa forma, o trabalho é o critério da organização da vida e da distribuição da riqueza entre os assentados.

A remuneração que os assentados recebem nas CPAs é como se fosse pela venda da força de trabalho. Ou seja, as pessoas recebem pelo tempo de trabalho na produção.

O controle do trabalho nas CPAs, na sua maioria, utiliza-se do mecanismo dos dias ou horas trabalhados. *“O controle da participação de cada associado no trabalho da Cooperativa será feito por dia ou por horas de serviço prestados por cada associado nas atividades de produção e serviço da Cooperativa”* (Regimento Interno do Assentamento Conquista na Fronteira. 1997:9).

Nas CPAs, o fato de haver hierarquias dentro dos grupos de trabalho, como os coordenadores das equipes, e a não previsão no regimento interno de tempo de trabalho adicional remunerado para a administração dessas tarefas ou a adição de algumas horas de trabalho ao mês para o exercício de tais atividades, somado à dificuldade para administrar a mão-de-obra, tornam-se complicadores para encontrar associados dispostos a exercerem o papel de coordenadores ou mesmo membros dos conselhos. Entretanto, as reuniões com grupos, ou assembleias, relacionadas aos encaminhamentos

e discussões sobre o trabalho são computadas como horas trabalhadas e quem faltar terá o desconto anotado em sua ficha de controle.

*“Todos os tipos de trabalho são iguais, o que importa é a participação em um determinado setor da Cooperativa e não a tarefa desenvolvida”* (Regimento Interno do Assentamento Conquista na Fronteira. 1997:5). Embora previsto pelo regimento interno e negado pelos coordenadores, há um certo conflito evidenciado nas conversas informais com alguns assentados que se mostram descontentes com as diferenças físicas e intelectuais entre os trabalhos. Há trabalhos que exigem melhor preparo técnico e outros que são mais penosos nas CPAs.

*O trabalho na Cooperativa, no escritório e mesmo o trabalho nas máquinas é considerado um trabalho mais leve que o da lavoura, e há pessoas que acham que por este trabalho se deveria receber menos.* (B. assentado em Dionísio Cerqueira).

Outro conflito que se faz presente na remuneração por hora trabalhada é que nem todos se mostram satisfeitos com esse critério. O argumento usado pela maioria é que há muitos assentados que vão ao trabalho somente para cumprir as horas, não para trabalhar efetivamente. Esse fato é também negado pelos coordenadores e o regimento interno também prevê que todos devem trabalhar da mesma forma.

Esse critério mostra seus limites de forma mais aguda, quando se observa que há famílias mais numerosas, cujos filhos já têm idade suficiente para o trabalho, e outras não. E há ainda aquelas em que houve a separação do casal, e permanece somente a mulher e os filhos ainda são pequenos. Um fato que chamou-nos a atenção é que uma mulher com cerca de 55 anos, com uma filha de 13 ou 14 anos e criando dois netos pequenos, precisa trabalhar para receber, além de cuidar dos netos. A creche só funciona no período da tarde. Não há nenhuma forma de auxílio, quer no cuidado com os netos, quer financeiro ou na alimentação.

*Se tem famílias com filhos pequenos que ainda não podem trabalhar, e que só o homem trabalha, nós não estamos levando isso em consideração, só vai ganhar o homem pelas horas que ele trabalhou. Se tem a mulher é só a mulher que vai ganhar. Mas quando tem mais pessoas na famílias, então automaticamente já tem mais pessoas que trabalham na produção então vai ganhar mais. Se tiver crianças com*

*mais de 12 anos já começa a se integrar mais na produção, já começa a trabalhar, então a partir dos 12 anos começa a trabalhar no sentido de ir aprendendo, de conhecer os setores e tudo.*(M. assentado em Dionísio Cerqueira).

A remuneração igualitária, bem como a igualdade entre os trabalhos, parece funcionar como um desestímulo ao trabalho coletivo (MST, julho de 1994:19. Como Organizar os Assentados Individuais).<sup>48</sup>

Busca-se seguir o princípio de que no coletivo todos são iguais. Assim não há diferenças entre trabalhos, e que, em qualquer setor em que esteja alguém trabalhando está sendo construída a Cooperativa. Procura-se, nesse sentido, uma convivência igualitária. Entretanto os conflitos existentes e a falta de motivação para o trabalho, podem, também estar resultando desses fatores.

*Nós hoje temos uma convivência igualitária, no sentido de que ninguém tem mais que o outro, tem algum desnível, até no entendimento, no sentido de entender o avanço da Cooperativa economicamente difícil, tem alguma família que tem alguma coisinha a mais assim, mas no restante se consegue ter uma igualdade.* (M. assentado em Dionísio Cerqueira).

Se o critério de participação na riqueza for feita pelo trabalho, necessariamente, deverá se fazer uma escala da potência e qualificação dos trabalhos: lavar roupa é melhor ou pior que cortar lenha? quanto corresponde tarefas como plantar arroz a matar frangos? Há que se estabelecer uma unidade padrão entre todos os diferentes trabalhos. Ao MST cabe essa decisão. O empírico deverá definir a alocação dos trabalhos. Quem faz essa definição na sociedade capitalista é o capital, e não os homens como no Movimento.

Há uma preocupação constante sobre a produtividade do trabalho nos assentamentos coletivos, tais como aumentá-la, como controlá-la e como não deixar mão-de-obra ociosa dentro desses grupos. O MST coloca que esta é uma das contradições históricas entre a propriedade privada e a propriedade coletiva. Quando há ociosidade de mão-de-obra na propriedade privada a solução é a demissão dos operários. Nas CPAs, contudo,

---

<sup>48</sup> Kleba, 1992. Em sua pesquisa também detectou tais fatores que influenciam na motivação ao trabalho.

os associados são em um número permanente e tem objetivos diferentes das empresas capitalistas. Para a solução desse problema são colocados cinco pontos:

a) forma como o trabalho está organizado: o controle por hora trabalhada, que vem sendo utilizado pela maioria das CPAs é ineficiente, uma vez que existe um desnível natural entre a produtividade de trabalho das pessoas. Esse procedimento cria um espaço para desestimular os trabalhadores mais eficientes e permitir aos outros “fazerem hora”, baixando a produtividade média geral do trabalho. O desafio é descobrir outros métodos relacionados à produtividade do trabalho (MST, 1998:45. Caderno de Formação n.21);

b) a baixa produtividade pode estar relacionada com a forma com que as sobras são distribuídas: essa distribuição se dá segundo o trabalho de cada um. Dentro do MST há controvérsias e divergências em relação a esta questão, principalmente no que se refere às antecipações de sobras distribuídas antes do balanço anual da Cooperativa. A principal divergência se dá em relação à pré-fixação de um valor para as horas trabalhadas. Um dos pontos de vista coloca que *“pré-fixar um valor antes de saber o resultado final da produção é um erro, e é contraditório com o princípio socialista de que ‘cada uma deve receber segundo o seu trabalho’”* (MST, 1998:46. Caderno de Formação n.21). Outro entende que a pré-fixação não é contraditória com esse princípio porque, no acerto final, o valor adiantado será de acordo com o valor real ” (MST, 1998:46. Caderno de Formação n.21).

Essa pré-fixação pode, por outro lado, reforçar nos sócios uma ideologia de empregado. Ou seja *“a Cooperativa é o patrão, eu trabalho um número determinado de horas (8 horas/dia) e posso até saber qual é o valor do meu salário no final do mês”* ” (MST, 1998:48. Caderno de Formação n.21);

c) Numa CPA é necessário também superar a “ideologia artesanal” oriunda de um processo único de produção, sem a divisão técnica do trabalho, impossibilitando a competição no mercado. Essa forma deverá ser substituída por um processo socialmente dividido, onde cada trabalhador faz apenas uma parte do processo produtivo ” (MST, 1998:49-51. Caderno de Formação n.21).

*Como até hoje temos poucos mecanismos para resolver estes problemas, temos que trabalhar muito a consciência, e sabemos que vamos ter*

*extrema dificuldade em construir Cooperativas com ideologia artesã de camponês. Temos que ir transformando a consciência dos associados numa consciência organizativa do trabalhador rural e isto só vai se dar num processo permanente que temos de ir implementando, porque na verdade o problema da consciência de artesão não permite que avance na Cooperativa a divisão técnica e social do trabalho. Mas o pior é que, mantendo esta consciência de artesão, ajuda manter uma relação de patrão e empregado na Cooperativa. Nossos companheiros guardam resquícios de amor à propriedade privada e ainda não se sentem donos da Cooperativa e, neste caso, mantêm ainda relação de patrão e empregado (...).*

*E como ele se sente empregado, mesmo que ele não diga e não admita isto, sua ação prática no trabalho é evidente. Trabalha apenas pelas horas, então cumpre horas, mas não está preocupado com o aumento da produção. Portanto, é preciso que as direções das CPAs e do MST tenham clareza destas questões e temos que trabalhar a consciência de nossos companheiros para que eles entendam que a única fonte de riqueza é o trabalho (...).*

*(..) é preciso ter claro que essa questão não é um problema somente de conscientização, mas fundamentalmente de irmos gradualmente implementando na prática a divisão social do trabalho, organizando os setores, especializando as tarefas e criando a mística do trabalho coletivo organizado empresarialmente. (MST, 1997:50-51. Caderno de Formação n. 21).*

Outro critério apontado, para uma sociedade futura, é distribuir a riqueza não pela necessidade, mas pela liberdade enquanto emancipação humana (Aued, 1999).

O MST ao refletir a dinâmica do modo de produção capitalista, poderá engendrar seus próprios homens: homens burgueses, que fragilizam o Movimento. Essa contradição já se faz notar sob a aparência de conflitos entre assentados e acampados; entre a forma de produção coletiva e individual; na falência e em problemas diversos nas Cooperativas e nas agroindústrias, principalmente, no endividamento crescente.

Nos assentamentos tem-se estimulado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) através do fortalecimento de Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) e Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs). No âmbito estadual formaram-se as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs). A partir da estruturação de três CPAs constrói-se uma Cooperativa Central, que dentre outras funções coordenam as operações de compra e venda para seus cooperados (CPAs, associações, grupos coletivos e agricultores individuais); desenvolvem projetos agro-

industriais e convênios com o Estado nas mais diversas áreas. Na dimensão nacional tem-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), que reúne as Cooperativas Centrais Estaduais (CCAs). É responsável pela coordenação e planejamento das políticas de médio e longo prazo do SCA. Ela estruturou um "departamento de estudos estratégicos" voltado para a elaboração de projetos de grande porte, análises de mercado e das tendências no complexo agro-industrial; a produção de empreendimentos voltados para a exportação e importação. Também representa o sistema nacional e internacionalmente. A Confederação, de forma geral, tem a função de coordenar e dinamizar o SCA nas esferas política e econômica.

*O MST compreendeu que não basta a terra é preciso desenvolver a produção nos assentamentos. O capitalismo mostrou que a reprodução da pequena propriedade é inviável. A luta toma outro caráter (...). A fundação das Cooperativas, das Centrais, da Concrab é a montagem de uma estrutura global para o desenvolvimento das Cooperativas: produção, organização, mercado, assistência técnica (...). É o motor principal na articulação, da organização dos assentados para buscar recursos, capacitação, planejamento. A Confederação aglutina as diferentes formas de cooperação do Movimento. (Pontes, Juraci. Apud. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992:8-9).*

Como assessor, Morais sintetiza:

*O surgimento da Confederação constitui um marco na história de libertação dos trabalhadores rurais. Além disso é um exemplo para as demais classes de trabalhadores, para criar condições de transformação da sociedade brasileira (...). O MST conseguiu atingir metas que as ligas camponesas não atingiram. Isso mostra que o MST deu mais valor à organização de que ao discurso de transformação. O Movimento viu a importância da organização para a produção, o que lhe dá credibilidade para seus integrantes e para o resto da sociedade. Com a Concrab estou convicto de que a reforma agrária vai ser realizada, porque são massas que se organizam para fazê-la, com ou sem recursos. O MST combina a organização de luta com a de estabilidade social. Não só de discurso o homem vive, ele tem que comer. Não basta a agitação, é necessário provar capacidade de conduzir o processo, produzindo para manter as famílias, para vencer as leis do mercado. (Morais, Clodomir de. Apud. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992: 8-9).*

Como conselho aos sem terra, Morais coloca:

*Os sem terra têm que orientar a estruturação de seus associados no sentido de criar empresas de tipo grande, associando o pequeno produtor em forma de grande empresa agro-industrial; para mostrar que essas grandes coisas podem ser feitas pelos trabalhadores, sem necessidade de patrões. (Morais, Clodomir de. Apud Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992: 8-9).*

Nos assentamentos é estimulada a organização de Cooperativas, como uma forma superior de organização econômica e empresarial.

No assentamento Conquista da Fronteira, em Dionísio Cerqueira, essa lógica se faz perceber na implantação de um abatedouro de frangos, na construção de um refeitório objetivando liberação de mão-de-obra para o trabalho na Cooperativa e também a implantação do turismo rural na área do assentamento. Esses projetos vêm a partir de análises mercadológicas feitas por analistas assessores da Concrab.

*Essas discussões já vem de muito tempo, vamos montar um abatedouro de aves e não de bois, a gente teve os analistas que vieram aqui e assessoram a gente, e ajudaram nós a discutir, a profundar essas idéias, por exemplo frango, e erva-mate, dá para discutir porque vai ficar bastante tempo no mercado então dá pra produzir, então são feitos esses estudos. Os assessores vem através da Concrab. (R. assentado em Abelardo Luz).*

Com a criação da Concrab os assentados buscam profissionalizar a estrutura produtiva. O seu objetivo é “*montar uma estrutura global para o desenvolvimento das Cooperativas: produção, organização, mercado*” (Pontes, Juraci. Apud Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n. 116, maio-junho de 1992:8-9).

A Concrab deseja constituir, a partir de pequenas unidades fabris, grandes indústrias estruturando-se economicamente nos assentamentos, objetivando fortalecer e salvaguardar o Movimento. Entretanto, ao efetivar essas formas, impossibilita a manifestação do Movimento, fragilizando-o.

A existência de uma Confederação (Concrab) não vem a ser problema para a materialidade do Movimento, o que se faz necessário é a eliminação do caráter capitalista dessa forma cooperativa de produção da vida dos homens.

Exemplos dessa estrutura são encontrados nas diversas regiões do país, nos assentamentos, como a Cooperativa Regional de Comercialização da região de Sarandi (Cooanol) no estado do Rio Grande do Sul, e o seu posto de resfriamento de leite com capacidade para quinze mil litros diários. Assim, a Cooanol transporta, resfria e comercializa a produção de leite da região. Segundo Nelson Gracelli, Presidente da Cooperativa,

*a comercialização do leite tornou-se o grande espinho das Cooperativas tradicionais da região. Acostumadas a deixar de lado os pequenos agricultores e assentados, deram-se conta que perderam um espaço promissor. Os assentados lhes passaram a perna, pois construíram e viabilizaram uma forma própria de entrar no mercado. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, n.139, agosto de 1994:8-9).*

Espalham-se escolas e cursos na busca de conhecimento das mais modernas técnicas de gestão empresarial como o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), localizado em Veranópolis, Rio Grande do Sul, que funciona junto a escola “Josué de Castro”. É nesse local que tem funcionado o Curso Técnico, de ensino médio, em Administração Cooperativista (TAC). Criou-se o Curso de Especialização em Administração Cooperativista com o objetivo de aprimorar os conhecimentos técnicos vinculados ao Sistema Cooperativista dos Assentados.

Desenvolveu-se, também a auditoria, um instrumento educativo e organizador para aplicação junto às Cooperativas Centrais (CCAs). Este instrumento tem a função de prevenir problemas administrativos, gerenciais e organizativos no campo da organização das Cooperativas. Já foram realizadas várias auditorias nas Cooperativas e agroindústrias dos assentamentos (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 148, junho de 1995:8-9).

Essa estrutura que se manifesta na Concrab nada mais é do que a expressão da centralização do capital, ou seja, um produto da acumulação do capital. O MST precisa eliminar o caráter capitalista na produção social da vida dos homens, do contrário nada de novo se estará produzindo. É a lógica do capital determinando a dinâmica da Concrab. Essa estrutura passa a dominar a vida dos homens.

A forma como o MST organiza a produção da vida dos homens volta-se contra ele e o fragiliza. A lógica imanente dessa dinâmica que está permeando a base produtiva das



Cooperativas, é a ampliação do trabalho não pago com a conseqüente redução do trabalho pago. A base que deveria fundamentar a produção da vida no Movimento é a cooperação e a constituição do trabalhador social médio, criação da junção dos homens que engendram uma força produtiva nova, a coletiva, e potencializa a produção. Essa forma pressupõe uma coordenação e um planejamento centralizados. Entretanto, o MST busca a cooperação e a reproduz sob o seu caráter capitalista, que cria e organiza a vida da sua forma inerente, a burguesa.

A Concrab, desse modo, substitui o Movimento, que sob essa lógica vai desaparecendo. Em seu lugar aparecem as categorias burguesas de administração, através dos cursos oferecidos pela Concrab: contabilidade, economia, mercado, auditoria etc. E o Movimento, materializado como possibilidade nos acampamentos não se faz vislumbrar sob essa base, que o vai corroendo. A base produtiva da Concrab acaba por excluir os homens. A produção de exclusão é inerente a ela, condição de sua existência. A vida dos homens passa a ser secundária.

O SCA tem vivenciado dissoluções e “rachas” em suas Cooperativas, quebra de safras, falta de recursos, dívidas resultados de financiamentos, entre outros problemas (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 148, junho de 1995:8-9 e MST, 1997. Caderno de Cooperação Agrícola n.5). Essas são as conseqüências econômicas, como em qualquer empresa capitalista.

A maioria das Cooperativas dos assentados estão extremamente endividadas, como é o caso da Cooper União, em Dionísio Cerqueira. O principal fator, tanto da existência dessas dívidas como da dificuldade de pagamento, de acordo com os assentados, é a falta de uma política agrícola adequada, seguido do elevado custo da infra-estrutura para a industrialização de produtos agrícolas e, por último, o modelo tecnológico adotado que visa o beneficiamento de quem produz a tecnologia e não de quem a utiliza (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra n. 148, junho de 1995:8-9 e MST, 1997. Caderno de Cooperação Agrícola n.5).

A Cooperjus, em Abelardo Luz, também encontra-se endividada, o que dificulta ainda mais a busca de alternativas para a conservação dos associados e a entrada de outros. A própria crise econômica acaba por colaborar para a permanência dos associados, que

ainda vêm na Cooperativa uma possibilidade de segurança contra a crise, e também de negociação e adiamento das dívidas com o Proceca junto à rede bancária.

*Nós temos dificuldades financeiras, tivemos e temos dificuldades de chegar aos nossos próprios associados e colocar as questões da Cooperativa. Terminamos o ano de 1998 com poucas reuniões, há muita dificuldade de comunicação. Então ainda é possível a gente manter os assentados assim por perto, pela própria crise que se passa no país, o lugar que a Cooperativa tem não é criado por ela mesma ou pelos associados. Hoje a gente pode dizer que a dificuldade que cada família tem em casa de se estruturar, de se manter como uma família é a mesma da Cooperativa, ela não deixa de ser uma família. (A. assentado em Abelardo Luz).*

Dessa forma, a dependência dos assentamentos em relação ao Estado acentua-se, e cada vez necessita-se de mais e maiores recursos. Assim, sem o recebimento de recursos através de subsídios do Estado, a sobrevivência no assentamento fica prejudicada. A dívida passa a comandar a Cooperativa, que por sua vez se impõe aos homens. O controle da vida do assentado passa a ser ditado, agora, pelas dívidas.

*É muito difícil a sobrevivência sem os recursos que vem do Estado. Difícilmente a gente conseguiria sobreviver, talvez poderia ir tocando, mas na verdade com muita dificuldade para conseguir se manter, porque do jeito que está a agricultura, principalmente a pequena propriedade ela já não consegue nem se sustentar, se não se conseguir mais esses recursos subsidiados eu acho que para nós aqui seria uma coisa muito difícil de se avançar, praticamente ia parar por aí e dificilmente a gente ia conseguir avançar. Sairia muita gente da agricultura. A agricultura hoje está assim em uma fase muito difícil, e para quem sair agricultura vai ser mais difícil ainda, porque não tem emprego, não existe trabalho para essa população que sai do campo, porque não tem especialidade nenhuma, não tem profissão a não ser agricultor, então é muito difícil conseguir outro emprego. (R. assentado em Dionísio Cerqueira).*

No acampamento o MST rompe com a estrutura de acumulação do capital e com o ser social criado pelo capitalismo e nesse sentido é revolucionário, portador do novo. Entretanto, essa nova lógica criada é sufocada quando o Movimento passa a ter acesso à terra e busca implantar a sua forma de organização da produção e comercialização, tendo por base o caráter capitalista da cooperação.

É a dinâmica do modo de produção capitalista que está permeando a base produtiva do MST. A consciência desses homens emana dessas relações e afirma essa sociedade.

Nenhuma outra sociedade poderá ser criada a partir das condições existentes nos assentamentos.

A Concrab, ao implantar nos assentamentos essa lógica capitalista de produção, busca um cooperativismo alternativo, com outro caráter, diferente e de oposição, que implica na apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores. Tem por objetivo criar um novo modelo de cooperativismo através de formas gerenciais. Contudo, a busca pelo novo não se dá através da implementação de novas formas de gestão e, sim, pela eliminação do caráter capitalista na forma cooperativa de produzir a vida.

Essa busca pelo alternativo, através da gestão, pode ser confirmada na proposta do MST de implantação de um novo modelo de cooperativismo.

Diferenças entre o cooperativismo do MST, ou alternativo como vem sendo chamado, e o cooperativismo tradicional, que é como as Cooperativas funcionam nesta sociedade:

- Na composição da base social das Cooperativas: estímulo à organização na base para que haja uma intervenção mais organizada na Cooperativa via núcleos. A relação não se dá diretamente como as pessoas e sim com os núcleos (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).
- Na democracia interna e instâncias de poder: construção de instâncias representativas e democráticas onde se possibilite, através de representantes, acompanhar de perto o dia-a-dia da Cooperativa (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).
- Quanto aos objetivos econômicos, políticos e sociais. Econômicos: desenvolvimento do conjunto dos associados sem privilégios, para isto a distribuição das sobras de acordo com a participação nas operações das Cooperativas. Políticos e sociais: compreende-se que as Cooperativas não resolverão todos os problemas econômicos e sociais da classe trabalhadora, elas são mais uma ferramenta de luta e de resistência na terra (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).

*(...) Temos que trabalhar a nossa base dizendo que o que vai mudar a nossa situação, de fato, será quando os trabalhadores, através da luta organizada conseguirem derrubar a burguesia do poder e constituir uma Nova Sociedade com outras relações de produção, novos valores; quando acabarem com a exploração e a supremacia do capital sobre o trabalho. Mas sem negar que a Cooperativa cumpra um papel*

*fundamental no processo de transformação da sociedade. (MST, 1997:82. Caderno de formação n.21).*

A tentativa do MST em tecer uma base produtiva através da cultura e da implementação de novos valores estabelece uma base insuficiente que não se afirma enquanto Movimento. A estratégia montada pelo Movimento para forjar novos homens a partir dessa instituição de valores, ideologias, símbolos, mística, revela-se frágil e não se sustenta enquanto base material do próprio Movimento, ou seja, não há base material que o produza. Tais elementos embora importantes, não conseguem materializar homens novos que confirmam o MST e o seu ideário.

Nos acampamentos a base produtiva dos homens é o Movimento. Nesse espaço temporário a constituição de novos homens possibilita o fortalecimento e a afirmação do Movimento. A materialização do Movimento nos acampamentos gera a consciência dos homens e produz as relações sociais pertinentes a essa base produtiva, diretas, límpidas, não coisificadas. O homem parece não estar alienado, toma consciência de si e do mundo que o rodeia. O aprendizado que ocorre aqui é próprio da base material possibilitada pelo Movimento.

*Depois que eu entrei no acampamento eu compreendo melhor as coisas, entendo melhor a sociedade e até a vida que a gente leva entende melhor. A gente sozinha não faz nada. E no dia-a-dia na luta a gente vai aprendendo coisas novas, então é muito interessante.*

*Semana passada eu fui visitar minhas irmãs na cidade só que elas estão muito bem lá, mas para mim lá não é lugar, eu me sinto melhor aqui, para mim foi uma experiência, nem sei com que palavras eu vou dizer, que eu nunca imaginei que eu teria tantas oportunidades, conhecer tanta coisa, conhecer também os valores que a gente tem, que todos devem ter os valores, lá fora não se valoriza muito assim os outros cada um quer se valorizar a si mesmo, mas aqui não a gente valoriza todo mundo. Porque cada pessoa tem o seu valor e quando ela não é valorizada ela se sente inútil e aqui é valorizada, cada coisa que se faz é valorizado, isso é bom, acho isso muito bom. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

O vir-a-ser nos assentamentos, dado pelo MST, através da cooperação, como uma nova forma de produção da vida humana, que deveria engendrar novos homens, reproduz a lógica do capital. Os homens valorizam o que produzem para obter melhores rendimentos, mais eficiência, menores custos etc. O aprendizado adquirido nos

acampamentos se dilui e as relações produzidas entre os homens se manifestam na forma capital. O processo cooperativo e a vida em Cooperativas norteia a vida dos homens, e não o seu contrário. A possibilidade de outra forma de produção da existência humana, construída nos acampamentos, vem a ser destruída nos assentamentos, pelo uso capitalista da cooperação, pela tentativa de recriar o ser mercantil, no estabelecimento de mercados alternativos e na criação de empresas capitalistas.

O Movimento que deveria permanecer como a base material da produção da vida dos homens não encontra a sua forma na materialidade do assentamento e se dissolve. Busca ser Movimento em formas que não lhe são próprias, como as Cooperativas e as agroindústrias. O avanço do Movimento é a construção da cooperação entre os homens, aproveitando-se da potência da cooperação engendrada sob a égide do capital, que revela-se progresso histórico, e não do seu caráter capitalista ligado a exploração do trabalho. A cooperação deverá ligar os homens ao trabalho e não a construção de CPAs, CPS e outras formas associativas do Movimento com caráter empresarial.

As Cooperativas não são o Movimento, não têm de fazer das Cooperativas o Movimento. É preciso afirmar o contrário. O Movimento deve dominar as Cooperativas e impingir-lhes o seu conteúdo. A cooperação, o ato de juntar os homens, como possibilidade de constituição de novos homens, deverá ser a materialidade do Movimento. As contradições no interior do Movimento não permitem a sua manifestação enquanto materialidade na vida dos assentados, isso acabará por negá-lo.

Uma das grandes preocupações do MST é a ociosidade de mão-de-obra nos assentamentos, principalmente da juventude. Esse fator ocorre em virtude da utilização capitalista da cooperação e o reflexo da base produtiva capitalista. A manutenção desses jovens no campo vem como possibilidade da materialização do Movimento nos assentamentos. Quando conversamos com eles, por ocasião da pesquisa de campo se gostariam de permanecer no campo, como perspectiva futura de vida, as respostas eram sempre de que não gostariam de se desvincularem do Movimento e nem das Cooperativas. O Movimento não aparece como Cooperativa, são coisas separadas, estar em Cooperativas não significa estar no Movimento, confirmando que estas não refletem a dinâmica daquele.

A permanência dos jovens no campo se dá via CPA. Na compreensão do MST à medida que as CPAs crescem e se consolidam, elas precisam que seus membros se tornem técnicos sanitários, de saúde animal, economistas, administradores, agrônomos, veterinários, médicos, mecânicos e contadores, para que os jovens permaneçam no campo e se aperfeiçoem cada vez mais. Para isso as Cooperativas devem se preparar e planejar a educação de suas crianças, desde o jardim de infância até a formação universitária. Assim estará dada a possibilidade de crescimento e ascensão profissional no interior das Cooperativas, como em qualquer empresa burguesa.

*Este ano me formo no segundo grau. Agora dentro das condições e dentro da Cooperativa, eu estava pensando em fazer uma faculdade, mas eu estou inscrito, agora nós vamos fazer uma discussão com o pessoal daqui, para fazer o magistério, que é um curso que o Movimento está realizando, com a duração de quatro anos, para dar aulas em assentamento e acampamentos do Movimento. Então eu pretendo fazer esse curso, esse curso é de férias, então é de julho, janeiro e fevereiro, então dentro desse período que sobra eu posso até fazer uma faculdade. Eu pretendo fazer ou contabilidade ou administração, para trabalhar na Cooper União ou no Movimento, gostaria de fazer em Florianópolis, mas não sei ainda. (V. assentado em Dionísio Cerqueira).*

A atração pela cidade ocorre devido à construção social da vida humana. O modo de produção capitalista rompe com os espaços privados e tudo passa a ser social. Essa convivência social pode estar atraindo os jovens às cidades. Tudo o que era privado na produção da vida dos homens vai sendo destruído pelo capital: antes era casa, agora apartamento, ao sair de casa tudo é social, a rua, as praças. Para manter os jovens no campo o MST tem de estimular a produção coletiva e universal na vida dos homens.

Entretanto, no modo de produção capitalista, essa produção social da vida humana é contraditória com a apropriação privada da riqueza, sob a forma de salário e lucro. Contradição essa que engendra a negação da propriedade privada e por conseguinte do próprio sistema capitalista (Aued, 1999).

O MST ao estimular e produzir a vida dos homens coletivamente, através da cooperação e sua criação, o trabalhador social médio, permitirá, sem reproduzir os mecanismos do seu caráter de capital, ou seja, seus nexos mercantis e capitalistas, a apropriação da riqueza produzida e o controle da produção deverão ser sociais. Numa produção social,

quem a controla é a sociedade. Quem deve se apropriar da riqueza é também a sociedade. Nesse espaço não poderia existir o controle privado da produção, bem como, a apropriação privada da riqueza. A produção social potencializada pelo capital, em sendo extraído do seu uso o seu caráter capitalista, implica em desenvolvimento, cada vez maior, das forças produtivas e leva à aplicação consciente da ciência ao progresso tecnológico, a exploração planejada do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que só podem ser utilizados em comum, ao emprego econômico de todos os meios de produção manejados pelo trabalho combinado, social, ao envolvimento de todos os povos na rede do comércio mundial (Marx, 1994:881). Desse modo, é necessário aproveitar-se do caráter social do processo produtivo, da elevação da potência da cooperação, da quantidade da riqueza produzida em um tempo cada vez menor sem, entretanto, reproduzir as relações capitalistas de produção.

Ao mesmo tempo em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas em uma potência jamais imaginada, como resultado do processo social de produção, ocorre a expropriação do capitalista pelo próprio capitalista, pelas próprias leis imanentes a esse modo de produção, pela centralização de capitais. Gera-se assim, na materialidade, a negação da propriedade privada. Eis a base para a superação da ordem social burguesa (Marx, 1969).

Nas CPAs e mesmo em assentamentos individuais, a presença do Movimento só se faz vislumbrar na figura dos liberados, que se reproduzem no interior do próprio Movimento. O MST possibilita, a partir de sua estrutura, manter e reproduzir os seus liberados, para, a partir deles, se auto-sustentar. Tendo por base homens assentados que reproduzem suas vidas a partir da dinâmica do modo de produção capitalista, o Movimento se fragiliza e tende a deteriorar-se. Essa base corrói o Movimento e impede a perspectiva de criação de um novo ser social, posto no espaço do acampamento.

A relação do assentamento com o MST acontece esporadicamente. Os assentados compreendem que essa relação deverá ser feita pelos liberados, que essa é a incumbência deles. A construção de uma nova sociedade, por conseguinte, se dará em função da liberação de mais pessoas que possam atuar em outras frentes. Os assentados não se vêem mais como Movimento.

*(...) se os liberados estão por aí, informam como é que está o Movimento, a organização dos trabalhadores. E outros liberados do Movimento Sem Terra, que passam por aqui, a gente aproveita e vê com eles como é que está a conjuntura. (M. R. assentados em Dionísio Cerqueira).*

No acampamento a conexão entre os homens se dá através da solidariedade. No assentamento o fio que faz a conexão são os liberados. Assim, dentro e entre os assentamentos parece não haver Movimento. Nos acampamentos o MST toma corpo nas pessoas. Todos executam uma tarefa específica. Uns limpam, outros fazem a vigilância, outros trabalham na saúde. No assentamento, busca-se através das Cooperativas, produzir bem, comprar bem, administrar a cooperativa e o Movimento desaparece.

Nos assentamentos individuais a presença do MST só se atesta pelas reuniões esporádicas em que poucos participam. O que o enfraquece devido à reprodução das relações capitalistas em sua base. A partir de reuniões e da presença dos liberados o Movimento não se materializa.

A tentativa de implantação de novos valores e de uma outra mística nestes locais e à partir desses homens, que se constroem a partir da perspectiva de reprodução do capital não se consolida. Acaba, por certo, frustrando seus idealizadores. Uma nova consciência só se engendra com novos homens. Emergem de uma nova base produtiva capaz de criar relações diferenciadas entre esses homens, que não as determinadas pelo capital, em cooperação.

Entretanto, o MST, forma elementos novos, como a sua estrutura, sua mística, seu simbolismo, que não se afirmam nos homens que compõem sua base nos assentamentos, quer individuais, quer coletivos. Tais elementos consolidam-se nos homens dos acampamentos, porque produzem-se a partir de outra base material, que nega a do capital.

Buscar a aglutinação dos homens pelos valores não cria uma materialidade e nessa base material insuficiente o MST não se reproduz e nem se afirma, e acaba por fragilizar-se.

Nas CPAs a sua estrutura se impõe aos homens. Busca-se sob essas estruturas coletivas gerar novas consciências. Os que não se adequam a elas são obrigados a se retirarem



dos assentamentos. Entende-se que a estrutura das CPAs é a forma certa, os homens que não se adaptam a ela estão errados. Nesses locais, os meios de produção se apropriam da vida dos homens e impõem sua dinâmica, buscando a sua sustentação e ampliação valorizando o seu valor. Nasce daí, a guerra entre os homens e a estrutura dissimulada como o conflito da não adaptação, do não rompimento com a forma artesanal do “camponês” produzir a sua vida, meras aparências.

Durante a trajetória do grupo no assentamento do município de Dionísio Cerqueira, foi grande o número de famílias que desistiram e ainda hoje há famílias que pensam em abandonar o local. Os motivos variam, desde a insatisfação com as formas de organização impostas pela coletivização, até a não adaptação ao local.

Assim, a desestruturação dos coletivos, a não-adaptação das famílias, passa a ser culpa individualizada. Uma família inserida no grupo há cerca de um mês comenta sobre essa problemática:

*Na verdade a gente quer que dê certo, não é muito fácil de se acostumar. Se futuramente a gente se acostumar e der certo, então é claro que vai continuar vivendo aqui. Que nem o meu lado, a gente é um pouco individualista, mas é uma coisa que a gente pode mudar. Eu, antes de ir para um acampamento, sempre tive aquele sonho, desde até antes de eu casar mesmo. Meu pai era pobre não conseguiu comprar terra para mim, então eu sempre tive aquele sonho de ter minha terra, uma casa mobiliada, uma vida mais tranqüila, só que eu não consegui. A gente, eu e minha mulher e agora temos dois filhos, não conseguiu comprar um pedaço de terra, então a saída foi entrar no Movimento e ir para um acampamento para ver se a gente conseguia isso, e daí veio essa proposta de a gente vir aqui para o coletivo, e é uma experiência nova para mim. Foi uma transformação na minha vida quase de cem por cento então eu espero que a gente consiga se adaptar aqui, e consiga ficar aqui, ver os filhos crescendo, conseguir estudo para eles e depois que eles consigam sobreviver tranqüilamente. (Z. e A. assentados em Dionísio Cerqueira).*

No final de 1990 foram incorporados seis novos integrantes em função dessas desistências (cf. Kleba, 1992). Destes, três são provenientes de assentamentos e três de acampamentos. Uma família entrevistada comenta: “Estou aqui desde 1994, e de lá para cá já mudaram umas 10 famílias. Elas vão embora ou porque não se acostumam no coletivo, ou porque não gostam do local” (Am. e Ma., assentados em Dionísio

Cerqueira). Outra família visitada tem planos de mudar do local por não “*gostar de como as coisas são feitas, o coletivo é muito difícil. Agora não dá, a gente não tem para onde ir, mas assim que tiver uma oportunidade a gente vai embora daqui*”. (J. e G. assentados em Dionísio Cerqueira).

No município de Abelardo Luz, na Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) – Coopranova, onde toda a organização produtiva é coletiva, semelhante à vigente em Dionísio Cerqueira. Esse grupo comporta doze famílias. Quando efetuamos a visita a Abelardo Luz, em maio de 1999, nos informaram que há pouco tempo todas as doze famílias haviam sido substituídas pelo Movimento por outras, selecionadas a partir de acampamentos e assentamentos individuais, cujo critério foi a aceitação do coletivo e o entendimento das estratégias do Movimento à organização da produção. A substituição ocorreu devido a problemas e brigas internas entre as famílias.

As CPAs são na compreensão do MST a forma superior de organização da produção na agricultura. Todos os assentamentos deverão, para o MST, atingir tal forma à medida que compreenderem e perceberem que a CPA é o melhor modo de permanecerem no campo, de ter maior aproveitamento da terra e dos recursos materiais que possibilitam o alcance de uma vida social digna e elevação da consciência. Afirma-se que, quando os pequenos agricultores individuais perceberem que é difícil enfrentar sozinhos a organização produtiva de suas vidas e a superar a situação econômica em que se encontram para atingir uma existência melhor, acabarão por se associarem a uma CPA ou montarem a sua própria Cooperativa coletiva, aglutinando os vizinhos.

Com base em minifúndios é impossível empregar a técnica e elevar a produção das terras e a produtividade do trabalho. Portanto, tanto a ciência como a técnica se aliam às CPAs com vistas a multiplicar várias vezes o rendimento agrícola e melhoramento das espécies animal e vegetal, além de diminuir o esforço físico, procurando modificar a compreensão de que o trabalho no campo é cansativo e desgastante, com o uso e o aperfeiçoamento de técnicas não será.

As CPAs são dirigidas segundo os princípios da chamada democracia socialista, pela Assembléia Geral dos associados, que é o órgão máximo de direção da Cooperativa, onde seus membros expressam suas opiniões livremente, sugerem e recomendam

medidas, aprovam ou não as propostas que são discutidas num ambiente democrático. Todos têm direito a voz e a voto, independente da terra e dos meios de produção ou da quantidade de trabalho que tenham incorporado à Cooperativa. As decisões tomadas pela maioria dos sócios de uma CPA são de estrito cumprimento para todos os membros e somente poderão ser alterados pela própria Assembléia. A Assembléia Geral normalmente é convocada uma vez ao mês, pelo Coordenador da Cooperativa, e extraordinariamente toda vez que se fizer necessário.

Resumidamente: nas CPAs a terra está sob controle de um grupo que trabalha coletivamente. O capital, bem como todos os investimentos pertencem ao grupo. Há uma divisão técnica do trabalho por setores de produção e de serviço. O planejamento da produção está centralizado. A distribuição e o controle da mão-de-obra se dá segundo as prioridades definidas pelas instâncias de decisão interna, isto é, o Conselho, a Direção, ou a Assembléia. Os resultados obtidos com a produção são rateados entre os sócios proporcional à participação de cada um nas atividades da Cooperativa (MST, 1994:9-10. Caderno de formação n.3).

Se houverem desistências dessa forma de trabalho cooperado a orientação colocada pela Concrab é que a pessoa, ou a família, tem direito de levar as suas cotas partes integralizadas e as sobras líquidas que lhe cabem. Não poderá vender a terra, nem a sua casa, uma vez que tudo é do coletivo. Embora seu nome conste no título definitivo ou concessão de uso, não é possível determinar o espaço da área que é sua, normalmente quando ocorrem desistências tem-se feito permutas de terras com outros assentados que queiram trabalhar de forma coletiva. Se a Cooperativa estiver com dívidas de financiamentos o associado terá de assumir as dívidas proporcionais ao que lhe cabe.

Os principais problemas das CPAs, apontados em estudo feito pelos dirigentes e associados são (MST, 1995:13-15. Caderno de Cooperação agrícola n.4):

- falta de planejamento: onde em geral segue-se a lógica de uma unidade de produção familiar, e não se compreende a Cooperativa como uma empresa;
- organização do trabalho: não há um entendimento de todo o processo produtivo e de sua organização; há necessidade de melhor utilização da mão-de-obra, buscando aproveitá-la durante todo o tempo, e na função adequada, e de todos os associados; criar mecanismos de aumento da produtividade de trabalho; criar estímulos para o aumento

da produção e da renda; falta criatividade na busca de soluções; falta planejamento do trabalho anual, permanece um planejamento para períodos de colheitas; organizar o trabalho para outras atividade agroindustriais;

- contabilidade e controles: a contabilidade é vista como uma burocracia extrema; não se desenvolvem mecanismos de administração, que permitam analisar custos, e rentabilidade das linhas de produção; perde-se a noção de valor das mercadorias produzidas; descuida-se de aspectos relacionados com documentação, regimentos e outros que podem trazer prejuízos econômicos;

- qualificação e capacitação: falta mão-de-obra qualificada para atividades mais complexas, não agrícolas; falta de técnicos, especialmente de gerenciamento; dificuldade para aperfeiçoar a mão-de-obra;

- acompanhamento e assessoria: as Cooperativas Centrais tem dificuldades de assessorar determinadas áreas como a administrativa em que as direções ainda não estão bem preparadas; falta assessoria no planejamento da produção, e elaboração de planos estratégicos;

- gerência: falta de capacitação das direções e adequação às necessidades de conhecimento do mercado; inexistência de um fluxo de informação entre as direções e os associados; os métodos de direção se repetem com muitos desvios; em alguns casos se pratica uma *“falsa democracia basista, que caiu no populismo ou no oportunismo economicista”* (MST, 1995:14. Caderno de Cooperação agrícola n.4);

- falta normas claras de trabalho; falta de hábito à regimentos, a normatização das relações, a sistematizar, a registros escritos;

- recursos de capital: a falta de recursos impossibilita a Cooperativa de desenvolver e atuar em novas linhas de produção, ter capital de giro, gerenciar melhor sua administração;

Desse modo, observa-se que entre uma CPA e uma empresa capitalista parece não haver diferenças. A estrutura das CPAs vai se impondo às pessoas que passam a ser simples membros de um organismo vivo (Marx, 1994. Cap. XIII). Essa base só poderá criar relações coisificadas, a relação solidária, afetiva, de companheirismo, torna-se frágil.

Um outro problema apontado com relação às desistências dos grupos coletivos é que elas aumentam significativamente quando as sobras são maiores. Nas CPAs as pessoas sentem dificuldades em realizar sua subjetividade. Essa dificuldade aumenta na medida

em que a coletivização ganha maior força e estruturação. Neste aspecto, nas CPAs, há uma perda da afetividade, a relação entre as pessoas torna-se uma relação puramente empresarial, fria (MST, julho de 1994:19. Como Organizar os Assentados Individuais).

O progresso que deveria ser percebido na melhoria das condições de vida das famílias, não são sentidas ainda que possibilitado pela aquisição de bens de sobrevivência. Sentir o progresso individualmente esbarra nos limites impostos entre individual e coletivo. Dessa forma, são invocados parâmetros de que o progresso não se prevê individualmente, mas no investimento na propriedade do grupo. As regras estabelecidas prevêm que todos deverão crescer economicamente de forma igualitária. A acumulação de bens individuais e o desapego pelos bens materiais proposto pelo coletivo entram em conflito com a expectativa de melhoria individual.

*Nessa questão da subsistência a gente tem quase tudo, sobra pouca coisa para a gente comprar com o dinheiro. Quanto mais a gente trabalhar, mais economizar, mais coisas para a casa se pode comprar. (Z. e A. assentados em Dionísio Cerqueira).*

Assim, quanto maiores as sobras mais frias e impessoais são as relações, impedindo a criação de novos valores. Essa base impede o seu nascimento e afirmação. O empírico se sobrepõe, e o econômico impede essa germinação.

Para corrigir os desvios e faltas entre os assentados devem ser criados mecanismos corretivos que ajudem as pessoas a superá-los, objetivando a construção de um *“homem novo e uma sociedade nova [que] só se dará a partir de novas relação de produção e social”* (MST, 1997:55. Caderno de Formação n. 21). Esses mecanismos servem para que se tenham novas atitudes. Por exemplo, à falta a uma reunião poderá se estabelecer o desconto de quatro horas de trabalho; sair sem comunicar aos coordenadores poderá gerar um desconto de dez horas. *“Devemos trabalhar os aspectos da consciência do convencimento”* (MST, 1997:55. Caderno de Formação n. 21). Assim, somente com a compreensão de novos valores comportamentais será possível estabelecer um regimento sem exageros.

A base produtiva não permite a consolidação do novo. Não há como afirmá-lo. O MST vai percebendo isso. Tem buscado outras saídas, que resultam em novos problemas,

criando um emaranhado de normas e regras buscando atar os homens a esses fios. O fio deveria ser o Movimento. Este é que deveria conectar os homens.

A estrutura orgânica das CPAs evoluiu adotando formas bastante complexas, mais aproximadas de uma lógica empresarial. Começa-se então a pensar em formas de reestruturação funcional das CPAs, com base nos problemas apresentados pela maioria: modelo orgânico construído de forma voluntarista e aleatória, não sendo empregados métodos administrativos científicos; setorização estabelecida por tipo de atividades (animais, lavoura, culturas permanentes); problemas com a mão-de-obra excedente e falta de linhas de produção que absorvam a demanda por trabalho. Por outro lado há baixa produtividade do trabalho e com a setorização por tipo de atividade há uma disputa por liberação de mão-de-obra; a democracia interna funciona de forma precária e burocrática, de modo que tudo precisa ser discutido com todos a todo momento, e as decisões são tomadas sob critérios não técnicos; entre outros problemas.

Nesse processo, o MST reconhece que adotou uma lógica de construção das Cooperativas que tem se revelado incompleta e com diversos equívocos. Para o Movimento, foi reproduzida a lógica da Cooperativa Tradicional. Passou-se, assim, a construir grandes estruturas de silos e armazéns, postos de recebimento de leite, enfim, um alto grau de investimentos em atividades com baixa rentabilidade e alto grau de depreciação (MST, 1998:7. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6). Para o MST:

- houveram investimentos incompletos e errados: os investimentos foram feitos sem prévias análises dos retornos. E na medida que esse conjunto de estruturas produtivas entraram em funcionamento descobriu-se a necessidade de capital de giro e conhecimento sobre a gestão administrativa (MST, 1998:7. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6);
- com relação aos financiamentos não foram utilizados critérios e análises mais profundas das condições reais de pagamentos, levando-se até as últimas consequências a lógica do “se tem dinheiro vamos pegar” (MST, 1998:7. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6); e
- com isso o cenário que se abre para as Cooperativas não é nada animador.

*Certamente aquelas [Cooperativas e agroindústrias] que quiserem encarar o problema econômico, para se manterem vivas e não se*

*desmoralizarem perante os assentados, deverão passar por um forte saneamento econômico e adotarão instrumentos gerenciais, dentro de uma lógica de profissionalização das Cooperativas. Mas não bastará apenas aumentar as sobras financeiras. Algumas deverão vender alguns patrimônios, abandonando algumas atividades econômicas, como também contrairão novos financiamentos do Proceca, para em parte pagar os já vencidos. (MST, 1998:7. Caderno de Cooperação Agrícola n. 6).*

Assim, a dinâmica no interior do MST que orienta a vida dos homens é reduzir o trabalho pago e ampliar o trabalho não pago, produzindo a propriedade privada para o capitalista e a não-propriedade para si próprio. Ou seja, produz o capitalista continuamente como tal e a si próprio como assalariado.

O resultado dessa estruturação é a perda das ilusões. O próprio Movimento vai percebendo que se construíram em Cooperativas tradicionais.

A tentativa de retornar às relações mercantis não impõe dinamismo ao Movimento. É como quebrar máquinas para obter trabalho, ou voltar a andar a cavalo. Não é possível retornar ao passado. Nesse sentido lembramos Gorender, sobre os escravos e sua historicidade em que afirmava a “*rebeldia e estreiteza de seus projetos*” (Gorender, 1999:34). Os escravos lutavam para serem livres tal qual os homens livres que os dominavam, afirmando assim, a conservação da sociedade escravista. Lutavam, nesse prisma, para recuperar a sua condição anterior de liberdade, em busca de reproduzir a sua base produtiva perdida. Uma aspiração regressiva, portanto (Gorender, 1999:34).

*Sabemos que, em toda a história, apenas uma única rebelião de escravos conseguiu ser vitoriosa – aquela ocorrida na colônia francesa do Haiti. Uma vez triunfantes, os ex-escravos quiseram voltar à condição de camponeses, que lhes era própria na África, e, para isso, se chocaram com seus líderes. Toussaint L'Ouverture, Henri Christophe e Dessalines, sucessivamente, tentaram colocar em funcionamento os engenhos de açúcar, que faziam do Haiti a região mais rica das Américas no final do século XVIII. Precisaram então impor aos ex-escravos um regime de trabalho compulsório. Por isso mesmo, perderam o apoio deles e terminaram tragicamente. Os ex-escravos finalmente puderam dedicar-se ao que queriam, quando recuperaram a liberdade e assumiram o controle da ilha. Realizaram um movimento de regressão e destruíram a força produtiva mais avançada do país – a plantagem açucareira –, substituindo-a pela agricultura de subsistência. (Gorender, 1999:35).*

Desse modo, o MST vai sendo sugado pelo capital e não percebe. Acredita estar em um mercado popular, buscando uma racionalidade mercantil. Mas está no mercado do capital, que impõe a sua dinâmica ao Movimento. Não é, portanto, um problema de educação, de convencimento, de conscientização, de gestão, de ser assentamento coletivo ou individual. O problema é que o Movimento está sendo sugado pelo sistema capitalista, sem tomar consciência desse fato. É necessário o MST fazer-se cooperação. Isso não significa negar as Cooperativas. O que é preciso negar é o seu caráter burguês, onde a conexão entre os homens é o capital. Quem deverá fazer uma conexão superior dos homens é o Movimento, na cooperação.

O objetivo do Movimento não deveria ser produzir diferente, mais e melhor que o capitalismo. O Movimento não é uma racionalidade econômica. A produção deveria ser para ampliar o tempo livre e para permitir que a individualidade de cada um possa se manifestar livremente. Libertar-se do reino da necessidade é construir um mundo de possibilidades para todos (Aued, 1999).

*No acampamento, eu virei, assim, aprendi a ser escultor e também faço artesanato, e uma coisa que eu antes não tinha pensado em chegar a escultor, em ser um artista, mas eu fui indo, fui indo fui fazendo uma coisa, depois outra, fui fazendo uma imagem, assim imagens de santos e santas, aprendi isso no acampamento, ainda estou aprendendo. Então essas coisas mais criativas, então eu tenho a minha profissõzinha, mas o dia que eu tiver a minha terra, seja em um projeto coletivo, ou seja de forma individual eu quero nas horas de folgas, dias de chuva, que não tiver que trabalhar na roça eu quero assim esculpir que parece que me enche o coração trabalhando com isso. As vezes de noite eu até estou sonhando que estou trabalhando, que estou esculpindo e nessa atividade nós criamos artigos de escultura, e eu fico sonhando. Como nós estamos nessa luta, eu estou conformado, não adianta eu ficar no acampamento só nesse serviço, esperar que o governo, o Incra venha assentar nós temos que pressionar.*

*Eu nunca fiz um curso de escultor, eu aprendi sozinho. Fui cada vez aprendendo as vezes eu até parava e ficava pensando como fazer. (Or. acampado em Abelardo Luz).*

O MST no assentamento busca engendrar o novo. Entretanto quando passa a acessar a terra o germe do novo evapora-se no ar, dissolvendo-se. A produção da sobrevivência e a busca pelo trabalho tomam todos os espaços sufocando o novo. A luta cotidiana por produzir melhores condições de vida é a luta de todo ser vivo em qualquer tempo e



espaço. Nada há de novo nesse processo, só a reprodução da vida e a permanência de condições já existentes.

Portanto, em sua base produtiva, o MST pode estar produzindo relações sociais que engendram homens burgueses. Em sua busca de saídas alternativas ao sistema capitalista, para manter o homem no campo através de mercados seletivos, criando relações que refletem o capital na forma de homens mercantis. Entretanto, o MST no acampamento produz um novo homem, do qual emana uma nova consciência e, assim, reflete a lógica que permeia o ideário do Movimento.

O MST pode se reproduzir e organizar os homens sem ser pelo trabalho. Pode ser pela esperança de reproduzir a vida dos homens em eles estando juntos, já o que acontece nos acampamentos é que eles interiorizam a sua existência, não pelo externo que é o capital, mas pela vida.

O MST tem de organizar a produção da vida superior à do capital, de tal forma que todos queiram vir para o Movimento. Ao invés de reter as pessoas no seu interior. O Movimento terá de fechar suas fronteiras por se constituir em forma superior de reprodução do ser social.

A saída proposta é o caminho via solidariedade: o MST produz arroz, feijão, peixe ou outro produto qualquer para, através dele, relacionar-se concreta e diretamente com outros trabalhadores, que por sua vez irão produzir as casas do MST, ou o sapato, com a sua força de trabalho porque o Movimento - e aí ele está vivo, presente, forte, engendrando o novo e fortalecendo-se -, está produzindo o arroz desses trabalhadores sem a mediação do mercado, do capital.

Estabelecendo e criando um novo homem, numa relação diária de rebeldia a partir de sua base produtiva, passará a refletir em sua consciência a lógica do MST. Negará conscientemente, a lógica do capital, e dessa forma, afirmará o ideário do MST. A construção desse pressuposto pelo Movimento, enquanto uma perspectiva história, poderá engendrar uma forma de ser social, em que a produção da existência dos homens configurará uma nova lógica, não mais a do capital.

Mas apesar dos descaminhos, o MST é o caminho novo que os Sem-Terra legam a humanidade no limiar do século XXI.

*A gente ouvia muitos tiros, muitos, muitos. Eu estava com meu pai dentro de um carro velho e a gente ficou a noite toda agachado com medo até de se mexer, por causa dos tiros. (P. acampada em Abelardo Luz).*

*No início quando acampamos, normalmente durante a noite se escutava muitos tiros a gente não dormia de noite, crianças se assustavam, mas eu não ficava com medo, porque eu vim para ficar, eu vim preparada mesmo, até lá na minha comunidade (a de origem) teve um senhor lá que tinha cerraria, eu pedi uns pedaços de tábua, para eu fazer uma mesa, que no começo eu vim sem nada, só com umas coisinhas assim, diz ele eu vou dar uma mesa pra M. C. por que eu acho que ela vai desistir, eu estou aqui até hoje. Acho que essa luta vale a pena é por aí mesmo que a gente vai conseguir alguma coisa melhor. (M.C. acampada em Abelardo Luz).*

As rosas desabrocham mesmo sustentadas por galhos recheados de espinhos. O MST do acampamento da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta (RS) espraia-se por todos os recantos do Brasil. Os homens brasileiros, tenham consciência ou não, são, hoje, influenciados por esta nova saga civilizatória. O mundo velho treme ao simples som das trombetas do MST, principalmente quando se manifesta como acampamento.

**VIVER É PRECISO!**



## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo (1992). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec.
- ANDERSON, Perry (1996). Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. (Org.). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-23.
- ASSUMPCÃO, Veiga, VEIGA, José Eduardo R. (1996). *A Organização do Negócio Agrícola*. São Paulo: MST.
- AUED, Idaletto M. (Novembro de 1997). *Dois Dedos de Prosa com Karl Marx sobre O Capital*. Texto para discussão, UFSC - Centro Sócio Econômico.
- \_\_\_\_\_ (1999). Capital e Emancipação Humana: o Ser Social. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (Org.). *Educação para o (Des) Emprego*. Petrópolis: Vozes, p. 109-131.
- BOGO, Ademar (1999). *Lições da Luta pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras.
- \_\_\_\_\_ (abr.1995). *A Organicidade Necessária*. Bahia. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (jul.1995). *A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira*. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (nov.1998). *A Formação Ideológica dos Camponeses*. Bahia. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (novembro de 1998). *A Formação Ideológica dos Camponeses*. Bahia: mimeo.
- \_\_\_\_\_ (set. 1995). *Organização Partidária – sua importância e necessidade*. Mimeo.
- BRUNETO, Egídio (s/d). *A luta do MST pela Reforma Agrária*. s/d. Mimeo.
- CONCRAB (ago. de 1997). *As Tarefas do SCA e a Construção de Nossas Cooperativas* (versão Preliminar). São Paulo: MST.

- \_\_\_\_\_ (março de 1998). *A Encruzilhada do Desenvolvimento Econômico dos Assentamentos*. Mimeo.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho, SANTOS, Raimundo (org.) (1998). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.
- CPT (1989). *Conflitos no Campo Brasil/89*. Comissão Pastoral da Terra – CPT: Goiânia-Go.
- \_\_\_\_\_ (s/d). *História da CPT – SC*. Santa Catarina: Comissão Pastoral da Terra – CPT.
- ECO, Humberto (1989). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- ESTERCI, Neide e et. alli (1984). *Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a Prática da Igreja Popular*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- FAO/PNUD (dez. 1992). *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*. Versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (1996). *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1998). *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST.
- FERNANDES, Florestan, et. al. (1998). *Rememória – Semeando idéias e Exemplos de Vida*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- GORENDER, Jacob (1999). *Marxismo sem Utopia*. São Paulo: Ática. Cap. III: A “Construção” do Socialismo, p. 17-25.
- GÖRGEN, Frei Sergio Antonio e STÉDILE, João Pedro (1991). *Assentamentos: A Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes.
- GÖRGEN, Frei Sergio, et. al. (1991). *Uma Foice Longe Da Terra*. Petrópolis: Vozes.
- GRAZIANO DA SILVA, José (1982). *A Modernização Dolorosa*. São Paulo: Zahar Editores.
- GUEVARA, Che (1986) *Textos Econômicos*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Global.
- KAUTSKY, Karl (1972). *A Questão Agrária*. Primeira parte – vol. I e II. Porto Alegre: Portucalense Editora.
- LUCAS, José (1984). *S.O.S. Homem do Campo!*. São Paulo: Kairós.
- MARTINS, José de Souza (1997). *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- \_\_\_\_\_ (1997) *Fronteira – A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1993). *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec.

- \_\_\_\_\_ (1989). *Caminhada no Chão da Noite – emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais do Campo*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Não há Terra para Plantar Neste Verão – o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1996). *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, Karl (1969). *Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata*. São Paulo: Moraes.
- \_\_\_\_\_ (1994). *O Capital. Livro I. Vol. I e II*. São Paulo: Bertrand Brasil.
- MELLO, Alex Fiuza de (1999). *Marx e a Globalização*. São Paulo: Boitempo, p. 83-110.
- MONZ, Edmundo (1984). *Camudos a Luta pela Terra*. São Paulo: Global.
- MST (jun. 1997) Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola n. 5*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (1986). *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Resoluções do IV Encontro Nacional*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (1996). Programa de Reforma Agrária. *Caderno de Formação n. 23*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (abr. 1998). *Pequenas Histórias pra Entender Economia Política*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (abr. de 1992). *Construindo os Núcleos, Resultado das discussões dos Coordenadores Estaduais do Setor de Núcleos*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (abr. 1996). *Cooperativas de Produção: Questões Práticas*. 2 ed. Caderno de Formação n. 21. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (ago. 1989). *Manual da Cooperação Agrícola III – Orientações para Implantação de Associações de Cooperação Agrícola*. São Paulo: MST. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (ago. 1994). *Orientações Jurídicas e Contábeis sobre o Funcionamento das CPAs – Alguns elementos*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (ago. 1986). Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo. *Caderno de Formação n. 11*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (dez. 1995). Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos. *Caderno de Formação n. 4*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (fev. 1995). *MST Rumo ao 3º Congresso*. São Paulo: MST.

- \_\_\_\_\_ (fev. de 1992). *Documentos da Política de Financiamentos*. São Paulo: MST. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (jan. 1993). Calendário Histórico dos Trabalhadores. *Caderno de Formação n. 19*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jan. 1998). A Vez dos Valores. *Caderno de Formação n. 26*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jan. 1999). Princípios da Educação no MST. *Caderno de Educação n. 8*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jan.1996). Programa de Reforma Agrária. 2 ed. *Caderno de Formação n. 23*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jan.1999). O Movimento Camponês no Brasil e a luta pela Reforma Agrária. *Caderno de Formação n. 31*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1984). *Caderno de Estudos n. 1*. S/l. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1993). *Debate sobre Estrutura Sindical no Campo*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1994). A Reforma Agrária e as Eleições. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1994). *Como Organizar os Assentamentos Individuais*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1994). *Documento Básico do MST*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1995). Programa de Reforma Agrária. *Caderno de Formação n. 23*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1999). *Marcha Popular pelo Brasil*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (Jul.1988). *Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – de caráter nacional -*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jul.1997). *Boletim da Educação n. 07 – Educação Infantil: Construindo uma nova criança*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jun. 1986). A Luta Continua – Como se Organizam os Assentados. *Caderno de Formação n. 10*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jun. 1988). *Manual da Cooperação Agrícola II – Coletânea de Textos Básicos*. São Paulo: MST. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (jun. 1997). Cooperativas de Produção: Questões Práticas. *Caderno de Formação n. 21*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (jun. 1997). Método de Trabalho Popular. *Caderno de Formação n. 24*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (jun. 1998). *Escola Itinerante em Acampamentos do MST*. São Paulo: MST.

- \_\_\_\_\_ (mai. 1988). *Manual da Cooperação Agrícola*. São Paulo: MST. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (mai. 1998). Campanha de Construção da Escola Nacional do MST. *Caderno de Formação n. 29*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (mar. 1987). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – 3º. Encontro Nacional. *Caderno de Formação n. 12*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (mar. 1998). *Como Implementar na Prática os Valores do MST*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (mar. 1998). Mística – Uma Necessidade no Trabalho Popular e Organizativo. *Caderno de Formação n. 27*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (mar. 1999). O Massacre de Eldorado dos Carajás. *Caderno de Formação n. 32*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (mar.1998). A Emancipação dos Assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola n. 06*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (nov. 1998). O Cooperativismo na China. *Caderno das Experiências Histórias da Cooperação n. 01*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (nov.1998). Enfrentar os desafios da Organização nos Assentamentos. *Caderno de Cooperação Agrícola n. 07*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (nov.1998). O Sistema de Crédito Cooperativo. *Caderno de Cooperação Agrícola n. 08*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (out. 1994). O Que Fazer?. *Caderno de Cooperação Agrícola n. 3*. São Paulo: Concrab.
- \_\_\_\_\_ (out. 1997) . Preparação dos Encontros Estaduais e 9º. Encontro Nacional MST. *Caderno de Formação n. 25*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ (set.1998). *Compreender e Construir Novas Relações de Gênero*. São Paulo: MST.
- \_\_\_\_\_ *Elementos da História do MST*. S/l, s/d.
- MURAD E SILVA, Célia Regina, GARCIA FILHO, Danilo Prado (mai. 1996). *Apoio à Comercialização nos Assentamentos do Estado de São Paulo a partir de uma Experiência, 1993-95*. Revista Informações Econômicas, São Paulo, v. 26, n.5.
- PAIVA, Marcelo W. (1988). *Reforma Agrária – Necessidade Urgente*. São Paulo: Edições Paulinas.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira (1996). *Terra à Vista... e ao Longe*. Florianópolis: EDUFSC.



- PRESSBURGUER, Miguel (1987). *Para Conhecer Desapropriação*. FASE. Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular.
- SANTOS, Andrea Paula, RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado, MEIHY, José Carlos Sebe (1998). *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola.
- SCHMIDT, Benício Viero, MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. Couto (org.) (1998). *Os Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: UnB.
- SILVA, José Gomes da (1996). *A Reforma Agrária Brasileira na Virada do Milênio*. Campinas: ABRA.
- STÉDILE, João Pedro e GÖRGEN, Frei Sergio (1996). *A Luta pela Terra*. 3ª. Edição. S/l.: Página Aberta.
- STÉDILE, João Pedro (1997). *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual.
- \_\_\_\_\_ (jul. 1998). *Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira*. São Paulo. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (nov. 1998). *O Desafio dos Assentamentos ou Como Superar a Exploração, a Dominação e a Alienação*. Mimeo.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1997). *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Petrópolis: Vozes.
- STROZAKE, Juvelino. (set.1998). *A Lei e as Ocupações de Terra*. São Paulo: MST.
- VEIGA, José Eli. (1985). *O Que é Reforma Agrária*. 6ª. Ed. São Paulo: Brasiliense.

## TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS

- CAMPOS, Índio (1987). *Os Colonos do Rio Uruguai: Relação entre Pequena produção e Agroindústria no Oeste Catarinense*. Tese de Mestrado, Campina Grande, Paraíba.
- CAZELLA, Ademir Antonio(1992). *Assentamentos Rurais e Cooperação Agrícola: Políticas Conflitantes*. O caso do Assentamento 30 de Outubro (SC).Dissertação de Mestrado, Desenvolvimento Agrícola, UFRJ.
- CERETTA, Zilda (1991). *Cooperativa de Produção Agropecuária – Ltda: Uma Experiência de Socialização*. Monografia, Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, Curso de Pós-Graduação em Educação Popular, Chapecó (SC).
- DALCHIAVON, Francisco (1999). *Os Problemas Econômicos das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) Nos Assentamentos de Reforma Agrária*. Monografia (Curso de Especialização: Extensão em Administração de Cooperativas) – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) e Universidade de Brasília (UnB).

KLEBA, John Bernhard (1992). *A Cooperação Agrícola em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado, Sociologia Política, UFSC.

LISBOA, Teresa Kleba (1987). *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Oeste Catarinense – um novo movimento social*. Dissertação de Mestrado, Sociologia Política, UFSC.

SCHIOCHET, Valmor (1988). *Esta Terra é Minha Terra. Movimento dos Desapropriados de Papanduva*. Dissertação de Mestrado, Sociologia Política, UFSC.

SCHWADE, Elizete (1993). “A Luta não faz parte da vida. É a vida”. O Projeto Político-Religioso de Assentamento no Oeste Catarinense. Tese de Mestrado, Antropologia Social, UFSC.

#### **JORNAIS E ARTIGOS DE JORNAIS**

Jornal– *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT* n.ºs. 34 à 80 de maio/junho de 1981 à fevereiro de 1989. Publicação mensal pelo Secretariado da CPT, Goiânia – Goiás.

Jornal Cheiro de Terra – *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT* n.º. 105 à 120 de setembro/outubro de 1996 até março/abril de 1999. Publicação bimestral da CPT/SC.

*Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* n.ºs. 66 à 194 de setembro de 1987 à outubro de 1999. Publicação mensal pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, São Paulo (SP)

*Jornal Pastoral da Terra – Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT* n.ºs. 93 à 144 de março/abril de 1991 à julho de 1997. Publicação mensal pelo Secretariado da CPT, Goiânia – Goiás.

#### **REVISTAS E ARTIGOS DE REVISTAS**

ARBEX Jr., José. *Terror no Paraná*. Caros Amigos. São Paulo: Casa Amarela, n.º. 27, jun 1999, p. 10-19.

AUED, Idaleto Malvezzi (out. 1997 – fev. 1998). Transição ao Socialismo: o caso da URSS. *Revista Praxis*, n. 10, ano IV. Belo Horizonte: Projeto.

- PETRY, André. et al. *O Que eles querem*. Veja. São Paulo: Abril, nº.22, jun.1998, p. 42-48.
- FRANCA FILHO, Marcilio Toscano. *A Justiça Agrária no Brasil*. Subsídio Inesc, Brasília, setembro de 1997, n. 32.
- LEITE, Sérgio (dez.1993). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil: Comentários sobre o Cenário Recente. *Revista Proposta* n. 59.
- MARTINS, José de Sousa (1991). *Entrevista*. Cadernos do CEAS n. 136 novembro/dezembro: Arte Gráfica Nildão.
- Revista Estudos Avançados da USP*. Dossiê Questão Agrária: Censo dos Assentamentos, as Teses do MST. São Paulo: USP, n. 31, v. 11, novembro de 1997.
- Revista Sem Terra*. Nº.s 01 à 08 de jul/ago/set 97 à jul/ago/set de 1999. Publicação trimestral. São Paulo: ANCA.
- SOUZA, Sérgio. Entrevista Explosiva de João Pedro Stédile. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, nº. 8, nov. 1997, p. 26-33.
- TARSO, Paulo de. Limpar o Terreno. *Teoria & Debate* n.6 – abr/mai/jun/89.

#### **DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO MST (SC)**

- A Escalada da Repressão contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. MST, São Paulo, 15 de setembro de 1988. Mimeo.
- Avaliação política da situação da luta pela terra na atual conjuntura, setembro de 1985.
- Carta aos Sem-Terra, 29 de outubro de 1987. Mimeo.
- Carta enviada ao Presidente da República José Sarney em 14 de março de 1989. Mimeo.
- Carta enviada ao Santo Padre, o Papa, em 19 de junho de 1986. Mimeo.
- Como se faz uma reunião na base? S/l, s/d. Mimeo.
- Comunicados à Imprensa e a Opinião Pública em 04 de agosto de 1986; 24 de setembro de 1986; 27 de novembro de 1986; 04 de dezembro de 1987; 04 de novembro de 1987; 04 de abril de 1989; 14 de março de 1989; 23 de agosto de 1989. Mimeo.
- Conclusões da 12ª. Conferência da Reforma Agrária. Évora, 30 de setembro, 01 de outubro de 1989. Mimeo.
- Diversas circulares, comunicados e conclusões referente aos I e II Congressos Nacionais do MST: em Curitiba em 1985; Brasília, 1990. Mimeo.
- Diversas Comunicações aos “Amigos do MST” do ano de 1986. Mimeo.

Diversas correspondências do MST aos Estados entre 1985 à 1999. Mimeo.

Documento do II Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Catarina. 08 e 09 de abril de 1986. Mimeo.

Dossiê da Imprensa. I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985.

Encontro regional dos sem-terra, Itajaí (SC), 18 e 19 de janeiro de 1986. Mimeo.

MST, s/d, s/l. Problemas da Luta pela Terra na Perspectiva Revolucionária. Mimeo.

MST, s/l, s/d. Terra os Meios de Produção e o Mercado. Mimeo.

MST. Orientações tiradas no desse I Congresso do MST, Curitiba, 29 a 31 de janeiro de 1985. Mimeo.

Nota à imprensa, 21 de dezembro de 1986, Chapecó (SC). Mimeo.

Princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. S/l, s/d. Mimeo.

Problemas na luta pela terra na perspectiva revolucionária. S/l, s/d. sem autor. Mimeo.

Regimento Interno do Assentamento Conquista da Fronteira, Dionísio Cerqueira (SC). 08 de outubro de 1997. Mimeo.

Relatório da avaliação do MST (SC), 19, 20 e 21 de dezembro de 1986. Mimeo.

Relatório da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, MST (SC), 18 a 23 de abril de 1999.

Relatório da Reunião da Coordenação do MST (SC) em 03 de junho de 1985. Mimeo.

Relatório da reunião da Coordenação Estadual, dias 21 e 22 de maio de 1987, Chapecó. Mimeo.

Relatório da reunião da Coordenação Estadual, dias 21 e 22 de maio de 1987, Chapecó. Mimeo.

Relatório da reunião da Executiva Nacional do MST em São Paulo nos dias 04, 05 de junho de 1986. Mimeo.

Relatório da reunião das comissões regionais do MST (SC) 12 3 13 de junho de 1986. Mimeo.

Relatório do Curso de Coordenadores de Núcleos de Cooperativas. MST, Caçador, 18 a 22 de agosto de 1997.

Relatório do encontro da executiva estadual nos dias 11 e 12 de março de 1987. Mimeo.

Relatório do encontro de estudos nos municípios com as comissões municipais do MST, abril de 1986. Mimeo.

Relatório do Encontro Nacional do MST em São Paulo nos dias 20, 21 e 22 de abril de 1985. Mimeo.

Relatório do encontro regional dos sem-terra, Itajaí (SC), 18 e 19 de janeiro de 1986. Mimeo.

Relatório do estudo e avaliação do MST (SC) nos dias 26 a 28 de outubro de 1985, Chapecó. Mimeo.

Relatório do MST de Santa Catarina, 15 e 16 de maio de 1984. Mimeo.

Relatório do MST de Santa Catarina, as ocupações de terras em cinco municípios do oeste do Estado de 26 à 31 de maio de 1985. Mimeo.

Relatório do MST de Santa Catarina, as ocupações de terras em cinco municípios do oeste do Estado na semana de 26 à 31 de maio de 1985. Mimeo.

Relatório do MST de Santa Catarina, as ocupações de terras em cinco municípios do oeste do Estado na semana de 26 à 31 de maio de 1985. Mimeo.

Relatório dos discursos do II Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Catarina. 08 e 09 de abril de 1986. Mimeo.

Relatório dos Principais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em 1986. São Paulo: MST, janeiro de 1987. Mimeo.

Resolução às Executivas Estaduais. Discussão dos Desafios do MST. 23 de agosto de 1988.

Telex do MST enviado ao Exmo. Sr. Dante de Oliveira, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário em 30 de setembro de 1986, solicitando providências com relação a problemática da Fazenda Anoni, no RS. Mimeo.

Telex do MST enviado ao Ministro da Reforma Agrário em 26 de novembro de 1987, denunciando as condições de vida da população rural, exigindo suspensão dos despejos de áreas ocupadas no país, apresentando a relação de casos emergenciais referente a questão agrária, em todo o país. Mimeo.

Termo de acordo entre o Governo do Estado de Santa Catarina, o Incra e o MST, 03 de junho de 1985. Mimeo.

Termo de acordo entre o Governo do Estado de Santa Catarina, o Incra e o MST, 03 de junho de 1985. Mimeo.

Termo de entendimento entre o Governo do Estado, Incra e MST referente reunião realizada em 25.07.91 no Palácio do Governo. Florianópolis 25 de julho de 1991. Mimeo.

## **DOCUMENTOS DO INCRA (SC)**

Relatório das Atividades Programadas e Desenvolvidas em 1998. Mimeo.

Relatório das Atividades Programadas e Desenvolvidas em 1986. Mimeo.

INCRA. (1997). **Projeto LUMIAR**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

## **TRANSCRIÇÕES DE FITAS**

BOGO, Ademar. Situação Agrícola e Desafios da Organização Camponesa. XIV Encontro Estadual do MST, Chapecó, 15 a 17 de dezembro de 1998.